

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UFPE**

**O TROTSKISMO NO CAMPO EM PERNAMBUCO
“O JEREMIAS DAS CAMINHADAS”**

JOSÉ FELIPE RANGEL GALLINDO

**ORIENTADORA: PROF^a. Dr^a. MARIA DO SOCORRO
DE ABREU E LIMA**

MESTRADO EM HISTÓRIA

RECIFE

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O TROTSKISMO NO CAMPO EM PERNAMBUCO
“O JEREMIAS DAS CAMINHADAS”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE pelo aluno JOSÉ FELIPE RANGEL GALLINDO, para a obtenção do título de Mestre em História, tendo como orientadora a Dr^a MARIA DO SOCORRO DE ABREU E LIMA

Recife – 2010

Gallindo, José Felipe Rangel

O trotskismo no campo em Pernambuco : “o Jeremias das caminhadas” / José Felipe Rangel Gallindo. -- Recife: O Autor, 2010.

168 folhas: il., fotos, fig., mapas, tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2010.

Inclui bibliografia e anexos.

1. História. 2. Partidos políticos - Pernambuco. 3. Ativistas políticos. 4. Sindicalismo rural. 5. Violência. I. Título.

**981.34
981**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/155**

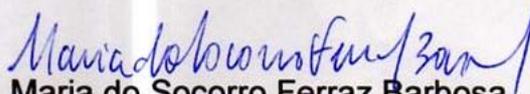
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO JOSÉ FELIPE RANGEL GALLINDO

Às 9h do dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **José Felipe Rangel Gallindo** intitulada "**O TROTSKISMO NO CAMPO EM PERNAMBUCO: O JEREMIAS DAS 'CAMINHADAS'**", em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Maria do Socorro de Abreu e Lima (orientadora), Maria do Socorro Ferraz Barbosa e Denis Antônio de Mendonça Bernardes. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

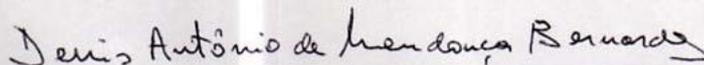
Recife, 26 de agosto de 2010



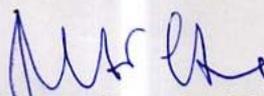
Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro de Abreu e Lima



Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa



Prof. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes



Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho



Sandra Regina Albuquerque

Este trabalho é dedicado, numa dimensão política, a todos trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutaram e lutam por justiça social.

E a todos que tombaram na conquista desse sonho.

Como um certo jovem chamado Jeremias.

Dedico este trabalho a quem sempre me incentivou a realizá-lo – uma companheira de todas as horas e lutas – minha mulher - Lucione Santiago Gallindo

Agradecimentos

A elaboração de uma pesquisa acadêmica é fruto de uma idéia, de um sonho individual, mas que no seu processo de realização torna-se, de certa forma, um trabalho coletivo. Muitas pessoas abraçaram esse sonho e participaram dele, tornando-o possível. Tentarei agradecer a todas

Em primeiro lugar a minha família, que durante anos teve que conviver com a história de Jeremias e daqueles tempos, ao ponto dele ser considerado quase como um membro da família. Minha companheira, Lucione, sempre esteve ao meu lado, seja em arquivos, entrevistas e visitas a engenhos e no sonho de ver a obra finalizada. Agradeço também ao meu filho Ícaro, parceiro de discussões e idéias. E ao meu sobrinho Eguibson, motorista e “câmara-men” oficial. Sem eles não seria possível chegar até aqui.

Um agradecimento especial para a minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria do Socorro de Abreu e Lima, que também abraçou este projeto, sempre dialogando e orientando para o aprofundamento das pesquisas e das análises. Sempre paciente e mais do que uma orientadora acadêmica, uma amiga.

Também tenho uma dívida de gratidão com a Prof^a Dr^a Socorro Ferraz, pelas suas sugestões e questionamentos pertinentes.

Agradeço ao companheiro de lutas contra o esquecimento da resistência à ditadura militar, Antônio Carlos Leal de Campos, que proporcionou o contato com militantes trotskistas daquela época e pelo incentivo constante pela preservação da memória do Trotskismo em Pernambuco.

Os companheiros Aybirê Ferreira de Sá e Martinho Leal Campos foram não só importantes como testemunhas das lutas daquela época, mas também como entrevistados que se tornaram incentivadores do trabalho de pesquisa. As suas palavras de estímulo, meu agradecimento.

Quem primeiro proporcionou um contato com os antigos moradores de Itambé que conheceram Jeremias foi o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o sr. Genésio. Sempre que procurado, ele abriu as portas do sindicato e procurou auxiliar da melhor maneira possível. Muito obrigado companheiro.

A pesquisa de campo encontrava certos obstáculos, particularmente a entrada nos engenhos. A oportunidade de conhecer o advogado e militante socialista, Antônio Cavalcanti, filho de Itambé, proporcionou um maior contato com a população local que permitiu que a pesquisa chegasse a lugares antes inacessíveis. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos moradores de Itambé que se dispuseram a relatar suas memórias daqueles tempos. Tempos de medo que para muitos ainda não findaram.

Também merece ser destacada a boa vontade do gestor escolar, Profº Elimar Alcoforado, que no meu local de trabalho, a Escola Estadual Sizenando Silveira, sempre procurou auxiliar nos procedimentos que foram necessários para o meu afastamento para o mestrado. Obrigado !

Não há como não agradecer a todos os funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) pelos inúmeros atendimentos prestados ao longo desses dois anos.

A todos e todas, inclusive aqueles que possa ter esquecido, minha sincera gratidão.

Resumo

O presente estudo se propôs a analisar a atuação do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) no campo pernambucano, a partir da militância de Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias, no ano de 1963, em Itambé, Mata Norte do estado, junto ao sindicato dos trabalhadores rurais deste município. Contextualizando essa participação nas conjunturas internacional, nacional e local do período, a dissertação analisou comparativamente as propostas para a questão rural dos trotsquistas assim como de outras forças políticas de esquerda que atuavam no campo em Pernambuco. Também procurou inserir o assassinato de Jeremias no contexto de violência existente na zona canavieira naquele período. Por fim, analisou os desdobramentos do tema na imprensa, na justiça, na memória dos participantes e na produção cultural.

Palavras-chave: trotskismo, sindicalismo rural, violência, lutas.

Abstract

This study aims to analyze the performance of the Trotskyist Revolutionary Workers Party (POR-T) in the state of Pernambuco, from the militancy of Paulo Roberto Pinto, called Jeremias, in 1963, in Itambe, Northern State Forest, along rural workers of this trade union. Contextualizing this participation in international, national and local conjunctures, the dissertation examined the propositions to the rural areas of the trotskysts and other leftists political forces present in Pernambuco. It also tried to insert the murder of Jeremias in the context of violence in the sugarcane zone in that period. Finally, rewied the developement of the theme in the press, the courts, in memory of the participants and in cultural production.

Keywords: trotskyism, rural trade unionism, violence, struggles.

SUMÁRIO

Introdução..... 8

Capítulo I

A Revolução Permanente na contracorrente da história – Guerra Fria, Terceiro Mundo e Populismo

- A conjuntura do início dos anos 60.....15

- O Trotskismo

(Origens e conceitos)..... 32

(O movimento no Brasil).....34

(A IV Internacional Comunista).....35

Capítulo II

O Partido Operário Revolucionário Trotskista – POR-T e o Jeremias das caminhadas

- O POR-T

(Brasil)..... 38

(Pernambuco)..... 39

- Paulo Roberto Pinto – Jeremias e o Trotskismo no campo – Entre a foice e o martelo

(O Paulo Roberto...)..... 46

(...vira Jeremias - O Congresso da ULTAB em Belo Horizonte - 1961)..... ..47

(O plano operário para o Nordeste – Ou como aplicar o Programa de Transição no sindicalismo rural).....55

(“Os latifundiários estavam apavorados” – Detido para averiguações – A última carta)..... 58

(A morte espera no Oriente – O campo manchado de sangue – Quadro da violência rural)..... 74

(Apesar dos ventos de agosto a Revolução Permanente continua no campo – O 1º Congresso Camponês de Itambé – Presos por um Governo Popular – Arraes 65 e a Revolução Pacífica – A violência continua em Itambé – Jeremias volta a ser o Paulinho)..... 94

Capítulo III

Memórias revisitadas – Justiça, Imprensa, Oralidade e Cultura Popular

(O inquérito da chacina do Oriente – Os Borba – O promotor vira réu: Dr. Murilo Barbosa da Silva).....	115
(O caso Jeremias visto pela imprensa engajada e de grande circulação “Última Hora, Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio” e pela imprensa de esquerda “Frente Operária e A Hora”).....	126
(Em busca da revolução perdida – Jeremias hoje em Itambé – Memória e esquecimento).....	135
(A tímida construção do mito – Tradição Trotskista e a Literatura de Cordel).....	142
Considerações Finais.....	150
Bibliografia.....	153
Notas.....	157
Anexos.....	159

Introdução

As três últimas décadas, entre fins do século XX e início do XXI, assistiram, no Brasil, a um crescimento sem igual da produção historiográfica sobre as esquerdas¹. O processo de redemocratização, desde fins dos anos 70, até a primeira metade dos anos 80, foi o período em que esse movimento teve o seu início. Dentro desse processo destacavam-se as análises que privilegiavam duas vertentes: a atuação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, pioneiro no campo das esquerdas e hegemônico até o golpe civil-militar de abril de 1964; e os diversos agrupamentos criados durante os 10 primeiros anos da ditadura, e que sendo críticos da concepção de revolução pacífica do PCB, propuseram, principalmente com a edição do AI-5 em dezembro de 1968, a via da luta armada, seja a guerrilha urbana ou a rural, como forma de resistência e derrubada do regime militar. Tais análises procuravam entender o fracasso das esquerdas e, particularmente, da política pecebista diante da vitória fulminante (e que não encontrou qualquer resistência organizada) do movimento civil-militar de 1964; e a outra vertente centrava os seus esforços no conhecimento do que foi a luta armada e o porque de sua aniquilação pelo aparelho repressivo da ditadura, entre fins dos anos 60 e a primeira metade dos anos 70. Nessa perspectiva, que predominou até os anos 90, as demais forças de esquerda, que ocupariam o espaço entre o PCB e a luta armada, pouco estiveram presentes na produção acadêmica do período². O ideário elaborado pelo revolucionário russo Leon Trotsky (1879-1940) e seus partidários, que se reivindicavam “bolcheviques-leninistas”, os quais se agruparam a partir de 1938 na defesa da IV Internacional Comunista, e que se convencionou chamar de Trotskismo³, apesar de estar presente no Brasil desde fins dos anos 20, figurou durante muito tempo entre os grupos “esquecidos” ou omitidos pela produção historiográfica, salvo alguns poucos trabalhos⁴.

Esse cenário começou a mudar a partir de meados dos anos 90, com a publicação de teses provenientes da academia que tratavam do trotskismo no Brasil, e de capítulos presentes em publicações que buscavam contar a história do Marxismo e das esquerdas no país⁵. Assim, paulatinamente, nos últimos 20 anos, a história do

¹ Utilizo a conceituação proposta por Norberto Bobbio: *De esquerda seriam as forças e as lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva de igualdade.*, presente na sua obra, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, São Paulo, Unesp, 1995.

² Exceção feita à “Guerrilha do Araguaia”, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), entre fins dos anos 60 e principalmente nos primeiros anos da década de 70, localizada no norte do atual estado de Tocantins e sul do Pará.

³ A historização e a conceituação do termo serão abordadas no decorrer do trabalho.

⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987 - & - ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: UFPE / Oito de Março, 2005.

⁵ É o caso, respectivamente, de: *À Esquerda da Esquerda – Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*, de Murilo Leal, e de *Solidão Revolucionária – Mário Pedrosa e as origens do Trotskismo no Brasil*, de José Castilho Marques Neto; e as séries, *História do Marxismo no Brasil*, em seis volumes, e, *As Esquerdas no Brasil*, em três volumes. As referências completas estão na bibliografia.

Trotskismo no Brasil foi sendo escrita, e a construção de uma tradição historiográfica sobre o tema, ao lado de outras tradições das esquerdas, já consolidadas, está em andamento.

Entretanto, essas publicações e os autores que trataram do tema, estão localizados na região sudeste, mais precisamente em São Paulo. E apesar de abordarem o Trotskismo em Pernambuco, não aprofundaram suas pesquisas em fontes locais, faltando assim, uma contextualização local melhor fundamentada.

O presente trabalho se propõe então a estar inserido nessa vertente historiográfica que estuda o trotskismo no Brasil, mas procurando contribuir com um olhar mais regionalizado sobre o mesmo, a partir de suas origens em Pernambuco, durante os primeiros anos da década de 60, ou seja, no período anterior à implantação da ditadura militar em que se desenvolvia uma conjuntura de profunda tensão social, na qual o crescimento das organizações de trabalhadores rurais (sindicatos) e de pequenos proprietários (Ligas Camponesas), era encarado pelas elites agrárias locais e nacionais como uma evidência de que o Nordeste brasileiro estava às portas de uma revolução de caráter socialista. Em Pernambuco, os dados coletados apontam que essa situação ganhava contornos de uma verdadeira guerra civil, principalmente pela violência organizada das elites agrárias. E é neste contexto explosivo que se desenvolve o tema principal desse trabalho, ou seja, a breve atuação do partido trotskista (POR-T) na questão do campo, analisado a partir do estudo do caso Jeremias e de seus desdobramentos.

Falar de Jeremias, nome com o qual ficou conhecido o jovem operário gráfico mineiro, Paulo Roberto Pinto (1940-1963), e de outros jovens militantes trotskistas ou não, que atuaram politicamente naquele período, seja em Pernambuco ou em qualquer outro lugar do Brasil ou do mundo, é lembrar de um tempo onde a utopia estava na ordem do dia e o hoje só tinha importância em função de um amanhã igualitário.

Paulo Roberto Pinto, o “Jeremias”, nasceu em 22 de setembro de 1940 em Minas Gerais. Cresceu, portanto, num mundo marcado pela Guerra Fria, e que nos anos 50 viu o início de um parcial processo de “desestalinização” na extinta União Soviética, a partir do famoso “Relatório Krushev”, lido a portas fechadas pelo então primeiro-ministro Nikita Krushev (1894-1971), no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, onde uma parte da repressão interna promovida pelo secretário-geral do partido, Josef Stálin (1879-1953), foi revelada. Tal fato reforçava as denúncias históricas dos opositores de Stálin, principalmente os partidários de Trotsky, que sofreram essa perseguição em primeiro lugar e de forma sistemática. Certamente os desdobramentos desse famoso relatório impulsionaram a força de atração dos partidos trotskistas sobre muitos jovens que começavam, então, a se interessarem por política e que encontravam um autoritarismo na esquerda “oficial” daquele período, cristalizado nas suas direções tradicionais. Entretanto, apesar das críticas feitas ao “Socialismo Real”, havia uma percepção de que um terço da

humanidade vivia em países que, de alguma forma, construíam sociedades com menos desigualdades sociais e que se reivindicavam socialistas.

Essa percepção é fortemente impulsionada, no fim dos anos 50, por um acontecimento que marcou toda uma geração de ativistas políticos das mais diversas vertentes da esquerda: a Revolução Cubana, em 1959 e a sua posterior adoção oficial do Socialismo em 1962. Com a construção da primeira experiência de cunho socialista no continente americano, próxima do centro do imperialismo mundial - os EUA, um pólo de atração/reprodução revolucionário estava presente e próximo do Brasil, e particularmente ligado ideologicamente ao Nordeste, onde o exemplo de uma reforma agrária radical feita pela revolução cubana era um referencial a ser seguido, segundo diversas forças da esquerda. A vitória em Cuba do socialismo e sua resistência às pressões norte-americanas deviam empolgar toda uma geração de militantes, fazendo com que acreditassem objetivamente na possibilidade real de uma revolução no Brasil.

É nesse ambiente que a escolha da atividade política revolucionária como opção de vida por parte de muitos jovens, e entre eles Paulo Roberto Pinto, naqueles já distantes anos 60, pode ser compreendida. Escolha que, no caso dele, assim como de outros que foram deslocados para atuarem junto aos trabalhadores rurais, representava um risco real para a integridade física e a própria vida. Além de espancamentos e sequestros relatados, devemos lembrar do assassinato de João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa do município de Sapé, na Paraíba, em 2 de abril de 1962, e também a chacina de cinco trabalhadores rurais no pátio da Usina Estreliana, no município pernambucano de Ribeirão, na mata sul, em janeiro de 1963. Esses foram os fatos mais conhecidos da escalada da violência perpetrada pelos latifundiários, antes do próprio assassinato de Jeremias, na “chacina do engenho Oriente”, em agosto de 1963, em També (atual Itambé), na mata norte de Pernambuco. Além da análise que as diversas correntes da esquerda faziam sobre a importância do espaço político que estava em processo acelerado de expansão no campo brasileiro, e mais particularmente no meio rural nordestino, com crescimento inédito de sindicatos rurais e de Ligas Camponesas, devemos levar em consideração o profundo idealismo que permeava as práticas políticas desses jovens estudantes e operários que se integravam à vida dos trabalhadores rurais e de suas comunidades, acreditando e lutando por uma transformação radical do Brasil. Muitos foram presos e torturados, tanto pela polícia bem como por milícias particulares dos latifundiários, e muitos assassinados, como Jeremias.

Um dos principais elementos que este trabalho pretende discutir, é o contexto de violência que o movimento dos trabalhadores rurais enfrentavam no período imediatamente anterior ao golpe de 1964. Muitas vezes o senso comum associa a violência contra as lideranças dos movimentos sociais, urbanos e rurais, na recente história republicana, apenas ao período da ditadura militar. No entanto, como observamos anteriormente, a violência do latifúndio contra os quadros dirigentes sindicais no campo, tornou-se uma constante crescente, nos primeiros anos da década de 60, particularmente a partir da posse de João Goulart na presidência da República em

1961⁶. Violência do latifúndio que muitas vezes contava com a parceria explícita do Estado ou no mínimo com sua conivência, apesar do Estado de Direito estar garantido pela constituição de 1946⁷. Mas não garantia a punição aos pistoleiros e mandantes destes crimes. Jeremias, que foi assassinado aos 22 anos, já tinha sido preso em três oportunidades: duas vezes em 1962, a primeira em Mogi das Cruzes (São Paulo), distribuindo panfletos numa comemoração de 1º de maio, na frente de uma fábrica, e depois em Recife, fazendo uma pixação pró Cuba no centro da cidade; por fim, foi preso, por alguns dias, para averiguações, em 1963, pela polícia civil da Delegacia Auxiliar no governo de Miguel Arraes. Os direitos trabalhistas, que eram exclusividade dos trabalhadores urbanos, foram, devido ao ascenso das organizações de trabalhadores rurais, estendidos a estes. Mesmo tendo a letra da lei a seu favor, os assalariados do campo só conseguiam sua concretização com muita luta. Ou pereciam no caminho, como Jeremias e tantos outros: delegados sindicais, membros ou presidentes de sindicatos rurais, ou mesmo trabalhadores rurais anônimos que ousavam desafiar as ordens de um poder secular.

Outra relação ainda pouco estudada, trata das disputas políticas que existiam então entre as esquerdas em Pernambuco. Não havia apenas um partido de orientação marxista ou só um projeto revolucionário para o Brasil. As disputas políticas não se resumiam a uma dicotomia esquerda-direita. As esquerdas disputavam os espaços de atuação e buscavam conquistar a hegemonia. Veremos neste quadro: a presença marcante do PCB no meio político local, sua estratégia para uma revolução nacional-democrática “anti-imperilista” e “anti-feudal”, e também sua atuação na “Frente do Recife”, numa aliança que culminará com a construção de uma liderança nacional - Miguel Arraes; o crescimento e a crise das Ligas Camponesas, que tinham em Francisco Julião sua liderança nacional; a política desenvolvida pelo governo de Miguel Arraes para o campo, e o fato de existirem presos políticos na sua gestão; e, por fim, as propostas do POR-T para o movimento dos trabalhadores rurais, e as suas polêmicas com as outras correntes e personalidades da esquerda local, suas críticas ao PCB, ao governo de Miguel Arraes e a Francisco Julião.

Um elemento presente na escrita desta dissertação é a preocupação de transcrevermos documentos confiscados ou produzidos pelos órgãos de repressão, com relação ao Trotskismo pernambucano.. Como sabemos, a polícia política, tanto em períodos considerados democráticos, como em regimes de exceção, perseguiu, em diferentes graus, as organizações operárias e os partidos de esquerda, confiscando e/ou

⁶ As seculares contradições existentes no campo atingiram então, um profundo nível de tensão, devido a conjugação de alguns elementos, tais como: o aumento da organização e da combatividade dos trabalhadores rurais e dos foreiros / parceiros / pequenos proprietários; o reconhecimento estatal desse movimento através da legalização de inúmeros sindicatos rurais; e a crescente violência praticada a mando das elites agrárias contra as lideranças do campo.

⁷ O período da história republicana nacional compreendido entre 1946 e 1964, e conhecido como “período democrático” ou “República Populista”, se comparado com o período anterior, o “Estado Novo” varguista, ampliou as liberdades democráticas e sociais; entretanto, foi marcado também pela repressão constante aos movimentos sociais, bem como pela ilegalidade do maior partido da esquerda, o PCB. E quando o governo federal era mais aberto ao diálogo (JK e Jango), os governos estaduais e suas polícias se empenhavam em reprimir as lideranças e os militantes.

destruindo seus documentos políticos. Preservar a memória documental desses registros presentes nos arquivos referentes ao extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), é um compromisso histórico com a posteridade.

A possibilidade de analisarmos um quadro maior de referências a partir de um elemento menos conhecido do mesmo, nos remete diretamente a concepção do historiador italiano Carlo Ginzburg. Este, no seu ensaio, “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”⁸, propõe um método interpretativo centrado sobre os resíduos, ou seja, sobre os dados considerados marginais, aparentemente sem importância, mas que possibilitam novos olhares a partir de perspectivas não utilizadas anteriormente. Ginzburg propõe que um paradigma do século XIX seja recuperado para a produção historiográfica contemporânea:

Nestas páginas tentarei mostrar como, por volta do final do século XIX, emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico (caso prefira paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção. A análise desse paradigma amplamente operante de fato, ainda que não teorizado explicitamente, talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre “racionalismo” e “irracionalismo”.⁹

Um exemplo pode ser observado com relação a figura do então governador, Miguel Arraes. Criticado duramente pelos trotskistas como um aliado das elites, no entanto era e é visto como um ícone das esquerdas na recente história republicana. Porém a análise das suas propostas políticas e das alianças partidárias realizadas mostra um político bem mais conservador do que se costuma afirmar. Agia estritamente dentro da legalidade, promovendo a conciliação entre os trabalhadores rurais e as chamadas “classes produtoras” do campo, ou seja, os latifundiários, os quais fizeram parte diretamente do seu breve período a frente do governo estadual: Paulo Guerra, latifundiário e o maior pecuarista de Pernambuco, seu vice-governador; e o senador eleito na sua chapa, José Ermírio de Moraes, mega-empresário em nível nacional. A preocupação de mediar os conflitos, dentro da ordem capitalista, fazia parte de um preciso cálculo político, isto é, a possibilidade concreta de ser candidato à presidência da República, representando as “Forças Populares” nas eleições que nunca aconteceram em 1965. Entretanto ao mesmo tempo fez cessar a repressão da polícia estadual sobre os movimentos sociais, salvo os trotskistas, como veremos adiante.

Uma das fontes privilegiadas neste trabalho, e que até hoje foi pouco utilizada pelos demais autores que trataram do tema, é a fala dos trabalhadores rurais que conviveram e/ou conheceram Jeremias em Itambé. Nas sociedades rurais a

⁸ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁹ Idem. p. 143.

importância da oralidade é central, pois a transmissão das tradições e experiências se passa, fundamentalmente pela oralidade ¹⁰.

A fala de Jeremias, através de sua correspondência com a direção partidária, em São Paulo, também será utilizada. Poderemos então observar as análises políticas efetuadas pelo jovem dirigente, e como ele caracterizava a conjuntura no campo, em Pernambuco, e as diversas forças de esquerda que atuavam nos conflitos agrários.

As investigações conduzidas pela promotoria pública estadual encontraram forte resistência por parte dos latifundiários da região de Itambé. O clima de crescente tensão pode ser percebido no inquérito sobre a morte de Jeremias e de outros trabalhadores rurais, e na ação impetrada pelos proprietários do engenho Oriente, depois do golpe civil-militar de 1964, contra o dr. Murilo Barbosa, promotor público e o tenente da PMPE, Francisco Santana. O relato da defesa de ambos revela esse cenário e o ódio dessas elites em relação a quem questionasse seu poder secular.

Por fim, a tentativa de perpetuar a memória dos eventos ocorridos em Itambé e sobre as lutas lideradas por Jeremias, será analisada a partir da leitura de dois poemas populares. O primeiro feito por um militante mexicano da IV Internacional Posadista, que será analisado no decorrer da dissertação; e o segundo, um libreto de literatura de cordel descoberto no prontuário pessoal de Jeremias no arquivo do extinto DOPS de Pernambuco. Através desses dois textos veremos como o imaginário militante e popular contaram o caso Jeremias.

Escrever sobre o Trotskismo em Pernambuco, falando sobre um partido com um número pequeno de militantes, e que, apesar disso, incomodou tanto a direita como a esquerda oficial, em um período marcado pela violência no campo, é um exercício daquilo de que falava Walter Benjamin na sua sétima tese em *Sobre o Conceito de História*, quando afirmava que a tarefa do historiador é “*escovar a história a contrapelo*” ¹¹. Tanto por recuperar para o presente parte das lutas dos movimentos sociais de um passado recente, a partir da biografia de um anônimo militante; como por penetrar através de camadas de esquecimento e reencontrar fios que possibilitem uma nova tecitura de um passado que ainda hoje pode ser considerado incômodo para alguns. Ressignificar o acontecido, integrando-o à tradição histórica das esquerdas e das lutas cotidianas dos trabalhadores da atualidade, é dar-lhe um “*acabamento*” ¹², como nos recorda a filósofa Hannah Arendt no seu *Entre o Passado e o Futuro*.

¹⁰ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (organizadores). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002, p. 15.

¹¹ BENJAMIN, W. *Walter Benjamin – Obras escolhidas – Magia e Técnica – Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 225.

¹² “O ponto em questão é que o ‘acabamento’ que de fato todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu significado deles se esquivou, e sem a articulação realizada pela memória, simplesmente não sobrou nenhuma história que pudesse ser contada.”. ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo. Editora Perspectiva. 2005. p. 32.

A isso se propõe este trabalho.

Capítulo I

A “Revolução Permanente” na contracorrente da história – Guerra Fria, Terceiro Mundo e Populismo

A) A conjuntura do início dos anos 60

O contexto internacional em que viveu a geração a qual pertenceu Paulo Roberto Pinto – Jeremias, foi o da Guerra Fria. Marcado pelo antagonismo entre os blocos capitalista e comunista, liderados respectivamente pelos EUA e URSS, se expressava de diversas formas: corrida armamentista e espacial, espionagem internacional (CIA e KGB), guerra de propaganda, alianças militares (OTAN e o Pacto de Varsóvia), etc. Entretanto, apesar do conflito se desdobrar em diversas dimensões, ele não apresentava um envolvimento militar direto entre as duas superpotências. Os confrontos militares ocorriam de forma indireta, pois EUA e URSS patrocinavam seus aliados na periferia dos Primeiro¹³ e Segundo¹⁴ Mundos, ou seja, nos continentes africano, asiático¹⁵ e na América Latina. A possibilidade de uma hecatombe nuclear era uma força de intimidação, que além de criar uma indústria muito rendosa, tinha como seu palco real uma retórica belicista.

Aqueles que viveram a segunda metade dos anos 50 e o início dos anos 60, conheceram um período de diminuição desse discurso apocalíptico das potências nucleares. Salvo a crise dos mísseis soviéticos em Cuba em 1962, houve uma mudança no tom das agressões apontando para um período conhecido como *détente*¹⁶. Na União Soviética, durante o governo de Nikita Krushev (1958-1964) foi criada a expressão “coexistência pacífica”, como uma forma de convivência possível, e até desejável do “socialismo realmente existente” com o capitalismo¹⁷.

Nesse contexto de divisão mundial entre duas esferas de influência no pós-guerra, surgiu, como expressão do processo de descolonização afro-asiático, o movimento dos países não-alinhados, a partir da Conferência de Bandung, em 1955, na Indonésia. Começou a se desenvolver uma consciência de que existia um “terceiro mundo”:

¹³ Bloco dos países capitalistas desenvolvidos.

¹⁴ Bloco dos países socialistas.

¹⁵ Principalmente nas guerras da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1961 -1975).

¹⁶ Segundo Eric Hobsbawm: “No jargão tradicional dos diplomatas da velha guarda, o afrouxamento da tensão era a *détente*”. In: HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 239.

¹⁷ Veremos mais adiante como essa nova orientação política de Moscou foi assimilada pelo PCB, sendo posteriormente criticada à esquerda não só por trotskistas.

O termo Terceiro Mundo foi utilizado pela primeira vez como consequência da comparação da situação dos países pobres e despossuídos do mundo com a das classes que na França, antes da Revolução de 1789, constituíram o Terceiro Estado. Essa utilização foi feita por Alfred Sauvy e Georges Balandier, em 1956, generalizando-se a partir de então... a idéia de Terceiro Mundo pode ser de certa forma associada, a partir de 1961, com a de países não-alinhados...”¹⁸

Estes países, que integravam a comunidade internacional, além do capitalismo desenvolvido e do socialismo, e que era composto pelos países subdesenvolvidos, que tinham problemas específicos e formas particulares de superá-los. Temos os exemplos do nacionalismo militarista conhecido como “nasserismo”¹⁹ no Egito, de Nehru na Índia²⁰, de Sukarno²¹ na Indonésia e do marechal Tito²², na Iugoslávia.

Em 1959, a vitória da Revolução Cubana abriu uma nova etapa para as esquerdas em todo o mundo, particularmente as do Terceiro Mundo. A estratégia revolucionária da URSS havia abandonado o ideário internacionalista de propagar uma revolução mundial. A Internacional Comunista era uma remota lembrança do passado, e o discurso oficial do então secretário-geral do Partido Comunista Nikita Krushev, propunha a coexistência pacífica aos países ocidentais, enquanto, não oficialmente, estimulava os diversos movimentos de libertação nacional do período, para, assim, aumentar a área de influência do imperialismo soviético, que quando confrontado com qualquer ameaça interna no bloco que liderava, intervinha diretamente, como no esmagamento militar da tentativa da Hungria de romper com o Pacto de Varsóvia em 1956 ou, na década seguinte, com a repressão à chamada “Primavera de Praga” em 1968, na então Tchecoslováquia.

Cuba representou um exemplo para toda a América Latina de que a luta contra o capitalismo e o imperialismo norte-americano era possível através de um caminho definido pelas peculiaridades nacionais, rompendo com a moderação dos PC’s, que trilhavam o caminho da política de aliança de classes, no caso, com as frações “progressistas” e nacionalistas das diversas burguesias, as quais, muitas vezes, apoiaram

¹⁸ VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo – Conceito e História*. São Paulo: Editora Ática, 1990, pp. 7-8.

¹⁹ Referência ao presidente egípcio Gamal Abdel Nasser (1882-1970), que chegou ao poder liderando a jovem oficialidade do exército em um golpe de estado em 1952. Em 1956 nacionalizou o Canal de Suez, o que provocou uma crise internacional.

²⁰ Jawaharlal Nehru (1889-1964) foi um dos líderes da luta de libertação nacional da Índia contra o império britânico, ao lado de Gandhi. Foi primeiro-ministro entre 1947 (ano da independência) e 1964.

²¹ Ahmed Sukarno (1901-1970) foi líder do Partido Nacional, que lutou pela independência da Indonésia em relação à Holanda e presidente entre 1945 e 1967. Em 1955 organizou a Conferência de Bandung e tornou-se um dos mais destacados porta-vozes do discurso terceiro-mundista.

²² Josip Broz “Tito”, secretário-geral do Partido Comunista iugoslavo, liderou a resistência à ocupação nazista do seu país durante a 2ª guerra mundial. Foi presidente de 1945 até sua morte, em 1980. Integrou, junto a Nasser e Nehru, uma “corrente neutralista” durante a Guerra Fria, não se alinhando a nenhum dos dois blocos hegemônicos.

governos de “Frentes Populares”²³. Também para parte das esquerdas, a estratégia utilizada pela Revolução Cubana mostrou o que seria o modelo a ser seguido, a luta armada, feita a partir do estabelecimento de pequenos focos guerrilheiros. Esta concepção foi elevada a condição de orientação continental, o “foquismo”, no decorrer dos anos 60, por Che Guevara, e esquematizada por Régis Debray em *Revolução na revolução*²⁴.

A radicalização política desse início dos anos 60²⁵ estava inserida num contexto de crescimento econômico dos países do 1º mundo, que datava desde os anos 50. Esse período foi denominado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm de, “os anos dourados”: *“hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas.”*²⁶ O mesmo autor destaca que esse período é marcado pelo incremento das relações econômicas *internacionais*, ou seja, cada vez mais os países compravam mais de outros países, e *“apesar disso, começou a surgir, sobretudo a partir da década de 1960, uma economia transacional, ou seja, um sistema de atividades econômicas para os quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores.”*²⁷ Hobsbawm desenvolve a sua linha de análise afirmando que, a partir dos anos 60, passou a existir uma “economia mundial” que desconhece limites ou fronteiras, sendo que ela é quem impõe esses limites. Não que as multinacionais não existissem antes, mas com os “anos dourados” do capitalismo internacional esse setor foi responsável pela maior parte das transações da economia mundial como nunca fora antes. Esse movimento histórico do capitalismo, que progressivamente irá minimizar a importância dos Estados-Nacionais, só pode ser implantado na América do Sul depois da traumática experiência das ditaduras militares, entre as décadas de 60, 70 e 80, com a política neoliberal. Neste período, os governos ditos “populistas” latino-americanos que ousaram questionar a hegemonia norte-americana no continente, com uma política externa independente, entre outras medidas, foram destituídos através de golpes militares, como no caso brasileiro com o presidente

²³ Em 1935, o Stalinismo introduziu como estratégia oficial da burocratizada III Internacional a política das “Frentes Populares”, para os partidos comunistas de todo mundo. Nessa nova orientação, os PC’s participariam de governos junto à burguesia. Tal política representou uma guinada à direita da orientação anterior, que classificando os partidos burgueses como “social-fascistas”, não se aliava a estes, contra o avanço do nazi-fascismo. Essa política desastrosa, chamada de “terceiro período”, em virtude de suceder a um primeiro período revolucionário, entre 1917 e 1923, seguido de uma onda de refluxo do movimento, entre 1924 e 1933, sendo substituída pela “agonia final” do capitalismo, que caracterizaria o chamado “terceiro período”. Tal política ajudou a conduzir Hitler ao poder na Alemanha.

²⁴ DEBRAY, Régis. *La révolution dans la révolution*. Paris: 1965.

²⁵ Temos como exemplos: a guerra de libertação nacional da Argélia (1954-1962), que culminou com a sua independência; a independência, em 1960, dos países africanos: Senegal, Congo e Nigéria; manifestações negras na África do Sul, reprimidas violentamente (1960); presidentes civis depostos por militares – (Argentina – 1962), (Guatemala, Equador e República Dominicana – 1963); a radicalização crescente no nordeste brasileiro, das Ligas Camponesas e de Sindicatos Rurais, como uma reação à violência das elites agrárias, também se insere neste quadro.

²⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. p. 255.

²⁷ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. Op. cit., p. 272.

João Goulart. Essa análise do mundo nos leva a olharmos a conjuntura brasileira daqueles tempos.

O Brasil do pós-guerra era um país que estava atravessando um período de profundas e aceleradas transformações. A economia no período foi marcada pela implantação de um novo modelo de industrialização, diferente do período varguista (1930-1945), em que o Estado era o principal promotor da implantação das chamadas indústrias de base (aço, cimento, máquinas pesadas, navios, trens, petroquímica, etc), a partir do aporte de recursos externos, principalmente de investimentos governamentais dos EUA. A partir do segundo governo Vargas (1951-1954), os EUA, com o presidente Dwight Eisenhower (1890-1969), decidiram que o governo norte-americano deixaria de emprestar dinheiro para o Brasil, sendo que este teria de negociar novos empréstimos diretamente com os bancos particulares internacionais em condições mais difíceis. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), a orientação econômica, que ficou conhecida como a “era do nacional-desenvolvimentismo”, continuou com os investimentos estatais em setores da indústria pesada (siderurgia, construção de estradas e de usinas hidrelétricas), e a financiar setores tradicionais para os empresários brasileiros (tecidos, móveis, vidros, alimentos, etc), mas a inovação promovida por ele consistiu na abertura para o capital estrangeiro penetrar livremente na economia brasileira, através da instalação de diversas multinacionais, que investiram principalmente no setor de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e automóveis. Tais medidas implementadas por esse modelo econômico aumentaram a concentração de renda no Brasil, duplicaram o valor da dívida externa, e tornaram o país mais dependente do capital externo. E trouxeram, conseqüentemente, a curto prazo, a volta da inflação ²⁸.

Paralelamente a esse processo, um elemento de fundamental importância para a compreensão desse período foi a crescente urbanização da população brasileira, seguindo uma tendência mundial, como consequência direta do êxodo rural. Segundo Eric Hobsbawm essa seria “*A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade desse século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato*” ²⁹. Alguns dados dos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre os anos de 1940 e 1970, nos permitem verificar que essa tendência foi seguida no Brasil:

²⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2005, p. 17.

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. Op. cit., p. 284.

População brasileira	População urbana Total/percentual	População rural Total/percentual	Total
1940	12.880.182 / 31,24%	28.356.133 / 68,76%	41.236.315
1950	18.782.891 / 36,16%	33.161.506 / 63,84%	51.944.397
1960	31.303.034 / 44,67%	38.767.423 / 55,33%	70.070.457
1970	52.084.984 / 55,92%	41.054.043 / 44,08%	93.139.037

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> A elaboração é do autor.

Como podemos observar pelo quadro, no Brasil a transformação de um país de população predominantemente rural para uma maioria urbana deu-se na passagem dos anos 60 para os anos 70. Tal processo tem como premissa o êxodo rural, que é analisado dessa forma pelo geógrafo Milton Santos: “*O êxodo rural é um fenômeno complexo nos países subdesenvolvidos. Trata-se de um contingente migratório que, favorecido pelo desenvolvimento da rede viária, dirige-se para as cidades e acaba sendo instrumental, em grande parte, do crescimento urbano.*”³⁰ Segundo este autor, além de um fator subjetivo para esse movimento, que é a atração que o meio urbano exerce sobre a população rural, existem outras “*determinantes externas do fenômeno*”. Dentre as citadas, ele destaca uma que nos interessa de forma particular no estudo do caso Jeremias, isto é, a violência no campo³¹. A outra é “*de ordem econômica: por causa do desequilíbrio econômico cada vez maior entre a cidade e o campo, como é o caso, por exemplo, da América Latina.*”³²

A concentração fundiária também está diretamente inserida nesse processo. Um dado do período abordado, anos 60, vem de uma declaração prestada pelo então presidente da Superintendência da Política Agrária – SUPRA, órgão ligado ao governo federal, João Pinheiro Neto, ao jornal *Última Hora*, do dia 13 de março de 1964, praticamente nas vésperas do golpe civil-militar, em uma edição especial do referido periódico, “*EXTRA da Reforma Agrária*”, em que afirma que no Brasil existiam 15 milhões e meio de pessoas que trabalhavam na terra, sendo que apenas três milhões e meio eram proprietários, restando o número de 12 milhões de não-proprietários. Desta forma, cerca de 80% dos que trabalhavam a terra não a possuíam. No Nordeste o quantitativo de “sem-terra” era de 3 milhões e seiscentos mil, sendo que em Pernambuco o número era de 1 milhão.

³⁰ SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 2008, p. 24.

³¹ Milton Santos afirma que a principal causa das migrações para o meio urbano colombiano é a violência, o que certamente nos remete à guerra civil e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Guardadas as devidas proporções, não será o caso de considerarmos a violência no campo um elemento a mais na análise do êxodo rural em regiões de conflitos mais acirrados? Principalmente se levarmos em consideração que a mudança de perfil da sociedade brasileira, de rural para urbana, deu-se entre os anos 60 e 70, quando a repressão oficial e particular aos movimentos sociais do campo foram mais intensas..

³² SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. Op. cit. pp. 24-25.

Justamente nesse período é que surgiram as primeiras formas de organização dos trabalhadores do campo, Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais (com seus delegados sindicais e conselhos de camponeses), as quais veremos com mais profundidade no próximo tópico.

Entretanto se a fração das chamadas “classes subalternas”³³, referente ao meio rural brasileiro, iniciava um crescente processo de organização, as seculares elites agrárias continuavam articulando seus interesses de manutenção da “hegemonia”³⁴ num novo contexto de acirramento das lutas sociais. Segundo Vânia Maria Losada³⁵, a oligarquia rural, que não mais detinha um poder hegemônico, como no período do império e da Primeira República, “*estava longe de ser um setor politicamente inexpressivo, passivo e refratário aos grandes acontecimentos da época.*”

³⁶ Para a autora, a própria sustentação política do projeto nacional-desenvolvimentista que marcou a segunda metade dos anos 50, ou seja, o governo de Juscelino Kubitschek, foi o resultado de um acordo implícito entre as elites agrárias e o setor industrial, seja o financiado pelo capital nacional ou estrangeiro. Em tempos de luta pela reforma agrária, o discurso da bancada ruralista no Congresso Nacional de então, defendia um conceito de reforma agrária diametralmente oposto ao proposto pelos movimentos sociais do campo: “*Num país de possibilidades imensas como o Brasil, a reforma agrária tem que ter por objetivo a formação de grandes unidades produtivas, dotadas de assessoria técnica moderna, grandemente capitalizadas.*”³⁷ Como podemos perceber, enquanto a esquerda queria ver a terra dividida, os latifundiários desejavam aumentar ainda mais a concentração de terras.

No plano político, os anos 60 são marcados inicialmente pela eleição de Jânio Quadros para a presidência da República, em 1960, por uma aliança conservadora capitaneada pela União Democrática Nacional, UDN. Derrotando, com quase dois milhões de votos de vantagem (5.600.000 X 3.800.000), o candidato da aliança entre o Partido Social Democrático, PSD, e o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, que lançaram a chapa, Mal Henrique T. Lott, para a presidência, e João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas, para vice. Naquele período, a eleição presidencial era separada, ou seja,

³³ Segundo Gramsci, a função histórica das classes dominantes é impor a sua ideologia/hegemonia às classes dominadas. A subalternidade se expressa na reprodução, ainda inconsciente, da ideologia dos primeiros, nas frações das “classes subalternas”: subproletariado, proletariado urbano e rural, e a pequena burguesia

³⁴ Para Gramsci, o conceito de hegemonia caracteriza a liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras. As formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem.

³⁵ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

³⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. Op. cit. p. 190.

³⁷ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. Op. cit. p. 179. É interessante notar como esse discurso capitalista para o campo se realizou plenamente no Brasil “democrático” da Nova República, gerando o que é chamado hoje de *agrobusiness*.

o eleitorado podia votar em um candidato a presidência de uma chapa, e votar para vice de outra coligação. E foi o que aconteceu. Jânio Quadros foi eleito, mas teve como vice-presidente o candidato da chapa adversária, João Goulart, ou Jango, como também era conhecido. Tal composição antagônica no poder já abria a perspectiva de futuras crises políticas.

Com a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente da República em 1961, iniciou-se uma grave crise política. Os militares e os setores civis da direita não queriam de modo algum permitir posse de João Goulart.

Jango era o principal herdeiro político do que se convencionou chamar de populismo³⁸ praticado por Getúlio Vargas. Quando era ministro do Trabalho deste, em 1954, propôs um aumento de 100% no salário mínimo, o que provocou a reação dos militares no conhecido “manifesto dos coronéis”, contrário ao aumento, que representaria, para os militares, a “*infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas*”, já que corríamos o risco de estar “*com o comunismo solerte sempre à espreita...*”³⁹. Jango saiu do ministério do Trabalho. Vargas concedeu o aumento de 100% do salário mínimo pouco depois.

Dessa forma, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, gerou-se um impasse, pois os ministros militares e a maioria dos congressistas não queriam dar posse ao vice-presidente Jango, que estava em viagem oficial na China comunista. O principal foco de resistência ao impedimento da posse foi o estado do Rio Grande do Sul, onde o então governador Leonel Brizola, (1922-2004), criou a “cadeia da legalidade”, uma rede de cerca de cem emissoras de rádio que exortavam a população a favor da posse de Jango, e a criação de comitês da legalidade, onde se formariam milícias populares. Empossado graças a um acordo político que resultou em uma emenda parlamentarista aprovada às pressas no congresso nacional, o

³⁸ O “Populismo” surgiu na Rússia, em meados do século XIX, e origina-se do termo *narod*, que significa “povo”, daí “populismo”. Os seus teóricos viam o campesinato como uma classe revolucionária e a forma comunal da economia camponesa como o núcleo para o Socialismo na Rússia. Entretanto, houve uma mudança substancial quanto ao significado do conceito no século XX, quando ressurge, a partir dos anos 30, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder no Brasil, e representará uma forma política associada a diversos personagens da história recente do Brasil (João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Jânio Quadros e Ademar de Barros), e na América Latina (Juan Perón na Argentina e Cárdenas no México). Como se percebe, o conceito foi estendido a políticos de esquerda e de direita. O conceito clássico de “Populismo” está associado ao processo de industrialização e urbanização na América Latina, quando o êxodo rural aumenta consideravelmente a população urbana que pressionava para obter reconhecimento social dos seus direitos trabalhistas. A esse contexto soma-se a presença de líderes carismáticos que apresentavam-se como patrocinadores da política da outorga da legislação trabalhista e social, que exigiam a contrapartida, no pacto social, a participação da classe trabalhadora nos sindicatos reconhecidos pelo governo, distante da retórica revolucionária do comunismo e do anarquismo, que pregavam a luta de classes. Para o Populismo, no qual o líder carismático relacionava-se diretamente com as massas, muitas vezes dispensando a atuação de partidos políticos tradicionais, o conceito de “povo” representa uma visão “horizontal” da sociedade, onde não existem clivagens (o povo é identificado a nação, daí o seu caráter nacionalista), diametralmente oposto a concepção antagônica do Marxismo e do Anarquismo, que enfatizam a existência de diferentes classes sociais, que estão em permanente luta, até a vitória da revolução.

³⁹ COLEÇÃO CAROS AMIGOS. *A Ditadura Militar no Brasil – a história em cima dos fatos*. São Paulo: Casa Amarela, 2007, p. 37.

governo de João Goulart foi marcado por um processo crescente de tensões sociais a acirramento ideológico, principalmente após a realização de um plebiscito no qual a maioria do eleitorado brasileiro optou pela volta do regime presidencialista em janeiro de 1963. E, principalmente, pelo retorno das prerrogativas presidenciais plenas do poder executivo republicano.

O governo de Jango deu continuidade a uma política externa independente, iniciada durante a breve passagem de Jânio Quadros pela presidência, em 1961, que, sendo um governo conservador, possuía uma larga margem de manobra para aplicá-la. Jango indicou para a pasta das relações exteriores o advogado e político mineiro, do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, San Tiago Dantas, o qual promoveu o reatamento das relações com a União Soviética e na reunião de chanceleres dos países americanos, realizada em janeiro de 1962, em Punta del Este, discordou da posição dos Estados Unidos, que pretendia expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos, OEA. Em março, chefiou a delegação brasileira enviada a Genebra para participar da Conferência de Desarmamento, onde o Brasil definiu-se como "potência não-alinhada". Tal independência na condução da política externa, onde não havia um alinhamento automático aos EUA, foi, certamente, um dos fatores que impulsionaram o movimento golpista de 1964, e o rápido reconhecimento oficial do governo de exceção instalado no Brasil pelo governo norte-americano.

Somam-se a esses elementos da diplomacia brasileira, outros de natureza econômica e política.

Na economia, podemos ver o agravamento do legado deixado pelo governo JK. O ano de 1963, por exemplo, apresentava os seguintes indicadores: inflação de 70,9 % (a maior da história do país), crescimento do PIB de 0,6 % (o menor desde 1947), e, déficit no Tesouro Público de 500 bilhões de cruzeiros ⁴⁰. Um cenário de crise econômica que o "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social", de 1962, idealizado por Celso Furtado, a frente do então recém-criado Ministério do Planejamento, não conseguiu reverter. Esse contexto foi bastante explorado pelas forças da Direita e por amplos setores da mídia. A prática estatal de encampações de empresas estrangeiras, realizadas no estado do Rio Grande do Sul pelo então governador Leonel Brizola, do PTB, que nacionalizou empresas norte-americanas de geração de energia elétrica (Bond and Share), em 1959, e empresas norte-americanas de comunicação (ITT), em 1961; bem como a cassação das concessões ilegais de jazidas de ferro, em Minas Gerais, da empresa norte-americana Hanna, pelo presidente João Goulart, em outubro de 1961, geraram um profundo mal-estar nas relações entre os governos do Brasil e dos EUA. Esse clima conflituoso foi acentuado com a sanção do governo federal, em janeiro de 1964, da nova lei de remessa de lucros para o exterior, aprovada pelo Congresso Nacional, que de certa forma impedia a saída maciça de capitais, restringindo o envio dos lucros das companhias multinacionais para suas matrizes, e, segundo René Armand Dreifuss: "*retirando-lhes os extraordinários privilégios*

⁴⁰ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 378-380.

*concedidos em grande parte durante a administração de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros. A partir dessas cláusulas o capital estrangeiro e o capital nacional seriam tratados em igualdade de condições.”*⁴¹.

O frágil equilíbrio existente na política “Populista”, praticada pelo governo Jango estava prestes a ser rompido, pois as crescentes tensões sociais, nas cidades e no campo, encontravam um ator vacilante no governo federal, que não podia atender interesses distintos, dividido entre as pressões da burguesia industrial e elites agrárias e dos trabalhadores. Pois, entre outras coisas, não podia combater a inflação galopante sem prejudicar os salários dos trabalhadores, que eram, através dos sindicatos, federações e confederações, sua principal base de apoio político, herança de sua passagem pelo Ministério do Trabalho durante o último governo Vargas, e maior legado do trabalhismo varguista.

Para ampliar esta base, Jango teve que debruçar-se sobre a questão do campo, e apresentar respostas efetivas à demanda social de uma parcela significativa da população brasileira, que, historicamente, havia sido alijada de qualquer resquício de cidadania. Possivelmente essa foi a mais conflituosa questão daqueles anos do período anterior ao golpe civil-militar, e um fator preponderante na construção de um clima de medo diante do “perigo vermelho”, que preparou psicologicamente setores da sociedade para apoiarem os militares na tomada do poder em abril de 1964.

A inserção dos trabalhadores rurais, (e aqui utilizo o conceito de Manoel Correia de Andrade para definir os trabalhadores rurais como sendo “*aqueles que já foram expropriados da terra e dos utensílios de trabalho, que seriam os assalariados*”, em oposição ao termo camponês, que representa, em sentido estrito “*aqueles que não foram ainda inteiramente expropriados dos meios de produção.*”⁴²), na legislação trabalhista do período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) estava presente “*apenas de maneira parcial e teórica*”⁴³. As lutas pela plena efetivação desses direitos se multiplicam devido a um aumento da presença do capitalismo no campo, como nos fala Manoel Correia de Andrade: “*O grande aliado do movimento sindical, porém, foi a expansão do capitalismo no campo, intensificando o processo de expropriação de camponeses e fazendo crescer o número de assalariados agrícolas.*”⁴⁴, e também a partir do governo Jango, quando o número de sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho teve um aumento substancial⁴⁵.

⁴¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 131.

⁴² ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 6.

⁴³ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho*. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2007, p. 93. A autora faz um levantamento da legislação trabalhista produzida na Era Vargas, destacando os seguintes pontos que poderiam ser estendidos aos trabalhadores rurais: salário mínimo, a Justiça do Trabalho, a CLT, o abono familiar e a legislação sobre os acidentes de trabalho.

⁴⁴ CORREIA, Manoel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. Op. cit., p. 31.

⁴⁵ Em 1955 só cinco sindicatos de trabalhadores rurais eram reconhecidos em todo Brasil. Essa realidade começa a mudar a partir de 1º de maio de 1962, quando o ministro do Trabalho, Franco Montoro, outorga, após décadas de obstáculos, diversas cartas sindicais. Para se ter uma idéia do crescimento do

Outro fator que aprofundou as tensões sociais, particularmente na zona canavieira nordestina, e que reflete a influência das questões internacionais no âmbito nacional e regional foi, conforme já citado anteriormente, a revolução cubana. O processo de “esquerdização” desta, e o seu alinhamento com a União Soviética e o bloco socialista, foi encarado pelos EUA como um perigo para o mundo ocidental, sendo respondido com o bloqueio econômico a Cuba, o que levou os EUA a comprarem o açúcar produzido no nordeste brasileiro, gerando, assim, uma “fome de terras”, para que fosse ampliada a área de plantação de cana-de-açúcar, diminuindo o espaço para culturas de subsistência, produzindo fome e ocasionando um processo de expulsão das populações rurais e sua proletarização nos centros urbanos ⁴⁶.

Em dois de março de 1963 foi sancionada a Lei Federal nº 4.214, mais conhecida como o Estatuto do Trabalhador Rural, que reconhecia aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas já garantidos aos trabalhadores urbanos pela CLT, tais como:

direito à posse de carteira profissional de trabalhador rural, que o identificava e servia para o registro dos contratos de trabalho; regularização da jornada de trabalho; reconhecimento do direito ao salário mínimo; repouso semanal remunerado; férias anuais remuneradas; indenização por tempo de serviço, quando ocorresse demissão sem justa causa; aviso prévio em caso de demissão; estabilidade no emprego após dez anos de serviço; direito à sindicalização e, para as mulheres, o direito a doze semanas de licença remunerada por ocasião do parto. ⁴⁷

Pela extensão dos direitos assegurados por força de lei, percebe-se que a condição anterior dos trabalhadores rurais era a de verdadeiros párias da sociedade. Entretanto a existência da lei não garantia a sua plena execução pelos latifundiários. Outras leis que contemplavam alguns direitos dos trabalhadores rurais existiram anteriormente e não foram aplicadas.

Um quadro de crescente tensão no campo estava desenhado. Internamente os conflitos no meio rural se multiplicavam, como veremos mais detalhadamente adiante. Externamente, este contexto se apresentava para para o país líder do bloco capitalista, da seguinte forma, como nos fala Paulo G. Fagundes Vizentini:

Na percepção norte-americana, o Brasil afigurava-se como o novo ‘elo frágil’, como uma possível nova Cuba. Assim, as pressões se aprofundaram, especialmente após a crise dos mísseis em Cuba, em

movimento dos trabalhadores rurais em Pernambuco, entre 1962 e 1964 (até março, antes do golpe civil-militar), foram fundados 64 sindicatos rurais, (1962 – 7 ; 1963 – 52; 03/1964 – 5 sindicatos rurais). ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2005, p. 47.

⁴⁶ BACELAR, Tânia. “Contexto do Nordeste do início dos anos 1960, a Sudene e a Escola de Engenharia da UFPE”. In: ZAIDAN, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (organizadores). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2007, p. 35.

⁴⁷ CORREIA, Manoel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. Op. cit., pp. 34-35.

outubro de 1962. Esse acontecimento invalidou muito da argumentação usada pela diplomacia brasileira, de que a questão cubana era um problema interno e não um episódio da Guerra Fria.

48

Para finalizarmos a contextualização no período, vamos nos referir ao ator que desempenhará um papel central no desenrolar da crise conjuntural em que vivia o Brasil, naquela primeira metade dos anos 60 – as Forças Armadas.

As Forças Armadas brasileiras, notadamente o Exército, desempenharam um papel político crescente no período republicano, desde o seu início. Segundo José Roberto Martins Filho: “*as Forças Armadas constituíam parte integrante e indissociável do poder político desde 1930 e, principalmente depois de 1937.*”⁴⁹ Um fator fundamental para a compreensão da presença cada vez mais atuante dos militares na vida nacional foi a atuação conjunta das Forças Armadas ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, particularmente junto as Forças Armadas dos EUA. Com o fim do conflito global, logo se desenhou um novo antagonismo, que como sabemos, foi a Guerra Fria. Neste novo contexto mundial, as Forças Armadas brasileiras iniciaram um processo de crescente aproximação técnica e, principalmente, ideológica com os militares norte-americanos. Essa relação, que originará a criação da Escola Superior de Guerra, ESG, está explícita no próprio site da instituição, que assim relata a sua origem:

A Escola Superior de Guerra (ESG) resultou de estudos desenvolvidos por um grupo de militares preocupados com as conseqüências da recém-terminada Segunda Guerra Mundial. Em 1948, o General Salvador César Obino, então Chefe do Estado-Maior Geral (antigo Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA e hoje Ministério da Defesa), criado dois anos antes, em visita ao NATIONAL WAR COLLEGE, nos EUA, contou, de imediato, com o apoio dos norte-americanos, que se prontificaram de enviar uma missão militar para dar suporte à implantação da referida Escola.⁵⁰

O principal conceito que norteará as elites militares e civis que passaram pelos cursos ministrados pela ESG, foi o de “segurança nacional”, dentro de um contexto de bipolarização intensa no cenário internacional, entre um “ocidente cristão” e um “oriente ateu e comunista”. Vizontini comenta a instituição dessa concepção, então nascente:

Nesse quadro mais amplo, a nova doutrina acabava por destinar às Forças Armadas um papel bastante amplo de defesa global das instituições nacionais. Como lembrou em conferência na ESG o primeiro presidente do regime militar do pós-64, sua principal

⁴⁸ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (organização). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.p. 209-210.

⁴⁹ FILHO, João Roberto Martins. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (organização). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 103.

⁵⁰ <http://www.esg.br/esg.html>. Página inicial. Consulta às 21:19 em 10/08/2009.

característica era a preocupação com a ‘agressão interna’, corporificada na infiltração e subversão ideológica. No limite, tal agressão se expressaria em guerra insidiosa e traçoira, marcada pelo enrijecimento e pela infiltração.⁵¹

Não houve tempo para a implantação das chamadas “reformas de base”: bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária.

O desfecho da aplicação da doutrina da “segurança nacional”, é conhecido. O golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, que marca o fim de um ciclo da história republicana brasileira. Ciclo esse que teve como um dos seus principais palcos o estado de Pernambuco.

Neste, o processo de modernização da produção da agroindústria açucareira data de fins do século XIX, com o surgimento das usinas. Esse contexto gerou um crescimento da procura pela cana-de-açúcar, e uma concorrência entre as usinas e os engenhos, sendo que estes, progressivamente, irão tornar-se fornecedores das usinas, ou arrendarão parte de suas terras a pequenos produtores em troca de um pagamento em dinheiro, que receberá o nome de fôro.

Os anos 30 serão marcados por uma política de intervencionismo estatal, que atuará diretamente na produção açucareira. O Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, é o principal exemplo dessa orientação federal.

O pós-guerra será marcado por uma conjuntura altamente positiva para a agroindústria, seja no mercado internacional, seja no cenário interno, no qual as políticas públicas e as medidas protecionistas, ao lado de incentivos à produção, comercialização e uma política de créditos, aumentaram os lucros no setor. Tal conjuntura impulsionou os fornecedores de cana-de-açúcar a intensificarem a produção. É a partir desse momento que começa o processo de expulsão dos trabalhadores do campo que, de diversas formas, tinham uma relação com os proprietários para o uso da terra. Para os trabalhadores rurais, já expropriados dos meios de produção, esse contexto fez com que os seus baixos salários fossem ainda mais reduzidos, devido ao aumento da oferta de mão-de-obra, proveniente do processo de expulsão das populações do campo.

A reação organizada das massas do campo se dá nessa escalada da exploração, expropriação e opressão levadas adiante pela elite açucareira nordestina⁵².

No início dos anos 60, o açúcar continuava a passar por um período de valorização, devido às condições do mercado internacional. Esse fato ocorria paralelamente a implantação de obras estruturantes que, progressivamente, estavam sendo implementadas pela então recém-criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, criada em 1959, no governo JK, idealizada pelo economista

In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (organização). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Op. cit. p. 109.

⁵² JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco 1955-1968*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1990, pp. 30-32.

Celso Furtado, seu primeiro presidente. O Nordeste estava se modernizando. Sobre esse processo, Manoel Correia de Andrade comenta:

Foram criadas superintendências de desenvolvimento regional, que estimularam a política de industrialização, de construção de obras de infra-estrutura e de modernização da agricultura. Essa modernização teve sérias repercussões no setor agrícola, uma vez que provocou a valorização das terras, quer por torná-las mais acessíveis tanto ao mercado de matérias-primas como ao mercado consumidor, quer porque, estimulando o crescimento da capacidade de produção das indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, provocou a expansão da atividade agrícola, aguçando a sede de terras por parte das empresas.⁵³

Segundo ainda esse autor, esse processo podia ser caracterizado como uma “capitalização do campo”, que, obviamente, traria profundas implicações sociais. A penetração do capitalismo no campo, particularmente na zona canavieira, onde predomina a monocultura, desenvolveu uma política de expropriação dos camponeses, que assim se transformariam em trabalhadores assalariados. Para as usinas, que se reequiparam com financiamentos do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), havia a necessidade de expansão da área produtora de cana-de-açúcar. Os foreiros⁵⁴, parceiros ou moradores de condição⁵⁵ que viviam com suas famílias nas terras dos latifundiários da zona da mata pernambucana praticando uma agricultura de pequeno porte, foram sendo paulatinamente obrigados a se retirarem, ou a substituírem suas lavouras pelo plantio da cana. Esse processo levou, conseqüentemente, a uma proletarização da população camponesa.

Dentro do quadro de relações sociais no campo pernambucano podemos observar um padrão de crescimento da quantidade de arrendatários entre os anos de 1920 a 1960, no confronto dos resultados dos respectivos censos realizados pelo IBGE (exceção de 1930).

Pernambuco - Condição do responsável	1920	1940	1950	1960
Arrendatário	1.227	21.634	35.425	65.082

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> A elaboração é do autor.

Fica evidente que o quantitativo de pessoas que arrendaram terras, e pagavam com dinheiro, produtos ou serviços, teve, no referido período, um crescimento impressionante de 5.304% !

⁵³ CORREIA, Manoel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. Op. cit., pp. 20-21.

⁵⁴ *Foreiros* eram os camponeses que pagavam o *foro* aos proprietários. O *foro* era uma quantia paga anualmente ao dono da terra.

⁵⁵ “morador que, residindo no engenho, tinha o direito de cultivar a lavoura branca (milho, mandioca e feijão) e a obrigação de prestar dois ou três dias de serviço por semana (condição) ao proprietário, recebendo um pagamento menor que aquele dado aos assalariados rurais permanentes, que não moravam no engenho.” ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Editora da UFPE / Editora Oito de Março, 2005, p. 28.

Ao mesmo tempo em que isso ocorria, outra mudança se verificava nos anos 60, ou seja, a passagem de uma população majoritariamente rural para uma maioria urbana.

População pernambucana	População urbana Total / percentual	População rural Total / percentual	Total
1960	1.828.426 44,80%	2.252.175 55,20%	4.080.601
1970	2.801.153 54,52%	2.336.902 45,48%	5.138.055

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> A elaboração é do autor.

Como podemos observar, no decorrer de uma década praticamente houve uma inversão do quadro, mostrando assim que Pernambuco acompanhava a tendência nacional.

Em relação a população economicamente ativa (PEA), pode-se verificar que houve uma redução tanto absoluta como relativa no número de trabalhadores dos setores da agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca.

Pernambuco – População economicamente ativa - (PEA)	População economicamente ativa – Atividades econômicas (Agricultura, pecuária e silvicultura / extração vegetal / caça e pesca) – Total / percentual em relação ao (PEA) do estado	Total da população economicamente ativa – (PEA)
1960	806.596 / 61,82%	1.304.573
1970	764.719 / 50,81%	1.504.803

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> A elaboração é do autor.

Em relação a educação, o censo realizado pelo IBGE em 1960 em Pernambuco, mostra uma população local predominantemente analfabeta, seja em todo estado e, principalmente, na população rural.

Pernambuco – Alfabetização (pessoas de 5 anos e mais)	Sabem ler e escrever – Total / percentual	Não sabem ler e escrever – Total / percentual	Total
Estado	1.276.906 / 37,3%	2.149.367 / 62,7%	3.428.181
População rural	419.711 / 22,3%	1.469.216 / 77,7%	1.889.041

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> A elaboração é do auto

Esses dados revelam claramente que as forças políticas que atuavam no campo pernambucano, organizavam uma parcela da população com um mínimo de instrução básica, carente do mais fundamental direito de cidadania que é o saber ler e escrever. Obviamente tal situação era de interesse das elites locais, particularmente as agrárias que dessa forma, mantendo na mais profunda ignorância a massa de camponeses e trabalhadores rurais, reproduzia sua dominação e opressão.

As formas de organização encontradas pela população rural foram basicamente duas: as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais.

As primeiras Ligas Camponesas datam do breve período de legalidade do PCB, entre 1945 e 1947, quando foram organizadas cerca de cem Ligas na zona da mata e na região metropolitana, impulsionadas, muitas vezes, por militantes comunistas. Com a ilegalidade do PCB em 1947, a repressão levou ao seu desaparecimento.

No começo dos anos 50, o PCB retomava o trabalho no campo com a criação de novas entidades, com denominações diferentes de Ligas Camponesas, sendo chamadas de “união”, “associação” e “sociedade”. Muitos congressos regionais e nacionais de trabalhadores rurais foram realizados nesse período, destacando-se a 2ª Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1954, em São Paulo, na qual foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, de orientação comunista.

Ainda em 1954, sob influência do PCB, o sindicato rural de Barreiros foi o primeiro a ter o registo aceito pelo Ministério do Trabalho. Neste mesmo ano um Congresso Camponês é impedido pela polícia de realizar-se em Palmares⁵⁶

Em 1955 foi fundada no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), que era uma associação beneficente com fins assistencialistas, mas que com a repressão do latifundiário e da polícia, foi se radicalizando e para se defender juridicamente, contratou o advogado e então deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião. As elites agrárias e os aparelhos de repressão atribuíram a esse movimento o nome das extintas Ligas dos anos 40, para associá-las ao PCB, justificando assim, a perseguição. Daí em diante, principalmente nos anos 60, o número de Ligas Camponesas se multiplicou em Pernambuco e em parte do Brasil: Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e no próprio Distrito Federal (Brasília). Em Pernambuco, teriam existido cerca de 40 Ligas Camponesas nos primeiros meses de 1964. E nacionalmente, no mesmo período, o número de seus associados seria aproximadamente de 80 mil membros⁵⁷.

⁵⁶ JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco 1955-1968*. Op. cit. pp. 34-35.

⁵⁷ MORAIS, Clodomir Santos. “História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969”. In: *A Questão Agrária no Brasil – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. STÈDILE, João Pedro (org.). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, pp. 62/ 63.

Os sindicatos rurais foram impulsionados pela proletarização no campo. De 1954, quando existia apenas um sindicato rural reconhecido pelo Ministério do Trabalho em Pernambuco, no município de Barreiros, até março de 1964, às vésperas do golpe, o número total de sindicatos rurais chegou a 71⁵⁸.

Abria-se uma nova situação no campo, com profundos reflexos na conjuntura nacional e pernambucana. Pela primeira vez, numa história secular de exploração e opressão, as massas do campo resistiam de forma organizada à dominação das elites agrárias, e, inserindo-se como um novo ator social, pressionavam os poderes públicos para terem reconhecidos os seus direitos.

Em Pernambuco, os governos de Cid Sampaio (1959-1962) e de Miguel Arraes (1963-1964) tiveram, cada qual a seu modo, de fazer frente às demandas dos movimentos sociais do campo.

O governador Cid Sampaio cedendo às pressões, e como forma de diminuir as tensões, sancionou o projeto de lei apresentado pelo deputado estadual do PSB, Carlos Luís de Andrade, que desapropriava o engenho Galiléia. Entretanto as terras do engenho não foram entregues aos camponeses, mas à Companhia de Revenda e Colonização (CRC), que organizou a distribuição das terras e a produção agrícola.

Quando do breve governo Arraes (14 meses), intensificaram-se os conflitos no campo. Arraes utilizou uma secretaria criada no governo de Cid Sampaio, a Secretaria Assistente, como um órgão público estadual destinado especificamente à resolução “pacífica” da questão do campo, buscando efetivar uma política de conciliação de classes na construção do consenso. Durante o seu governo foi celebrado o famoso e histórico, “Acordo do Campo”, em novembro de 1963, que estendeu o salário mínimo aos trabalhadores rurais, bem como levou a ser aplicada uma tabela das tarefas no campo.

Outro importante elemento para a compreensão do contexto local é a evolução de uma coligação partidária que, entre meados dos anos 50 até a golpe civil-militar de 1964, ganhou um amplo espaço político, a “Frente do Recife”. Ela tinha como núcleo, as seguintes agremiações: o PCB, o PSB e o PTB. Obtendo vitórias eleitorais expressivas para a prefeitura do Recife, em 1955 com Pelópidas da Silveira, e com Miguel Arraes em 1959, e novamente com Pelópidas da Silveira em 1963; e para o governo estadual com Cid Sampaio em 1958, e com Miguel Arraes em 1962⁵⁹. A construção da Frente do Recife possibilitou que a tradicional repressão oficial aos movimentos sociais fosse atenuada, em face também do próprio crescimento desses.

Os desdobramentos dessa coligação no poder estadual, particularmente na gestão de Miguel Arraes, com relação aos movimentos no campo, serão analisados no decorrer da dissertação.

Entretanto cabe destacar ainda a região que serviu de cenário para a atividade política dos trotskistas no campo pernambucano, ou seja, o Município de Itambé, que foi originalmente habitado pelos índios Cariris. Não se conhece, com

⁵⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projeto*. Op. cit., p. 47.

⁵⁹ AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife da frente ao Golpe – ideologias Políticas em Pernambuco*. Recife: Universitária/UFPE, 1993.

precisão, a data da radicação dos primeiros colonos. Sabe-se, no entanto, que nos fins do século XVI começaram a chegar correntes de povoamento, constituídas de portugueses e de mazombos. André Vidal de Negreiros, um dos líderes da guerra contra os holandeses em Pernambuco, erigiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro, no lugar conhecido como Pedras de Fogo, assim denominado em virtude da grande quantidade de calhaus avermelhados que, em choque uns com os outros, produzem faíscas. O topônimo do lugarejo deixou de ser a tradição para voltar a suas origens indígenas: Itambé, depois També. De 1797 a 1801, funcionou o famoso Areópago de Itambé, que segundo uma corrente de historiadores teria sido a primeira Loja Maçônica fundada no Brasil, orientado pelo naturalista e maçom Manuel Arruda Câmara. Em 1874, devido a adoção do sistema de medidas criado na França revolucionária⁶⁰ teve lugar a chamada, “Rebelião de Matutos”, também conhecida por “Quebra-Quilos”⁶¹, que culminou com a invasão de Itambé pelos insurretos, no dia 30 de novembro. Grande fator para o desenvolvimento do lugar foi, sem dúvida, a exportação das chamadas pedras de fogo a fim de serem transformadas em pequenas lâminas, posteriormente utilizadas em armas de fogo. Por efeito do Decreto-lei estadual nº 235 de 9 de dezembro de 1938, o Município e o distrito de Itambé tiveram seus topônimos simplificados para També. No Recenseamento Geral de 1960 compunha-se de 5 distritos: També (sede), Camutanga, Caricé, Ibiranga e Ferreiros, este último criado em 1948, com parte do distrito de Camutanga. De acordo com as Leis estaduais nº 4.940 e 4.953, ambas de 20 de dezembro de 1963, foram emancipados os distritos de Camutanga e Ferreiros. Assim, o município está constituído de 3 distritos: També (sede), Caricé e Ibiranga. Sendo Itambé localizada na Mata Norte pernambucana, possui as características físicas da Mata Norte, que é conhecida como “Mata Seca”, em oposição a “Mata Úmida”, na Mata Sul. Essa região do estado, que tem a cidade de Goiana como principal pólo de desenvolvimento, teve um representante seu, e das elites agrárias locais, como governador de Pernambuco entre 1921 e 1924, Manoel Borba. Itambé divide o espaço urbano com a cidade paraibana de Pedras de Fogo, sendo a principal avenida comum a ambas. As oligarquias agrárias não conhecem fronteiras entre estados. Muitos latifundiários possuem terras tanto em Pernambuco como na Paraíba, algumas vezes no mesmo engenho. A violência é ancestral na região. Desde há muito, segundo relato de Francisco Julião, que veremos com mais atenção adiante, aquela localidade é assolada por grupos de pistoleiros dos poderosos. E é costume dos

⁶⁰ “Em 1789 ... o Governo Republicano Francês pediu à Academia de Ciência da França que criasse um sistema de medidas baseado numa “constante natural”, ou seja, não arbitrária. Assim foi criado o Sistema Métrico Decimal, constituído inicialmente de três unidades básicas: o metro, que deu nome ao sistema, o litro e o quilograma.” Acesso em 05/10/2010 - <http://www.ipem.sp.gov.br/5mt/unidade.asp?vpro=historia>

⁶¹ *Dessa forma o governo imperial brasileiro anunciou que iria substituir as medidas tradicionais como côvados, braças, cuias, salamins, léguas, arroba, farda e alqueire pelas novas medidas, o povo se recusou a aceitá-las, acreditando que nesse sistema ‘estrangeiro’ o governo poderia enganá-lo melhor e cobrar mais impostos. O movimento começou em Campina Grande, na Paraíba, e alastrou-se por outros estados do Nordeste, entre eles Pernambuco, só sendo contido com o envio de tropas do Rio de Janeiro. Em Pernambuco a revolta atingiu as seguintes vilas e povoações: Itambé, Timbaúba, Cruangi, Bom Jardim, Caruaru, Bezerros, Bonito e Triunfo.” In: GALLINDO, Felipe. *Pernambuco Revolucionário – Lutas sociais em Pernambuco (1535-1964)*. Olinda: Editora LivroRápido, 2010. pp. 73-74.*

assassinos de aluguel matar em Itambé e fugir para a Paraíba ⁶². Até uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dos grupos de extermínio foi instalada em anos recentes, sem produzir resultados de vulto.

B) O Trotskismo - Origens e conceitos

O que se convencionou denominar como Trotskismo, remete diretamente ao legado político do revolucionário marxista russo Leon Trotsky (1879-1940), um dos líderes da revolução soviética de outubro de 1917, ao lado de Lenin (1870-1924). Trotsky foi presidente do Soviete ⁶³ de São Petersburgo, epicentro do processo revolucionário, e comandou o exército vermelho durante o período de guerra civil, entre 1918 e 1920 ⁶⁴. O termo foi cunhado por Stálin a fim de anatematizar Trotsky e os seus partidários em 1923, quando do início da disputa política pelo poder, durante a doença de Lenin. Após a morte deste, o Partido Comunista Russo viveu um período de intensa luta pela definição dos rumos da revolução, tanto internamente como internacionalmente. Esse embate estava diretamente ligado à conquista da hegemonia no partido e na III Internacional Comunista ⁶⁵.

Fundamentalmente, a principal oposição, de perspectiva teórico-programática entre Trotsky e seus seguidores e a corrente stalinista, foi a polêmica entre a concepção de “Revolução Permanente” e a teoria de “Socialismo num só país”.

⁶² Infelizmente tal prática se perpetua até hoje, com variações pontuais, como podemos observar no assassinato do advogado e então vice-presidente estadual do Partido dos Trabalhadores (PT), Manoel Matos, defensor de direitos humanos, que foi morto em janeiro de 2009 no município de Pitimbu (PB), por denunciar grupos de extermínio na região. O assassinato é atribuído a supostos envolvidos com o esquadrão da morte que nos últimos dez anos matou cerca de 200 pessoas na divisa de Pernambuco com a Paraíba. Durante anos, Mattos denunciou a ocorrência de homicídios com envolvimento de policiais civis, militares e agentes penitenciários

⁶³ Conselho de delegados escolhidos entre operários, camponeses e soldados.

⁶⁴ Leon Trotsky é, ainda hoje, uma das figuras históricas mais polêmicas do Marxismo do século XX, sendo objeto de defesas veementes por parte de seus seguidores políticos e de críticas vorazes de seus detratores. A própria produção historiográfica se divide entre aqueles historiadores que enfatizam sua participação na repressão ao levante da base naval de Kronstadt em 1921, bem como a proposta de militarização do trabalho durante o “Comunismo de Guerra” (1918-1921); e aqueles que destacam sua atuação como defensor da democracia proletária e do marxismo-leninismo frente ao crescente processo de burocratização/autoritarismo liderado por Stálin na União Soviética e na III Intewrnacional.

⁶⁵ A história das Internacionais Comunistas começou em 1864, com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, tendo entre seus líderes, Karl Marx e Friedrich Engels, sendo extinta, devido a repressão e a disputas internas em 1876. Em 1889 é fundada a Segunda Internacional, que passa por uma profunda crise quando da eclosão da 1ª Guerra Mundial, pois os grandes partidos da Europa ocidental apoiam os seus governos no conflito. Em 1919, refletindo a vitória da revolução bolchevique de outubro de 1917 na Rússia, e a onda revolucionária do pós-gurra, é criada a III Internacional, conhecida também como Komintern, sob a liderança de Lenin. Ela sofrerá as mesmas lutas que marcaram os anos 20 na União Soviética, até a ascensão ao poder de Stálin (1879-1953) e de seu grupo. Foi dissolvida em 1943 como um dos pontos do acordo de Stálin com os aliados durante a 2ª Guerra Mundial. Um pouco antes, em 1938, foi criada, pelos agrupamentos trotskistas representando 12 países, a IV Internacional, que após o assassinato de Trotsky em 1940 e o fim da 2ª Guerra Mundial, entra em crise. A qual se aprofunda nos anos 50, dividindo, a partir da década de 1960, o Trotskismo internacional em diversas tendências. Situação que ainda se mantém ainda.

Através da teoria da “Revolução Permanente”⁶⁶, Trotsky combatia as posições de Stálin em duas frentes, o Partido Bolchevique e a III Internacional: a primeira opunha-se frontalmente a afirmação de Stálin de que era possível construir o socialismo em nível nacional, pois a crescente internacionalização da economia capitalista, analisada por Marx e conceituada por Lenin como imperialismo, não permitiria a concretização do socialismo dentro das fronteiras de uma nação, o que só seria possível em escala global, daí o caráter permanente da revolução, que não poderia se limitar a apenas um país; o segundo ponto, e que terá uma relação direta com as lutas políticas nos chamados “países atrasados” ou “semi-feudais”, é a concepção de que os trabalhadores devem levar adiante suas lutas independentemente da burguesia, pois as experiências revolucionárias do século XIX na Europa e a revolução russa de 1905 haviam demonstrado, segundo Trotsky, o caráter contra-revolucionário da burguesia, diferente do comportamento de frações da burguesia francesa da revolução de 1789. Destoando da concepção predominante entre a social-democracia⁶⁷ russa até 1917, tanto dos mencheviques como dos bolcheviques⁶⁸, Trotsky defendia que a revolução de fevereiro de 1917, não deveria simplesmente se contentar em derrubar o Absolutismo do czar Nicolau II, e entregar o poder para a burguesia russa. Essa concepção, que é conhecida como uma teoria de revolução por etapas, estabelece que, em primeiro lugar, a burguesia comandaria o processo de desenvolvimento do capitalismo, em que o proletariado acumularia experiência e força para, num prazo indefinido, conquistar o poder em um processo revolucionário.

Outro ponto fundamental da crítica trotskista ao stalinismo é a oposição a toda e qualquer forma de burocratização do partido e dos movimentos sociais, onde o espaço de livre discussão nos fóruns internos seja substituído por uma “lealdade” cega aos líderes “iluminados” do partido, o qual mantém sua unidade artificial e o controle da máquina partidária, graças a proibição da existência de frações dentro do Partido⁶⁹.

⁶⁶ A teoria da Revolução Permanente é considerada como uma das contribuições específicas e inovadoras de Trotsky ao pensamento Marxista do século XX, ao lado de sua crítica ao processo de burocratização stalinista na URSS e na III Internacional. A primeira teorização de Trotsky sobre a Revolução Permanente data de 1906, no livro *Balanço e perspectivas*, escrito logo após a derrota da revolução russa de 1905. Em 1930, já no exílio, Trotsky, desenvolveria o conceito original, e escreveria *A Revolução Permanente*.

⁶⁷ Os partidários do pensamento marxista em fins do século XIX e começo do século XX se auto-denominavam “social-democratas”. Tanto que o nome do agrupamento fundado em 1898 por Lenin, entre outros, era Partido Operário Social-Democrata da Rússia.

⁶⁸ Termos que significam: bolchevique (grande/maioria), e menchevique (pequeno/minoria). Foram associados a concepções políticas distintas quanto a organização do partido. Em 1903, em Londres, realizou-se o II Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia, onde duas visões antagônicas de partido se opuseram. Lenin defendia uma organização partidária eficiente e disciplinada, rigidamente centralizada sob uma liderança única. Martov propunha uma idéia de partido aberto a todos os que se interessassem pela causa revolucionária, sem uma rígida estrutura centralizada. A vitória da proposta leninista associou o seu grupo à expressão.

⁶⁹ Por uma ironia da história, ou uma consequência do crescente autoritarismo bolchevique, em 1921, durante o 10º Congresso do Partido, Lenin e Trotsky defenderam a proibição de frações dentro do Partido, como uma medida temporária. Pouco antes, logo após o fim da guerra civil (1918-1920), todos os partidos de oposição foram extintos, originando o regime de partido único. Posteriormente, Trotsky e muitos outros opositores de Stálin, foram expostos do Partido a partir da aplicação dessa medida.

Tais polêmicas existiram abertamente dentro da União Soviética até o fechamento completo do regime stalinista em fins dos anos 20. Elas também foram sufocadas na III Internacional. Entretanto estiveram presentes durante as décadas de 20 e 30 em diversas partes do mundo, originando uma oposição internacional de esquerda a ditadura stalinista. Os reflexos dessa luta chegaram ao Brasil. É o que veremos a seguir.

O movimento no Brasil

O Trotskismo surge no Brasil combinando duas situações: um aprofundamento de críticas internas ao núcleo dirigente do PCB, a partir da segunda metade dos anos 20, que irão gerar uma oposição de esquerda; e o cenário internacional, onde o processo de conquista das principais instâncias partidárias do PC soviético e da III Internacional pela fração stalinista é acompanhado pela expulsão das principais lideranças oposicionistas, sendo que Trotsky, entre 1925 e 1929, é expulso respectivamente do Bureau Político do partido, do Komintern, do Comitê Central do partido, do partido, e da União Soviética. Essa perseguição internacional aos oposicionistas nos PC's nacionais, leva-os a organizarem, sob a liderança de Trotsky, então banido da União Soviética, vivendo no exílio, uma corrente política internacional denominada de "Oposição de Esquerda", que no Brasil, de 1929 a 1933, terá os seguintes nomes: Grupo Comunista Lenin (GCL) e Liga Comunista Internacionalista (LCI)⁷⁰. A partir de 1933, com a ascensão de Hitler e do Partido Nazista ao poder na Alemanha, a orientação internacional do trotskismo passa por uma reformulação, tendo sido caracterizada a "falência" da III Internacional, sob o controle de Stalin, e a necessidade de se construírem novos partidos leninistas em todo mundo e uma nova Internacional Comunista, o que ocorrerá em setembro de 1938, em Paris, com delegados de 11 países⁷¹, às vésperas da 2ª Guerra Mundial. No Brasil, dentro dessa nova orientação internacional, os trotskistas fundam, em outubro de 1933, a Liga Comunista Internacionalista (LCI), que existirá até 1937, quando, após a feroz repressão desencadeada pelo governo varguista depois do levante armado de 1935, organizado pelo PCB, e da discordância de setores deste partido no Rio de Janeiro, sobre a aventura militarista, é criado o Partido Operário Leninista (POL), o qual existirá de 1937 até 1939, quando ocorre a fusão deste partido com um grupo de dissidentes do PCB

⁷⁰ A principal figura desta "1ª geração" do trotskismo no Brasil foi o pernambucano de Timbaúba, radicado em São Paulo, Mário Pedrosa. Ele foi o único representante da América Latina no Congresso de fundação da IV Internacional em 1938, e que depois se notabilizará como um dos maiores críticos de arte do século XX no Brasil e no mundo, ainda sendo o primeiro signatário da ata de fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980.

⁷¹ Estiveram representadas dez seções: URSS, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Polônia, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica e Estados Unidos. Mais um representante da América Latina. O documento aprovado pela maioria dos delegados, e que foi adotado como seu programa, foi escrito por Trotsky, que estava no exílio no México, e se chamava "A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da Quarta Internacional". Ficou mais conhecido como *Programa de Transição*.

carioca, o que origina o Partido Socialista Revolucionário (PSR). Em 1940, já em plena 2ª Guerra Mundial, uma cisão marca o que pode ser caracterizado como o fim da “1ª geração trotskista” brasileira. Mário Pedrosa e seus companheiros discordam da análise de Trotsky e da IV Internacional sobre o caráter da União Soviética, de que ela era um “Estado Operário degenerado”, enquanto para Mário Pedrosa a União Soviética seria um “Estado Livre burocratizado”, sem nenhum compromisso com seus cidadãos. A caracterização de Trotsky refletia em sua defesa incondicional da União Soviética em caso de ataque nazista, do que discordavam Mário Pedrosa e outros militantes. Mário Pedrosa é afastado da direção da IV Internacional. O PSR atravessa o fim do Estado Novo Vargas e a redemocratização relativa entre 1945 e 1947, até que se autodissolve entre 1951 e 1952, fechando assim o ciclo da chamada “2ª geração” do trotskismo nacional.

A IV Internacional Comunista

Após o assassinato de Leon Trotsky, em agosto de 1940, no México, a IV Internacional ficou acéfala. O fim da 2ª Guerra Mundial não trouxe uma vaga revolucionária na Europa, como quando do término da 1ª Guerra Mundial ⁷², apesar de que, em muitos países, a resistência a ocupação nazista ter sido feita pelos Partidos Comunistas clandestinos. A vitória dos Aliados e a participação fundamental da União Soviética na derrota do Império Nazista, capitalizaram uma simpatia mundial dos trabalhadores. A propaganda stalinista qualificava o líder soviético como o “guia genial dos povos”. O crescimento dos PC’s em boa parte do mundo foi o resultado desse processo. Inclusive no Brasil, o PCB, durante seu breve período de legalidade, entre 1945 e 1947, tornou-se o 4º partido do país em peso eleitoral.

Em 1948 é realizado o II Congresso da IV Internacional, em Paris. Com a presidência de honra de G. Lora ⁷³, que estava preso. A repressão e a desarticulação internacional do Trotskismo não possibilitam o avanço de propostas que garantam o avanço do movimento.

Para melhor situarmos o contexto do movimento trotskista internacional nos anos 60, e sua presença na América Latina, devemos recuar um pouco no tempo e observarmos o mesmo no início da década de 50. Para tanto, recorramos a Murilo Leal: *“O Birô Latino-americano foi criado no III Congresso da IV Internacional, realizado*

⁷² As duas revoluções na Rússia, em fevereiro e em outubro de 1917, tinham, entre suas causas, a continuidade da participação russa no conflito. A queda do 2º Reich alemão e a instalação da república de Weimar foram decorrências da derrota alemã. As breves “repúblicas soviéticas” na Hungria e no sul da Alemanha em 1919, foram o canto do cisne dessa onda revolucionária, que teve como principal saldo organizativo a criação da III Internacional Comunista, em 1919.

⁷³ Dirigente histórico do trotskismo boliviano, Guillermo Lora (1922-2009), liderou o Partido Operário Revolucionário – POR na Revolução Boliviana de 1952, na qual atuava junto aos mineiros na Central Operária Boliviana – COB. Autor das famosas “Teses de Pulacayo”, em que o “Programa de Transição” foi aplicado a situação revolucionária de então.

na França, entre o final de agosto e o de setembro de 1951. O evento contou com a participação de 74 delegados eleitos, além de ‘delegados fraternais’, observadores e visitantes, provenientes de 25 países, representando 27 organizações. “⁷⁴

Os delegados do III Congresso da IV Internacional, realizado em 1951, elegeram como seu secretário-geral o grego Michel Raptis, que utilizava o pseudônimo de Michel Pablo. Ele afirmava que o mundo do pós-guerra era radicalmente diferente do contexto em que a IV Internacional foi criada. Com o advento da Guerra Fria, os trotskistas deviam dar um apoio “crítico” ao bloco socialista liderado pela União Soviética. E a ameaça de uma guerra nuclear entre os EUA e a URSS, que para Pablo aconteceria a curto prazo, tornaria a Guerra Fria em uma guerra civil internacional, onde os trotskistas deveriam entrar nos diversos PC’s de todo mundo para influenciar suas bases. Essa nova conjuntura foi considerada favorável à revolução socialista no pós-guerra. Tal política ficou sendo conhecida posteriormente como “entrismo *sui generis*”, e obteve a aprovação da maioria dos delegados presentes ao Congresso.

Também no evento foi definido qual agrupamento seria considerado como a seção oficial da Argentina junto à IV Internacional. O grupo liderado por J. Posadas foi o escolhido, um dos motivos da escolha foi o seu esforço de procurar integrar o partido trotskista argentino no meio operário. Dois outros agrupamentos foram preteridos, o grupo Outubro, liderado por J. A. Ramos; e o Grupo Operário Marxista, dirigido por Nahuel Moreno.

Retomando a orientação vitoriosa de Pablo no III Congresso, tal linha política gerou uma série de divisões no movimento trotskista internacional. Como vemos na seguinte passagem:

... em reação às teses de Pablo, em novembro de 1953 era constituído o Comitê Internacional da IV Internacional, composto pelas organizações francesa, americana e inglesa,...,reunindo a maioria dos partidos trotskistas e que ficou conhecido como Secretária-do-Internacional (SI).⁷⁵

As posições contrárias à maioria da IV Internacional, que apoiou as teses de Pablo, foram as seguintes; não haveria um clima favorável ao socialismo no quadro do pós-guerra; a burocracia soviética não levaria adiante uma política revolucionária, mas antes, a uma possível restauração capitalista; e, entrar nos PC’s, faria com que os trotskistas de todo mundo parecessem aos olhos da classe trabalhadora como identificados com casta burocrática⁷⁶.

⁷⁴ LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004, p. 41.

⁷⁵ KAREPOVS, Dainis e NETO, José Castilho Marques. “Os Trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. In: RIDENTI, Marcelo e FILHO, Daniel Aarão Reis. *História do Marxismo no Brasil – Volume V – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p.p. 138-139.

⁷⁶ LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. Op. cit. p. 44.

Posadas, a princípio apoiou as posições de Pablo, e se intitulava de “Plabista”, em virtude, principalmente, da identidade entre ambos de priorizarem as revoluções anti-colonialistas no Terceiro Mundo. Posteriormente acontecerá um processo de ruptura, e Posadas irá fundar uma IV Internacional “Posadista”, sob seu estrito controle.

Justamente a corrente trotskista internacional que chegará ao Brasil no início dos anos 50, estava inserida nesse contexto fragmentado dos que se reivindicavam herdeiros de Trotsky. Essa corrente, o posadismo, dará origem ao Partido Operário Revolucionário Trotskista, que veremos a seguir.

Capítulo II – O Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) e o “Jeremias das caminhadas”

A) O Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T)

Brasil

A “3ª geração” do trotskismo no Brasil inicia-se com a criação, em 1952, do Partido Operário Revolucionário (POR), que depois teria acrescentado a sua sigla o termo “Trotskista”, sendo também conhecido como POR-T. O seu órgão oficial era o jornal *Frente Operária*, sendo que ambos existiram até 1990.

A sua principal referência internacional, como vimos anteriormente, era o argentino J. Posadas (1912-1981), que em 1951 foi eleito, no III Congresso da IV Internacional, secretário do Bureau Latino-Americano (BLA), ou seja, o responsável pela organização do trotskismo em nível continental, objetivando a criação de partidos trotskistas nos diversos países da América Latina. Sua análise da conjuntura internacional enfatizava a primazia, naquele período, da revolução socialista nos países do terceiro-mundo, certamente influenciado pelo processo de descolonização afro-asiático do pós-guerra e pela revolução cubana, em que os trotskistas de orientação posadista chegaram a participar no começo do governo de Fidel Castro. E também pelo fato de que Posadas daria um “golpe” na direção da IV Internacional ao romper com a mesma e transformar o Burô Latino-Americano em uma nova organização internacional, a IV Internacional “Posadista”, que teria, obviamente, sua incontestada liderança.

A fundação do POR-T, no começo dos anos 50, não correspondeu a nenhum ascenso do movimento dos trabalhadores brasileiros, mas antes a de uma determinação da cúpula da IV Internacional, pois foi enviado para São Paulo, vindo da Argentina, um delegado do Burô latino-americano (BLA), Guillermo Almeyra, com a missão de contatar os trotskistas existentes no Brasil, lançar um jornal do partido e organizar um agrupamento trotskista⁷⁷.

O fim do chamado “entrismo *sui generis*” do período onde o Pablismo era hegemônico, havia acabado. No entanto, Posadas não abandonou totalmente a prática entrista, pois orientava os militantes do POR-T a fazerem um entrismo de certa forma modificado, ao participarem do movimento “brizolista” no Brasil do início dos anos 60. Posadas denominou-o de “entrismo interior”.

⁷⁷ A primeira edição do jornal do POR-T aconteceu em 15 de novembro de 1952. Segundo Murilo Leal, foi o único jornal a reivindicar o trotskismo no Brasil entre 1952 e 1968. LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. Op. cit. p. 37.

Inicialmente, no decorrer da década de 1950, o POR-T limitou suas atividades político-organizativas e de propaganda, aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Nos anos 60, seu espaço de atuação foi bastante ampliado, chegando ao Rio Grande do Sul e a três estados do nordeste: Paraíba, Ceará e Pernambuco. Nestes quatro últimos estados, o Trotskismo aparecia pela primeira vez ⁷⁸.

Em São Paulo, o primeiro grupo de militantes do POR-T foi formado por aqueles responsáveis pelo jornal *Frente Operária*. Eram eles: Leôncio Martins Rodrigues (escriturário), Milton Camargo (engenheiro), Antônio Pinto de Freitas (jornalista), Sebastião Simões de Lima (advogado sindical), Jorge Milano (jornalista), Bóris Fausto (estudante de Direito), Ruy Fausto (estudante de Filosofia) e Nelson Fausto (estudante de Medicina).

A partir do início dos anos 60, com o ascenso das lutas sociais no campo, o POR-T procurou posicionar-se frente a elas, deslocando seus militantes para atuarem no centro nervoso do processo, ou seja, o Nordeste, e principalmente em Pernambuco. E o personagem histórico que servirá de referência para analisarmos esse contexto pré-revolucionário é Paulo Roberto Pinto, que ficou conhecido na história das esquerdas de Pernambuco e do Brasil como Jeremias.

Pernambuco

As origens do trotskismo em Pernambuco estão relacionadas ao deslocamento de militantes do POR-T de São Paulo, onde era sediada a direção nacional do partido, para Recife e, posteriormente para o trabalho político junto aos trabalhadores rurais da cidade de També. No início, em 1962, eram três militantes: o primeiro a chegar foi Paulo Roberto Pinto, o Jeremias, logo após as articulações políticas desenvolvidas em Belo Horizonte, quando do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais em Belo Horizonte, convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em novembro de 1961, para atuar junto aos trabalhadores rurais em També; o segundo foi o uruguaio Pedro Makovsky, que era conhecido no partido como “Gustavo”, que vindo para Pernambuco aos 22 anos, entretanto, havia começado a militar no trotskismo aos 16 anos, em 1956, sendo de origem polonesa e ucraniana, e por haver entrado no Brasil ilegalmente, não podia ser a figura pública do POR-T em Pernambuco, sendo que este papel foi desempenhado por Jeremias; o terceiro era Fábio Munhoz, que seria o responsável pela organização de uma frente de intervenção no movimento estudantil. No entanto, devido às condições precárias de sobrevivência e a atritos políticos com Gustavo, retornou para São Paulo ⁷⁹.

⁷⁸ LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. Op. cit. p. 159.

⁷⁹ LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. Op. cit. p. 234-235.

A esse reduzido grupo de trotskistas se somará um agrupamento, formado por militantes de diversas origens, auto-denominado de “Vanguarda Leninista”, com cerca de 18 pessoas. É justamente esse núcleo de descontentes, tanto com a tentativa frustrada de implantação de núcleos de treinamento guerrilheiro das Ligas Camponesas no Maranhão e em Goiás ⁸⁰, como com a estratégia pecebista de “revolução pacífica”, que foram se somar ao núcleo inicial do POR-T em Pernambuco (Pedro Makovsky, Paulo Roberto Pinto e Fábio Munhoz). A Vanguarda Leninista, quando de sua formação, causou um impacto desproporcional a suas reais forças, devido ao destaque dado pelo jornal *Diário de Pernambuco*, em sua capa, a um manifesto por ela lançado em meados de 1963. Segundo Aybirê Ferreira de Sá, “o jornal pedia a intervenção do Exército contra a nossa organização, alegando que queríamos cubanizar o Nordeste.” ⁸¹ Isso fazia parte do “clima” de guerra ideológica que permeava a sociedade brasileira naquele período, marcado pela Guerra Fria, e que era particularmente agudo em Pernambuco devido ao crescimento dos movimentos sociais, principalmente no campo, e à administração de Miguel Arraes no governo do estado, que em aliança com o PCB, tinha uma política de não repressão aos trabalhadores. Observa-se pela leitura dos jornais da época, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Comércio*, exceção feita ao populista *Última Hora*, que os fatos relativos às lutas classistas eram supervalorizados a fim de gerar uma opinião pública favorável à repressão e crítica das reformas sociais. Esse foi, certamente, um elemento poderoso na eclosão do golpe civil-militar de 1964.

Quando a direção nacional do POR-T ficou sabendo que havia um agrupamento à esquerda do PCB e das Ligas Camponesas, deslocou rapidamente um membro da direção nacional, o uruguaio Gabriel, conhecido como Diego, para fechar a cooptação do grupo para o partido. Ao total oito militantes entraram no POR-T: Aybirê Ferreira de Sá, Cláudio Cavalcanti, Carlos Montarroyos, Gilvan Rocha, Martinho Leal Campos, Antônio Carlos Leal Campos, Juvêncio Andrade e Severino Dantas ⁸².

O POR-T, apesar de estar na contracorrente da esquerda oficial da época (PCB, Jango e Arraes), conseguiu um relativo crescimento que se manteve mesmo de pois do golpe civil-militar de abril de 1964. Isto pode ser observado a partir do relatório da Delegacia Auxiliar da Polícia Civil de Pernambuco, quando, em primeiro de novembro de 1964, a repressão conseguiu prender sete membros do partido numa casa do bairro de Prazeres, em Jaboatão, que servia como sede clandestina. A reprodução de parte do relatório da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, sobre o POR-T, auxilia no conhecimento tanto das origens do trotskismo em Pernambuco, bem como da estrutura organizacional do partido:

1 - A delegacia auxiliar, numa feliz diligência, levada a efeito no dia 1º de novembro, conseguiu efetuar as prisões dos elementos: Pedro

⁸⁰ As Ligas Camponesas possuíam um “braço armado” denominado de Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT, que era liderado pelo “braço-direito” de Francisco Julião, o ex-militante do PCB, Clodomir Moraes. Após uma viagem a Cuba socialista, Julião, certamente influenciado pela concepção militarista do Castrismo/Guevarismo, planejou iniciar um processo semelhante no interior do Brasil, a partir de dois centros de treinamento de guerrilha rural. O núcleo de Goiás foi reprimido pelo exército antes de entrar em ação, e o núcleo do Maranhão, devido ao isolamento e a falta de recursos, se auto-dissolveu. LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. Op. cit. p. 236.

⁸¹ SÁ, Ayberê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, p. 37

⁸² LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. Op. cit. p. 237.

Makovsck Clemachuk, Martinho Leal Campos, Ayberê Ferreira de Sá, Sílvia Lúcia Viana Montarroyos, João Zeferino da Silva, Augusto Cirilo da Silva Filho e Mery Medeiros da Silva, componentes do POR-T, na ocasião em que, promoviam uma reunião do comitê regional do NE, desse partido, numacasa adredidamente preparada, que servia de “APARELHO”, no subúrbio de Prazeres, nesta capital.

2 - ...

3 – No decorrer das diligências, após o interrogatório dos elementos acima citados, ficou esclarecido que no Brasil, esse Partido, mantém um Comitê Central, com sede em S.P. e, no NE, que supervisiona os Comitês estaduais de Alagoas, Sergipe, PE, Paraíba, RG do Norte e Ceará.

4 – No estado de PE, esse Partido, deu início a sua formação, no ano de 1961, visando estende-lo por todo o NE.

5 – Assim, três dirigentes, nacional do partido, de nomes Bernardo Bóris, Paulo Roberto Pinto, que para os atos do Partido usava o pseudônimo de (Jeremias) e Labat de Tal, este último, com os nomes de “Ary e Diego”, deram os primeiros passos para a formação dessa agremiação política, nesta região, infiltrando-se no Movimento Camponês, liderado por Francisco Julião, conseguindo, de certo modo, recrutar os estudantes de arquitetura de nomes: Cláudio Vasconcelos Cavalcanti e Carlos Montarroyos, com os quais, passaram a desenvolver franca atividade em p’ro do referido partido.

6 – Esses elementos, no princípio de 1962, recrutaram dois outros adeptos: Aybirê Ferreira de Sá e Gilvan Queiroz da Rocha, este último, da capital paraibana, lhes permitindo então, formar o 1º comitê do NE e os seus integrntes, deram início aos trabalhos, procurando dar cumprimento a aum plano de recrutamento, adredimente preparado, e não tardaram, em conquistar novos simpatizantes, que lhes facilitaram, nesse mesmo ano, criar o comitê estadual da Paraíba.

7 – Em princípio do ano de 1963, chegaram a esta capital, procedentes de São Paulo, Fábio Munhos – dirigente nacional do Partido, acompanhado de Pedro Makovsck Clemachuk, de nacionalidade Uruguai. Munhos, esteve algum tempo trabalhando na Sudene e, durante esse período, ligou Pedro M. C. ao grupo Trotskista desta região, e estabeleceu uma Caixa Postal, para recebimento de toda correspondência nacional do partido.

8 – No meado do ano referido, o Comitê Regional do NE, face a uma nova reestruturação, ficou assim constituído:

- Cláudio Vasconcelos Cavalcanti --- “Mauro”
- Carlos Montarroyos-----“Roberto”
- Pedro Makousck Clemachuk-----“Evandro”
- Aybirê Ferreira de Sá-----“Ricardo”
- Martinho Leal Campos-----“Ramiro e Augusto”

9 – O comitê acima era assistido por vários dirigentes nacionais do Partido, que vez por outra, aqui chegavam, procedentes de São Paulo, como por exemplo, Sidney Matos Santos “Eduardo”, Tomochi

Sumida, que para os atos do partido usava os nomes de “Shiro Cavagate, Mário e Silva” e Tullo Vigevani, com o nome de “Aldo”.⁸³

O relatório, com seu característico jargão policial, continua dizendo que o POR-T conseguiu “arregimentar” um número razoável de militantes na região, e que em fevereiro de 1964, realizou-se em São Paulo o 1º Congresso Nacional do partido, com representantes de diversos estados do Brasil. Nesse debate foram discutidos três pontos: política internacional, situação política nacional e organização. As deliberações apontaram no sentido de participação na Frente de Mobilização Popular, que o setor sindical deveria impulsionar a criação de comitês de fábrica, dar uma atenção máxima para o movimento camponês através da atuação nos sindicatos rurais e por fim articular com outros grupos políticos a fim de formar uma “Frente Única”. Na nova composição do comitê central, no seu bureau político, formado por oito membros, três atuavam em Pernambuco: Pedro Makovsck, Carlos Montarroyos e Cláudio Cavalcanti. Na composição dos membros efetivos do comitê central, de sete membros, três militavam também em Pernambuco: Gilvan Queiroz, Antônio Carlos Leal Campos e Juvêncio Andrade. Consta ainda do registro policial que entre março e abril de 1964, fora realizado no Uruguai o 1º Congresso Mundial da IV Internacional Posadista, com delegações da Espanha, Inglaterra, França, Itália, Bélgica, Argélia, México, Peru, Bolívia, Argentina, Chile e Uruguai, e que o POR-T havia enviado para o evento cinco delegados, dentre eles dois da agremiação local: Carlos Montarroyos e Cláudio Cavalcanti.

Seguindo ainda com a fonte da delegacia auxiliar, temos que o POR-T em Pernambuco estava estruturado em quatro setores básicos: o setor estudantil dividido em quatro células (duas universitárias e duas secundaristas – cada uma com quatro militantes), o setor operário (quatro membros), o setor camponês (três membros), e o setor militar, composto por sargentos da Força Aérea Brasileira – FAB (cinco membros – sendo um da reserva e quatro da ativa). É registrado inclusive os nomes de alguns simpatizantes do POR-T, que são o médico e deputado estadual Inaldo Ivo Lima, e quatro advogados, dentre eles um que era também advogado das Ligas Camponesas e muito próximo ao POR-T, acompanhando a libertação de Jeremias quando este foi preso no governo Arraes, Dr. Joaquim Ferreira.

Por fim, a última referência que faço ao arquivo policial trata dos títulos dos periódicos do POR-T. Antes de 1962 a repressão registrou a existência de três: *O Proletariado*, *Resistência* e *Revolução Socialista*. Em 1962, um periódico relativo à questão do campo, *Terra e Socialismo*. E em 1963, três publicações: o órgão oficial do partido *Frente Operária* e mais dois, *Novos Rumos* e *Brasil Urgente*. Estes eram vendidos em bancas. Certamente o número plural de jornais, que existiram por breves períodos, paralelamente ao principal e mais duradouro, *Frente Operária*, se deu em virtude das difíceis condições financeiras e organizativas do POR-T. Há a referência de

⁸³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, acervo DOPS, Pasta N° 8192-A, C.R. *Trotskista do NE*.

que o *Terra e Socialismo* era feito, através de um velho mimeógrafo, por Jeremias e Pedro Mackvsky, em Recife, mas não consegui encontrar nenhum exemplar.

Algumas considerações devem ser feitas com relação às informações oriundas da repressão policial no início da ditadura militar. Primeiro e mais importante é que elas foram fruto não só da análise dos documentos partidários apreendidos na sede clandestina do POR-T em Jaboatão, em novembro de 1964, mas também e principalmente, através da tortura praticada contra os militantes trotskistas na antiga sede do DOPS na rua da Aurora, em Recife. Segundo o relato de um dos antigos militantes presos, Martinho Leal Campos ⁸⁴, eles apanharam muito, em diversas ocasiões.

A primeira constatação é de que o POR-T estava presente em seis estados do Nordeste. Além de Pernambuco, havia a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e o Ceará. A importância de Pernambuco para o partido pode ser constatada de duas formas. A sede do comitê regional do Nordeste era neste estado, e a composição das representações partidárias tinham um espaço considerável para Pernambuco: três dos oito membros do bureau político eram do estado, bem como na composição dos sete membros efetivos, três também atuavam em Pernambuco. Por fim na delegação do congresso mundial, dois dos cinco eram da militância local.

Em relação a estrutura partidária local, podemos inferir que mesmo depois da vitória do golpe civil-militar ela estava, em relação em crescimento no meio urbano. Lembrando que o POR-T havia começado em fins de 1962 com apenas dois militantes, que teve um ganho de mais oito em meados de 1963, pouco antes do assassinato de Jeremias em Itambé. Por ocasião da prisão em Jaboatão, o POR-T contava com cerca de 28 militantes, sendo que quatro eram militares da ativa da FAB ⁸⁵.

Na pasta referente ao Comitê Regional Trotskista do Nordeste, constam dois poemas, de autoria desconhecida, que algum antigo militante trotskista escreveu para a sua amada companheira. Eles foram confiscados pela repressão juntamente com os perigosos documentos “subversivos”. O primeiro não está datado, mas certamente deve pertencer ao biênio 1963/1964, em que os papéis foram apreendidos. Eles revelam uma face menos pragmática e mais humana daquela geração de jovens que, mesmo antes do golpe, caso de Jeremias, arriscavam suas vidas por um sonho. E independente de partido, ousavam lutar e amar.

⁸⁴ Depoimento de Martinho Leal Campos ao autor em 08 /02/2010.

⁸⁵ Até a implantação da ditadura militar, o Brasil do século XX teve uma tradição de possuir militares com discurso nacionalista de esquerda. Era famoso na época o chamado “dispositivo militar” do então presidente Jango, que verificou-se na prática uma ilusão. A última figura do meio militar, antes de abril de 1964, que ficou conhecida pela inclinação “esquerdista” foi o almirante Aragão, comandante dos fuzileiros navais, chamado de o “almirante vermelho”. No caso dos trotskistas, havia uma simpatia pelo radicalismo reformista de Leonel Brizola, e este tinha um grande prestígio junto a classe dos sargentos que, no período, lutavam para poderem ser eleitos para o parlamento. Não que acabasse a presença de alguma propaganda comunista nas Forças Armadas, mas para lutarem contra a ditadura elas precisavam abandonar o aparelho repressor, como foi o caso do famoso capitão do exército, Carlos Lamarca, em fins de 1969.

Fica aqui o registro dos dois textos ⁸⁶:

MEU AMOR POR VOCÊ

Escrevi um monte de coisas,
Para definir o meu amor por você,
E enchi uma cesta de papel inteirinha.
Tanto papel...tantas palavras...e nada.
Pois na verdade foi tudo muito vazio.
Porque, não obstante, as metáforas cuidadas,
Não havia sentido algum naquilo tudo.
Foi, repito, tudo tão tolo...tão sem graça.
Que eu quase estourava de raiva.
Mas depois foi que eu senti...e compreendi.
A besteira danada que eu fizera:
Tentar replicar o meu amor por você.
Esse amor que é tão dialético.
Do modo mais metafísico do mundo.
E aí, meu amor, é que está a chave de tudo.
Desse mundo maravilhoso que vem de você.
E volta pra você...você...só você.
Pois esse é um amor que não chora.
Porque não tem necessidade disso.
É amor dos que lutam e constroem o futuro.
E são felizes por isso.
Sim, realmente, tudo de belo...o melhor dos bens.
Eu vejo em teus olhos.
A pureza da flor, a majestade do mar...
E é lindo esse seu jeito de andar...sorrir...falar.

⁸⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, acervo DOPS, Pasta N° 8192-A, C.R. *Trotskista do NE.*

Mas, querida, esse amor é tão transcendente
que não mora só nisso que é bom de olhar...pegar.

Pois ele vive e amplia-se
no riso, no sangue e na fibra.

Os guerrilheiros do mundo que vivem a lutar.

Sim, é este o meu amor por você.

Esse amor tão cheio de graça e enorme.

Porque é o amor dos mais explorados.

Que marcham unidos, cantando, lutando.

E os grilhões a quebrar

* * *

Sábado, 27 de julho.

E eu esperando

loucamente.

Para poder ter você.

Em meus braços.

Quando...quando...

Minha bela...

Bela bolchevique.

Independente da forma, que certamente pode ser objeto de críticas, cabe observar como a mentalidade daquela geração associava diretamente a idéia de revolução ao sentimento do amor, idealizando na figura da pessoa amada a revolucionária que juntava em si a beleza e a consciência política – “*bela bolchevique*.”. Até a concepção de amor é relacionada a um conceito teórico como a dialética, “*esse amor que é tão dialético*”. Homem e mulher, tese e antítese. Amor e revolução, síntese.

B) Paulo Roberto Pinto – Jeremias e o Trotskismo no campo – Entre a foice e o martelo

O Paulo Roberto...

Paulo Roberto Pinto nasceu em 22 de setembro de 1940 no Estado de Minas Gerais. Era filho de Sebastião Pinto Santana e de Florença Pinto. Teve quatro irmãos: Wilson, Edson, Lélia e Milton (falecido) ⁸⁷. O pai foi proprietário de uma oficina gráfica no município de Mogi das Cruzes no interior de São Paulo, na segunda metade dos anos 50. A gráfica ficava numa parte da casa da família. O jovem Paulo Roberto tinha um contato direto com os empregados de seu pai e também aprendia o ofício de operário gráfico. O pai era militante do PCB e a família tinha uma profunda simpatia pelo socialismo e principalmente pela União Soviética. Ainda segundo a irmã de Paulo Roberto, Lélia Maria Pinto, o mesmo era chamado carinhosamente pela sua família de “Paulinho”. Ele teria completado o antigo curso científico. Por ter ficado ao lado dos trabalhadores e contra o pai numa reivindicação dos primeiros, saiu de casa indo morar junto com um casal de jovens amigos recém casados. Começou a trabalhar e a militar muito cedo. A irmã lembra de que o “Paulinho” lia os textos políticos, como por exemplo os de Marx e Lenin, andando com o livro nas mãos e murmurando: “- Certo...certo...certo...”. Segundo ela, ele teria acalentado um sonho por toda a vida que era conhecer a União Soviética. Começou a aprender a tocar violão e era um ardoroso fã de Nelson Gonçalves, sendo as vezes pego cantarolando a música *Boemia*. Depois que ele saiu de casa, quando aparecia para ficar alguns dias, antes de sumir de novo, vinha sempre com “*uma maletinha*”. Nestas ocasiões, sua mãe, Florença Pinto (falecida em 2007) fazia um pequeno banquete para o filho, que reclamava com a mãe argumentando que era uma ostentação de fartura indevida, pois em Pernambuco, haviam lugares onde as pessoas passavam fome. Certa feita, numa dessas conversas na cozinha, Florença afirmou que “Paulinho” travava uma luta vã, porque, “ - *Nem Jesus que veio na Terra conseguiu dar jeito no mundo*”. Paulo Roberto então teria respondido, “ - *Mãe, olha eu vou falar uma coisa. Se todo mundo pensasse como a senhora, o Brasil ainda seria uma colônia de Portugal.*” O pai, seu Sebastião (falecido em 1980), durante as ausências cada vez maiores do Paulo Roberto, ficava com um rádio à noite, sintonizando em rádios de outros países, a fim de escutar notícias de guerrilhas, para saber se o seu filho estava metido nelas. Ou muito provavelmente, para saber se o filho tinha sido preso ou assassinado. Paulo Roberto mantinha uma irregular correspondência com a família, que ainda guarda algumas dessas cartas ⁸⁸.

Além de sua participação no movimento dos operários gráficos, Jeremias atuou junto aos metalúrgicos da Mineração Geral do Brasil, em Mogi das Cruzes, onde foi preso em uma panfletagem feita na frente desta fábrica, durante o ato de 1º de Maio de 1962. Também neste ano teria feito parte da organização de uma greve geral e de

⁸⁷ Depoimento de Lélia Maria Pinto (irmã de Paulo Roberto Pinto) ao autor em 24 de abril de 2010.

⁸⁸ Depoimento de Lélia Maria Pinto ao autor em abril de 2010.

uma greve na Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários - IBAR, em Calmon Viana ⁸⁹. Essa experiência na organização de greves e de comissões de fábrica, aliada ao fato de que o POR-T era uma pequena organização carente de quadros, fez com que Jeremias fosse eleito, ainda em 1961, aos 21 anos (!), para o Comitê Central do partido, bem como, posteriormente, para o seu Birô Político. Tal ascensão tão precoce seria impensável numa organização já cristalizada como o PCB, que, naquele período, possuía na sua direção nacional, militantes que atuaram no levante armado de 1935.

A breve militância de Jeremias teve ainda um pequeno hiato para uma atividade internacional em 1962, quando ele passa cerca de um mês na Argentina, participando das eleições locais, auxiliando o Grupo Cuarta Internacional (GCI), liderado por J. Posadas, uma das tendências trotskistas presentes naquele país. Essa atividade expressa bem o caráter internacionalista do marxismo em geral, que trabalha com o conceito de “totalidade”, e do Trotskismo em particular, que no contexto de então, era a única corrente política que reivindicava a necessidade de uma Internacional Comunista, no caso, a IV Internacional.

No início dos anos 60, uma verdadeira “panela de pressão” estava prestes a explodir, e Paulo Roberto Pinto estaria logo sentindo o “calor” de uma conjuntura profundamente explosiva, a questão do campo. Que o levaria para o epicentro do conflito, a zona da mata pernambucana, e o transformaria em mártir da Reforma Agrária, o “Jeremias, pai dos pobres”. Mas para chegar até aí, ele teria que passar por Belo Horizonte.

...vira “Jeremias” – O Congresso da ULTAB em Belo Horizonte (Novembro de 1961)

Como já foi dito anteriormente, a passagem dos anos 50 para a década de 60 viu o florescer de diversos movimentos do homem do campo no Brasil. Ligas Camponesas multiplicavam-se em todo Brasil, principalmente no Nordeste, e particularmente entre Pernambuco e Paraíba. A partir da posse de João Goulart na presidência da República, em setembro de 1961, abriu-se um espaço de reconhecimento político e jurídico das demandas dos trabalhadores rurais pelo governo federal, sancionando o Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963 (que estendeu os direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais), bem como a partir de então o Ministério do Trabalho, que passou a reconhecer legalmente diversos sindicatos rurais por todo o país. É preciso destacar que a concessão da carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho para o sindicalismo no campo obedecia ao pragmatismo

⁸⁹ “Paulo Roberto Pinto: dirigente trotskista”. *Frente Operária*, São Paulo, Agosto, 1963, nº 101, capa.

político, ou seja, a outorga desse documento era direcionada aos aliados políticos do governo Jango.

A importância da questão do campo pode ser observada quando, dois meses depois de tomar posse, o presidente Jango e alguns ministros, dentre eles o primeiro-ministro Tancredo Neves ⁹⁰, e o governador de Minas Gerais, o ultra-direitista Magalhães Pinto, participam da abertura dos trabalhos do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais.

Em novembro de 1961, Jeremias participou deste congresso em Belo Horizonte, convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), presidida pelo comunista Lindolfo Silva. Esse encontro histórico, que reuniu cerca de “1600 delegados de 20 estados brasileiros. Além dos delegados, camponeses e trabalhadores rurais, mais 2000 pessoas participaram do encontro...”⁹¹, opôs duas concepções distintas de atuação na questão do campo: a primeira defendida pelo PCB e pelo governo João Goulart (que participou do encerramento do encontro ao lado da maioria do seu ministério), que preconizava uma reforma agrária dentro dos limites da lei e com indenização prévia aos donos das terras, além de uma sindicalização em massa dos trabalhadores rurais; e do outro lado os representantes das Ligas Camponesas, liderados por Francisco Julião, que defendiam a palavra de ordem que se tornou clássica, “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”, a qual abria espaço para um processo de radicalização que ultrapassasse os limites da propriedade privada capitalista. Esse evento proporcionou o contato de Jeremias e dos trotskistas com alguns militantes das Ligas Camponesas, dentre eles o próprio Francisco Julião, então deputado estadual pelo PSB; e Joel Câmara ⁹², militante das Ligas em Itambé (então chamada de Também), que possibilitou a ida de Jeremias para esse município, para inicialmente, ao lado dele ⁹³, participar da organização dos trabalhadores rurais da região. Mas deixemos o próprio Joel Câmara narrar o encontro com Jeremias em Belo Horizonte:

Quando as bombas começaram a estourar no momento em que Julião ia fazer o discurso de abertura do I Congresso Nacional dos Camponeses pela Reforma Agrária, no auditório do Colégio Metodista de Belo Horizonte, em novembro de 1963, alguns

⁹⁰ Como é sabido, para conseguir assumir o cargo de presidente da República João Goulart fez um acordo com os militares e os setores conservadores do Congresso Nacional, aceitando a emenda do parlamentarismo, e tornando-se um presidente sem as prerrogativas plenas do poder republicano.

⁹¹ LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: editora Paz e Terra, 2004, p. 229.

⁹² A aproximação de Jeremias com Joel Câmara foi casual, não existia entre eles uma afinidade ideológica. Jeremias era um precoce quadro do partido trotskista, e fora deslocado para atuar no meio rural como uma opção tática do seu agrupamento. Joel Câmara militou nas Ligas Camponesas, entre 1961 e 1962, até ser preso em janeiro de 1963, ainda no governo de Cid Sampaio, sendo libertado em dezembro deste mesmo ano. Após sua prisão neste período e logo após o golpe civil-militar de abril de 1964, não mais atuou politicamente nas forças de esquerda. Em declarações recentes, defende a figura do primeiro general-presidente, Castelo Branco (1964-1967).

⁹³ Joel Câmara foi preso em janeiro de 1963, ainda no governo de Cid Sampaio, sendo liberado poucos dias depois, para, logo em seguida ser sequestrado, no município paraibano de Pedras de Fogo, pela polícia militar pernambucana, e trazido para a delegacia de Itambé, gerando protestos dos órgãos policiais da Paraíba.

comunistas apontaram como responsáveis por aquele ato terrorista um grupo de jovens sentados, em uma das primeiras filas de cadeiras. Eu tinha criado um grupo especial de camponeses para manter a ordem e segurança ali, razão porque chamei aquele que parecia, segundo os comunistas, ser o ‘Chefe dos Terroristas’. Este era Jeremias, que se identificou como sendo membro do Partido Operário Revolucionário, ramo Posadista da IV Internacional, que de fato não tinha nada a ver com os atos praticados naquele local...Depois disso Jeremias... procurou-me para ajudar-me nas Ligas Camponesas na região de Itambé...⁹⁴

Quando Jeremias chega a Pernambuco, em meados de 1962, fica ainda um tempo no Recife, dividindo um apartamento com outros dois militantes do POR-T, Pedro Makovsky Clemachuk e Fábio Munhoz, também vindos de São Paulo. Montarroyos assim relata esse breve período no Recife:

A vida dos dois, tanto de Gustavo como de Jeremias, era de uma pobreza infinita. No pequeno apartamento alugado em que viviam, no Edifício Holliday, em Boa Viagem, não havia um móvel sequer. Só havia um cômodo, embora estivesse sempre muito limpo. Havia algumas cobertas dobradas no chão, e um fogareiro velho à querosene, onde eles às vezes cozinhavam, quando havia o que comer. A um canto, papéis empilhados, alguns livros e publicações do Partido. Quase não tinham dinheiro. O aluguel estava sempre atrasado. O pouco que havia, tinham que empregar nas viagens para Tambémé, ou na compra de papéis para as publicações, que eram rodadas em um velho mimeógrafo, que eles escondiam sob um lençol, a um canto do apartamento em que moravam. Quase não se alimentavam. As distâncias quase todas, eram cobertas a pé, ou no máximo de carona, quando encontravam um motorista de ônibus que permitisse a viagem de graça.⁹⁵

Jeremias é preso em 25 de outubro de 1962, quando estava fazendo um pixamento no centro da cidade em favor de Cuba, contra sua possível invasão pelos EUA, no contexto da crise dos mísseis. O registro policial da ocorrência, que consta no prontuário de Paulo Roberto Pinto no acervo do extinto DOPS, tem o seu depoimento sobre as atividades que fazia em São Paulo, antes de vir para Pernambuco, e também fala sobre os contatos e algumas atividades que havia efetuado até aquele momento. É uma forma de recuperarmos sua fala, muito provavelmente antes de ir para Itambé, de uma forma indireta, mas que permite uma análise de determinados pontos.

TERMO DE DECLARAÇÃO QUE PRESTA PAULO ROBERTO PINTO – Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos sessenta e dois, nesta cidade do Recife e no Presídio Especial de Dois Unidos, onde se encontrava o doutor Eptácio Oliveira Belém, respectivo delegado, comigo escrivão, servindo a seu cargo, no final assinado, aí, compareceu PAULO ROBERTO PINTO, mineiro, solteiro, com vinte e dois anos de idade, tipógrafo,

⁹⁴ CAMARA, Joel. *Pernambuco – 1963 – um ano de desgoverno*. Recife: Editora Especial, 2008, p. 41.

⁹⁵ MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., p. 9.

alfabetizado, filho de Sebastião Pinto de Santana e de Florência Fiel Pinto, residente à rua São Miguel número seiscentos e noventa e cinco, em Afogados, nesta cidade, depois de compromissado legalmente disse: - Que, em dias de setembro do ano próximo findo, o depoente chegou a esta capital, com procedência do estado de São Paulo, que, naquele estado, o depoente teve oportunidade de ser preso duas vezes, sendo uma na ocasião em que fazia um comício relâmpago nos portões da fábrica Mineração Geral do Brasil, e outra, quando o depoente junto a outro companheiro, foram ao Departamento de Segurança, solicitar autorização para a realização de mais um comício; que, chegando a esta capital, ligou-se ao companheiro ABISAIR VILA NOVA, que reside no endereço onde o depoente tem atualmente sua residência; que, este companheiro então, teve oportunidade de apresentar o depoente ao jornalista CARLOS LUIZ de ANDRADE, o qual lhe apresentou logo para trabalhar em sua tipografia situada a rua do Príncipe, número setecentos e vinte, salvo engano, nesta cidade; que, dias antes das eleições o depoente foi dispensado de suas funções, sob alegação de que os serviços haviam diminuído consideravelmente, motivo porque passou a residir em casa o companheiro acima referido, que, aqui em Recife o depoente ligou-se a vários companheiros, tendo oportunidade de frequentar a sede central das Ligas Camponesas, logo que dispusesse de tempo, que, o depoente conhece o deputado Francisco Julião, por ocasião de sua estada no Estado de São Paulo, que por ocasião das últimas eleições realizadas neste Estado, o depoente individualmente, trabalhou em prol da candidatura do deputado Francisco Julião; que, efetivamente o depoente acerca de seus anos passados, passou a aceitar o partido Comunista, muito embora sem que fosse filiado a qualquer organização, pois não passava de simples ideologias [SIC]; que, por ocasião da atitude tomada pelos Estados Unidos em pretenderem bloquear os navios russos que conduzissem material bélico para Cuba, o depoente por sua livre recreação [SIC], achou por confeccionar lápis e sair as ruas, abrindo letreiros nos muros desta cidade, condenando a referida atitude; que, o depoente contou inicialmente com a colaboração do seu companheiro MANOEL PEREIRA ROCHA; que, acertada a sua iniciativa, o depoente de posse do mlápis por ele confeccionado, saem a rua, mais ou as duas horas da madrugada de ontem, iniciando sua tarefa na avenida Manoel Borba, para depois dar prosseguimento na rua Conde da Boa Vista; que, quando o depoente pixava a rua Conde da Boa Vista, verificou um companheiro fazia o mesmo em outro quarteirão daquela artéria; que, o depoente recorda-se que entre os dizeres abertos por ele próprio, figuravam os seguintes: 'não venha Kenedy', 'abaixo o bloqueio' e 'viva a revolução cubana', que mais ou menos as três horas e meia [SIC], o depoente viu quando um jeep efetuava a prisão do companheiro que cumpria a mesma tarefa no outro quarteirão, motivo porque suspendeu esse serviço, procurando escapular da ação policial, quando inesperadamente, surgiu o mesmo jeep, com alguns investigadores que efetuaram sua prisão; ...⁹⁶

⁹⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE – Acervo do extinto DOPS, prontuário nº 13.946 – Paulo Roberto Pinto.

A primeira inferência que podemos fazer é que por tratar-se de um interrogatório policial, Jeremias falou o que podia falar e omitiu o principal, ou seja, disse quando chegou ao Recife vindo de São Paulo (setembro de 1962 ⁹⁷), falou qual era a sua profissão e se referiu a um patrão e ao local de trabalho, bem como das ocasiões em que foi preso em São Paulo por atividades políticas, relatou sua simpatia pelo Partido Comunista, sem no entanto ser filiado (afinal uma meia verdade, ⁹⁸ pois cresceu numa família próxima ao PCB), e confirmou sua ligação com as Ligas Camponesas e o conhecimento com o deputado Francisco Julião. O que Jeremias não falou, e os policiais não tinham elementos para aprofundar o interrogatório, era sua verdadeira filiação partidária, de dirigente nacional e regional do POR-T, com uma tarefa precisa, participar da organização do movimento dos trabalhadores rurais. Para tanto era necessário que estabelecesse um contato no campo. Esse contato já fora feito em Belo Horizonte no ano anterior.

Neste ponto faz-se necessário discutir brevemente a justificativa teórica para a presença do trotskismo no campo, bem como enumerar as experiências anteriores dessa corrente revolucionária neste setor das lutas sociais, para que a atuação do POR-T em Itambé, através de Jeremias e de outros militantes, não seja analisada fora de um contexto mais amplo.

Na perspectiva do marxismo, o principal ator revolucionário é o proletariado urbano. Nesta visão clássica, que elegia os países capitalistas desenvolvidos como palco dos processos revolucionários, o proletariado rural ocuparia um lugar secundário na famosa aliança operário-camponesa. Entretanto a existência de experiências históricas posteriores (pós-revolução bolchevique em 1917), quebraram, de certa forma o modelo original ⁹⁹. Foram os casos da revolução chinesa de 1949 e particularmente a revolução cubana em 1959. Não que os trotskistas brasileiros desse período quisessem reproduzir a Grande Marcha liderada por Mao Tsé Tung na China, ou o foquismo guerrilheiro castrista/guevarista. Mas o potencial revolucionário existente no campo deveria ser integrado às lutas sociais urbanas, particularmente na América Latina. A aplicação do conceito de Revolução Permanente idealizado por Trotsky combinaria então tarefas políticas democráticas, agrárias, nacionalistas e anticapitalistas, rejeitando qualquer aliança com a burguesia.

A atuação de correntes trotskistas no meio rural latino-americano teve como marco inicial a atuação do Partido Operário Revolucionário – POR, na Bolívia nos anos 50. Realizando um trabalho de organização sindical dos mineiros bolivianos

⁹⁷ Constata-se então que Jeremias passou menos de 12 meses em terras pernambucanas, até ser assassinado em 8 de agosto de 1963.

⁹⁸ Jeremias fala que conheceu Francisco Julião em São Paulo, mas provavelmente deve ter distorcido a informação, pois não queria revelar sua participação no congresso da ULTAB em Belo Horizonte (novembro de 1961), em que, certamente deve ter travado contato com o mesmo, através de Joel Câmara, que era muito próximo de Julião.

⁹⁹ A própria revolução socialista de outubro de 1917 rompeu com o dogma da maioria dos que se reivindicavam marxistas então, de que a revolução só seria possível em países nos quais o Capitalismo estivesse num estágio avançado.

desde meados dos anos 40, o POR irá participar da revolução boliviana de 1953/1953 como o agrupamento político mais radical presente no processo. Liderado pelo trotskista Guillermo Lora, que em 1946 havia conseguido com que a Federação Mineira da Bolívia aprovasse em assembléia, as teses do POR, que na verdade eram as propostas do Programa de Transição (controle operário da produção, milícias operárias e camponesas e escala móvel dos salários e de horas de trabalho) no evento que ficou conhecido como as famosas *Teses de Pulacayo*, o POR boliviano desde então defendia a aliança operário-camponesa ¹⁰⁰. Durante o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário - MNR, entre 1952 e 1953, o POR inspirou ocupações de terras por camponeses com tal intensidade que levaram o governo do MNR a decretar uma reforma agrária ¹⁰¹ como uma forma de esvaziar o discurso revolucionário do POR junto aos camponeses.

Mas o momento em que o trotskismo dirigiu um amplo movimento no campo na América Latina ocorreu, em parte, simultaneamente às atividades do POR-T no campo pernambucano. Michael Lowy nos fala desse fato:

“De 1961 a 1963, no Peru, um militante trotskista, Hugo Blanco, liderou um dos maiores movimentos camponeses de massa na história recente do continente – uma série de ocupações de terras por sindicatos camponeses no Vale da Convención. Hugo Blanco também tentou organizar uma milícia camponesa para defender o movimento contra os proprietários de terras e a polícia, mas a repressão das Forças Armadas destruiu os sindicatos camponeses e os seus líderes foram presos.” ¹⁰²

Podemos então observar que a atuação do trotskismo em Itambé estava inserida numa conjuntura histórica da América Latina, em que a maioria das populações era agrária e a intensidade da exploração e da violência no campo, faziam com que surgissem situações pré-revolucionárias e mesmo revolucionárias.

Particularmente a escolha de Itambé foi resultado dos contatos que Jeremias havia feito em Belo Horizonte em fins de 1961, quando do Congresso da ULTAB, e a permanência dessa atividade partidária se deveu também a localização geográfica deste município, pois ele estava a meio caminho tanto de Recife como de João Pessoa, outra capital onde se concentravam uma parte dos militantes da Vanguarda Leninista, então em processo de fusão com o POR-T.

Em Itambé, Jeremias fica inicialmente na casa de Joel Câmara, e depois, até sua morte, mora, cada vez mais esporadicamente, com um camponês de nome Miguel, no distrito de Serrinha, onde ficava a subsede do sindicato de trabalhadores

¹⁰⁰ COGGIOLA, Osvaldo. *O Trotskismo na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, pp. 51-52.

¹⁰¹ LOWY, Michael. *O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 36.

¹⁰² LOWY, Michael. Op. cit. pp. 50-51.

rurais, que era a base para o trabalho político, pois lá a delegacia policial funcionava muito precariamente.

O espaço aberto com a organização dos trabalhadores rurais em Pernambuco, desde a fundação da 1ª Liga Camponesa ¹⁰³, em Vitória de Santo Antão em 1955, até a criação de diversos sindicatos rurais nos primeiros anos da década de 60, estava sendo disputado por diversas forças políticas, nem todas de esquerda.

O PCB, desde a “Declaração sobre a política do PCB” de março de 1958, havia abandonado o caminho insurrecional, adotando uma linha de “revolução pacífica” e por etapas, rumo à consolidação do capitalismo no Brasil, enterrando o que seriam os resquícios “semi-feudais” ¹⁰⁴. Para tanto, seria fundamental a aliança com os setores progressistas da burguesia nacional, a fim de realizar a chamada “revolução democrática-nacional”. Em Pernambuco a expressão dessa política foi a criação da “Frente do Recife”, uma coligação partidária que existiu entre 1955 até 1964, para os embates eleitorais, e que tinha como principais partidos, o PCB, o PTB e o PSB. A caracterização desses partidos como burgueses deve, no entanto, ser relativizada. O PCB, era um partido de composição majoritariamente proletária. O PTB em Pernambuco, entretanto, era liderado pelo latifundiário Barros de Carvalho ¹⁰⁵, dono de terras em Palmares, na Mata Sul. Também pelo PTB havia naqueles tempos, um usineiro de triste memória, José Lopes de Siqueira Santos, proprietário da Usina Estreliana e deputado federal, primeiro pela UDN (1955-1959) e depois pelo PTB (1959-1963). Em sete de janeiro de 1963, uma semana antes de Arraes tomar posse como governador, o parlamentar petebista e industrial comandou pessoalmente o massacre de cinco trabalhadores rurais que foram reivindicar o pagamento atrasado do

¹⁰³ Na verdade, as primeiras Ligas Camponesas datam do breve período de legalidade do PCB, entre 1945 e 1947, quando foram organizadas cerca de cem Ligas na zona da mata e na região metropolitana, impulsionadas, muitas vezes, por militantes comunistas.

¹⁰⁴ O principal crítico desse modelo teórico no qual o Brasil era apresentado como um país em transição do Feudalismo para o capitalismo foi o historiador Caio Prado Júnior. Numa obra clássica de 1966, *A Revolução Brasileira*, em que busca discutir as causas da derrota das esquerdas no golpe civil-militar de dois anos antes, o autor assim critica a premissa teórica adotada pelo PCB durante décadas: “A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspiraria todo pensamento político renovador brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais, na década de 20, em conjunto com a dos demais países coloniais ou semicoloniais e dependentes... A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução ‘democrático-burguesa’, segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo. Naquele quadro tão fielmente decalcado sobre modelos estranhos e completamente distintos dos países cuja realidade se procurava interpretar revolucionariamente, introduziu-se unicamente um todo original, isto é, o antiimperialismo. ‘Revolução agrária e antiimperialista’; eis o quadro em que se incluiria a conjuntura revolucionária desses países.” PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1978, pp. 36-37.

¹⁰⁵ Antônio Barros de Carvalho (1899-1966), iniciou sua carreira política na União Democrática Nacional – UDN, sendo eleito deputado federal em 1950. Três anos depois filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro –PTB, no qual foi eleito senador em 1958. Em 1960 foi nomeado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, ministro da Agricultura. No governo Jânio Quadros retornou ao senado. Em 25 de agosto de 1961, estava com o vice-presidente João Goulart na China, quando da renúncia de Jânio Quadros. Foi o líder do PTB no senado de 1962 a 1965. Faleceu em 1966. In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Barros_Carvalho

13º salário e foram recebidos com rajadas de metralhadora ¹⁰⁶. Os acusados do massacre foram absolvidos e o caso foi arquivado. O PSB tinha uma ligação histórica com o movimento das Ligas Camponesas. Um advogado e parlamentar do partido teve o seu nome associado diretamente a esse movimento, Francisco Julião. Defendeu a primeira Liga Camponesa dos anos 50, em Vitória de Santo Antão, no Engenho Galiléia. Em 1957, como deputado estadual apresentou o primeiro projeto na Assembléia Legislativa postulando a desapropriação do Engenho Galiléia. O então governador, Cordeiro de Farias (1955-1958), não considerou o pedido. No governo seguinte, Cid Sampaio (1959-1963), outro deputado estadual do PSB, Carlos Luiz de Andrade, apresentou um projeto pela desapropriação do Galiléia em 1959, sendo este sancionado pelo governador.

Desse processo, emergiu como principal liderança a figura de Miguel Arraes, que durante sua breve passagem à frente do governo estadual, 1963/1964 (março), alcançou destaque nacional como expoente da esquerda e possível candidato a presidente da república nas eleições de 1965, que, como sabemos, não ocorreram devido ao golpe civil-militar de 1964. O PCB, nesse período, intensificou sua atuação nos sindicatos rurais, estimulando a sindicalização destes trabalhadores. E também estava presente na Secretaria Assistente do governo Arraes, que atuava nas questões do campo.

Também setores da igreja católica atuavam no campo através do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), que *“criado... em 1961, tinha por objetivo a organização dos trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos, buscando diminuir a influência do PCB e das Ligas no campo...”*¹⁰⁷, e também por organizações formadas por leigos católicos, como a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

As Ligas Camponesas tiveram um curto período de expansão entre 1960 e 1964. Segundo Clodomir de Moraes, principal assessor de Francisco Julião:

O movimento das Ligas Camponesas penetrou organizado nos seguintes Estados brasileiros: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e no próprio Distrito federal (Brasília)..¹⁰⁸

Ainda segundo este autor, o ano de 1963 viu as Ligas Camponesas debatendo-se numa profunda crise interna, que para ele, era devido a posição contrária de Francisco Julião em relação ao plebiscito que aboliu o parlamentarismo no Brasil, devolvendo os plenos poderes presidenciais a Jango. Tal postura, para

¹⁰⁶ CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi – Da Coluna Prestes à queda de Arraes – Memórias*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978, p. 326.

¹⁰⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos*. Op. cit., pp. 42-43.

¹⁰⁸ MORAIS, Clodomir Santos. “História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969”. In: *A Questão Agrária no Brasil – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, p. 65.

Clodomir Moraes, teria levado o movimento das Ligas a um isolamento político em relação às demais forças da esquerda. Entretanto, deve-se somar a isso a criação de um setor militar nas Ligas, o Movimento Revolucionário Tiradentes – (MRT), que, adotando a concepção “foquista”¹⁰⁹ da revolução cubana, chegou a instalar alguns campos de treinamento guerrilheiro em Goiás em 1962, que posteriormente foram reprimidos pelo exército.

Fernando Azevedo no seu clássico estudo sobre as Ligas Camponesas, elaborou uma periodização diferenciada da abordada anteriormente: “*Com efeito, entre 1960 e 1962, as Ligas se estenderiam por 13 dos 22 estados brasileiros, e a coordenação geral da ação das Ligas seria realizada por um Conselho Nacional, que incluía representantes de cada Liga Estadual.*”¹¹⁰ Para este autor então, os três primeiros anos da década de 1960 foram marcados pelo crescimento das Ligas Camponesas, que então estavam presentes em mais da metade dos estados e eram dirigidas por um Conselho Nacional. O ano de 1963, seria marcado para Fernando Azevedo, por uma crise nas Ligas Camponesas, com exceção de alguns estados, como Pernambuco e Paraíba, em que estas ainda possuíam grupos expressivos. No entanto, a hegemonia das Ligas no meio rural estava seriamente ameaçada, pois:

Com a sindicalização rural em massa, estimulada pelo Estado, através do Ministério do Trabalho, que liberava as cartas sindicais para os grupos ligados ao PCB ou à Igreja, tinham perdido a hegemonia do movimento social agrário, inclusive em Pernambuco.¹¹¹

Nesse quadro, em que diversas forças políticas disputavam a hegemonia no campo pernambucano, o POR-T interveio com um conjunto de propostas, que em muitos pontos, eram diferenciadas das demais.

O “plano operário para o Nordeste” – ou como aplicar o “Programa de Transição” no sindicalismo rural

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1938, um velho líder bolchevique, exilado no México, pois sobrevivia num “planeta sem passaporte”, escrevia o seu testamento político, na forma de uma carta-programa, que para ele significava o acúmulo de experiências do movimento operário internacional desde Marx, passando por Lenin e a construção do primeiro Estado Socialista da História, e

¹⁰⁹ Essa estratégia revolucionária, colocada em prática na revolução cubana e defendida por Che Guevara como uma estratégia global na luta contra o imperialismo norte-americano, foi teorizada por um jovem intelectual francês, Régis Debray, no seu, *A revolução na revolução* (São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, 1982), onde a concepção leninista de vanguarda política, presente na estrutura do Partido Bolchevique russo, é substituída por uma vanguarda militar, que, composta por um reduzido grupo de guerrilheiros, iniciaria suas ações num pequeno foco, que gradualmente iria ampliando o seu campo de ação, até a derrubada do sistema capitalista e do regime opressor.

¹¹⁰ AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982, p. 92.

¹¹¹ Idem. p. 95.

chegando ao contexto de resistência ao processo tanto do burocratização do Partido Comunista Soviético como da III Internacional Comunista sob a liderança de Stálin. Esse documento ficou conhecido na história como o *Programa de Transição*, subtítulo do programa aprovado no congresso de fundação da IV Internacional, realizado clandestinamente numa pequena cidade da França, que tinha como título *A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional*. O seu autor, Leon Trotsky, seria assassinado dois anos depois em sua casa na cidade do México, por um agente infiltrado a mando de Stálin, encerrando assim o processo de extermínio de toda a geração bolchevique de 1917.

O *Programa de Transição* foi e até hoje é o guia de gerações de trotskistas. Ele foi elaborado por um Trotsky consciente do profundo refluxo que os movimentos sociais e a revolução comunista passavam naquele momento de consolidação do nazi-fascismo na Europa ocidental e de fortalecimento da ditadura stalinista numa União Soviética burocratizada que havia se transformado em um estado policial. A proposta de Trotsky, presidente honorário da IV Internacional, fora aprovada no seu congresso de fundação por 20 votos contra 1¹¹². Segundo seu autor ela deveria servir para o período de reorganização do movimento operário em nível mundial, estabelecendo “pontes” entre as reivindicações mínimas e as máximas:

A tarefa estratégica do próximo período – período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização – consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desapontamento da velha geração, falta de experiência da nova). É necessário, no processo de suas lutas cotidianas, ajudar as massas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa socialista da revolução. Esta ponte deve incluir um sistema de reivindicações transitórias, que parta das condições atuais e da consciência atual de amplas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.¹¹³

Essa concepção estratégica norteava a linha de atuação política dos militantes do POR-T. Naquele período da história brasileira, em que as diversas categorias de homens do campo se organizavam e lutavam pelos seus direitos, certamente os trotskistas lembravam dessa passagem do seu guia programático, quando este afirma: “*Todos os setores do proletariado, todas suas camadas, profissões e grupos devem ser trazidos para o movimento revolucionário.*”¹¹⁴ Dessa forma o POR-T, antes mesmo de enviar militantes para Pernambuco e para Itambé, formula o seu “Plano operário para o Nordeste”, na edição de seu periódico *Frente Operária* de dezembro de 1961, com os seguintes pontos:

¹¹² MARIE, Jean-Jacques. *Os quinze primeiros anos da Quarta Internacional*. São Paulo: PALAVRA EDITORA LTDA, 1978, p.7.

¹¹³ TROTSKY, Leon. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 16.

¹¹⁴ TROTSKY, Leon. Op. cit. p. 17.

ocupação de terras; expropriação, sem indenização, de todos os latifúndios; trabalho coletivo nas grandes fazendas dirigidas por conselhos de camponeses; plano de irrigação; plano de diversificação das culturas; construção de estradas; planificação dos recursos nacionais dando prioridade ao Nordeste e outras regiões pobres; plano intensivo de instalação de indústrias destinadas à elaboração de maquinarias e utensílios agrícolas; pedido de ajuda à URSS e Estados Operários (agrônomos, engenheiros, instalação de barragens, de indústrias, etc); e plano de moradias para os camponeses e de serviços sociais.¹¹⁵

O primeiro ponto, que defendia a expropriação pura e simples do latifúndio, sem qualquer indenização, naquela conjuntura do Brasil, aproximava-se muito da retórica julianista de “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”. Entretanto, era diferente das propostas legalistas que embasavam as políticas oficiais, quebrando a lógica capitalista da propriedade privada. No entanto, para isso, o nível de organização e de consciência política do movimento rural deveria estar em um patamar muito acima do existente no período.

O principal ponto organizativo do programa trotskista para o campo nordestino, foi o início da criação dos “Conselhos de Camponeses” em Itambé, estimulados por Jeremias. Tal política, que procurava evitar que as direções dos sindicatos, muitas vezes cooptadas pelos latifundiários, e, particularmente os delegados sindicais, que se desligavam da produção e recebiam um salário maior do que a média dos trabalhadores rurais, fossem corrompidos e se tornassem “pelegos”¹¹⁶. Esses Conselhos de Camponeses foram inspirados nas “comissões de fábrica” que Jeremias participou quando de sua militância no movimento operário em São Paulo. Segundo o relato de um militante do POR-T, Aybirê Ferreira de Sá, que foi deslocado para Itambé para continuar o trabalho do partido:

Jeremias aplicou métodos de luta revolucionários e mudou toda a concepção da organização sindical onde atuou. Não só impediu a formação de uma burocracia na região, como deu ao sindicato um caráter revolucionário. Desse modo, no lugar dos delegados sindicais, ele organizava Conselhos Camponeses, eleitos diretamente pelos trabalhadores. Os integrantes desses conselhos não tinham salários especiais

¹¹⁵ LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. Op. cit., p. 231.

¹¹⁶ Obviamente nem todos delegados sindicais se tornavam pelegos (termo que tem sua origem em uma pele que era usada como proteção sobre o dorso do cavalo, a fim de evitar o atrito entre este e o seu montador – transpondo para o jargão sindical, significa aquele dirigente que evita o “atrito” ou a radicalização na luta de classes, apostando numa conciliação que, via de regra, beneficia o patronato). Existiram casos de combativos delegados sindicais que foram assassinados, como o noticiado pelo jornal *Última Hora*, em 20/06/63, sobre uma ameaça de greve dos trabalhadores rurais de Jaboatão, Moreno e Paudalho, reivindicando das autoridades providências em relação ao assassinato do delegado sindical Manoel Lopes da Silva, que foi encontrado morto com a cabeça esfacelada nas terras do engenho “Covas”, em Moreno, pertencente a Usina Bulhões. In: *Última Hora*. Recife: Coluna Sindical, 20/03/1963, p. 2.

nem se afastavam da produção, e eram proporcionais a quantidade de camponeses de cada engenho.¹¹⁷

Jeremias empregava uma tática na organização das greves em Itambé de tal forma que nunca todos os engenhos do município paralisavam o trabalho ao mesmo tempo. As greves eram parciais, de um a no máximo cinco engenhos, pois dessa forma, os grevistas e suas famílias poderiam receber a solidariedade material dos outros trabalhadores rurais em atividade. Segundo Ayberê Ferreira, que foi um dos militantes deslocados para Itambé após a “chacina do engenho Oriente”, a atuação de Jeremias despertava o ódio dos poderosos da região: “...os latifundiários sentiam na própria pele a atuação de Jeremias, pois ele não perdera uma greve de todas as que decretara a não ser aquela na qual foi miseravelmente assassinado pelos donos de terra.”¹¹⁸

Ainda segundo Carlos Montarroyos, que como Ayberê, foi para Itambé, atuar junto aos trabalhadores rurais:

O pavor começou a tomar conta dos donos de engenho. Começaram a investigar quem era esse Jeremias e a quem estava ligado... Várias vezes, os donos de engenho tenderam uma aproximação com Jeremias, que jamais aceitou dialogar, sem a presença e o testemunho dos camponeses. Ao se inteirarem que era trotskista, e que estava ligado a uma organização internacional, levaram o fato à Secretaria de Segurança Pública.¹¹⁹

“Os latifundiários estavam apavorados” – Detido para averiguações – A última carta

O Estado de Pernambuco conheceu entre os anos 50 e 60, um movimento político que marcou a sua história no período anterior à ditadura militar, a Frente do Recife. Movimento heterogêneo que abrigou em seu espectro forças políticas antagônicas, como empresários e usineiros juntos a comunistas e socialistas no mesmo palanque, tendo como um dos seus principais objetivos derrotar eleitoralmente a oligarquia pessedista, herdeira de Agamenon Magalhães, o que ocorreu em 1958. Esse movimento originou um personagem que entrou para a história do imaginário político das esquerdas em Pernambuco e no Brasil – Miguel Arraes.

Basicamente duas vertentes historiográficas/sociológicas analisaram o processo político dessa coligação partidária com conclusões distintas.

¹¹⁷ SÀ, Ayberê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – memórias de um militante trotskista*. Op. cit., p. 43.

¹¹⁸ SÀ, Ayberê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – memórias de um militante trotskista*. Op. cit., p. 45.

¹¹⁹ MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora Ltda, 1982, p. 11.

A interpretação clássica, que destaca a cidade do Recife como um reduto eleitoral “esquerdista” desde os anos 30 ¹²⁰, também afirma que a Frente do Recife, desde o pleito para a prefeitura do Recife em 1955 ¹²¹, passando por sucessivos momentos, (dentre eles o principal foi a eleição para o governo de estado de Miguel Arraes em 1962), tinha um crescimento eleitoral sem precedentes em todo estado. Esse olhar sobre a Frente do Recife foi construído ao longo dos anos 70 e 80 por diversos autores: Paulo Cavalcanti na sua clássica autobiografia política *O caso eu conto como o caso foi* (1978/1980/1982), José Arlindo Soares em sua dissertação *A Frente do Recife e o governo do Arraes – Nacionalismo em crise (1955/1964)* (1982), e Francisco de Oliveira no também clássico, *Elegia para uma re(li)gião* (1977).

Fazendo um contraponto a essa corrente, temos o trabalho do sociólogo Roberto Oliveira de Aguiar, *Recife da Frente ao Golpe – Ideologias Políticas em Pernambuco*, em que, baseado em dados das diversas eleições do pós-guerra no cenário local, constrói a análise de que o fenômeno político da Frente do Recife não possuía uma definição ideológica tão a esquerda, com um discurso “nacional-reformista” que a tornaria um caso singular no Brasil, pois ora aliava-se a União Democrática Nacional – UDN, contra o Partido Social Democrático – PSD, como em 1958, na eleição para o governo estadual do usineiro/industrial “progressista” Cid Sampaio; como mais adiante, em 1962, a Frente do Recife, em oposição a UDN e a minoria “oficial” do PSD, lançou a candidatura de Miguel Arraes ao governo estadual, com o apoio do PCB, PTB, PSB, PST e da maioria do PSD do candidato a vice-governador, Paulo Guerra. A essa análise se soma então a conclusão de que a Frente do Recife, apesar das vitórias eleitorais em nível estadual e na capital, perdia progressivamente eleitores, como em três casos: a derrota do candidato à presidência da República em 1960, Mal Henrique Lott, da aliança PSD-PTB, e apoiado pelas esquerdas, na votação do Recife, para o candidato udenista, Jânio Quadros; a pequena diferença de votos que Miguel Arraes teve na sua vitória para o governo estadual em 1962, em que obteve 47,98% dos votos, contra 45,47% do segundo colocado, João Cleofas da UDN. Se somarmos ainda o percentual do terceiro colocado, Armando Monteiro Filho (PSD – oficial), que teve 6,65%, Arraes foi eleito com o apoio da minoria do eleitorado ¹²²; e por fim, a eleição para a prefeitura do Recife em 1963, quando o socialista Pelópidas da Silveira foi eleito com pouco mais de 50% dos votos, mas não teve o seu candidato a vice eleito, tendo sido preferido pelo eleitorado recifense o conservador Augusto Lucena, da coligação PR-PSP.

¹²⁰ Segundo Roberto Oliveira de Aguiar, essa corrente historiográfica data o início dessa preferência do eleitorado da capital pelas oposições de esquerda nas eleições de 1933, quando o PCB mesmo estando na ilegalidade, registra uma legenda denominada “Trabalhador Ocupa Teu Posto”, liderada pelo comunista histórico Cristiano Cordeiro. AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife – Da Frente ao Golpe – Ideologias Políticas em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993, p. 95.

¹²¹ Nessa eleição o candidato do PSB, Pelópidas da Silveira, representante da Frente de Esquerda, venceu o pleito com 66,87 dos votos válidos.

¹²² A análise desses números certamente poderá nos ajudar a compreender como o governador Arraes era uma espécie de refém do PSD, tanto para formar a maioria na Assembléia Legislativa, a fim de garantir a governabilidade, como também era o alvo de todo tipo de pressões políticas das elites agrárias e industriais, aliadas políticas ou não.

Tais informações nos ajudam a compreender a complexa conjuntura política pela qual passava o estado de Pernambuco no período abordado, particularmente no ano de 1963, quando do início do governo Arraes. Este estava no centro de toda uma série de pressões políticas, seja a direita ou a esquerda. A correlação de forças com a maioria do PSD liderada pelo vice Paulo Guerra, são explicitadas nesse trecho do livro de Roberto Aguiar:

Refletindo a opinião das bases partidárias, fato registrado na imprensa recifense da época, Paulo Guerra liderou a fração majoritária do PSD em apoio a Arraes. Desnecessário dizer, quando Guerra referia-se às bases do seu partido, ele, na verdade, se referia aos chefes políticos do interior: os coronéis. Estes, junto com o reduto pessedista da Zona da Mata, nunca tinham perdido o controle do Legislativo Estadual, e sempre conseguiram eleger o maior número de Deputados Federais.

123

Podemos perceber então que no contexto político daquele período o PSD era detentor de uma importância considerável, e que por isso era um ator político, senão homogêneo, visto ter saído dividido nas eleições de 1962, mas independente do caráter “progressista” e/ou “reformista” que Arraes quis imprimir ao seu governo. Essa aliança não era programática ou tampouco ideológica, visto algumas declarações dadas por Paulo Guerra quando do exercício seja da presidência local do PSD, ou do governo estadual na ausência de Arraes. Declarações como quando Arraes voltava de alguma viagem e reassumia suas prerrogativas de chefe do executivo ouvia do seu vice um “- *O estado está em ordem, governador!*“, como se na administração de Arraes imperasse a desordem. Ou ainda nas articulações políticas visando as eleições que nunca aconteceram, ou seja, o pleito presidencial de 1965, em relação ao qual Paulo Guerra declarava que o PSD não apoiaria a candidatura de Arraes, mas sim o ex-presidente Juscelino Kubtscheck. Mas o fato que marcou essa relação política do grupo pessedista de Paulo Guerra com a Frente Popular e obviamente com o próprio Miguel Arraes foi certamente a articulação do vice-governador com militares às vésperas do golpe, ou ainda antes, quando assumiu o governo estadual, após a destituição ilegal, arbitrária e violenta de Arraes, rumo à prisão e ao exílio.

As alianças políticas e patrimoniais eram, desde os tempos coloniais, muitas vezes seladas através de uma prática de alianças matrimoniais. Dentro dessa linha de raciocínio, um caso interessa particularmente ao presente estudo, obviamente não pelo seu caráter pessoal, mas pelo que poderá revelar a respeito dos resultados do inquérito sobre a “chacina do Oriente”, que vitimou Jeremias. O vice-governador de Arraes, Paulo Guerra, era casado com a Sra. Virgínia Borba, sobrinha de Osório Borba¹²⁴, candidato derrotado ao governo do Estado nas eleições especiais de 1952¹²⁵ (que

¹²³ Roberto Oliveira de. *Recife – Da Frente ao Golpe – Ideologias Políticas em Pernambuco*. Op. cit. p. 123.

¹²⁴ *Perfil Parlamentar – Paulo Guerra*. Assembléia Legislativa de Pernambuco. Para a informação sobre o parentesco entre a sra. Virgínia Borba e Jose Borba – depoimento do filho deste, Vital Borba, atual proprietário do engenho Oriente, ao autor em 31/07/2010.

aconteceram em virtude da morte do governador Agamenon Magalhães neste mesmo ano), pela coligação do Partido Socialista – PS, com o “clandestino”, PCB; e principalmente, a sra. Virgínia Borba era sobrinha de José Borba (proprietário do engenho Oriente). Ou seja, pelas informações coletadas, Osório Borba e José Borba eram irmãos.

Paralelamente a todo esse cenário político local, a tensão social em todo Brasil estava, naqueles tempos, como sabemos, num processo crescente. Desde o decreto presidencial de Jango, em 5 de julho de 1962, instituindo o 13º salário, a ser pago, tanto pelas empresas particulares, como pelas empresas públicas, em dezembro daquele ano, e que foi estendido também aos trabalhadores rurais, até o histórico Estatuto de Trabalhador Rural, que entrou em vigor em 18 de junho de 1963, as lutas no campo atingiram um patamar nunca antes igualado na história republicana.

As pressões se multiplicavam por todos os lados, e os diversos atores políticos disputavam com as armas que possuíam a hegemonia no meio rural. Justamente neste contexto, Jeremias é preso em Itambé e levado para a Delegacia Auxiliar em Recife. As minhas pesquisas no acervo do extinto DOPS, junto ao prontuário de Jeremias, não localizaram nenhum registro dessa prisão feita pelo governo Arraes. Entretanto ela pode ser comprovada, e sua possível data levantada, através da fala do delegado especial que a conduziu, o falecido Dr. Rodrigo Souto (registro presente no acervo de história oral da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ). Também podemos obter informações desse episódio pela última carta enviada por Jeremias para a direção nacional do POR-T em São Paulo, pouco antes de ser assassinado. A entrevista do então ex-delegado foi concedida a pesquisadora da FUNDAJ, Eliane Moury Fernandes. Por sua importância reproduziremos um trecho significativo:

... eu vou aproveitar para evocar alguns episódios que acho os mais dolorosos de nossa experiência, como Delegado Auxiliar, no governo de Miguel Arraes. Sem dúvida, o mais triste, o mais lamentável de todos, foi a morte do estudante paulista Paulo Roberto Pinto. Veio aqui para Recife, trazido por elementos trotskistas, que, também a partir de um certo momento, atuaram principalmente no campo. Quando surgiram, quantitativamente eram muito insignificantes, mas de uma atuação muito perturbadora. Nós tivemos notícia da atuação de um grupo aqui perto de Goiana, se não me engano no município de Condado [leia-se Itambé], e nos propusemos a tomar uma providência, porque foi uma comissão, liderada por deputados e proprietários, pedir providências à Secretaria. Como acontecia na maioria dos casos em que se recebia denúncia desse tipo, na verdade, nenhum acontecimento concreto de maior gravidade, nenhuma invasão como eles haviam propalado, mas uma atuação marcante de sindicatos, de Ligas Camponesas e, nesse município, a atuação desse grupo tendo como bandeira o pagamento do 13º salário. Isso era uma das metas que nós nos propusemos a fazer o possível para que fosse

¹²⁵ SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes – Nacionalismo em crise – 1955/1964*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, p. 39.

realmente atendida, porque tinha sido criada a lei do 13º salário e havia uma resistência muito grande para o pagamento. Qualquer movimento em que os camponeses exigiam o pagamento do 13º era tido como agitação. Então a atuação desse grupo se resume ao pagamento do 13º e algumas diferenças salariais. Recebemos a denúncia e conseguimos localizar esse grupo, atuando em plena feira, na base da união das forças dos estudantes, operários e camponeses, com slogans muito ingênuos para o público ao qual eles se dirigiam, mas que, quando se deslocavam para as propriedades, criavam um clima realmente de pavor para os proprietários, que pensavam que o pessoal ia para lá destruir, ou com intenção de provocar violência. Nós trouxemos aqui para o Recife, o Jeremias, que era o líder do movimento, e mantivemos durante três dias, esse rapaz na Secretaria de Segurança. Eu conversava com ele, duas ou três vezes por dia. Não ficou atrás das grades. Rapaz de boa presença, falava corretamente, mas não revelava, absolutamente, qual era a liderança que representava: se era o PC, se era o Julião, de onde ele vinha. Então, nós chegamos a conclusão, no primeiro momento, que era um elemento pago pela direita, pelos elementos interessados em criar aquela imagem negativa do governo de Arraes, para perturbar. Quando tentamos convencê-lo dessa nossa impressão, reagiu com muito vigor e invocou o testemunho de um advogado que atuava no campo, tinha sido meu colega de turma na faculdade, Joaquim Ferreira, como sendo o elemento que podia afiançar que a origem dele não era absolutamente aquela que eu estava afirmando, que ele estava sendo pago para criar aquela situação. Então foi quando se revelou que realmente era um elemento trotskista. Tinha dezenove anos e nós aconselhamos, assim como se aconselha um filho, entreguei-o ao advogado que ele trouxe como testemunha, uma espécie de avalista da sua atuação, e fui deixá-lo em casa, eu, o advogado e o motorista que estava dirigindo meu carro. Foi a última vez que vi Jeremias, porque, três dias depois, no Engenho do município onde atuava, foi colhido numa emboscada, morto a tiro de rifle, um episódio lamentabilíssimo. Não houve tempo de buscar a família, porque não tínhamos endereço. Depois, a família veio para cá, fazer exumação. Um episódio lamentável, porque representava o sacrifício de um jovem, sem dúvida nenhuma idealista, mas que serviu para demonstrar que havia facções que, por mais idealistas que fossem, criavam realmente um clima que favorecia muito mais ao adversário do governo, do que obtenção de metas, que pretendiam.”¹²⁶

A primeira leitura que se faz é que certamente a figura daquele “jovem idealista”, Jeremias, deve ter marcado profundamente a memória do entrevistado, pois decorridos tantos anos (a entrevista foi realizada no início dos anos 80), ele se recorda do evento do seu assassinato como o mais triste daqueles tempos conturbados. A sua fala transita entre a de alguém que repreende um filho de um perigo grave e que o mesmo não lhe tivesse dado ouvidos, e a de um funcionário responsável pela

¹²⁶ Depoimento de Francisco Souto. Acervo do Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira – CEHIBRA – Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. Pp. 13-14.

manutenção do “ordem capitalista” durante a administração de Arraes à frente do governo estadual.

O ex-delegado afirma que a prisão de Jeremias ocorreu em decorrência de uma intervenção na Secretaria de Segurança Pública de um grupo de deputados (possivelmente deputados estaduais) e proprietários de terras (muito provavelmente da latifundiários da mata norte). Essa parte do relato é bastante significativa pois exemplifica tanto uma mudança como uma permanência na relação do poder político instituído e o secular poder econômico.

Até o governo Arraes tomar posse, não haveria necessidade de uma comissão de parlamentares e latifundiários se deslocar até a sede de um órgão público a fim de solicitarem providências contra alguém que eles denominavam de “agitador”. Segundo diversos relatos, as polícias estaduais estavam diretamente a serviço das elites rurais, na repressão as lideranças dos trabalhadores rurais, o que era uma prática corriqueira até o governo de Cid Sampaio ¹²⁷. Algumas notas do jornal *Última Hora* de janeiro de 1963, portanto, antes da posse de Arraes em 31 daquele mês, nos auxiliam a conhecer o comportamento padrão da polícia naqueles tempos. Em 15 de janeiro de 1963 uma manchete estampada na capa do *UH* dizia: “*Promotor denuncia: massacre de camponeses em Timbaúba.*”, essa matéria estava na página três com o seguinte título, “*Promotor público denuncia clima de terror policial em Timbaúba.*”. No dia seguinte, 16/03, em sua terceira página, o mesmo jornal trazia o título, “*Prefeito de Timbaúba: volantes da polícia espalham terror entre camponeses.*”, na mesma página, uma pequena nota relatava assim:

Casas incendiadas – Segundo informações procedentes de També, diversas casas de camponeses foram destruídas e queimadas pela volante policial, que se encontra em missão de inspeção pelo interior do Estado. Sabe-se que a volante não tem encontrado resistência da parte dos camponeses, que são, muitas vezes, surpreendidos, com as notícias de que eles estão organizando um plano subversivo, conforme afirmam as autoridades policiais. ¹²⁸

Ainda no dia seguinte à nota anterior, o *Última Hora* trazia mais uma notícia de violência policial no interior, na página policial:

Camponês no HPS – ‘Fui pisoteado pela polícia até desmaiar na rua’ – Volante policial em També, revistando de forma grosseira e violenta a população, espanca um pedreiro, Oscar Ivo de Melo, até que ele desmaie em plena rua, pois ele não estava armado. ¹²⁹

¹²⁷ Cid Feijó Sampaio, usineiro e industrial, foi governador de Pernambuco de 1959 a 1963, deputado federal de 1967 a 1971, e senador da República de 1983 a 1987. Em 1958 foi o candidato das “Oposições Unidas”, nome da Frente do Recife naquele ano.

¹²⁸ *Última Hora*. Edição Nordeste, 16/01/1963, p. 3. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹²⁹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 17/01/1963, p. 10. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Esta onda de violência policial desencadeada pelo governo Cid Sampaio no seu derradeiro mês de gestão, procurava não só se vingar do povo que havia dado a vitória a Arraes para o governo estadual, mas também criar um clima de intranquilidade pelo interior, e aproveitando para perseguir lideranças locais, como no caso do presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Escada, Ipojuca e Amaraji, Marcos Martins da Silva, sequestrado e torturado pela polícia e por uma milícia do latifundiário da Usina Caxangá. A notícia foi relatada no *UH* de 19 de janeiro de 1963 e trazia essa informação:

O delegado sindical de Freixeiras, Manoel Vieira de Moura, declarou ao *UH* que o presidente do sindicato foi retirado do recinto do sindicato por uma volante policial composta de seis soldados e um sargento, acompanhados de alguns capangas.¹³⁰

Pouco depois, no dia 21 de janeiro, o *UH* tinha esta manchete em sua capa, “*Líder camponês acusa: - Polícia me torturou.*” Ao lado da foto do dirigente sindical mostrando os hematomas, mais detalhes eram revelados:

Após mostrar as escoriações sofridas na prisão particular da Usina Caxangá, o camponês Marcos Martins da Silva, presidente do Sindicato Rural de Escada, Ipojuca e Amaraji, narrou a reportagem o misterioso sequestro de que foi vítima, acusando elementos da polícia de Escada de o haverem submetido a torturas.

Na sequência da reportagem, na página 2, o líder sindical revela que ficou:

preso na ‘prisão particular’ da Usina Caxangá de propriedade do sr. Júlio Maranhão, devido a sua liderança na luta pelo pagamento do 13º salário e contra o desconto do Montepio (desconto de 50 a 70% na folha de pagamento dos trabalhadores em usinas)

Como podemos facilmente observar, as práticas policiais do período imediatamente anterior ao governo Arraes, eram diretamente a serviço das elites rurais na repressão aos trabalhadores e seus líderes. É particularmente significativo notar que, neste caso, o dirigente sindical sequestrado e torturado liderava uma luta pelo pagamento do 13º salário em janeiro de 1963. Essa reivindicação atravessará o ano sendo feita nas mais diversas partes do Estado e do país, por diversas categorias. E foi liderando um movimento com essa bandeira que Jeremias e os trabalhadores dos engenhos de Itambé caíram na emboscada às portas do engenho Oriente, em agosto do mesmo ano. Finalizaremos as citações sobre este período, destacando duas notas do *UH* de 22 de janeiro de 1963, que tratam do tema da violência policial:

Juiz da Paraíba protesta: Polícia de Pernambuco espalha pânico entre camponeses de Pedras de Fogo – O juiz da Comarca paraibana de Pedras de Fogo, protestou junto ao secretário de Segurança Pública de

¹³⁰ *Última Hora*. Edição Nordeste, 16/01/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Pernambuco, contra a ação da polícia pernambucana que está invadindo aquele município para prender líderes do movimento camponês acusados de agitação nos engenhos.”

O alvo da perseguição da polícia pernambucana na Paraíba era alguém que Jeremias conheceu em Belo Horizonte, no congresso da ULTAB:

TORTURA – O estudante de direito Joel Câmara, que se encontrava na cidade paraibana de Pedras de Fogo, foi preso ontem, naquela localidade por uma volante da polícia de Pernambuco, sendo transportado em seguida, para a cidade de também, neste Estado. Segundo informações prestadas a UH, por pessoas da localidade, Joel Câmara, está sendo vítima de torturas e espancamentos, tendo várias pessoas residentes nas proximidades da cadeia de Também, ouvido os gritos de dor do estudante preso.¹³¹

Uma realidade marcada pela violência policial era o cotidiano dos trabalhadores daquele período. A postura do governo Arraes foi inovadora no sentido de não colocar a máquina repressiva do Estado a serviço da violência de classe. Realmente não encontramos nos jornais e nos depoimentos qualquer alusão a uma violência física contra trabalhadores, pelas polícias estaduais, salvo em duas ocasiões¹³². Mas o caráter de governo de “Frente Popular”¹³³, falava mais alto nas questões fundamentais, ou seja, nas questões de classe, como nas alianças com os “coronéis” da zona da mata que exigiam providências a fim de identificar e neutralizar a ação daquele desconhecido

¹³¹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 22/01/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹³² A primeira ocorreu logo no início do governo de Arraes, em sete de fevereiro de 1963, quando de uma greve de motoristas e cobradores de ônibus na região metropolitana, em que aconteceram enfrentamentos entre a Polícia Militar e os piquetes dos grevistas. Um policial sacou seu revólver no meio da multidão e começou a atirar para cima, sendo logo em seguida desarmado e ferido pelos grevistas. Muitos destes apanharam da polícia e foram presos. As manchetes da página policial do *Última Hora* traziam os seguintes títulos: “Violência da polícia para esmagar piquetes”, “tiros e coronhadas nas ruas provocaram a reação popular”, “Quebra-quebra”, “Coronhadas no rosto”. A segunda ocorrência se deu num piquete de operários numa fábrica no bairro recifense de Iputinga, e foi noticiada pelo *Última Hora*, na sua capa, em 17 de outubro de 1963: “Piquete de operários dissolvido à bala – Piquetes de grevistas em frente a Cerâmica Santa Maria (Iputinga), foi dissolvido ontem violentamente por soldados da polícia militar, que dispararam contra os operários, além de atacá-los a coronhadas. O delegado Francisco Souto mandou que se apurassem as responsabilidades.” Na segunda página da mesma edição temos, “Dois feridos ocasionados por tiros e coronhadas de fuzil; outros operários receberam ferimentos menos graves. Uma das duas vítimas foi internada em estado grave. A Cerâmica está há dois dias em greve por melhoria salarial e são feitos piquetes na porta da fábrica. Segundo relato feito ao policial de plantão no HPS, pelas duas vítimas, ontem, os operários encontravam-se defronte a Cerâmica, quando surgiu um contingente de soldados da PM, cercando-os. Sem que houvesse motivos, os militares passaram a disparar contra operários, atacando-os a coronhadas. O delegado Francisco Souto determinou que todas providências sejam tomadas para que os responsáveis pelo massacre recebam punição.”

¹³³ A concepção tática que originou a linha política das “Frentes Populares”, representou uma guinada à direita da III Internacional Comunista “stalinizada”, em oposição à diretriz anterior, que ficou conhecida como “Terceiro Período”, em que havia uma orientação ultra-esquerdista que caracterizava a Social-Democracia como sendo “Social-Fascista”. Essa política ditada pela III Internacional, levou a uma prática e um discurso sectários do PC alemão, que possibilitou a chegada de Hitler ao poder em 1933. Depois dessa catástrofe, a direção internacional stalinista, em 1936, formulou a nova política de construir governos de coalizão entre os partidos operários e os partidos liberais capitalistas. O primeiro exemplo na história foi o governo de Frente Popular da França em 1936.

militante que “pertubava” a ordem vingente, ou seja, o ancestral regime do latifúndio. Por isso Jeremias foi preso, muito provavelmente sem qualquer mandato judicial ¹³⁴.

Sobre a manutenção do sistema sócio-político, uma breve fala do governador Miguel Arraes é bastante elucidativa. Ela foi pronunciada em rápida entrevista ao *Última Hora*, na primeira quinzena de julho de 1963, quando da invasão de três engenhos do município de Vitória de Santo Antão, pertencentes ao então ex-deputado Constâncio Maranhão, pelos trabalhadores rurais da região e suas famílias, liderados pelo estudante de direito, João Alfredo, membro das Ligas Camponesas. O jornal relata que cerca de quatro mil pessoas participaram da concentração nas terras invadidas trabalhando na construção da vila João Pedro Teixeira ¹³⁵. O argumento do movimento era de que as terras estavam desocupadas há 22 anos. Haveria um encontro com Arraes para negociar uma solução para a questão. Mas não foi preciso que nenhuma comissão fosse até o governador. Este, tendo ao seu lado o deputado federal e presidente honorário das Ligas Camponesas do Brasil, Francisco Julião, foi até as terras invadidas. Sobre o desfecho da situação, o relato jornalístico é bastante elucidativo:

Pacto de paz no QG dos sem-terra – Com firmeza e habilidade, o governador Miguel Arraes, conseguiu desalojar os quatro mil camponeses que tomaram os engenhos Camarão, Coqueiro e Tamaramirim, em Vitória de Santo Antão. O pacto de paz, discutido no palácio, foi homologado em pleno QG dos camponeses, com o estudante João Alfredo. Os camponeses relaxaram o regime de prontidão e abandonaram as terras, aguardando, agora, os entendimentos que se processarão com a SUPRA, a fim de resolver o problema. No discurso que fez no QG dos sem-terra, o governador Arraes pediu um crédito de confiança para resolver o caso, manifestando, entretanto, que não negociaria enquanto o direito de propriedade e autoridade não fossem restituídos. ¹³⁶

Ainda na mesma reportagem, o governador Arraes declarou, “*que para o encaminhamento de qualquer solução, terá que ser restaurado o princípio de autoridade. E sem ele nenhuma solução será encontrada.*”

Esta permanência do princípio da propriedade privada no discurso oficial da autoridade constituída, no caso o governador Miguel Arraes, revela claramente os limites da política populista do período, mesmo entre aqueles considerados mais a esquerda, mas que, no entanto, dialogavam com a crescente radicalização dos

¹³⁴ Reitero que não localizei nenhum registro de sua prisão pelo delegado auxiliar Francisco Souto, no prontuário de Jeremias no acervo do extinto DOPS. A falta de provas materiais dessa detenção aponta claramente para uma prisão política, que depois do assassinato de Jeremias, não era interessante que fosse deixado registro algum.

¹³⁵ A vila que nunca existiu, teria sido uma homenagem dos trabalhadores rurais pernambucanos para o presidente da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, João Pedro Teixeira (1918-1962), assassinado a mando do latifúndio na várzea paraibana, em dois de abril de 1963. Tornou-se um mártir da luta pela reforma agrária no Brasil, e foi imortalizado no documentário de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*, (1984).

¹³⁶ *Última Hora*. Edição Nordeste, 11/07/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

movimentos dos trabalhadores, desde que a essência do sistema capitalista fosse preservada, dentro da legalidade burguesa, e que a ação dos trabalhadores não fugisse da sua esfera de influência ¹³⁷.

Para finalizar a análise do depoimento do Dr. Francisco Souto, cabe fazer algumas observações sobre a prisão de Jeremias. Um líder sindicalista é preso, a pedido dos políticos/latifundiários da região onde atua, pelo governo estadual considerado mais a esquerda naquele período histórico, com um apoio total do PCB. Um governo que, no seu discurso oficial, condenava a perseguição aos movimentos sociais, e de uma forma geral era coerente com seu discurso, mas tinha como premissa básica evitar uma possível radicalização política que gerasse um confronto de maiores proporções. Para tanto, se não se valeu da violência física, como era a tradição anterior, aproximou-se perigosamente da “tortura psicológica”, pois Jeremias ficou preso entre três e quatro dias sem acusação formal, e só ao final desse período, depois de ser repetidamente provocado sob a alegação de ser um “agente provocador” da direita, ou seja, uma infiltração, é que revelou a sua verdadeira filiação política e ideológica, isto é, que era trotskista. A veracidade desse depoimento é que ele foi feito pelo próprio agente da repressão estatal, o delegado auxiliar Francisco Souto.

A memória das esquerdas é, muitas vezes, perdida. Ao longo dos regimes arbitrários, sedes clandestinas ou não foram invadidas e a documentação foi confiscada ou simplesmente destruída. A imprensa operária, via de regra também foi perseguida, censurada e calada. Muitos militantes foram silenciados com o sequestro, a tortura e a morte. Algumas vezes, inclusive seus corpos desapareceram. Recuperar a memória destes atores históricos, se constitui a tarefa do historiador que elegeu as lutas sociais do passado como seu objeto de trabalho. Nesse ofício travamos, em alguns casos, um combate contra o esquecimento. Se alguns personagens deixaram uma produção textual (textos políticos ou de outro gênero, correspondência, etc), travar um diálogo com estes possibilita um maior número de análises históricas. No caso de Jeremias, além de ter sido assassinado às vésperas de completar 23 anos, sua breve vida consciente foi dedicada integralmente à militância. Naqueles tempos de transformações sócio-políticas aceleradas, a vida devia também correr no mesmo ritmo. Se bem que os últimos meses da vida de Jeremias tenham sido passados no campo, onde o “tempo” passa mais vagarosamente, e a tradição do meio rural é oral. Como vimos anteriormente, a grande maioria da população rural de Pernambuco, naqueles anos iniciais da década de 60, era analfabeta. O único registro textual produzido por Jeremias, que pode ser consultado, foi a sua última carta, escrita para a direção nacional do POR-T, em São Paulo, 22 dias antes de sua morte. Este texto, reproduzido em uma edição extra do jornal do POR-T,

¹³⁷ Não há como voltar ao passado e verificar empiricamente os rumos que a história poderia ter tomado. O “Anjo da História” benjaminiano só pode vislumbrá-la como realmente foi, não como poderia ter sido. Mas, num passado provável, que poderoso centro político de propagação da luta pela reforma agrária não poderia ter sido uma “Vila João Pedro Teixeira”, construída por trabalhadores rurais, que ocuparam de forma organizada terras improdutivas, logo na histórica cidade de Vitória de Santo Antão, berço das Ligas Camponesas ? Mas passado quase meio século, é apenas um exercício mental de ficção histórica.

Frente Operária, relativa à chacina do engenho Oriente, em agosto de 1963, relata como estava sua atividade política em Itambé naquele momento:

Recife, 17 de Julho de 1963, queridos camaradas: O trabalho em Itambé avançou bastante. Depois daquela ação que já é de vosso conhecimento, houve uma greve pela revisão do 13º salário. A não ser a Assembléia que se fez para decidí-la, nenhuma outra preparação se fez. No primeiro dia, logo pela manhã fizemos um piquete que saiu da sub-sede do sindicato com uns 250 companheiros, pois os proprietários barraram muitos camponeses no caminho ameaçando-os de muitas coisas, caso viessem ao sindicato e os obrigaram a pegar no serviço. Além disso, em um dos engenhos de propriedade da Usina, foram trazidos 50 trabalhadores de fora, a fim de furar a greve. O piquetão porém impôs com facilidade a sua autoridade. Nos locomovemos desde a manhãzinha até as 15:30 horas. Foram paralisadas as propriedades previstas. Ao piquete se incorporaram mais outros 50 camponeses. Para paralisar a última propriedade tivemos de passar por dentro da Usina, o que provocou um clima de tensão ao mesmo tempo de simpatia, por parte dos operários. O dono da Usina, também proprietário daquele engenho, telefonou imediatamente dando ordens para paralisar o trabalho, o que já havia acontecido quando lá chegamos. Ao regressarmos passando por este mesmo engenho houve um protesto aí por uma questão havida com um trabalhador de manhã. O administrador ficou apavorado, temendo invasão de sua casa e telefonou à Usina pedindo socorro. Logo depois, quando já caminhávamos de volta, nos deparamos com 2 jeeps conduzindo 10 capangas armados de rifles e fuzis, porém não pudram fazer nada devido a reação. A situação agora é de 'normalidade'.¹³⁸

Neste primeiro trecho, temos a informação de mais uma greve no campo pelo pagamento do 13º salário. Ele também confirma as palavras do Dr. Francisco Souto, quando este diz que os latifundiários ficavam “apavorados” com uma multidão de trabalhadores rurais atravessando suas terras de forma organizada em uma atividade reivindicatória. E uma informação que reitera que os latifundiários estavam fortemente armados, quando afirma ter visto dois “jeeps” com homens portando armamento pesado, rifles e fuzis. O que está inserido no clima de guerra civil daquele período, e se soma às notícias veiculadas pelos jornais pernambucanos de que verdadeiros arsenais eram encontrados nas casas-grandes dos latifúndios.

No próximo trecho da sua última carta para o Partido, Jeremias comenta a sua prisão e o desenrolar do processo grevista em Itambé:

A greve se desenvolveu bastante confusa e indecisa por parte de alguns camponeses, pois estive ausente daí vários dias, faltando inclusive à Assembléia. É que estive preso na Secretaria de Segurança, que na maioria é gente do P. Comunista. Aí houve muitos problemas. O pior foi que os proprietários aproveitaram isso para golpear o movimento de todas as formas. O usineiro está com um

¹³⁸ *Frente Operária*. Agosto de 1963, São Paulo, p. 3. Prontuário N° 13.946. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE – acervo do extinto DOPS.

medo fenomenal, sem maiores exigências fez o pagamento integral dos dias que os camponeses estiveram parados, antes destes voltarem ao serviço. Isso é uma forma de dividir e enfraquecer o movimento, querendo mostrar aos camponeses que estes não precisam do sindicato. Cederam também ao pagamento das diferenças do 13º salário. A greve também foi vitoriosa numa propriedade, onde exigimos a reintegração de muitos camponeses despedidos.

O que chama a atenção neste trecho é a declaração de Jeremias de que na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco a maioria dos funcionários era do PCB. Essa associação feita carece de uma comprovação. Segundo o depoimento do delegado Francisco Souto, quando inquirido pela pesquisadora da Fundaj, Eliane Moury Fernandes, se havia participado de alguma forma da Frente do Recife, ele respondeu, num primeiro momento, sobre a campanha para o governo de Cid Sampaio, em 1958: *“Participei como simpatizante. Não tinha filiação partidária. Participava de comícios, fazia alguma finança nas organizações políticas, quando me solicitavam. Atuava principalmente no ambiente de trabalho, no antigo IAPI...”*¹³⁹. Sobre a sua participação na campanha de Arraes em 1962, assim relatou:

Participei, daquela forma que mencionei em relação a outras atividades políticas. Como simpatizante, como colaborador na parte de finanças, organizando listas, vendendo revistas, livros, comparecendo a comícios, arregimentando pessoas para comparecer à praça pública e acompanhando de perto os temas em discussão.

Como podemos verificar, o ex-delegado, Francisco Souto, afirmou que não pertencia a nenhum partido político, mas, entretanto, segundo suas próprias palavras, participou ativamente da Frente do Recife, tanto em 1958, e principalmente no pleito de 1962, quando houve uma polarização ideológica esquerda/direita. Se não se pode confirmar a assertiva de Jeremias de que existiam militantes do PCB na SSP/PE durante o governo Arraes, não era infundado que existiam militantes da Frente do Recife, inclusive o chefe da instituição, que era um cargo de confiança do governador. Deve ser levado em conta, para se penetrar na mentalidade dos militantes trotskistas da época, de que nos anos 60, a experiência das perseguições e o extermínio de Trotsky e de seus partidários, não só na União Soviética mas em várias partes do mundo, não era uma lembrança tão distante. Poucos anos antes, em 1956, o mandatário soviético, Nikita Krushev, havia denunciado parte dos crimes feitos na era stalinista. No imaginário trotskista, a associação do PCB com a repressão era direta, não se levava em conta que o PCB também era, historicamente, alvo de perseguições. Tal associação, obviamente não se constitui numa prova da participação do PCB em Pernambuco de nenhum ato repressivo no período, mas ilustra como eram acirradas as disputas políticas entre as esquerdas.

¹³⁹ Depoimento de Francisco Souto. Acervo do Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira – CEHIBRA – Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. p. 3.

Sobre os movimentos grevistas em Itambé e região, percebe-se que eles estavam passando por um período de ascenso, em que as vitórias sobre os latifundiários se sucediam.

Na próxima parte, Jeremias analisa o processo da invasão de três engenhos em Vitória de Santo Antão, pelos camponeses liderados pelo estudante João Alfredo (como já visto anteriormente), bem como seus desdobramentos políticos:

Os proprietários se armam aceleradamente, já que por enquanto não podem contar com a intervenção da polícia (aliás é preciso discutir bem a conduta do governo frente as massas, principalmente no campo). Os camponeses aproveitam a situação criada por Arraes, para intervir em massa e ninguém jamais, poderia fazê-las voltar atrás, com repressão ou sem repressão. O nível atingido pelos camponeses do Estado do Rio, repercute imediatamente aqui, como é o caso de Vitória de Santo Antão. Temos de elevar imediatamente as ações dos camponeses de També ao nível que se faz necessário, preparar uma ação a curto prazo.

Em Vitória de Santo Antão a coisa se desenvolveu assim: os camponeses já tinham o objetivo claro da ocupação, inclusive armada. João Alfredo foi como que convidado para organizar melhor e dirigir. Ocuparam militarmente e não passava nem mosca. Logo no primeiro momento João Alfredo demonstrou toda a sua fraqueza, aceitando que uma comissão de camponeses fossem discutir com Arraes, o que não se verificou pois este foi diretamente ao local. Aí capitularam totalmente. Isto está tendo uma repercussão enorme contra Julião, pois ele aparece como o que entregou todo trabalho de João Alfredo. Ações desse tipo aqui é fato novo e vai de hoje em diante se colocar diariamente. A disposição dos camponeses era de ficar e é bem provável que num prazo curto voltem a ocupá-la. Arraes e a burguesia se encontram num emaranhado de contradições cada vez mais perigoso.

Julião pediu que os camponeses dessem um voto de confiança no governo. Arraes porém não tem nenhuma possibilidade de fazer com que os camponeses dêem crédito de confiança antes de intervirem. Arraes tem feito uma mobilização tremenda de seu aparato, para todo o interior a deter o movimento. Nesta recente passeata mobilizou inclusive avião, para impedir que os camponeses viessem a cidade. Está usando a seguinte chantagem: no caso de Vitória de Santo Antão disse aos camponeses que tinha três coisas a fazer;

1º) – usar a polícia para desalojar os camponeses, o que nunca faria;
2º) – indenizar as terras, mas que o Estado não tem condições e;
3º) – cruzar os braços, mas que neste caso o exército interviria, o que desmoralizaria seu governo, obrigando-o a renunciar, e então o povo ficaria sem o “governo do povo”.

O apoio a esta chantagem por parte do P. Comunista e de Julião é criminoso e deve ser denunciado.”¹⁴⁰

¹⁴⁰ *Frente Operária*. Agosto de 1963, São Paulo, p. 3. Prontuário N° 13.946. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE – acervo do extinto DOPS.

As críticas à saída dos trabalhadores rurais dos engenhos invadidos, articulada por Arraes e Francisco Julião são bastante duras. Jeremias identifica nelas, particularmente no discurso de Arraes, um elemento de chantagem, não levando em conta a sua afirmação de que não reprimiria o movimento, e também os limites do poder de um governador, pressionado diariamente pela imprensa, como promotor de “desordens” e patrocinador da subversão. Também um elemento, que certamente não era do conhecimento de Jeremias, é que Jango já havia orientado o IV Exército, sediado em Pernambuco, a observar o governo Arraes, como forma de pressão sobre um concorrente no cenário das esquerdas. Como vimos anteriormente, a linha política de Arraes não era a da confrontação, mas a da conciliação, como um árbitro da luta de classes, que respeitava os limites da propriedade privada. Jeremias relata a impressão causada pelo recuo do movimento, em que certamente membros das Ligas Camponesas criticavam o apoio de Julião à ação conciliadora de Arraes. Neste ponto, podemos entrever divisões no seio das Ligas Camponesas, tanto que pouco depois, Julião manda publicar uma nota no *ÚH* desautorizando João Alfredo a falar em nome das Ligas.

No trecho seguinte, Jeremias continua a sua análise do governo Arraes e do PCB:

Eu dizia em outra carta que o governo e o P. Comunista se preparavam para reprimir o movimento de massas. É preciso porém sabermos compreender a que nível chegou a relação governo-massas, independentemente da vontade do governo e das direções. O que isso representaria e repercutiria na base do P. Comunista, sem dúvida pequeno-burguesa. Esta base é a sustentação do governo, está no governo realmente, é a parte de sua sustentação, que se baseia no conjunto da pequeno-burguesia, que em geral é esquerda. A política de não intervenção contra as massas é que mantém a burguesia no poder e a ilusão da pequeno-burguesia em Arraes. Uma intervenção contra as massas significa o fim de Arraes e em consequência do P. Comunista. A base do P. Comunista que intervem no governo é o fator principal que determina a política de não intervenção. Arraes está desesperado. Corre a todo canto para que os camponeses não façam nada. Somente greve. É obrigado a reafirmar que a polícia no seu governo jamais intervirá, ele sabe que isto anima os camponeses a intervir cada vez mais, mas não tem outro jeito.¹⁴¹

Nesta parte da correspondência, Jeremias começa admitindo um erro de avaliação, quando cita uma carta anterior, em que teria levantado a hipótese de que tanto Arraes como o PCB, que fazia parte do governo, se preparavam para reprimir o movimento dos trabalhadores rurais. Jeremias faz uma generalização quando afirma que a base do PCB é composta unicamente pela pequena-burguesia, ignorando outras classes. Faz uma associação, até certo ponto correta, quando diz que a pequena burguesia está radicalizada, sendo que neste caso, deve estar se referindo, mais uma vez fazendo uma generalização, aos intelectuais e profissionais que se integravam ou

¹⁴¹ *Frente Operária*. Agosto de 1963, São Paulo, p. 3. Prontuário N° 13.946. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE – acervo do extinto DOPS.

apoiavam o governo Arraes, como no Movimento de Cultura Popular – MCP¹⁴². Uma leitura em boa parte correta da conjuntura vivida pelo governo Arraes é a de que uma parte significativa de sua popularidade, principalmente entre os trabalhadores rurais, que será eternizado no mito do “Pai Arráia”, é sua política de não repressão aos movimentos sociais, que, assim como Jeremias coloca a questão, cria uma situação paradoxal: quanto mais Arraes se desdobra em evitar que as reivindicações ultrapassem os limites das greves, a não repressão de certa forma estimula o crescimento do movimento no campo.

Na parte final de sua carta Jeremias continua analisando as “contradições” do governo Arraes, a crescente desconfiança dos latifundiários neste, faz um alerta sobre a possibilidade real de uma intervenção militar e termina apostando na radicalização do movimento dos trabalhadores rurais, como forma de colocar o governo Arraes em uma encruzilhada:

Outra coisa para qual devemos estar atentos é a repressão aos dirigentes que levem adiante ações independentes, sob acusação de provocadores, agentes do ponto IV, dos golpistas, etc. Nesta manobra poderão, não por muito tempo, serem envolvidas as próprias bases do P. Comunista, mas o problema mais sério para o governo não são os dirigentes, mas os camponeses. Na minha dedução, ficou claro o problema de nossa política, através do jornal e outros documentos que havia na pasta. Dois dias depois correu para lá, um assistente do governo, para discutir com os proprietários as reivindicações, tentando evitar ações mais graves. Isso porque não fez outra coisa que fortalecer os próprios camponeses a sua intervenção. A realidade é que os latifundiários não confiam na intervenção da polícia, em sua defesa, e se preparam para intervir independentemente do governo e se armam até os dentes. Temos que ter também plena consciência de que o exército intervirá, independentemente do governo, assim que as coisas se agravarem. Este recorte que segue, mostra a não confiança dos usineiros no governo. Os proprietários daí fizeram uma festa quando me detiveram, pensaram que aconteceria o mesmo que aconteceu com o Joel Câmara. Como isto não aconteceu, os camponeses se viram mais fortalecidos depois. Arraes está metido numa situação, que o impossibilita praticamente de reprimir, ao mesmo tempo, a burguesia do país não pode tolerar o

¹⁴² “Criado no Recife em maio de 1960, quando o prefeito da cidade era Miguel Arraes, foi um movimento que teve como objetivo básico difundir as manifestações da arte popular regional e desenvolver um trabalho de alfabetização de crianças e adultos. Seu ideário era, em resumo, “elevar o nível cultural dos instruídos para melhorar sua capacidade aquisitiva de idéias sociais e políticas” e “ampliar a politização das massas, despertando-as para a luta social”. Na prática, esse trabalho era feito através de apresentação de espetáculos em praça pública; organização de grupos artísticos; oficinas e cursos de arte; exposições; edições de livros e cartilhas, etc. O trabalho de alfabetização tinha à frente o jovem educador Paulo Freire, que foi um dos sócio-fundadores do movimento. Também integraram o MCP, intelectuais e artistas como Francisco Brennand, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Abelardo da Hora, José Cláudio, Aloísio Falcão e Luiz Mendonça.” In: <http://culturareligare.wordpress.com/2007/09/06/mcp-movimento-de-cultura-popular/>

desenvolvimento das lutas no campo e vai intervir. O governo é incapaz de recorrer as massas, no caso de uma intervenção no estado, justamente porque sabe o que isto representa. Fugirá como fez Perón. Renunciará inevitavelmente. Não podemos deixar de ver tudo isso, como consequência da própria situação nacional, da discussão sobre a Reforma Agrária, etc. O governo de Arraes é tão fraco e está metido numa situação, que uma pequena ação, levada adiante com firmeza revolucionária, sem conciliação, porá em questão toda sua estabilidade e criará uma “flor” de situação. Temos de aplicar todos os esforços na intervenção no campo. Como vocês já sabem os trabalhos aqui vão indo muito bem. Saudações à todos. Jeremias.¹⁴³

Jeremias começa este trecho denunciando as acusações de infiltração de direita que os membros da Frente de Esquerda, liderada por Arraes e pelo PCB, lançavam sobre os militantes independentes (leia-se os trotskistas também). Certamente foi uma alusão direta as insinuações de agente da direita que sofreu quando esteve preso na Delegacia Auxiliar. Ele ainda relata que o seu material político foi recolhido pela polícia e poucos dias depois, provavelmente um funcionário da Secretaria Assistente foi até Itambé conversar com os latifundiários, a fim de saber quais eram as principais reivindicações dos trabalhadores rurais. Aqui Jeremias inicia uma análise correta, a de que tal fato representa a força do movimento, mas não conclui, e talvez nem poderia dadas as condições da luta política naquelas circunstâncias, que também era um sinal de sua fraqueza, pois o POR-T tinha apenas ele como seu representante em Itambé. Seria absolutamente desproporcional a sua solitária atuação, contra não só o poder do latifúndio (que o matará), mas contra todo aparato institucional do governo estadual (que o prendeu). A sua prisão marca uma contagem regressiva para o fim da presença trotskista na região de Itambé. Às vezes sua avaliação beira a ingenuidade, como por exemplo quando diz que os latifundiários da região fizeram uma festa quando o detiveram, comparando quando da prisão de Joel Câmara (que ficou alguns meses detido). Jeremias conclui então que a sua libertação era uma prova de força dos trabalhadores rurais. Fatal equívoco¹⁴⁴ que não fez com que tomasse qualquer medida de segurança. Sobre a comparação de Arraes com o populista portenho, o Gal Juan Domingos Perón, Jeremias não viveu o suficiente para saber que quando do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, Arraes não renunciou. Foi destituído à força, preso e teve que ir para um longo exílio. Mas para finalizar, Jeremias apesar da breve militância, foi invulgarmente lúcido politicamente quando, ao relacionar o contexto sócio-político

¹⁴³ *Frente Operária*. Agosto de 1963, São Paulo, p. 3. Prontuário N° 13.946. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE – acervo do extinto DOPS.

¹⁴⁴ Em entrevista virtual, colhi o depoimento do então estudante de arquitetura e militante do POR-T, Cláudio Cavalcanti (que foi deslocado para Itambé pelo POR-T, juntamente com Carlos Montarroyos e Aybirê Ferreira de Sá). Indagado sobre se conhecia a data da prisão de Jeremias em 1963 respondeu: “*Não me lembro da data precisa. Foi pouco antes de seu assassinato. O Burô Político do PORT interpretou a prisão como uma espécie de "sinal verde" do governo aos latifundiários. Diego viajou às pressas ao Recife. No dia seguinte à sua chegada, Jeremias foi vilmente assassinado. Jeremias comentou a prisão em uma carta ao Burô Político. Dizia nessa carta que foi tratado com cortesia, mas o BP tirou uma conclusão oposta: a de que ele estava marcado para morrer.*”

pernambucano à conjuntura nacional de crise do populismo, sugeriu que uma pequena ação firme e sem espaços para conciliação, colocaria em xeque toda “estabilidade” do governo de Arraes. Jeremias errou quando pensou que esta “*flor de situação*” seria criada pela esquerda. Ela foi levada a efeito pelo exército, na madrugada do dia 31 de março para 1º de abril de 1964. E teve repercussões nacionais. Toda aparente “estabilidade” ruiu como um castelo de cartas. Era a ditadura.

A morte espera no “Oriente” – O campo manchado de sangue – Quadro da violência rural

A passagem do mês de julho para agosto de 1963 foi marcada por uma verdadeira convulsão social no campo pernambucano. No dia 22 de julho o *UH* destacava na sua coluna sindical que diversos engenhos da Mata Sul (Ribeirão, Catende e Água Preta) estavam entrando em greve, reivindicando o pagamento do salário mínimo integral. No dia 27 do mesmo mês, a seguinte notícia era publicada pelo *UH*:

Coluna Sindical – RONDA – Crise em Ribeirão: Continua a greve nos engenhos da Usina Caxangá por conta do não pagamento do salário mínimo integral e das diferenças do 13º. Tudo agravado pelo assassinato do camponês José Alves de Lima por um dos vigias da Usina Caxangá ¹⁴⁵

A escalada de violência contra as lideranças dos trabalhadores rurais, que procurava fazer refluir o movimento, estava se tornando particularmente aguda nesse começo de segundo semestre de 1963. E ela só tendia a se aprofundar. No dia primeiro de agosto, a crise na Mata Sul aumentava:

23 engenhos da Usina Caxangá estão paralisados desde o dia 22 de julho. Os proprietários estão intransigentes, querendo vencer a greve pela fome. Um caminhão de comida arrecadada junto aos sindicatos urbanos já foi enviado. ¹⁴⁶

Não havia, naquele momento, clima para conciliação. Apesar do auxílio dos movimentos urbanos aos grevistas de Caxangá, um rastilho de pólvora queimava livremente pelos canaviais pernambucanos. No dia seguinte, uma nota indicava o acirramento de toda aquela situação: “*Greve na Caxangá continua e poderá atingir todo campo.*” ¹⁴⁷

¹⁴⁵ *Última Hora*. Edição Nordeste, 21/07/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁴⁶ *Última Hora*. Edição Nordeste, 01/08/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁴⁷ *Última Hora*. Edição Nordeste, 02/08/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Em três de agosto de 1963, uma notícia ocupava boa parte da coluna sindical da edição local do *Última Hora*:

Delegado especial e o camponês morto – Usina Santo André – Rio Formoso: Pela manhã, cerca de 200 a 250 camponeses, se deslocaram de diversos engenhos e se dirigiram para a esplanada da Usina, a fim de se informarem de medidas administrativas em relação ao pagamento de salário. Na esplanada da Casa-Grande subiu uma comissão de 6 camponeses, convidada pelo gerente da Usina. Enquanto isso surgiu na esplanada o administrador, acompanhado de capangas, todos montados a cavalo, gritando, gritando desaforos aos camponeses, inclusive, com palavras de baixo calão. Logo em seguida passaram a fazer uso de suas armas, primeiro para amedrontá-los e para depois alvejá-los. Alguns camponeses iniciaram a retirada do local, enquanto outros revidaram o ataque, tendo havido luta que resultou na morte de um camponês que tinha alcunha de “Alemão”, e feridos três dos funcionários que vinham sobre montaria. O camponês morto foi enterrado ontem às 15 horas. – Baseado em depoimentos recolhidos pelo Delegado Especial, tenente João Bezerra, designado ¹⁴⁸

Aqui vemos como o latifúndio estava querendo resolver a questão do campo. Chamaram os trabalhadores a fim de resolverem questões trabalhistas, e quando uma comissão dos mesmos entra no espaço de negociação, revela-se que na verdade aquela situação é uma emboscada.

Na capa da edição de *UH* do dia seguinte, temos essa manchete: “*Polícia descobre arsenal na Casa-Grande da Usina Caxangá*”. E a notícia prossegue:

Grande quantidade de armas privativas das Forças Armadas foi apreendida ontem pela Secretaria de Segurança no engenho Caxangá, onde a situação continua sem modificações, pois os camponeses não referendaram o acordo assinado anteontem, no Recife, em virtude dos proprietários negarem, sistematicamente, o pagamento dos dias de greve. O CONSINTRA e a Orla Marítima tem ajudado aos grevistas.
¹⁴⁹

Como vemos, a greve continuava sem chegar a um consenso. A chamada “aliança operário-camponesa” se expressava no envio de mantimentos para os grevistas do campo, pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores – CONSINTRA (central sindical da época em Pernambuco), e o sindicato dos estivadores. Entretanto, o fato da descoberta das armas continuava a ser noticiado na última página do jornal, que era a reservada às notícias policiais:

Armas apreendidas na Usina Caxangá: 3 metralhadoras (ponto 45), outra de marca desconhecida, dezenas de revólveres calibre (38), 2

¹⁴⁸ *Última Hora*. Edição Nordeste, 03/08/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁴⁹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 04/08/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

mosquetões novos e 10 caixas de munição, todas privativas das forças armadas.¹⁵⁰

O jornal, na mesma página, informava o crescimento do número de engenhos paralisados da Usina Caxangá em Ribeirão – 36. Na sequência dos fatos referentes a esse conflito, o *UH* do dia cinco de agosto informava que o arsenal estava escondido no teto da Casa-Grande da Usina Caxangá. Segundo o depoimento do titular da Delegacia Geral de Vigilância, Miguel Dália, os trabalhadores rurais foram revistados e não se encontrou nenhuma arma de fogo, só os instrumentos de trabalho, isto é, facas e foices. Continuando o seu relato, o delegado afirmava que o assassinato do trabalhador rural José Alves de Lima fora premeditado, pois foi praticado pelo chefe dos vigias da Usina, antes que fosse esboçada qualquer reação dos trabalhadores. Seguindo ainda o relato, temos a sua conclusão:

CAPANGAS – Informado por testemunhas, entre as quais funcionários da Usina Caxangá, a autoridade apurou alguns detalhes do último conflito verificado entre alguns capangas e camponeses. Os primeiros, no momento em que os trabalhadores estavam reunidos em assembléia, para discutir questões referentes a sua luta sindical, promoveram um tiroteio e carregaram contra a multidão, montados em cavalos. Apavorados, camponeses fugiram para canaviais onde, demonstrando uma fibra incomum, continuaram com a reunião que era completamente pacífica. Então, os capangas fortemente armados, fizeram fogo. Dispersando-os. Em vista disso, o delegado Miguel Dália ordenou ao responsável pelo reforço policial que se encontra no local, para que realize, num raio de um quilômetro, no canavial, uma cuidadosa busca, vez que, presume-se vários camponeses tenham sido mortos e seus cadáveres ainda se encontram no local. O gerente que deu fuga ao assassino, também encontra-se foragido.¹⁵¹

Esse caso é significativo pois pode introduzir um possível padrão de procedimento para os massacres de trabalhadores rurais no período estudado. Os membros das elites agrárias, sejam proprietários ou administradores, chamam os seus empregados para uma negociação ou pagamento e ao invés disso ocorrer, o que acontece é uma armadilha muito bem urdida para matar as lideranças e aterrorizar o conjunto dos trabalhadores. Igualmente chama a atenção nesse episódio, a incrível coragem dos homens do campo, quando após sofrerem o tiroteio cerrado, reagrupam-se nos canaviais, julgando-se ao abrigo destes, a fim de resolverem de forma organizada a nova situação, e são pela segunda vez massacrados. Fato esse que foi destacado pelo repórter enviado para cobrir o caso.

Mas a tensão só aumentava. No dia sete de agosto, o jornal *UH* publicava na sua coluna sindical:

¹⁵⁰ *Última Hora*. Edição Nordeste, 04/08/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁵¹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 05/08/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Novas greves no campo: entendimentos fracassados – Continua a onda de greves e de ameaças de greve na zona açucareira do Estado. Os movimentos paredistas na Usina Caxangá e seus engenhos e na Usina Muribeca prosseguem sem que uma solução fosse ainda encontrada pelos usineiros e grevistas com a mediação das autoridades da DRT e assistência d Governo do Estado. Mais greves podem explodir a qualquer momento nos territórios das Usinas Cachoeira Lisa, em Gameleira, Bulhões, em Jaboatão, onde ontem três engenhos já pararam e também na Usina Mussurepe, em São Lourenço. Nos municípios de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém há ameaça de que, na próxima segunda-feira irrompa um movimento grevista de grandes proporções, envolvendo cerca de oitenta mil homens, com a participação inclusive, dos operários das usinas ali existentes.¹⁵²

Desenhava-se um movimento grevista no campo pernambucano de grandes proporções e de desdobramentos imprevisíveis. Por enquanto ele era mais centrado na Mata Sul.

Uma nota no *ÚH* de 20 de junho de 1963, dois dias depois do Estatuto do Trabalhador Rural entrar em vigor, aponta a tendência a partir de então:

Começou o Estatuto Rural com greves e demissões – O novo Estatuto do Trabalhador, com o início de sua aplicação, começa a repercutir (explosivamente) em PE. Os camponeses tomam posição de luta, e agora exigem, o cumprimento da Lei, que estendem a eles todos direitos da consolidação do trabalho. Em vários pontos da Zona da Mata e do Agreste já eclodiram ontem greves e choques, protestando os trabalhadores rurais contra as demissões e expulsões da terra.

Enquanto isso, na Mata Norte... um militante trotskista que estimulava a organização independente dos trabalhadores rurais em “Conselhos de engenho”¹⁵³, era objeto de uma “caçada humana”. Cada noite Jeremias dormia num local diferente, para não ser assassinado por algum capanga. Segundo os relatos, ele dormia em “casas de farinha”, ou mesmo no meio do mato. A irmã do trabalhador rural Miguel, sra. Zita, em cuja casa Jeremias costumava fazer algumas refeições e pernoitar, afirmou que Jeremias as vezes passava cerca de vinte dias sem aparecer, “*só metido nos engenhos*”.

Enquanto isso na memória de um dos principais atores daquele cenário conturbado de quase meio século atrás, Francisco Julião, em entrevista concedida à pesquisadora da Fundaj, Eliane Moury Fernandes, declarava:

Depois chegou aqui o movimento trotskista, que mandou alguns representantes do Sul, um deles vítima de assassinato numa emboscada em També. Tinha o apelido de Jeremias, e teve papel

¹⁵² *Última Hora*. Edição Nordeste, 07/08/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁵³ Segundo depoimento de Aybirê Fereira de Sá, os “Conselhos de Camponeses” não foram só criados como uma forma de se evitar que os delegados sindicais se tornassem pelegos, mas era também uma questão de segurança, pois seria fácil para o latifundiário mandar matar só um delegado sindical. Mas seria bem mais difícil matar um grupo de membros do Conselho.

destacado, mas muito sectário. Eu tratava de convencê-lo de que estava em uma região perigosa, fronteira, entre Paraíba e Pernambuco. Quando se matava alguém em Pernambuco se escapava para a Paraíba, havia uma espécie de sindicato da morte, uma aliança natural entre os grandes senhores de engenho e grandes proprietários...¹⁵⁴

A violência explodia, enfim, na Mata Norte no dia 8 de agosto de 1963. Como se recorda o agricultor aposentado, Gilberto Ângelo Monteiro, 65 anos, morador de Ferreiros, distrito de Itambé, em entrevista concedida na subsede do sindicato rural de Itambé e região:

Então um dia de quinta-feira, eu tava trabalhando na roça, com meu avô. Então a gente largo o trabalho às 11 hora e veio pra cidade, pra vila. Quando chegamos na metade do caminho vinha uma multidão, mesmo muita gente. 1963, dia 8 de agosto. O dia, a hora e o ano eu me lembro, não esqueci. Então no meio da multidão vinha dois irmãos, tudo escondidinho na vila, disseram vamo ali que a gente volta logo. Eu podia ter fugido no meio do caminho, mas o pessoal que chamou era gente de bom coração. Então a gente andava de pés, que a gente andava de pés. Desceu uma caravana de gente. Quando chegamos na entrada do engenho, na estrada, na estrada de Itambé, parou a multidão de gente, e ele disse assim: - ‘Eu sei que vou, mas não volto !’, acompanhem, atravessemos a primeira porteira que separa, e quando chegamos no barro do açude, eu vendo de pé, perto de Jeremias. Jeremias tava que nem esse minino [aponta para uma pessoa sentada perto], e eu perto, perto mesmo, juro a você, francamente, aí chegou o rapaz, menino da porteira e disse assim, eu vi, vi assim: - ‘ Só entra um !’. - ‘Só entra um !’. Aí eu vi Jeremias em pé. Aí abriu os braços assim, [ele se levanta e abre os braços], mataram ele de braços abertos. Assim. Ele disse: - ‘Eu quero paz !’. Eu vi assim. Aí teve um dos agitadores que tava com ele que disse assim: - ‘Vamo meu povo pra frente !’ Aí o negão que tava levantou o braço e atirou nele, aí eu me deitei de lado do açude. Correu todo mundo. Não teve dois minutos de bala não.. Eu me levantei, do lado da água. A perna perdeu o prumo. Torou do meio pra cima. Ia muita gente correndo dentro do algave.¹⁵⁵

O jornal *UH* assim noticiava o massacre, na sua coluna “*Acontecimentos de Última Hora*”:

Chacina em També: camponês fuzilado e quatro feridos – O líder sindical Jeremias foi assassinado a tiros de rifle e quatro camponeses caíram feridos gravemente às 17 horas de ontem, pelo proprietário do engenho Oriente, sr. José Borba, e vários capangas fortemente armados, quando se dirigiam a casa-grande do engenho, para reivindicar, em comissão, o pagamento do 13º mês. A chacina foi premeditada, segundo depoimento do camponês sobrevivente Antônio Paulino da Silva, porque a comissão já havia avisado ao senhor de

¹⁵⁴ Depoimento de Francisco Julião. Acervo do Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira – CEHIBRA – Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. p. 25.

¹⁵⁵ Depoimento de Gilberto Angelo Monteiro ao autor em 09/12/2009, Ferreiros.

engenho da visita, sendo recebida à bala quando ainda se encontrava na bagaceira – todos os cinco desarmados e dispostos – como já haviam anunciado ao proprietário – a discutir um prazo para o pagamento do 13º mês. O delegado sindical Jeremias morreu no local, atingido por uma saraivada de balas, enquanto os outros quatro camponeses foram enviados para o Pronto-Socorro desta capital, onde deram entrada às 22 horas, três dos quais em grave situação, com poucas esperanças...O governador Miguel Arraes foi informado do incidente e determinou imediatas providências à Polícia para apurar a chacina e punir os responsáveis.¹⁵⁶

A premeditação da emboscada pode ainda ser comprovada através dos relatos das testemunhas oculares do trágico evento. Primeiro pelos depoimentos colhidos durante o inquérito conduzido pela promotoria pública. Pelo seu valor testemunhal será reproduzido integralmente:

Auto de declarações prestadas por João Vieira dos Santos, mais conhecido como João Penha, brasileiro, casado, pernambucano, com 48 anos de idade, agricultor, analfabeto, filho de Manoel Vieira dos Santos e Maria Joaquina da Conceição, residente no engenho Oriente, deste Município, o qual declarou: QUE o depoente trabalha no engenho Oriente, à treze anos, ganhando dez cruzeiros por dia: que o depoente é casado, pai de dezesseis filhos, sendo que, oito morreram com menos de um ano de idade; que, de maio do corrente ano começou a ganhar o salário por causa de Jeremias porque defendia os pobres; que o depoente tem quarenta quadros de lavouras, no engenho Oriente, de onde tira a sua subsistência com a ajuda do empréstimo do Banco do Brasil, mas que tem que dar seis por semana a seu José Borba; que este senhor não fornece medicamentos nem paga o parto da esposa do depoente; que o depoente já fez uns quatro empréstimos ao seu José Borba de um cento, dois, três, seis, mas que já saldou as suas dívidas; que gostava de Jeremias porque era o ‘pai da pobreza’; que o depoente viu três homens estranhos, no domingo quatro no engenho Oriente, que lá ficaram até o tiroteio; que esses homnes foram trazidos porque ia explodir uma greve no engenho Oriente: - que o depoente viu na terça-feira, quando estranhos, digo, quando os trabalhadores, Manoel de Goia, Severino Marinho, Antonio Cândido, Inácio de Tal, Ambrósio, João Antonio, Seu Vicente, Pedro Honório e Manual Honório, todos juntos foram a Serrinha, convidar Jeremias para vir até o engenho Oriente, a fim de resolver, o pagamento do 13º terceiro mês, o qual, seu José Borba, se recusava a fazer, mas que esses novos trabalhadores, não encontraram em Serrinha pois Jeremias tinha ido para, Vunda Grande, e por isso eles ficaram de convidar Jeremias, na quinta-feira, na Vila Ferreiros, por ocasião de um comício, que já se realizava na Vila Ferreiros às treze horas, o que fizeram, e Jeremias atendendo o convite deixou para fazer o comício depois que voltasse do engenho Oriente, e para lá, se dirigiram com uma multidão de umas quatrocentas pessoas aproximadamente; que o depoente nessa hora se encontrava com

¹⁵⁶ *Última Hora*. Edição Nordeste, 09/08/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Ornilo serrando lenha, na moita do referido engenho, onde se encontravam presentes, seu Arcanjo, vigia de Boa Vista, armado de rifle, que chegou no engenho a uma hora da tarde, Severino Inácio, armado de rifle, sendo que o referido Severino Inácio permaneceu depois, na cerca do mourões, junto a porteira, e que, chegou com seu Pompeu de Pará [engenho de Itambé], com outro vigia que, o depoente desconheceu conduzido por um carro e uma camionete, do referido Pompeu; que o depoente, viu também na referida moita do engenho também as treze horas o tratorista Abel, armado de rifle, de roupa cáqui e chapéu de cor vermelha, e que, chegara momentos antes; que, o depoente viu na mesma hora, e no mesmo local o vigia Adelino, do engenho Peluris, que também, estava armado de um revólver no quarto; que o depoente, viu momentos depois, quando uma multidão de aproximadamente, quatrocentas pessoas tendo a frente o líder Jeremias, de quem, o depoente, muito gostava e admirava, por ser considerado o ‘pai da pobreza’; que o depoente, logo que, Jeremias, se aproximou do balde do açude o vigia Severino Inácio mandou que, o depoente, parasse o seu serviço de serrar lenha, tendo o referido Severino Inácio, se aproximado do mourão da porteira, e dito em voz alta, para Jeremias: ‘Para lá, não venha não, daí pra trás’; que nessa ocasião Jeremias, pediu a paz, três vezes; que logo em seguida o depoente ouviu um apito ‘prrrri piriri’, de arremedo de lambu, partindo da casa-grande; que o depoente virou-se imediatamente para a casa-grande do engenho, e verificou a presença dos senhores de engenho, José Borba, Nilton Correia, Pedro Campos, Joaquim Campos, Manoel Nunes, Mofêda e Oscar de Melo, e algumas senhoras; que logo em seguida o depoente viu quando o vigia Severino Inácio fez pontaria com o rifle para o lado de Jeremias e atirou, tendo Jeremias caído, e rolado para o lado contrário ao açude, e que, em seguida viu também Arcanjo, Abel, e Adelino, dispararem os rifles que tinham para os lados dos camponeses, que antes se dirigiam para a porteira; que o depoente, cuidou em correr e em disparada por causa do grande tiroteio, que se seguiu, partindo balas de todo canto, vendo também muitos trabalhadores, correrem a fim de escapar, inclusive o feitor Manoel Correia, e outros, digo, e seus trabalhadores, que estavam antes no serviço; que o depoente notou que, os camponeses conduziram mais ou menos três espingardas de passarinhar, alguns cacetes, estrovengas e foices; que o depoente não viu nenhum campones atirar em qualquer direção e que ele depoente correu em seguida para casa encontrando no meio do caminho sua esposa de nome Maria Moreira Alves, que estava às vésperas de descansar, e sofreu um tremendo choque; que a esposa do depoente em consequência descansou a nove dias passados, mas continuando em estado de choque; que o depoente quando chegou em casa tremia como se estivesse com sezão; que o depoente esclarece; a bem da verdade, que estas declarações foram prestadas com absoluta liberdade de expressão¹⁵⁷

¹⁵⁷ Depoimento contido no processo-crime (que alegava terem sido as testemunhas do assassinato de Jeremias coagidas a acusarem os Borba) movido por Pompeu Veloso Borba (filho de José Borba, proprietário do engenho Oriente) contra o Dr. Murilo Barbosa da Silva e o capitão Francisco Santana Nunes. Memorial de Justiça. Processo-Crime, Recife, 1964, s/n.

A armadilha fora muito bem planejada. O cenário era perfeito (ao visitar o engenho Oriente em 15/01/10 pude verificar que na entrada do mesmo existe, do lado esquerdo de quem entra, um açude. As porteiros e os mourões foram retirados. Do lado direito existe uma construção que serve de depósito, que deve ter sido a antiga casa do tratorista Abel, e por fim, à esquerda, sobre uma elevação, possibilitando uma visão ampla da área, a casa-grande onde se concentraram os latifundiários e a maior parte dos pistoleiros). A fim de evitar que mais uma greve pelo 13º salário explodisse na Zona da Mata pernambucana, o dono do engenho Oriente, José Borba, em conjunto com outros latifundiários da região, conforme o testemunho dado em juízo, resolveram acabar com o “mal” pela raiz, ou seja, matar Jeremias. Não deu certo no primeiro convite, na terça dia 6 de agosto, então foi repetido dois dias depois.

Por volta de uma hora da tarde, Jeremias estava liderando uma assembléia de trabalhadores rurais próximo à igreja matriz de Ferreiros quando recebeu o chamado que se revelaria fatal. Era da parte do proprietários do Engenho Oriente. O portador avisava que o 13º salário, atrasado há nove meses, iria ser pago na presença de um funcionário do Ministério do Trabalho. As pessoas que participavam da assembléia ficaram animadas com a possibilidade de receberem o valor devido. Jeremias provavelmente deve ter desconfiado do incomum chamado dos latifundiários. Mas estes não teriam coragem de assassiná-lo na frente de uma multidão de centenas de pessoas. Os trabalhadores rurais e suas famílias que o abrigavam, alimentavam e o protegiam. Mas mesmo assim era melhor se precaver...

Segundo o relato do portador do chamado dos Borba, o trabalhador rural do engenho Oriente, Manoel Correia da Silva, publicado no jornal *ÚH* de dez de agosto de 1963:

Quando transmitia o recado fui cercado por diversos companheiros e obrigado a formar no grupo que rumava ao engenho Oriente. Desconfiando que eu poderia fugir, Jeremias segurou-me no braço forçando-me a partir de frente. Já na porteira, ouvi o primeiro disparo e ele tombou mortalmente ferido nos meus braços.¹⁵⁸

Dessa forma, Jeremias e um grupo de homens, mulheres e crianças, cujos relatos estimam entre 500 e até 1000 pessoas, partiu do centro de Ferreiros para o Engenho Oriente. Uma caminhada de cerca de cinco quilômetros, numa estrada de terra batida, margeada por um mar verde de canas-de-açúcar, cheia de curvas e de subidas.

A última caminhada de Jeremias...

Os pistoleiros, muitos deles vigias dos engenhos de Itambé, estavam à espera para concluir o “serviço”. Os latifundiários estavam preparados para assistirem de camarote o massacre. O primeiro tiro estava reservado para Jeremias, assim que ele se aproximasse da porteira do engenho. Depois do aviso do pistoleiro encostado no

¹⁵⁸ *Última Hora*. Edição Nordeste, 10/08/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

mourão, Jeremias abriu os braços e pediu “Paz”. Então soou a ordem mortal. Um apito que lembrava um som emitido por um pássaro. Jeremias foi atingido e morreu. E começou o massacre premeditado, como reitera o próximo depoimento de alguém que também presenciou a cena, o repentista Severino Tindara, conhecido como “Tindara”. O seu relato traz uma referência importante pois ele cita as falas de sua tia que trabalhava na cozinha dos donos do engenho Oriente, a família Borba:

A gente acompanhou Jeremias no Oriente. Eu tinha 13 anos. Minha família toda era do Oriente. Eu fui porque quis. Tava acontecendo o acontecido. Eu sabia porque minha tia trabalhava na cozinha do engenho, e quando ela chegou a noite, ela disse: - ‘Vocês vão se quiser. Agora descarregaram um caminhão na bagaceira do engenho com 20 sacos de bala.’. Ela viu descarrega. A minha tia também disse que mandaram o carpinteiro rompe seis banquinhos pra que o povo subisse nos banquinhos de rifle. E na casa de Abel [Para quem entra no engenho Oriente, à direita existe uma construção que serve de depósito, com as paredes bastante grossas e que poderia ter sido a tal casa] as parede tava tudo ‘bloqueada’ [com buracos feitos na parede] ‘e tava cheio de home’ E por trás do açude, uma palhoça. Cheia de ‘home’.¹⁵⁹

O relato dessa testemunha traz informações de que o planejamento do crime foi feito nos mínimos detalhes. Até bancos foram feitos para que os atiradores pudessem alcançar o muro da casa-grande, de forma a terem condições de fazerem a mira, se protegerem de qualquer revide, que não aconteceu. A parede da casa na entrada do engenho toda perfurada para que os canos dos rifles pudessem atravessá-las e a cena do carregamento de munição sendo entregue.

Outro testemunho acrescenta mais informações sobre as articulações da “chacina do Oriente”. Trata-se do depoimento de Manoel da Silva do Nascimento, tirador de leite e analfabeto, morador do engenho Oriente que afirmou:

... que seu José Borba, descontava dez por cento de habitação, mas os trabalhadores companheiros dele depoente queriam fazer greve no domingo, quatro do corrente [agosto de 1963] que [não] chegou a eclodir porque seu José Borba desistiu do desconto de habitação, que o depoente nunca recebeu férias nem ainda lhe foi pago o décimo terceiro mês; que o depoente a saber que Jeremias ia cobrar de seu José Borba o décimo terceiro mês ficou contente pois queria empregar o dinheiro na compra de um chapéu; ... que seu José Borba começou a pagar o salário atrasado por causa das pressões de Jeremias que vinha fazendo nos engenhos e avisou que a partir de então que não mais permitiria aos trabalhadores tirassem nem folhas de eucaliptos para fazer um chá, pois se tirassem mais de uma folha mandava buscar e que também não emprestaria mais dinheiro a ninguém e nem financiava mais remédios nem mesmo se fosse para pagar, e disse ainda o senhor José Borba que se morrer um trabalhador no serviço ficava por lá mesmo, e os outros trabalhadores tivessem com pena,

¹⁵⁹ Depoimento de Severino Tindara ao autor em 09/12/2009, Ferreiros.

que o socorresse; que seu José Borba repetia constantemente ‘ – Vá procurar Jeremias, que ele é o pai de vocês !’ ; que também, seu José Borba avisou que não ia mais buscar assistência para socorrer as mulheres que estivessem para descasar; que o depoente certa vez ouviu uma conversa de seu Nilton com seu José Borba, da seguinte forma; seu Nilton dizia de que Jeremias era um agitador, e seu José Borba, retrucou que , Jeremias era um cabra safado, que merecia morrer; que o depoente no domingo quatro, viu no engenho quatro homens estranhos, que chegaram no sábado, os quais, depoente presume terem chegado com seu Nilton, pois eram pessoas de fora; ... que o depoente em conversa com um desses homens, soube que, ele tinha vindo trazido por seu Nilton, para acabar com uma greve, que os trabalhadores do engenho Oriente iam fazer no domingo, para receberem o décimo terceiro mês; que este homem disse ao depoente que um trabalhador quando foi fazer a conta falou a seu José Borba, no décimo terceiro mês, o capanga citado, comentou – ‘ele doido provocar seu José Borba’, e – ‘eu doido para dar um tiro nele’ (trabalhador); que fazia mais ou menos um mês que, seu Abel, o tratorista recebeu um revólver trinta e oito, de seu Nilton e andava armado constantemente, com o revólver carregado, e tem certeza disso porque seu Abel mostrava a todo mundo inclusive a ele depoente que até aquela data não conhecia um revólver 38, e que a partir desse tempo seu Abel deixou de tratorar e passou a acompanhar seu José Borba que com a rural viajava diariamente...; que o depoente viu que dois homens trazidos no sábado por seu Nilton portavam revólveres na cintura , e assim ficavam o dia todo; que o depoente sabe afirmar que seu Nilton também andava armado assim como seu José Borba; que sabe afirmar que na quinta-feira 8 do corrente seu José Borba, seu Abel, seu Nilton e os dois capangas trazidos por seu Nilton, estavam no engenho;... que atualmente o engenho está sendo administrado por seu Pompeu, filho de seu José Borba, o qual Pompeu, faz o pagamento do pessoal no domingo, e é proprietário da Fazenda os Grossos, na Paraíba, a qual deve estar entregue a outra pessoa, pois seu Pompeu está com a família na casa-grande do engenho Oriente, tendo o seu José Borba desaparecido depois do tiroteio da quinta-feira; que o depoente, depois de jogado no bicho estava cortando capim na coxeira dos bezerros quando ouviu o tiroteio, que durou cinco minutos, e, com medo que sua esposa e seu filinho tivessem morrido apressou-se em chegar em casa; que cessado o fogo, o depoente chegou em casa e levou a esposa dele depressa para a casa da mãe dela, mas quando ia saindo o depoente viu um jeep, uma rural, e uma picape, a picape de propriedade de seu Raminho [Rômulo Borba], a rural de seu José Borba, e o jeep de seu Nilton, todos lotados que deixavam o engenho a toda pressa...”¹⁶⁰

Aqui observamos que a articulação do proprietário do engenho Oriente, José Borba, em armar seus empregados, que andavam ostensivamente armados, contratar pistoleiros que o acompanhavam, foi a forma violenta com que quis responder ao processo de conscientização e organização dos seus trabalhadores rurais liderados

¹⁶⁰ Depoimento contido no processo movido contra o Dr. Murilo Barbosa da Silva. Memorial de Justiça. Processo-Crime, 1964, s/n.

por Jeremias, de quem tinha um mortal ódio de classe. Ele retirava as mínimas condições de trabalho dos seus empregados, atrasava pagamentos de salários, auxílio a necessidades de saúde, chegando ao ponto de proibir o uso de folhas para chás ¹⁶¹ ! Verificamos que o mesmo desapareceu, junto com os pistoleiros, logo após a emboscada, tomando rumo desconhecido. Fato esse presenciado pela testemunha. O engenho ficou sendo administrado pelo seu filho mais velho, Pompeu Veloso Borba, que possuía terras na Paraíba, o que referenda a afirmação de Francisco Julião de que se matava em Pernambuco e se escondia na Paraíba.

Uma forma de se comprovar a veracidade dos depoimentos citados é a de comparar o teor deles em diferentes falas e em datas distintas. O relato anterior, feito durante o inquérito sobre a morte de Jeremias, há 47 anos, possui elementos idênticos com a entrevista concedida por Gilberto Angelo Monteiro, já anteriormente citado, sobre os momentos seguintes à emboscada, quando, ferido na perna por um balaço, encontrou dois irmãos na multidão apavorada, que o ajudaram a fugir em busca de socorro:

Quando eu cheguei na porteira, eu vi correndo muita gente. Aí eu vi os carros saindo do engenho. Vinha pick up, uma rural e um jeep. Os meus irmãos disseram – ‘É agora !’ [Eu disse] – ‘Vocês corram que eu já tô morto ! Vocês deixa eu aqui !’ Eu deitei na levada, e fiquei gritando, olhando pros carros, que era home com arma na mão, e no carro do meio, seu José Borba vinha com revólver na mão, que eu vi. Ninguém atirou em mim. Deu pra cima e atirou no mato. ¹⁶²

Como podemos observar, nos relatos há uma referência à fuga dos assassinos e dos mandantes. Logo após a massacre, em três veículos, descritos igualmente pelas testemunhas, com uma diferença de quase meio século.

Sobre o que aconteceu na hora do primeiro tiro e na saída desse grupo do engenho Oriente, com Jeremias ainda agonizando na entrada do mesmo, temos o relato de Severino Tindara, testemunha da emboscada e morador de Itambé:

Ele [o assassino de Jeremias – Severino Inácio] levantou e baixou duas vezes, esperando o apito. Quem apitou foi seu Claudino, que tava com o apito pronto pra apitar.... Quando Abel [o tratorista do engenho Oriente, que havia virado segurança de José Borba] saiu, já tinha corrido todo mundo, aí veio a ‘cachorrada’ [o entrevistado se refere aos pistoleiros], pegaram, disseram que ele tinha desaparecido, pegaram a bolsa dele [Jeremias], levaram lá pra dentro e não tinha nada. O ‘Borba’ caiu [faz um gesto abrindo os braços para trás]. [Perguntei – ‘Quem ?’] O ‘velho’. Agora quando vem todo mundo,

¹⁶¹ Houve um comportamento similar de outro latifundiário, Elias Lapenda, do Engenho Novo São João Batista, em Limoeiro, que não só agrediu fisicamente os trabalhadores rurais, por estarem reivindicando o pagamento atrasado do 13º salário e o aumento da diária, como proibiu-os de tirara água da fonte, tanto para beber como para fazer alimentos, colocando vigias armados na fonte. Essa medida depois foi tomada pelos engenhos vizinhos. *Última Hora*. 14/05/1963. p. 8 (página policial), Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁶² Depoimento de Gilberto Angelo Monteiro ao autor em 09/12/2009, Ferreiros/PE.

Abel veio na frente, com o rifle, quando ele chutou Jeremias assim, ele ainda fez isso [balança a cabeça como se estivesse suspirando]. ‘ – Tá vivo ainda, filho de rapariga ?’ Aí deu seis tiros na cabeça de Jeremias. E o outro [um trabalhador rural que estava baleado na beira da estrada] ele chutou assim, ele buliu pra baixo. Aí ele disse, ‘ – Aquele filho de rapariga já tá pronto !’ ¹⁶³

Esta declaração está de acordo com uma afirmação anterior, do então depoente no inquérito de 1963, João Vieira dos Santos, de que houvera um apito sinalizando o momento exato de começar o massacre. Também fala de que os pertences de Jeremias foram levados até a casa-grande para serem revistados e constatou-se que ele não portava nenhuma arma, o que causou surpresa no proprietário do Oriente, José Borba. Tal fato, que impossibilitaria a justificativa do latifundiário de alegar que estava sofrendo uma invasão a mão armada, fez com que todos saíssem apressadamente de arma em punho. A afirmação de que Jeremias ainda agonizava quando o grupo passava perto da porteira do engenho, não pode ser encontrada em outra fonte.

Segundo alguns relatos a polícia de Itambé transportou o corpo de Jeremias para o pronto-socorro municipal. A certidão de óbito de Paulo Roberto Pinto foi registrada no cartório local, sendo assinada pelo dr. Hercílio Borba, diretor do pronto-socorro e futuro vereador de Itambé. Nela consta que Jeremias havia falecido às 14 horas do dia oito de agosto de 1963 no Engenho Oriente, tendo como causa da morte uma hemorragia interna decorrente de ferimento de arma de fogo.

Segundo o jornal *ÚH* de dez de agosto de 1963, na sua segunda página, foram internados no pronto-socorro de Timbaúba alguns dos sobreviventes da chacina do Oriente: Tito Ferreira, José Rosendo, Manoel Duarte, Severino Joaquim da Silva, Nelson Mariano, Gilberto Angelo, Manoel Rosas, Severino Vieira, Antonio Paulino, João Batista, Campos, Manoel Jerônimo e Antonio Veloso de Araújo. Nesta matéria também temos a informação de que o enterro de Jeremias foi realizado à tarde do dia nove de agosto, com a presença de centenas de pessoas.

A “chacina do Oriente” repercutiu em Recife, chegando até os debates parlamentares da Assembléia Legislativa. Num trecho dos pronunciamentos do dia 9 de agosto de 1963, portanto no dia seguinte ao assassinato de Jeremias, temos a fala do Deputado Estadual, Paulo Viana, líder do governo Arraes na casa, sendo depois aparteado pelo seu colega, Fábio Correa:

...com a palavra o sr. Paulo Viana, líder do governo que tece considerações em torno dos acontecimentos ocorridos no município de També. Finalizando, enviou a mesa dois requerimentos, o primeiro pedindo a transcrição na ata, do editorial publicado no jornal ‘Última Hora’, edição de hoje, sob o título ‘Basta de matança’, e o segundo um voto de pesar pelos trágicos acontecimentos ocorridos no dia de ontem no município de També, dos quais resultaram um morto e vários feridos. O sr. Fábio Correa – Finalizando encaminhando à mesa,

¹⁶³ Depoimento de Severino Tindara ao autor em 09/12/2009, Ferreiros/PE.

um requerimento de apelo ao Chefe do Executivo no sentido de procurar por todos os meios fazer cessar o clima de intranquilidade reinante na zona da mata, a fim de que, restabelecida a ordem pública, para a família pernambucana gozar da paz que faz necessária ao progresso do Estado.¹⁶⁴

Dois dias depois do assassinato de Jeremias, o *UH* trazia estampado na sua capa a foto da carteira de identidade de Jeremias, que estava no bolso da frente de sua camisa, quando foi baleado, tendo ao lado a imagem da porteira do engenho Oriente. Nas manchetes: “*Fuzilados pelas costas camponeses de ‘Oriente’*”, e “*Sobreviventes da Chacina Querem Garantias Para Voltar ao Trabalho*”. Na sua segunda página, esta edição trazia uma extensa reportagem sobre os fatos ocorridos em Itambé. Nela tinha uma foto do proprietário do engenho Boa Vista, Joaquim Pereira Campos, com o dedo em riste, dando declarações. No texto abaixo ele afirmava que era amigo de José Borba e:

que desde a chegada de Jeremias aquela região, isso há quatro meses, ninguém dormia mais tranquilo. Pois diversas ameaças de invasões de terras foram concretizadas para receber o 13º mês. Em virtude desse clima de insegurança e verificando que muitos trabalhadores inexperientes estavam aceitando a liderança de Jeremias, com prejuízo para sua própria família, chegou a lembrar as autoridades a conveniência de afastá-lo da região.¹⁶⁵

Aqui temos o discurso do latifúndio, classificando Jeremias como um agitador perigoso, que deveria ser afastado da região, para benefício dos “ingênuos” trabalhadores rurais.

Na mesma matéria aparece uma referência ao feitor do engenho Oriente, Manoel Correia da Silva, de que ele teria sido o portador do convite para Jeremias ir até o Oriente com os trabalhadores rurais, a fim de receber o 13º salário na presença de um funcionário do Ministério do Trabalho, Amaro Gomes. Segundo depoimento do feitor:

quando transmitia o recado fui cercado por diversos companheiros e obrigado a formar no grupo que rumava ao Engenho Oriente. Desconfiado de que eu poderia fugir, Jeremias segurou-me no braço forçando-me a partir de frente. Já na porteira ouvi o disparo e ele tombou mortalmente ferido nos meus braços.¹⁶⁶

Esta declaração do feitor de Oriente pode nos esclarecer um pouco de que Jeremias ficou desconfiado do convite de última hora para ir ao Oriente, às vésperas de estourar uma greve lá. Talvez tenha pressentido que poderia se tratar de uma emboscada, por isso obrigou o portador do chamado a acompanhá-lo, segurando no seu

¹⁶⁴ *Ata da 76ª sessão realizada em 9 de agosto de 1963*. P. 159. Acervo da Biblioteca da Assembléia Legislativa de Pernambuco – ALEPE.

¹⁶⁵ *Última Hora*. Edição Nordeste, 10/08/1963, p. 2. Acervo microfilmado da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

¹⁶⁶ *Frente Operária*. Agosto de 1963, São Paulo, p. 3. Prontuário N° 13.946. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE – acervo do extinto DOPS.

braço. Tal comportamento pode ter gerado no imaginário popular uma fala de Jeremias, e que até hoje é atribuída a ele, de que ia até o engenho Oriente mas sabia que não voltaria,

Nesta mesma matéria, num parágrafo final com o título “*Reforço Policial*”, era informado que um reforço de dez policiais para Itambé, sendo que um cabo e três soldados ficariam “protegendo” a casa-grande do Oriente, a fim de esta não sofresse represálias por parte dos trabalhadores rurais.

No *Jornal do Comércio* desse mesmo dia, uma manchete anunciava o início das investigações oficiais:

POLÍCIA ABRE INQUÉRITO PARA APURAR CHACINA DE CAMPONESES EM TAMBÉ ! – O Secretário de segurança Pública, cel. Humberto Freire, designou o tenente Francisco Santa Nunes para presidir o inquérito instaurado com o propósito de apurar as responsabilidades pelo massacre de camponeses, verificado no engenho ‘Oriente’, em També. Enquanto isso, o Secretário do Interior e Justiça tão logo foi informado dos acontecimentos enviou ofício ao Procurador Geral do Estado, sr. Luís Arcoverde, solicitando a indicação de um promotor com o objetivo de acompanhar o inquérito policial. Para a tarefa foi indicado o sr. Murilo Barbosa da Silva.¹⁶⁷

O jornal trotskista, *Frente Operária* se colocou contrário a criação desta comissão de inquérito:

Denunciamos esta comissão de inquérito policial militar que foi criada para apurar as responsabilidades do episódio de Engenho Oriente. Ela foi criada não para fazer justiça, mas para uma reconciliação entre o governo reformista de Arraes e os latifundiários para paralisar o movimento de massas. É um tribunal popular de operários, camponeses e sargentos o único capaz de fazer justiça proletária, contra os latifundiários assassinos.¹⁶⁸

A análise dos trotskistas não se concretizou plenamente. Pois, apesar de que nenhum denunciado ter sido preso, as diligências efetuadas pela comissão de inquérito geraram tensões do governo com os latifundiários, e provocou uma futura vingança dos Borbas contra os seus investigadores.

No dia 11 de agosto de 1963, o *UH* noticiava: “*Legistas comprovam massacre: ‘Jeremias’ morto pelas costas*”. De acordo com a matéria, o resultado da necropsia feita pelos médicos legistas da polícia, comprovava as declarações das testemunhas de que Jeremias havia sido atingido pelas costas¹⁶⁹.

¹⁶⁷ *Jornal do Comércio*. 10/08/1963. P. 2. Acervo microfilmado da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

¹⁶⁸ *Frente Operária*. Ano XI, Agosto de 1963, Nº 101. São Paulo. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, acervo do extinto DOPS.

¹⁶⁹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 11/08/1963, p. 2. Acervo microfilmado da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

No dia seguinte, o *Diário de Pernambuco* destacava um panfleto assinado pela *Vanguarda Leninista*¹⁷⁰, como uma revelação “bombástica”: “*Vanguarda Leninista Incita Camponeses A Revolução No Estado*”. Na introdução da matéria o texto informa que inúmeros panfletos estão sendo distribuídos na zona rural de Pernambuco e da Paraíba, incitando os trabalhadores rurais a invadirem os engenhos e fazerem a revolução. Alguns trechos do panfleto, explicitam os métodos de luta defendidos, a filiação partidária de Jeremias, a tática a ser então aplicada e uma crítica à atuação da polícia estadual:

Companheiros camponeses e operários: O assassinato do companheiro Jeremias prova que os latifundiários estavam e estão com medo da organização e da luta dos camponeses. Os senhores de engenho querem fazer com que o movimento camponês se detenha e morra. Para isso, matam os líderes procurando assim amedrontar os trabalhadores rurais. Os latifundiários sabem que a organização é a arma do camponês e que é, se organizando em conselhos camponeses e sindicatos, que os trabalhadores farão a verdadeira reforma agrária. E eles tem medo disso.... Jeremias era o exemplo do verdadeiro revolucionário, seu trabalho não era feito isolado, mas obedecia ao programa de sua organização: ou Partido Operário Revolucionário (trotskista)...Para fazer a Reforma Agrária, os camponeses devem invadir e ficar nas terras, defendendo-se com todas as armas ao seu alcance. Não há outro jeito. É preciso tomar conta da terra à força. Os trabalhadores rurais e os operários devem fazer greve para apoiar as ocupações de terras e impedir que a polícia acabe com o movimento camponês. Logo após o massacre do engenho Oriente, a polícia defendeu ocupando o engenho e protegendo os latifundiários criminosos, que se refugiaram num sítio próximo. A polícia está do lado do latifúndio. Defendendo os ricos. É preciso que os camponeses e os operários façam e apliquem a Lei dos Pobres, decretando greve geral no campo e na cidade, ocupando os engenhos, propriedades, formando tribunais populares e matando os assassinos do povo... VANGUARDA LENINISTA – Comissão regional do Nordeste. 10 de agosto de 63. Recife, João Pessoa.¹⁷¹

Chama a atenção o radicalismo das propostas da *Vanguarda Leninista* sobre a questão do campo: invasões de terras, resistência armada e a criação de tribunais populares, propondo inclusive a execução dos “*assassinos do povo*”. Para tanto, seria necessária uma acumulação de forças políticas do conjunto dos trabalhadores rurais (e também urbanos) que não havia até o momento, apesar de ocorrerem ações violentas organizadas em alguns casos¹⁷². O panfleto critica a postura da polícia estadual, que foi

¹⁷⁰ Esse pequeno agrupamento, como sabemos, havia recentemente se integrado ao POR-T.

¹⁷¹ *Diário de Pernambuco*. 12/08/1963. p . 4. Acervo microfilmado na Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

¹⁷² Em 24 de abril de 1963, o *Última Hora*, noticiava na sua *Coluna Sindical* que acontecer uma revolta dos trabalhadores rurais do engenho Novo da Conceição, em Moreno, pois este não estaria cumprindo algumas cláusulas do acordo firmado com o Sindicato Rural, então: “*os camponeses daquele engenho sequestraram o administrador e o trouxeram amarrado para o centro da cidade, onde funciona a sede do sindicato rural. Posteriormente, foi o administrador do engenho da Conceição entregue ao delegado de polícia de Moreno.*” *Última Hora*. 24/04/1963, p. 2.

deslocada para “proteger” o latifúndio, ou seja, a propriedade privada, enquanto os assassinos se escondiam na região. Ademais, nenhuma corrente de esquerda teve tempo suficiente para implantar um trabalho político-organizativo mais duradouro no campo. A ditadura perseguiu a todas.

Os trotskistas em Pernambuco não eram os únicos a defenderem, no período, que a violência sofrida pelo latifúndio deveria ser retribuída. Na inédita entrevista do histórico militante do PCB, Gregório Bezerra, presente no acervo do CEHIBRA na Fundaj, o “velho”, como ainda hoje é carinhosamente lembrado por alguns militantes da velha guarda do “Partidão”, fala da violência no campo e cita o caso de Jeremias:

Então, isso me levou a concitar os trabalhadores agrícolas que, daí por diante, cada trabalhador que tombasse assassinado nas terras de engenhos, da usina, o dono da terra devia pagar pelo mesmo preço. Mesmo com esse conselho, depois, em També, mataram um jovem, estudante, trotskista, também pleiteando pelas reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, aconselhando a eles se organizarem e a ficarem mais unidos. Foi também trucidado. Nesse ano, foram assassinados mais de vinte e três camponeses e feridos mais de quarenta.¹⁷³

Apesar de defender uma posição de reação armada ao massacre dos trabalhadores rurais, Gregório Bezerra era um fiel militante do PCB, e este tinha uma linha política oficial de “Revolução Pacífica”, em aliança com os setores “nacionalistas” e “antiimperialistas” da burguesia brasileira. Dessa forma, o veterano militante era voto vencido na questão. Entretanto, ele também avaliava que o movimento dos trabalhadores rurais ainda não estava forte o suficiente para uma reação desse porte, e dava certa dose de razão para os críticos da política do PCB, como neste outro trecho da referida entrevista concedida a pesquisadora da Fundaj, Eliane Moury Fernandes:

Então Julião achava que o que tinha de massa camponesa organizada já era suficiente para fazer a revolução agrária antiimperialista, que nós, os comunistas, estávamos a reboque da burguesia, e em parte ele tinha até razão.¹⁷⁴

Em Itambé um comício foi realizado no dia 12 de agosto, no qual participaram o então deputado federal, Francisco Julião e um irmão de Jeremias (provavelmente o seu irmão mais velho – Wilson)¹⁷⁵, na praça principal, em homenagem póstuma a Jeremias. Tal fato causou um profundo temor nos latifundiários da região. Os desdobramentos são relatados pelo *UH* no dia 13 de agosto:

Uma reunião que se prolongou todo dia de ontem, a residência do cel. Humberto Freire, ocasião em que relataram os acontecimentos que intranquilizaram as famílias ali residentes. Disseram que, cerca de 2

¹⁷³ Depoimento de Gregório Bezerra. Acervo do Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira – CEHIBRA – Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. p. 113.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Depoimento de Lélia Maria Pinto (irmã de Paulo Roberto Pinto) ao autor em 24 de abril de 2010.

mil homens , reuniram-se na praça daquela cidade em ruidosa manifestação. Que diante da insegurança oferecida pelo policiamento local (mesmo reforçado) era mais seguro o afastamento de todos, antes de uma total perda de controle dos camponeses revoltados. SIGILO – A reunião mantida com o secretário teve caráter sigiloso, não sendo permitida a presença de jornalistas. Instado pela reportagem para que respondesse à algumas perguntas, declarou-nos o Secretário de Segurança que: ‘O assunto da reunião era estritamente particular, tanto que se realizava em sua residência e não na Secretaria de Segurança.¹⁷⁶

O evento no centro de Itambé atemorizou tanto os latifundiários, que não se sentiam seguros onde estavam acostumados a serem os poderosos “coronéis”, fazendo com que se deslocassem até Recife, em busca de uma ação repressora da polícia, solicitando-a diretamente ao Secretário de Segurança Pública. O tema da conversa entre as partes não poderia ser presenciado pela imprensa, o que fez o cel. Humberto Freire, desviar o provável foco da reunião, isto é, uma maior repressão da parte do governo estadual ao movimento dos trabalhadores rurais, para um caráter “privado” do encontro. O fato dessa reunião ter se realizado na casa do Secretário, demonstra a intensidade das relações entre as tradicionais elites agrárias e o aparelho repressivo estatal, que independe do governante de plantão. Possivelmente a aliança dos “coronéis” do PSD na Mata Norte com Arraes foi lembrada neste encontro ¹⁷⁷.

A violência contra as populações rurais, seja pela ação do Estado, seja feita a serviço do latifúndio, ou ainda uma ação combinada, foi uma constante na história do nosso país, e particularmente do Nordeste. Um exemplo desse histórico de barbárie pode ser vislumbrado através de uma matéria especial publicada no *UH* de cinco de março de 1964, sobre as atrocidades cometidas pelo “Barão do Mato”, Alarico Bezerra, proprietário do engenho Serra, depois que um grupo de moradores, após invadir uma fazenda abandonada do mesmo, aceitou a intermediação do governo do Estado, e ficou aguardando uma solução no Parque de Exposições do Cordeiro em Recife. Então alguns antigos moradores do Serra foram entrevistados pelo *UH* e do seus relatos foi compilada esta macabra lista de barbaridades:

A) ‘Fornalha’ – Onde os camponeses eram queimados vivos – Relato do pistoleiro José Félix da Silva (Capanga do coronel), que disse que recebeu inúmeras ordens do coronel para sorrar e matar camponeses.

B) Segundo relato de Alcira de Lourdes da Silva, seu marido morreu em 1946 em consequência das torturas sofridas. Enquanto estava limpando o roçado, caíram algumas fagulhas do seu cachimbo, incendiando pequena ‘partida de cana’. Por ter sido responsável pelo pequeno incêndio, José Fernandes Filho foi posto de castigo, de frente a casa-grande, com os braços para cima e o pescoço amarrado por forte corrente. Dias depois do massacre, JFF, teve de ir ao hospital, vítima de inflamações na garganta, falecendo em seguida.

¹⁷⁶ *Última Hora*. Edição Nordeste, 13/08/1963, p. 2. Acervo microfilmado da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

¹⁷⁷ Tal ponderação se apoia na linha de raciocínio desenvolvida pelo Prof^o Roberto Oliveira de Aguiar, no seu já citado *Recife da Frente ao Golpe – ideologias Políticas em Pernambuco*.

C) Arranca Bigode – Manoel Delmiro dos Santos conta que viu seu tio ter os bigodes arrancados pelo latifundiário Alarico em virtude de um atraso de cinco minutos, porque o filho menor estava doente. Em seguida o ‘coronel’ Alarico disse que fosse tratar do filho no inferno e pelo atraso ia lhe dar uma lição. Cego de raiva, enrolou as pontas do grosso bigode entre os dedos e deu um forte puxão, provocando grave hemorragia, ficando até hoje, João Delmiro dos Santos, defeituoso dos lábios.

D) Ossadas Humanas – segundo José Francisco da Silva, era comum encontrar ossadas humanas semi-enterradas. ‘Ele mandava matar depois da meia-noite, quando todos dormiam’. As surras eram aplicadas de cipó-pau, xique-xique, chicote de bater em cavalo, etc e raro foi o camponês que escapou de uma surra.”¹⁷⁸

No que se refere ao presente trabalho, fiz um levantamento das práticas violentas na Zona da Mata de Pernambuco, num recorte espaço-temporal, que abrange a zona canavieira, entre julho de 1962 e março de 1964, tendo como marco cronológico inicial, a criação do 13º salário para todas as categorias profissionais, pelo decreto presidencial de 13/07/62, assinado por Jango, passando pela Lei Federal que criou o Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963, e terminando às vésperas do golpe civil-militar, em março de 1964. Em boa parte desse período ocorreu a atuação do POR-T no campo de Pernambuco, primeiro com Jeremias, até o seu assassinato, em agosto de 1963, depois, como veremos adiante, com a atuação de outros três militantes trotskistas. Esses dados foram pesquisados no jornal *Última Hora – Edição Nordeste*, porque nele havia um acompanhamento diário das ocorrências no meio rural, através da sua *Coluna Sindical*, pela seção *Ronda das Secretarias*, ou ainda em notas na página policial. Este jornal circulou até o início de 1964, quando foi fechado pelos militares. Não noticiou, então, toda violência perpetrada pelos latifundiários e seus capangas, bem como da polícia, após a deflagração do golpe.

¹⁷⁸ *Última Hora*. Edição Nordeste, 05/03/1964, p. 12. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Pernambuco – Violência no campo	1962 (julho/dezembro)	1963 (janeiro/dezembro)	1964 (janeiro/março)	Total
Assassinatos	1	16	0	17
Ferimentos à bala	1	28	0	29
Espancamentos/ torturas	9	8	2	19
Sequestros	3	1	0	4
Expulsão das terras	4	5	0	9
Ameaças de morte	6	6	2	14
Ameaças de expulsão	3	0	0	3
Destruição de casas e/ou lavouras	4	2	0	6
Repressão policial	4	4	0	8

Fonte: *Última Hora*. (01/07/1962 a 31/03/1964) – Pesquisa feita pelo autor.

Nessa tabela é visível o aumento do número de assassinatos no campo em 1963. As lideranças locais iam sendo sistematicamente eliminadas, como a verdadeira operação militar que vitimou Jeremias. O crescimento de ferimentos a bala é ainda mais significativo em função de que cada vez mais multidões de trabalhadores em passeatas ou em assembléias viravam alvo para os pistoleiros. Continuam os espancamentos e as torturas, bem como as ameaças de morte de expulsão das casas nos engenhos e usinas.

Esses números se comparados com a declaração de Gregório Bezerra, são inferiores. Ele afirmou que em 1963, foram assassinados pelo menos 23 trabalhadores rurais, enquanto o quadro, baseado exclusivamente nas informações do *ÚH*, mostra que neste mesmo ano foram noticiadas 16 mortes. Em relação aos feridos, temos a sua

declaração de que mais de quarenta camponeses sofreram violência física. Na pesquisa feita, somando-se os ferimentos à bala, os casos de tortura e espancamento, e a repressão policial, temos o número de 40 registros. Entretanto essa comparação deve levar em conta algumas considerações. Primeiro é que Gregório Bezerra não especifica se os casos que cita foram só em Pernambuco ou na Paraíba também. Nem todos os casos chegaram ao conhecimento da imprensa. Só uma parte deve ter sido relatada. É possível que esses resultados sejam bem superiores. Há relatos de que existiam cemitérios clandestinos em engenhos em Pernambuco. Os resultados das investigações noticiadas nos jornais não são apresentados

O que se conclui pelos resultados da pesquisa é que houve um crescimento das notícias referentes a práticas violentas no ano de 1963, em relação ao segundo semestre de 1962, no que tange aos assassinatos (1962/2º semestre – 1 / 1963 – 16), e aos ferimentos produzidos por arma de fogo (1962 – 1 / 1963 – 28). O que se deduz é que o movimento dos trabalhadores rurais teve um crescimento organizativo e político, em função de duas demandas que se apresentaram no ano de 1963: o pagamento do 13º salário (que deveria ser pago desde 1º de dezembro de 1962), e o cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural, que obrigava o latifundiário a pagar o salário mínimo. São inúmeros os relatos de greves que reivindicam o pagamento atrasado do 13º e das diferenças entre os salários pagos e o valor oficial do salário mínimo ¹⁷⁹.

A verdade sobre quantos trabalhadores rurais foram espancados, torturados e assassinados, talvez nunca seja conhecida plenamente. O clima de terror imposto pelo latifúndio atravessou séculos e desconheceu legislações.

Esse contexto conflituoso possuía também um viés simbólico. Pode-se perceber isto quando nomes de figuras políticas são associados a animais de abate. O já referido latifundiário Alarico Bezerra, conhecido como o “Barão do Mato”, protagonizou uma dessas situações, provocando a irada reação dos seus trabalhadores rurais, como podemos perceber pelo teor dessa nota do *UH*:

Líder camponês de Vitória garante ao delegado: ‘Não queremos violência.’ – Em Vitória de Santo Antão, o proprietário do Engenho Serra, Alarico Bezerra Cavalcanti, ‘batizou’ 1 boi e uma vaca com os nomes de Francisco Julião e Miguel Arraes. Os camponeses da cidade sequestraram toda boiada do fazendeiro, incluindo os dois animais ‘batizados’ e se recusam a devolvê-los para o latifundiário. Segundo o presidente do Conselho central das Ligas Camponesas, João Virgínio da Silva – ‘Queremos apenas que o sr. Alarico, não leve os

¹⁷⁹ No segundo volume de suas memórias, Gregório Bezerra fala sobre como os latifundiários pernambucanos pagavam um “salário de fome”, bem abaixo do salário mínimo: “ *O salário mínimo, nessa época, era de 450 cruzeiros antigos para toda região açucareira do Estado. A maioria dos patrões não tomava conhecimento dessa realidade e continuava pagando aos seus trabalhadores um salário de fome, que variava entre 150 e 250 cruzeiros antigos para os homens; e a metade dessas quantias ia para as mulheres e os menores, embora a produtividade destes últimos fosse a mesma dos homens.*” BEZERRA, Gregório. *Memórias – Segunda Parte: 1946-1969*. Rio de Janeiro, EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1980, p. 175.

animais que chamou de ‘Miguel Arraes’ e ‘Francisco Julião’, porque na certa, ele vai fazer pirraça e ameaçou fazer churrasco dos dois.¹⁸⁰

Pouco antes do golpe de 1964, uma ameaça de morte a um funcionário do governo estadual, em Brejão, no agreste pernambucano, era um sinal do que estava por vir:

Latifundiários agrediram Delegado Assistente e Camponês em Brejão – Agressão feita pelos capangas do prefeito da cidade de Brejão contra o Delegado Assistente, da zona do Agreste, Manoel Messias da Silva, juntamente com o camponês Pedro Carneiro e sua esposa. Estes reivindicavam uma indenização de 800 mil cruzeiros pelos danos causados pela boiada solta pelo cafeicultor Antônio Barbosa Sobrinho sobre sua plantação de mamona. O latifundiário queria pagar somente 20 mil . o prefeito da cidade, Luiz ferreira de Barros, afirmou que, ‘gente do governo também morre’. O casal sofreu pancadas de Mão-de-Pilão. A polícia de Garanhuns entrevistou.¹⁸¹

A violência, que primeiro atingiu os militantes das organizações radicais como o POR-T, que defendiam o armamento dos trabalhadores rurais, chegava agora em forma de ameaças ao representante do governo que preconizava a “Revolução Pacífica”.

Apesar dos ventos de agosto, a “Revolução Permanente” continua no campo – O 1º Congresso Camponês de També – Presos por um “Governo Popular – “Arraes 65” e a “Revolução Pacífica” - A violência continua em Itambé – Jeremias volta a ser o “Paulinho”

Após o assassinato de Jeremias, o POR-T decidiu intensificar sua presença em Itambé, junto aos trabalhadores rurais. Os militantes que foram deslocados para aquela área foram: Aybirê Ferreira de Sá, Cláudio Cavalcanti e Carlos Montarroyos. A princípio apenas Aybirê Ferreira ficaria permanentemente, sendo que os outros dois se deslocariam quando necessário, principalmente nos finais de semana, pois eram estudantes. A reunião do POR-T local, logo após o assassinato de Jeremias, decidiu ainda implementar as seguintes medidas: decretação de uma greve geral no município, ocupação do engenho Oriente e realização do 1º Congresso Camponês de Itambé¹⁸². Tanto a decretação de uma greve geral como a invasão do engenho Oriente se mostraram impraticáveis. A revolta dos trabalhadores rurais era grande, mas o medo de represálias de muitos não possibilitou a paralisação geral. E quando os militantes do

¹⁸⁰ *Última Hora*. Edição Nordeste, 25/01/1964, p. 8. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁸¹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 03/03/1964, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁸² SÀ, Aybirê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – Memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, p. 48.

POR-T tomaram conhecimento de que o engenho Oriente estava ocupado pela Polícia Militar desistiram da empreitada, evitando assim um choque desfavorável aos trabalhadores rurais.

Foi realizado um comício que reuniu cerca de 3 mil pessoas no centro de Itambé. Antes da realização do mesmo, uma passeata aconteceu pelas estradas que cortam os engenhos, onde os manifestantes convocavam os trabalhadores rurais e suas famílias para o evento. Durante o percurso, o grupo inicial de aproximadamente 400 pessoas, aumentou para um número entre 1200 e 1500 participantes. Neste trajeto, a multidão revoltada quis virar o carro de um latifundiário que passava com sua família pela estrada. Só a muito custo foram contidos pelos militantes do POR-T, Aybirê Ferreira e Cláudio Cavalcanti. Estes só conseguiram convencer a massa, que queria dissolver a passeata, com a promessa de que eles poderiam fazer o que quisessem se outro carro com latifundiários aparecesse no caminho. Finalmente chegaram a Itambé sem que cruzassem com outro carro ¹⁸³.

Quando voltaram ao Recife, o POR-T decidiu pela elaboração de um manifesto convocando o 1º Congresso Camponês de Itambé. Para esse evento convidaram o PCB (que não mandou nenhum representante), o PC do B, a AP ¹⁸⁴, além da viúva de João Pedro Teixeira (Elisabeth Teixeira) e Francisco Julião.

Os principais trechos do manifesto, que tem como chamada em destaque: “*Convocação do 1º Congresso dos Camponeses do Município de També*”, são aqui reproduzidos, trazendo uma breve análise das conjunturas local e nacional, e as propostas a serem discutidas no congresso:

COMPANHEIROS ! Todo o município está agitado por lutas justas dos camponeses e pela reação armada dos latifundiários. Estes conflitos não podem ser resolvidos apenas com a concessão do salário mínimo, do 13º mês ou com qualquer outra reforma vinda de cima. Está claro que enquanto subsistirem os latifúndios, não haverá paz no campo. Eles não aceitam, de jeito nenhum, que os caponeses possam lhes impor suas conquistas. Eles declararam guerra de morte contra o movimento camponês....Por enquanto o governo federal e Arraes fingem ficar de lado. Aparentemente, eles não intervêm. Isso é falso, pois todos nós sabemos que eles protegem os latifundiários. Não há neutros nesta luta que levamos. Não há neutros entre o

¹⁸³ SÁ, Aybirê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – Memórias de um militante trotskista*. Op. cit. pp. 50-51.

¹⁸⁴ A Ação Popular (AP) foi um movimento político nascido em junho de 1962, a partir de um congresso em Belo Horizonte, resultado da atuação dos militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações da Ação Católica. A partir de seu segundo congresso, realizado em Salvador, a AP decidiu-se pelo "socialismo humanista", buscando inspiração ideológica em Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Jacques Maritain e Padre Lebre. Foi composta principalmente de lideranças estudantis entre as quais se destacaram Herbert José de Souza (o Betinho), Jair Ferreira de Sá, José Serra, Vinícius Caldeira Brant, Aldo Arantes, Haroldo Lima, Duarte Lago Pacheco, entre outros, contando ainda com a participação de lideranças camponesas e operárias.

assassino e a vítima; entre o facínora armado e o camponês indefeso. O fato de que o governo federal e Arraes não intervirem abertamente ao lado dos latifundiários deve-se que a burguesia julga que isso será ainda pior. Eles não tem confiança no exército, não tem confiança na Polícia, não tem confiança no que farão os trabalhadores do Recife, do Rio e de São Paulo, e por conseguinte fingem ficarem neutros. Deixam que os senhores de engenho façam o possível para esmagar-nos. Isso não vai continuar por muito tempo. Embora eles saibam que vão se perder numa luta na qual estão condenados antecipadamente; eles tampouco podem deixar as coisas correrem sem jogar todas as suas forças para defenderem seu regime. Estes mesmos Goulart e Arraes virarão em aliados abertos e ostensivos dos latifundiários. Se eles não podem, deixarão o lugar aos Lacerda e os Cordeiro de Farias.. ..Devemos nos preparar para essa luta. Necessitamos de um programa, um plano de luta, discutir as medidas a tomar. Para isso necessita-se fazer um CONGRESSO CAMPONES NO MUNICÍPIO, apelar para um CONGRESSO CAMPONES NO ESTADO e por um CONGRESSO OPERÁRIO E CAMPONES. CONVOCAMOS A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO EM TAMBÉ PARA DEBATER O SEGUINTE PROGRAMA: a) Devem-se ocupar as terras; b) Deve-se preparar o movimento para fazer frente à violência dos latifundiários e derrotá-los; c) Devem-se constituir milícias camponesas; d) Devem-se constituir Tribunais Populares para julgar e punir os crimes dos latifundiários...h) Deve-se exigir em toda parte, o pagamento integral do salário mínimo e do 13º mês, e reivindicar a escala móvel de salários, acompanhando o aumento dos preços;...O CONGRESSO DEVE DISCUTIR UM PLANO PARA DIRIGIR-SE AOS COMPANHEIROS D TODO ESTADO E DO PAÍS POR: a) Realização de Congressos camponeses semelhantes ao de Também em todos municípios; b) Realização neste ano de um Congresso Camponês de Pernambuco; c) Realização ainda este ano de um Congresso de Operários, Camponeses e Soldados em Pernambuco;...e) Apelar para a constituição da Central Única de Operários, Camponeses e Soldados.¹⁸⁵

O conteúdo político deste “Manifesto Convocatório”, repete os principais pontos expostos no panfleto da *Vanguarda Leninista*, publicado pelo *DP* em agosto, e pelo “*Programa Operário para o movimento camponês*”, presente na edição extra do *Frente Operária*, também de agosto de 1963, quando do assassinato de Jeremias. No início do manifesto é colocado que a situação de acirramento dos conflitos sociais no campo não poderia ser resolvida apenas pela concessão dos direitos trabalhistas. Era necessária uma linha política revolucionária para fazer frente à reação armada dos latifundiários contra o movimento dos trabalhadores rurais. Esta linha de pensamento tem como premissa que a conjuntura nacional de então era a de uma situação pré-

¹⁸⁵ Caixa Itambé. Memorial de Justiça do Estado de Pernambuco, acervo de processos-crime.

revolucionária, em que o campo nordestino vivia uma verdadeira guerra civil. Nessa análise, criticavam a postura dos governantes que classificavam de “reformistas”, Jango e Arraes. Para o POR-T estes aparentavam uma suposta “neutralidade” a fim de deixarem que os latifundiários esmagassem o movimento dos trabalhadores rurais. Nesta avaliação, os trotskistas não levam em consideração a política para a questão do campo, desenvolvida por Jango e Arraes, em eles tinham um ponto fundamental em comum: a sindicalização em massa do conjunto dos trabalhadores rurais. Também não destacam que pela primeira vez na história de Pernambuco, a polícia estadual confiscou armas nas casas-grandes de alguns poucos latifundiários. Quanto a Jango, ele sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural, que representou uma “segunda abolição da escravatura”, segundo Caio Prado Júnior. Percebe-se também que o POR-T incorporava-se a uma visão determinista e teleológica da história quando afirma que as elites agrárias estão “condenadas antecipadamente”. Na sua análise de que tanto Jango como Arraes poderiam se tornar aliados na repressão ao movimento dos trabalhadores rurais, senão seriam substituídos por figuras de direita, equivocaram-se duplamente. Por se recusarem a apoiar uma repressão aos diversos movimentos sociais foram, sim, substituídos. Mas foram destituídos à força pelos militares em abril de 1964. Nas propostas para o congresso, incorporam-se a tradição soviética de dualidade de poder, em que, em contrapartida ao Estado Capitalista, representado por suas instituições, o movimento organizado dos trabalhadores construiria, durante o processo de luta de classes, seus próprios organismo de luta e de representação de classe, os quais se contraporiam ao Estado burguês. Isso pode ser percebido claramente em algumas propostas como a de criação de milícias de trabalhadores rurais e a constituição de tribunais populares. Para tanto seria criada uma “Central Única de Operários, Camponeses e Soldados”.

No *UH* do dia 11 de outubro de 1963 trazia na sua coluna *Ronda*, a seguinte nota:

Camponeses fazem Congresso: Organizações camponesas de També e outros municípios da zona norte do Estado reunidos em Congresso, amanhã e domingo. Todos os sindicatos rurais, Ligas Camponesas e entidades operárias estão convidadas a observar e participar do certame. Problemas de interesse geral do movimento camponês brasileiro, novas formas de luta, etc, serão debatidos e resoluções serão aprovadas. Um dos pontos do temário será o acerto de medidas práticas para levar desarmamento dos capangas das usinas, engenhos e fazendas. ¹⁸⁶

Entretanto o 1º Congresso dos Camponeses do Município de També nunca aconteceu. A repressão ao mesmo partiu da polícia do governo Arraes. Carlos Montarroyos e Cláudio Cavalcanti foram presos dentro da sede do sindicato rural de Itambé, e levados para a delegacia local. Segundo o relato de Aybirê Ferreira de Sá, no

¹⁸⁶ *Última Hora*. Edição Nordeste, 11/10/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

dia do congresso, ele e mais nove trabalhadores rurais saíram de Serrinha, distrito de Itambé, para o encontro. Quando desceram do ônibus, próximo à delegacia, Aybirê foi chamado por um soldado para falar urgentemente com delegado. Depois de deixar os manifestos com os companheiros, e avisar de que se não voltasse em meia hora, é porque estava preso, Aybirê foi acompanhando o soldado até a delegacia. Chegando lá, as portas estavam fechadas. Após a fala do soldado comunicando que trazia o “Seu Ferreira”, como era conhecido Aybirê:

A porta abriu-se e o sargento apareceu, convidando: - Entre Ferreira, pois precisamos conversar um pouco antes do congresso. Entrei e deparei com um quadro que nunca mais saiu da minha mente. No canto da sala, sentados em duas cadeiras, estavam o Cláudio [Cavalcanti] e o Carlos [Montarroyos] vigiados por soldados armados de fuzis.¹⁸⁷

Depois de identificados formalmente, os três militantes do POR-T foram algemados, conduzidos pelo quintal da delegacia até uma ambulância, na qual foram trazidos para a sede da Secretaria de Segurança Pública, na rua da Aurora, no Recife, escoltados por dois soldados armados de revólveres e fuzis. Segundo a interpretação de um dos presos políticos, eles foram conduzidos de forma sigilosa para fora da delegacia e da cidade, para que fosse evitada qualquer reação dos trabalhadores rurais contra a polícia. Ao chegarem na Delegacia Auxiliar, tiveram um encontro com o delegado auxiliar, Dr. Francisco Souto:

Entrou na sala nervoso, irritado e arrogante, cheio de manifestos do congresso nas mãos, e, aos gritos, dirigindo-se a nós: - Foram vocês quem escreveram esse manifesto? - Sim. - Vocês assumem a autoria deste manifesto? Assumimos! - Estão vendo? São réus confessos - e retirou-se louco de raiva.¹⁸⁸

Os militantes do POR-T tornaram-se “presos políticos” de um governo popular, considerado o governo estadual mais à esquerda eleito em 1962. As bandeiras de luta trotskistas procuravam aprofundar o clima de radicalização existente no campo ao proporem não só a invasão dos latifúndios, bem como a constituição de milícias de trabalhadores rurais e a criação de tribunais populares para julgar os assassinos das lideranças do campo. Essa concepção política era declaradamente opositora das reformas sociais dentro da ordem capitalista, não possuindo, dessa forma, espaço na esquerda “oficial” dos que propunham a chamada “Revolução Pacífica”, particularmente no campo.

Esta concepção de que as transformações políticas que deveriam ser implementadas no Brasil, objetivando a modernização das relações sociais no campo, evitando assim, tanto o retrocesso político de uma possível ditadura de direita, como um

¹⁸⁷ SÁ, Aybirê Ferreira de.. Op. cit. pp. 71-72.

¹⁸⁸ SÁ, Aybirê Ferreira de.. Op. cit. p. 73

regime socialista, considerado como um sistema político fechado, foram desenvolvidas naquele período por Celso Furtado¹⁸⁹ no seu livro *A Pré-revolução brasileira*.

Nesta obra, publicada em meados de 1962, o economista e intelectual paraibano defendia a existência de uma dualidade na estrutura político-social brasileira, na qual coexistiriam dois tipos de sociedade, uma aberta e urbana e outra fechada e rural. E nesta linha de pensamento, a população brasileira vivia uma situação pré-revolucionária com características distintas:

Consideremos agora de frente o problema brasileiro. A luz da experiência histórica, não é difícil explicar por que a classe camponesa, no Brasil, é muito mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária, se bem que, do ponto de vista da ortodoxia marxista, esta última deveria ser a vanguarda do movimento revolucionário. É que a nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa. Com efeito, permite o nosso sistema político que a classe operária se organize para levar adiante, dentro das regras do jogo democrático, as suas reivindicações. A situação dos camponeses, entretanto, é totalmente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos que tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural. E com respeito a esse segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes.¹⁹⁰

Neste trecho destacado podemos perceber que, para Celso Furtado, o Brasil daquele período histórico atravessava uma fase pré-revolucionária em que se apresentavam dois caminhos para as transformações sociais: o primeiro, defendido pelo autor, tem como referência a chamada sociedade aberta, na qual os trabalhadores urbanos podem participar plenamente do Estado de Direito e lutarem por melhores condições de trabalho e de vida, ou seja, liberdade com desenvolvimento econômico; a

¹⁸⁹ Celso Furtado (1920-2004) foi um dos principais economistas brasileiros do século XX. Como Diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL (1949-57), contribuiu de forma decisiva, ao lado do economista argentino Raúl Prebisch, para a formulação do enfoque estruturalista da realidade socioeconômica da América Latina. No Governo de Juscelino Kubitschek, elaborou o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que deu lugar à criação da SUDENE, órgão que dirigiu por cinco anos (1959-64). No Governo João Goulart, foi o primeiro titular do Ministério do Planejamento (1962-63). Com o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos, dedicando-se então à pesquisa e ao ensino da Economia do Desenvolvimento e da Economia da América Latina em diversas universidades como as de Yale (EUA, 1964-65), Sorbonne (França, 1965-85), American University (EUA, 1972), Cambridge (“Cátedra Simon Bolívar”- Inglaterra, 1973-74), Columbia (EUA, 1976-77). Com a redemocratização, foi embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia (1985-86), em Bruxelas, e Ministro da Cultura do Governo Sarney (1986-88), quando elaborou a primeira legislação de incentivos fiscais e fez a defesa da identidade cultural brasileira.

¹⁹⁰ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962, p. 28.

segunda via, na qual está inserida a massa dos trabalhadores rurais brasileira, é caracterizada como uma sociedade rígida, típica das ditaduras, em que qualquer forma de organização sindical e luta reivindicatória é considerada revolucionária. Neste modelo de sociedade, a retórica marxista-leninista encontra um público receptivo.

Ora, para Celso Furtado, numa sociedade aberta, na qual foram alcançadas “*formas de convivência social complexas, a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político.*”¹⁹¹ Então o que fazer para impedir este retrocesso? O autor aponta que, para se evitar o desenvolvimento dessas “*técnicas revolucionárias*”, seria necessário: “*a) prevenir toda forma de retrocesso em nosso sistema político-social, e; b) criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária no país.*”¹⁹² Dessa forma então, para os governantes comprometidos naquele período com as chamadas reformas de base, como o presidente João Goulart e o governador Miguel Arraes, a luta pela modernização das estruturas no campo e da própria sociedade brasileira como um todo, passava pelo combate às forças políticas declaradamente reacionárias e pelo controle dos setores radicais, que poderiam, de uma forma ou de outra, dentro da ótica de Celso Furtado, desestabilizarem a sociedade aberta existente no meio urbano, promovendo um profundo retrocesso político, originando uma sociedade rígida, seja de orientação de direita ou de esquerda marxista-leninista.

As ações do governo Arraes naqueles breves meses à frente do governo estadual devem ser contextualizadas teóricamente a partir dessas elaborações de Celso Furtado. Entre as pressões sofridas à direita e à esquerda, Arraes equilibrava-se sobre uma estreita margem de ação.

Uma análise sobre a atuação do POR-T neste período, e também sobre as prisões que ocorreram em Itambé, foi elaborada numa reportagem clássica que virou livro pouco depois do golpe civil-militar. Trata-se do *Tempo de Arraes – a revolução sem violência*, de Antônio Callado. Ao tecer considerações sobre os “aspectos gerais da revolução pernambucana”, o autor se refere às demais forças políticas da esquerda local, dentre elas, os militantes da IV Internacional:

...um curioso grupo de jovens trotskistas, que não me pareceu apoiado em nenhuma organização mais importante, mas que, intitulando-se Vanguarda Leninista e outros apelativos assim, são uma espécie de mosquitos da revolução. São ativistas e comandam pequenos grupos de camponeses para sortidas românticas. Já têm seu mártir no desventurado Jeremias, que, no consenso unânime, era o melhor elemento do grupo, e conseguiram ser encanados pela Polícia sem qualquer ordem judicial. Só mesmo eles têm o direito de acusar a polícia de Arraes de uma arbitrariedade.¹⁹³

¹⁹¹ Ibidem, p. 27.

¹⁹² Ibidem, p. 31.

¹⁹³ CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes – a revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979, p. 55.

Apesar de todo preconceito inserido neste trecho, que caracteriza a luta pelo pagamento do 13º salário atrasado e demais direitos trabalhistas como “uma sortida romântica”, temos a afirmação insuspeita (pois o autor era um declarado admirador de Miguel Arraes) de que os três militantes do POR-T foram presos sem mandato judicial. Tal afirmação de Antônio Callado não foi contestada por Arraes quando este escreveu a introdução do livro em 1979. A isso se soma as declarações prestadas pelos presos em 1963 de que desconheciam qualquer ordem judicial de prisão. Assim afirmaram Aybirê Ferreira de Sá, Carlos Montarroyos e Cláudio Cavalcanti. Esse encarceramento, então assume a dimensão de uma prisão política. O que causará progressivamente um desconforto para o governo Arraes.

Então no dia 13 de outubro de 1963, duas pequenas notas na mesma segunda página do *UH* noticiavam o mesmo fato, o Congresso de Camponeses de Itambé, de maneiras diametralmente opostas: “*Reuniões de Camponeses – Em També prossegue Congresso Camponês com vários problemas do movimento em pauta.*”¹⁹⁴

E um pouco a baixo, na mesma página !

Prisões em També – A polícia de També, À frente do sargento Marconi, efetuou prisão ontem de Carlos Montarroyos, Cláudio Vasconcelos Cavalcanti e Aybirê Ferreira de Sá, que tentavam instalar um ‘congresso camponês naquela cidade.’¹⁹⁵

O que deve ter acontecido além de termos aqui um revisor desatento? A repressão policial ao POR-T colheu de surpresa até a redação do único jornal que apoiava o governo Arraes, o *Última Hora*. Nessa edição de domingo já havia pronta uma nota sobre o congresso em Itambé que foi veiculada praticamente ao lado da notícia da prisão dos líderes do evento.

Também no dia 13 de outubro de 1963, uma nota oficial da 8ª Delegacia Regional do Trabalho, assinada pelo seu presidente, Enoch Saraiva, comentando as então recentes prisões de militantes no campo, era publicada no *UH*;

Não podemos, entretanto, permitir e admitir que grupos aproveitem as lutas do campo... a pretexto de aparecerem como defensores dos camponeses, desorganizem os sindicatos do campo, causando prejuízos aos camponeses e perturbando o funcionamento normal dessas entidades. Em virtude, portanto, do que ocorre no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de També e no Sindicato Rural de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém é que tomamos a deliberação de intervir naquelas entidades, a exemplo do que fizemos a pouco tempo no sindicato de Jabotão, com o objetivo único e exclusivo de beneficiar os camponeses e melhorar a sua organização¹⁹⁶

¹⁹⁴ *Última Hora*. Edição Nordeste, 13/10/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁹⁵ *Última Hora*. Edição Nordeste, 13/10/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

¹⁹⁶ *Última Hora*. 13/10/1963. p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Qual deveria ser o conceito de “normalidade” para o Delegado Regional do Trabalho, Enoch Saraiva, dentro de um contexto de guerra civil no campo, em que latifundiários armazenavam um verdadeiro arsenal de guerra, com armas privativas das Forças Armadas, além das “operações militares” montadas pelos proprietários de terras, a fim de eliminarem as lideranças rurais? A normalidade estava na manutenção da ordem social em que não seriam tolerados movimentos sindicais que ultrapassassem os limites da “Revolução Pacífica”.

Na segunda-feira, dia 14 de outubro de 1963, portanto dois dias após a prisão dos militantes do POR-T, o Delegado Auxiliar, Dr. Francisco Souto, enviava ao delegado de polícia de Itambé, dois documentos para serem anexados ao inquérito policial, como provas de “subversão” dos jovens trotskistas:

Remeto a V. Sa. para fins de instalação do necessário inquérito policial, cópia autêntica de uma proclamação de responsabilidade da ‘Vanguarda Leninista’, assim como exemplares de um boletim de convocação do ‘1º Congresso dos Camponeses do Município de També’, documentos esses nos quais se prega abertamente a subversão da ordem social vingente no país, através de meios ilegais e violentos. Através de diligências realizadas por agentes desta Especializada, ficou constatado serem responsáveis pela redação e divulgação dos referidos documentos, os indivíduos Carlos Montarroyos, Aybirê Ferreira de Sá e Cláudio Cavalcanti, os quais foram detidos nessa cidade, no último sábado 12 do corrente, e deslocados para esta Capital, seguindo nesta oportunidade, a fim de serem ouvidos nessa Delegacia, em torno das acusações assacadas aos mesmos.... Cordiais Saudações – Bel. Francisco Morais de Souto – DELEGADO AUXILIAR.¹⁹⁷

Estes documentos são conhecidos. Tanto o panfleto da “Vanguarda Leninista”, como o manifesto de convocação do “1º Congresso de Camponeses de Itambé”, pregavam a invasão de terras, a constituição de milícias armadas de camponeses e a criação de tribunais populares revolucionários para o julgamento dos assassinos das lideranças rurais. Tais manifestações públicas de intenções foram suficientes para garantir a prisão dos membros do POR-T, e o seu enquadramento na LSN. Essa prisão se justificava pela declaração de princípios, ou pela possibilidade de surgimento de uma organização independente de trabalhadores rurais, composta por outras forças políticas de esquerda, que não aquelas comprometidas com o governo Arraes. Poderia ser um incômodo precedente.

E o que aconteceu com os outros participantes do Congresso? Um relato dessa experiência é dado pelo ex-militante do POR-T, Martinho Leal Campos, economista aposentado e artista plástico paraibano, numa entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2010:

¹⁹⁷ *Delegacia Auxiliar – S/N - Fundo SSP nº 29213 – Ofícios. Data do documento – Julho à Dezembro 63. Arquivo Público Estadual – Acervo DOPS.*

PERGUNTA: Fale sobre o 1º Congresso dos camponeses de Itambé.

RESPOSTA: Eu fui delegado. Na verdade eu fui com o companheiro Joaquim Ferreira [advogado das Ligas Camponesas e simpatizante do POR-T], que estava em João Pessoa ...e nos encontramos, fizemos uma reunião que decidimos, Joaquim Ferreira e eu iríamos participar do Congresso. Fomos de ônibus. Em determinado momento o ônibus quebrou, atrasou a viagem. Quando nós chegamos, os camaradas tinham acabado de serem presos: o Carlos Montarroyos, o Aybirê e o Cláudio. E aí quando chegamos os camponeses vieram imediatamente conversar, principalmente com o Ferreira, que era conhecido como advogado, etc ' - Os companheiros foram presos e estão ameaçando prender quem chegar aqui é melhor vocês não aparecerem.' Eles foram nos encontrar no meio do caminho.

PERGUNTA: Vocês então não foram até o sindicato rural ?

RESPOSTA: Não, não chegamos. Porque se nós tivéssemos chegado nós íamos ser presos. Porque a polícia estava esperando. Toda liderança que chegou ali foi presa de uma forma ou de outra, com as lideranças que eles sabiam que iam prender mesmo, era justamente o pessoal do u

PERGUNTA: Os trotskistas ?

RESPOSTA: Os trotskistas. Estes é que iam ser presos. Eram os alvos. O delegado da época, o Chico Souto, há alguns anos, antes de morrer, esteve comigo aqui e insistiu na tese de que a atitude de prisão, a decisão de prender os trotskistas, foi pra livrar os companheiros de um massacre. Assim como ele dizia que tinha prendido antes Jeremias e tal, era evitar que Jeremias continuasse ali, porque ele sabia, que ele ia terminar morto. Achava uma irresponsabilidade nossa, do Partido Trotskista de ter mandado Jeremias sem fazer aquele trabalho, de peito aberto, sem nada. De certa forma, eu posso até aceitar essa crítica, né, agora, como eu conheci o Chico Souto, conversei muito com ele, é, pude notar que ele tinha uma preocupação muito grande de se explicar. Estava até escrevendo um livro, me mostrou, em que grande parte do livro era pra mostrar que ele não tinha reprimido, afinal de contas. Que aquela repressão não era verdadeiramente uma repressão. Era uma defesa de Arraes também, né ?”

PERGUNTA: Que análise o POR-T fazia naquela época sobre as alianças políticas de Arraes com os latifundiários ?

RESPOSTA: Sim, nós sempre tivemos uma atitude extremamente crítica nisso, né, contra isso aí. Alíás fazia parte do nosso discurso. Nós não dávamos trégua a Arraes, isso aí é verdade. Ele não devia gostar nunca de nossa intervenção. Eu lembro que aqui [João Pessoa] quando Jeremias foi morto e os camaradas foram presos, coincidiu com um congresso estadual de estudantes da Paraíba, e eu era delegado no congresso, e eu pedi a palavra e denunciei a morte de Jeremias, a prisão dos camaradas, etc E foi uma tremenda repercussão. E o pessoal do PCB veio contra mim.¹⁹⁸

Entretanto, os trotskistas não eram as únicas lideranças sindicais do campo que estavam presas naquele período. Também o principal dirigente do sindicato

¹⁹⁸ Depoimento de Martinho Leal Campos ao autor em 10/02/2010.

de trabalhadores rurais de Rio Formoso, Barreiros e Serinhaém, Julio Santana, estava recolhido na Casa de Detenção no Recife. Ele fora preso por conta da invasão da sede do sindicato, em nome da presidência da junta governativa do mesmo, cargo que ele ocupava, estando a categoria em processo eleitoral, e o sindicato sob intervenção da Delegacia Regional do trabalho – DRT. Júlio Santana foi acusado de, nesta invasão, levar o cofre da entidade. Em 12 de outubro o “agitador” da mata Sul era manchete da capa do *UH*: “*Justiça prende Júlio Santana*”. Na página seis desta edição constava que o líder camponês fora enquadrado na Lei de Segurança Nacional – LSN ¹⁹⁹. Como desdobramento desse caso, dois companheiros de Júlio Santana, João Zeferino da Silva (Joca), e Antônio Joaquim de Medeiros (Chapéu de Couro), foram presos quando tentaram libertar o seu líder, entrando em confronto armado com a polícia ²⁰⁰.

Além dos citados acima, também estavam presos o estudante de direito, Joel Câmara, desde o governo de Cid Sampaio, e um companheiro de Júlio Santana, Abdias Soares dos Santos. Ao todo eram oito presos políticos no nono mês do governo de Miguel Arraes. Os trotskistas, tal qual Júlio Santana ²⁰¹, e todos os demais, foram enquadrados na LSN.

Os “desviantes” da esquerda estavam enquadrados. O populista *UH* celebrava o feito, destacando na sua capa de 14 de outubro de 1963: “*Autoridades dominam situação: Paz de novo nos sindicatos do campo*”. ²⁰²

As pressões da extrema-esquerda sobre Arraes a partir de então se somavam ao bombardeio diário da “grande imprensa”. Em 23 de novembro de 1963, uma convocação para um evento político crítico às prisões dos militantes saiu no *UH*:

As Ligas Camponesas ao povo de Pernambuco – As Ligas Camponesas do Brasil, sentem-se no dever de convocar as forças revolucionárias e progressistas do Estado para uma concentração popular a ser realizada nesta capital, à praça Dantas Barreto, no próximo dia 01/12/63, às 10 horas, a fim de: a) Protestar contra a prisão de JOEL CAMARA, JÚLIO SANTANA, ANTONIO JOAQUIM DE MEDEIROS, JOÃO ZEFERINO DA SILVA, CARLOS ALBERTO VIANA MONTARROYOS, CLÁUDIO ANTONIO DE VASCONCELOS CAVALCANTI AYBIRE FERREIRA DE SÁ e ABDIAS SOARES DOS SANTOS, tidos todos

¹⁹⁹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 13/10/1963, p. 1 e 6. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²⁰⁰ - ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Op. cit. 53.

²⁰¹ Julio Santana foi um dirigente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, Serinhém e Barreiros. Homem simples, semi-analfabeto era filho de pescadores e quando adulto aproximou-se das Ligas Camponesas e tornou-se a principal liderança sindical naquela região da mata sul. Foi preso em outubro de 1963, acusado de crime comum, mas também enquadrado na Lei de Segurança Nacional.. Neste período, em fins de 1963, conheceu os militantes presos do POR-T, com os quais manteve relações políticas, apesar de seu nível de conhecimento político ser primário. Quando do golpe civil-militar de 1º de abril, teve oportunidade de fugir da Casa de Detenção do Recife, mas não atendeu o apelo do militante do POR-T, Aybirê Ferreira de Sá. Permaneceu preso durante a ditadura e só foi libertado em meados dos anos 70, falecendo pouco tempo depois.

²⁰² *Última Hora*. Edição Nordeste, 14/10/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

eles como incursos na Lei de Segurança Nacional; b) Apelar para o governador MIGUEL ARRAES no sentido de participar dessa concentração de onde S. Excia. Deverá sair fortalecido com a declaração de que em Pernambuco, não será aplicada, por iniciativa do aparelho policial, a Lei de Segurança Nacional, por ser uma Lei fascista, de exceção, saída do ventre do Estado Novo, com o objetivo de sufocar as liberdades democráticas e de atingir os patriotas inconformados com o abusadas forças reacionárias internas e externas que humilham a nossa pátria e levam o nosso povo às portas da miséria e do desespero. Recife, 22 de novembro de 1963. Pelo CONSELHO NACIONAL DAS LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL. As. Francisco Julião.²⁰³

Esse manifesto convocatório para um comício em prol da soltura dos presos políticos recolhidos na Casa de Detenção, mostra claramente as profundas contradições porque passava o governo Arraes. Setores que faziam parte da esquerda local cobravam dele um posicionamento firme no sentido de não reprimir ativistas políticos baseado numa legislação considerada “fascista”, oriunda do “Estado-Novo” Vargasista. Também poderia trazer dividendos políticos para as Ligas Camponesas de Francisco Julião, que estavam em rota de colisão com a política para o campo de Arraes e do PCB, que era a massiva sindicalização rural.

No dia 30/11 uma nova chamada para o comício era veiculada no *UH*:

Camponeses fazem comício contra Lei de Segurança: ... Convidaram Brizola – Os dirigentes das L.C. [Ligas Camponesas] e o chamado ‘grupo de também’ (que arrastará a concentração camponeses da Paraíba) convidaram vários políticos: Brizola, Neiva Moreira, e Almino Afonso.²⁰⁴

Nesta nota temos pela primeira vez uma referência indireta ao POR-T, que é denominado como sendo o “grupo de Também”. O texto informa que os trotskistas trariam para a concentração trabalhadores rurais da Paraíba. Provavelmente devem ser alguns moradores dos engenhos e usinas de Itambé e região, que são associados a Paraíba por conta da proximidade geográfica.

Neste mesmo dia, 30 de novembro, uma “irada” nota da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco era publicada no *UH*:

A Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, congregando 58 sindicatos, reunida com as diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais : Palmares (21 municípios), Jaboatão, Barreiros, Igarassu, Itamaracá, Quipapá, resolveu: ‘Agora, companheiros, podemos e devemos exigir do governo, e particularmente do democrata Miguel Arraes de Alencar, o desarmamento da

²⁰³ *Última Hora*. Edição Nordeste, 23/11/1963, p. 5. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²⁰⁴ *Última Hora*. Edição Nordeste, 30/11/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

capangagem das Usinas e Engenhos. Podemos e devemos protestar, não aceitar como lícita a aplicação indecorosa da LSN contra camponeses, estudantes e, inclusive, advogados de trabalhadores do campo. Não só estranhamos e condenamos, com a veemência particular de trabalhadores que não se apelegaram, que se excetue, como no Estado Novo, a atuação no sentido de organizar e levar a vitória os menos favorecidos.²⁰⁵

O comício reuniu cerca de cinco mil pessoas. Compareceram delegações de trabalhadores rurais de Vitória de Santo Antão, de Arapiraca em Sergipe e de João Pessoa. A União Nacional dos Estudantes – UNE, então presidida por José Serra, enviou um telegrama de solidariedade ao evento. Vários oradores se seguiram, representando as Ligas Camponesas, os sindicatos rurais e urbanos, denunciando a existência de presos políticos no Estado, e reivindicando a libertação dos mesmos e a prisão dos assassinos das lideranças rurais. Dentre os oradores, alguns foram citados: Arthur Lima Cavalcanti, representando a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), Carlos L. de Andrade pelo PSB, Antônio Fausto do Nascimento (Secretário Assistente)²⁰⁶, o então deputado federal - Francisco Julião²⁰⁷. Aybirê Ferreira de Sá, na sua autobiografia relata ainda a presença de dois oradores no comício: Amaro Luís de Carvalho, conhecido como “Capivara”, pelo PC do B²⁰⁸; e pelo POR-T, um membro de sua direção nacional, Sidney Fix Marques dos Santos²⁰⁹. Ao final do mesmo, saíram em passeata até a Casa de Detenção, para verem os presos políticos. Com medo de uma invasão, que só agravaria ainda mais a delicada situação, o diretor do presídio permitiu que os militantes encarcerados discursassem para a multidão dos muros e do portão da cadeia. Após o inusitado acontecimento, os presos confraternizaram com os componentes da concentração. Só que já ia ficando de noite, quando o portão foi fechado e os prisioneiros voltaram para seu interior. Todos entraram menos um, que ficou batendo no portão da cadeia pública para entrar e não ser um foragido da lei, o que

²⁰⁵ *Última Hora*. 30/11/1963. p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²⁰⁶ A presença do secretário assistente (lembrando que esta secretaria no governo Arraes fora direcionada exclusivamente para a mediação dos conflitos no campo) mostra claramente que a existência de presos políticos no governo incomodava bastante a Arraes, que ao mesmo tempo que não podia deixar que a situação se deteriorasse em uma imprevisível explosão social, e para isso tinha que responder aos setores conservadores que o apoiavam, prendendo alguns militantes que ultrapassavam os limites da legalidade burguesa, tinha que responder por isso perante o conjunto dos movimentos sociais, que cobravam dele uma postura “modernizante” também no trato com as lideranças dos trabalhadores, não utilizando uma arbitrária legislação “estado-novista”.

²⁰⁷ *Última Hora*. Edição Nordeste, 02/12/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²⁰⁸ Amaro Luís de Carvalho, o “Capivara”, foi assassinado na Casa de Detenção do Recife, em 22 de agosto de 1971, quando faltavam dois meses para que terminasse de cumprir a pena imposta pela ditadura militar. Era então do Partido Comunista Revolucionário – PCR. Foi envenenado pelos agentes da repressão. Comissão de Familiares de mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVE, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e PE. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Recife: CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, 1995, p. 100.

²⁰⁹ Sidney Fix Marques dos Santos foi membro da direção nacional do POR-T e era o editor responsável pelo periódico do partido, o *Frente Operária*. Viveu na clandestinidade no Brasil desde o golpe de 1964. Em 1972 exilou-se na Argentina, onde foi sequestrado pelos agentes da repressão militar, tornando-se desde então, um desaparecido político. Comissão de Familiares de mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVE, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e PE. Op. cit. p. 410.

prejudicaria os possíveis dividendos políticos da situação. O ator da cena surreal de um detento pedindo para voltar para a cadeia foi Aybirê Ferreira de Sá²¹⁰. Segundo este, após o comício, a passeta passou pelo Palácio do Campo das Princesas, onde Arraes teria aparecido na sacada e prometido que libertaria os presos, o que de fato aconteceu, cerca de trinta dias depois. Somente Júlio Santana²¹¹ continuou preso, pois além de estar sendo processado pela LSN, era acusado de crime comum pelo Código Civil.

Na Casa de Detenção, os trotskistas se articularam com Júlio Santana, e receberam deste os contatos necessários para continuarem atuando no sindicalismo rural. Neste caso irão começar um trabalho na Mata Sul, junto ao sindicato de Rio Formoso, Barreiros e Serinhaém. Quem ficou responsável por essa atividade foi Aybirê Ferreira de Sá, que foi para essa região depois de libertado, e manteve os contatos com os trabalhadores rurais mesmo depois do golpe.

Em todo Brasil, já em 1963 se discutia intensamente a sucessão presidencial de 1965. O crescimento dos mais diversos movimentos sociais apontava para uma mais que provável vitória do candidato das esquerdas. Em 1960 o Mal. Lott, que fora apoiado por esses setores, era um conservador emperdenido. Agora o discurso e as alianças políticas poderiam ser mais declaradamente radicais. Dois dos principais candidatos estavam impossibilitados pela legislação eleitoral: João Goulart, pois não era permitida a reeleição, e Leonel Brizola, pois era casado com a irmã de Jango, e portanto era considerado parente do presidente²¹², o que impossibilitava a sua postulação ao cargo. Surgia então um espaço a ser preenchido em uma provável chapa presidencial de centro-esquerda. Um nome apareceu nacionalmente para preencher esse espaço: o governador pernambucano Miguel Arraes. Uma primeira possibilidade era a de que ele seria o vice numa chapa encabeçada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, que já viajava pelo Brasil fazendo articulações políticas, tendo inclusive montado um comitê de campanha no Recife, conforme noticiou o *UH* de 16 de fevereiro de 1964: “*JK – 65 instala Comitê Central nesta cidade – Instalação do Comitê Central do Nordeste, no Ed. Limoeiro, sob a direção do diretor José Júlio Trindade.*”²¹³. Essa provável coligação não era bem vista pela direção nacional do PCB, mas para os comunistas pernambucanos a posição era diferente, segundo o ex-comunista Roberto Freire: “...a maioria de nós comunistas pernambucanos defendíamos a chapa Juscelino/Miguel

²¹⁰ SÀ, Aybirê Ferreira de.. Op. cit. Pp. 80-81.

²¹¹ As lideranças que de uma forma ou de outra provocaram situações de confronto direto com o latifúndio, e por isso corroboravam as linhas editoriais da grande imprensa que taxava Arraes e Francisco Julião de comunistas, foram ou presas ou desautorizadas a falarem como representantes de suas entidades de origem. É o caso tanto do estudante João Alfredo, que liderou a invasão de terras em Vitória de Santo Antão, bem como do “agitador” Júlio Santana. No dia 9 de setembro de 1963 a seguinte nota foi publicada no *UH*: “*Ligas proíbem ação de dois líderes – O conselho das Ligas Camponesas, por decisão unânime, decidiu que os srs Júlio Santana da Silva e João Alfredo dos Anjos, não tem mais autoridade para falar em nome das Ligas e do seu presidente de honra, deputado Francisco Julião. Essa decisão visa evitar ‘manobras’ grosseiras, para incompatibilizar o movimento camponês com a opinião pública.*”. Última Hora. 09/09/1963. P. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²¹² Apesar de Brizola ter lançado a palavra de ordem, “Cunhado não é parente, Brizola presidente”, mesmo que não tivesse ocorrido o golpe de 1964, dificilmente ele conseguiria o registro da candidatura.

²¹³ Última Hora. Edição Nordeste, 16/02/1964, p. 3. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Arraes...”²¹⁴. Quando JK vinha ao Recife, elogiava a administração de Arraes, possivelmente pensando numa futura composição:

Liderança Nacional – RIO - O governador Miguel Arraes, em face da gravidade dos problemas nacionais, percebeu que não pode reduzir sua ação ao simples âmbito administrativo de Pernambuco. Entende – que para isso se apóia no volume de solicitações de que foi alvo, na crise do estado de sítio [em outubro de 1963, Jango pediu licença ao Congresso Nacional para decretar Estado de Sítio, após uma polêmica entrevista do eterno conspirador Carlos Lacerda a um jornal norte-americano, em afirmava que um golpe militar estava em curso – o pedido foi negado, enfraquecendo ainda mais o presidente] , que o seu nome extravazou o campo regional e exige participação ativa nos assuntos federais.... Na última visita que o senador Juscelino Kubitschek fez a Pernambuco não poupou elogios públicos a Arraes e assim abriu uma porta para entendimentos políticos que são tidos pelos observadores como perfeitamente viáveis. O presidente JK, por seu lado, acaba de convidar Arraes para um encontro fechado em Brasília, o que leva a concluir que qualquer que venha a ser a oscilação do barômetro da política nacional, o governador de Pernambuco terá importante papel a desempenhar, neste momento de crises e de inquietações nacionais.²¹⁵

Quando Arraes era atacado pelas “classes produtoras” através da grande imprensa, JK o defendia, como na manchete da capa do *UH* de 24 de outubro de 1963: “Arraes: aqui não há agitação; JK: Pernambuco está tranquilo”²¹⁶.

A segunda via para as esquerdas, e principalmente para o PCB, era a candidatura de Arraes. Segundo a análise da historiadora Socorro Ferraz, que na época era uma jovem militante do PCB, Miguel Arraes:

...embora não fosse militante desse partido [PCB] e se caracterizasse como um político de alcance ‘estadual’, pela sua trajetória e pelo modo como governava Pernambuco, com apoio da esquerda, mas ao mesmo tempo, combatendo os extremistas das Ligas Camponesas e ‘os agitadores’ do PC do B, Arraes reuniria mais condições de liderar uma ação política governamental, mais à esquerda, entre os democratas. Pelo trabalho desenvolvido na área de educação e cultura logo se agregou uma liderança, no mínimo regional.²¹⁷

Uma possível candidatura de Miguel Arraes teria como base de sustentação o apoio popular dado às “Reformas de Base” que pode ser verificado numa pesquisa do IBOPE, (realizada na Guanabara, em São Paulo e demais capitais), e

²¹⁴ FREIRE, Roberto. *O golpe e a retomada da democracia: 1964-2005*. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica* nº 22 – Dossiê 64. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 47.

²¹⁵ *Última Hora*. Edição Nordeste, 19/10/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²¹⁶ *Última Hora*. Edição Nordeste, 24/10/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²¹⁷ FERRAZ, Socorro. *As vésperas do Golpe Militar de 1964...* In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica* nº 22 – Dossiê 64. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006, Pp. 136-137.

publicada em 30 de setembro de 1963, em que o índice de entrevistados a favor da reforma agrária era de 62%. Em diversas ocasiões, entre 1963 e 1964, saíram publicadas notícias sobre a possível candidatura de Arraes em 1965, decorrente do crescimento do seu prestígio nacional e da defesa da “Revolução Pacífica”:

“Operários da Petrobrás com Arraes-65. Salvador. ‘ – Arraes, presidente !.”²¹⁸

“Prefeito de Porto Alegre [Sereno Shaise] – Arraes ou Brizola para presidência em 65 “²¹⁹

“‘Mata-Mosquitos’ de todo país lançam Arraes-65.”²²⁰

“Almino [Afonso] no Recife lança Arraes-65 “²²¹

“Paraíba lança hoje Arraes-65 “²²²

“PTB do Ceará lança Arraes-65 “²²³

“Zona da Mata lança Arraes-65 “²²⁴

“Liderança - ... Pernambuco volta assim, através da liderança nacional do Sr. Miguel Arraes, a ocupar o lugar de incontestável relevo que lhe cabe no seio da Federação “²²⁵

“Almino em Bele Horizonte lança Arraes-65 “²²⁶

“Multidão nas ruas consagrou ‘Revolução Pacífica’ de Arraes”²²⁷

“Em visita a Rio de Janeiro e São Paulo, onde foi recebido pelas colônias de pernambucanos e por trabalhadores com faixas – ‘Arraes-65’, o governador em entrevista quando questionado sobre a sua candidatura limitou-se a responder: ‘ – Por que não perguntam aos trabalhadores? “²²⁸

Percebe-se claramente que na passagem de 1963 para 1964, Arraes já estava sendo projetado como um ator político de nível nacional. Era cortejado pelo ex-presidente JK para uma futura composição em 1965, e, independente disso, traçava uma trajetória política em faixa própria, trabalhando o seu nome, principalmente no Nordeste, como podemos perceber pelas notas.

²¹⁸ *Última Hora*. Edição Nordeste, 04/10/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²¹⁹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 15/12/1963, p. 6. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²²⁰ *Última Hora*. Edição Nordeste, 16/12/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²²¹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 17/12/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²²² *Última Hora*. Edição Nordeste, 20/12/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²²³ *Última Hora*. Edição Nordeste, 23/12/1963, p. 3. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²²⁴ *Última Hora*. Edição Nordeste, 12/01/1964, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²²⁵ *Última Hora*. Edição Nordeste, 14/01/1964, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²²⁶ *Última Hora*. Edição Nordeste, 18/01/1964, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²²⁷ *Última Hora*. Edição Nordeste, 01/02/1964, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²²⁸ *Última Hora*. Edição Nordeste, 05/03/1964, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Percebendo a necessidade de criar um canal de comunicação para todo país, foi criado um programa de rádio nacional para Arraes, muito provavelmente seguindo o exemplo de Brizola, que tinha o seu próprio programa na rádio carioca Mayrink Veiga. O programa foi anunciado em nota no jornal, em 8 de dezembro de 1963:

Governo do Estado de Pernambuco – Ao Povo – Diante da campanha sistemática de deturpação da verdade, promovida em âmbito nacional pelos grupos políticos interessados na manutenção do subdesenvolvimento e da miséria, o governo Miguel Arraes resolveu instituir um programa radiofônico para todo país, com o objetivo de trazer a nação corretamente informada da realidade pernambucana e das posições assumidas pelo governo do Estado. O mencionado programa estará no ar, a partir do dia 9 do corrente mês, às 22 horas, nas segundas, quartas, quintas e sextas, pela Rádio Jornal do Comércio, Recife.²²⁹

A construção de um discurso modernizante das relações sociais no campo, trunfo maior de Arraes, principalmente após o famoso “Acordo do Campo”²³⁰, estava diretamente ligada a concepção de uma “Revolução Pacífica”, a qual era também compartilhada pelo PCB na época. Três dias depois da “chacina do Oriente”, a manchete de capa do *UH* trazia: “*Novo Nordeste em ritmo de Revolução Pacífica*”²³¹. Ela era enfatizada por Arraes nas suas declarações públicas, como quando esteve na Guanabara em setembro de 1963: “*Arraes na Guanabara: País caminha para a Revolução Pacífica desejada por todos brasileiros.*”²³²

Para tanto, Arraes precisava, dentro de um cálculo político bastante preciso, impedir que os movimentos reivindicatórios no campo pernambucano atingissem um nível de tensão incontrolável. Por isso ele se desdobrava indo diretamente aos principais focos de conflitos, mediar uma solução pacífica. Nesse contexto não havia lugar para que grupos radicais estimulassem o enfrentamento armado com o latifúndio. O POR-T não poderia ter continuado em Itambé. Não havia

²²⁹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 08/12/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²³⁰ O “Acordo do Campo”, contrato coletivo de trabalho firmado entre os trabalhadores rurais da zona canavieira e os proprietários de usinas e engenhos, e que teve como negociador entre as partes, o governador Miguel Arraes, foi assinado em 19 de novembro de 1963. Ele definiu um reajuste salarial de 80% na remuneração dos trabalhadores da lavoura canavieira; teve o aval do governo federal de que o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA – promoveria uma revisão dos preços do açúcar a fim de equacionar a nova realidade salarial; garantiu que todos os trabalhadores rurais fossem contratados regularmente, com o registro na carteira profissional, num prazo de 60 dias; e acertou que o 13º salário seria pago no mês de dezembro de 1963, com base no salário de 31 de outubro de 1963. In: DABAT, Christine Rufino. “*Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez!*” – *Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana*. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica* nº 22 – Dossiê 64. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 174.

²³¹ *Última Hora*. Edição Nordeste, 11/08/1963, p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²³² *Última Hora*. Edição Nordeste, 23/09/1963, p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

lugar para mais de uma liderança de esquerda no Estado, principalmente no meio rural, que abrigava a maior parte da população. Francisco Julião perdia cada vez mais espaço com o crescimento do sindicalismo rural. Gregório Bezerra, que poderia rivalizar em popularidade com Arraes, era militante de um partido ilegal, e mesmo que tivesse posições mais radicais que a linha política do PCB, como fiel cumpridor do centralismo democrático, acatava a posição da maioria. Pelópidas da Silveira, referência das esquerdas pernambucanas durante meio século e o primeiro protagonista da Frente do Recife, possuía um perfil político urbano. O mito para ser construído não pode ser contestado. E mesmo antes da ditadura, Arraes já começava, devido ao contexto da época, a ser tratado como tal. Só um golpe militar poderia frear a ascensão política do então governador de Pernambuco. E ele veio em primeiro de abril de 1964, reprimindo a todos...

Mas a violência no campo não precisava esperar o movimento militar para aumentar. Após o assassinato de Jeremias e um pouco antes mesmo da prisão dos militantes do POR-T, as notícias sobre ocorrências violentas no município aumentaram, principalmente com a saída do POR-T da região e com a nomeação de um interventor no sindicato. Apesar da intervenção, greves ocorriam.

Em setembro mais uma denúncia era estampada nas páginas policiais do

UH:

Camponesa denuncia violência em També – O presidente do sindicato rural de També trouxe ao Recife, a fim de apresentá-la ao Secretário de Segurança Pública, a camponesa Maria do Carmo Araújo, agredida pelo proprietário da fazenda Jurema, localizada no município de També, Itamar Montenegro. – A AGRESSÃO – Segundo declarou à UH-N, Maria Araújo é mãe de sete filhos e a agressão verificou-se quando se encontrava lavando roupa nas proximidades de um açude. Itamar Montenegro surgiu na ocasião, ofendendo-a moralmente, sob a alegação de que era proibido lavar roupa no local. Todavia, ante as ponderações de Maria de Araújo de que o simples fato de lavar roupa não traria prejuízo a ninguém, o fazendeiro tomou-se de fúria e a agrediu, produzindo-lhe escoriações pelo corpo e fratura do braço direito.²³³

Impressiona o grau de selvageria do proprietário rural. A certeza da impunidade secular era reforçada pela eficácia da verdadeira operação militar montada para assassinar Jeremias, e que não resultou na prisão dos assassinos e dos mandantes. E era preciso manter sob o terror a população rural.

O periódico semanal do PCB naquele ano, *A Hora*, trazia na sua edição nº 127, dos dias 14 -20 de dezembro de 1963, um relato sobre os conflitos na região:

Camponeses expulsos da terra em També – TAMBÉ – (Do correspondente) – Os donos de usinas e de engenhos deste município

²³³ *Última Hora*. Edição Nordeste, 19/09/1963, p. 8. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

vem realizando perseguições cada vez maiores contra os trabalhadores rurais. Demissões em massa tem ocorrido, tudo indicando que o sindicato dos Trabalhadores Rurais de També, cujo interventor é o advogado Abel Rodrigues, decretará greve geral, dentro de poucos dias, a fim de que os trabalhadores possam lutar contra semelhantes desmandos. EXPULSOS – Ultimamente, o proprietário do engenho Peluri, latifundiário Simplício Tavares de Melo, expulsou 28 cortadores de cana, juntamente com suas famílias. Estas expulsões estão sendo feitas ‘na marra’, sob ameaças, inclusive aqueles que não querem sair, de que ‘não façam tal coisa’ pois poderão ‘perder a vida’. A usina ‘Brasil’, de Artur e Humberto Pacífico, expulsou, do mesmo modo, a sete cortadores de cana. Tudo isto é feito, sem que os trabalhadores recebam, nem sequer, as indenizações a que tem direito. – Derrubam Casas – Por seu lado, o proprietário do engenho ‘Vendunha’, sem lhes avisar nem lhes pagar indenizações, mandou derrubar 12 casas de camponeses, inclusive feitas de tijolos. As famílias estão ao relento, sendo grande a revolta em meio aos trabalhadores.²³⁴

O crescimento da violência na expulsão dos trabalhadores rurais de suas casas, e a demissão em massa, marcaram esse período pós-trotskistas em Itambé, quando o sindicato rural estava sob intervenção da Delegacia Regional do Trabalho – DRT. Podemos supor que com a morte de Jeremias e as prisões ocorridas em outubro de 1963, o principal organismo de defesa dos trabalhadores rurais que eram os Conselhos de Camponeses nos engenhos, os quais faziam parte da política trotskista para o campo, foram desarticulados pela repressão institucional e pela repressão física comandada pelos latifundiários. Com a virada do ano, em janeiro de 1964, *A Hora* continuava a denunciar as agressões:

També: 52 famílias ameaçadas de despejo por usineiro arbitrário. O proprietário da Usina Olho D’Água, sr. Artur Tavares de Melo, depois de pressionar, por todos os meios, as 52 famílias residentes na Sôlta Cabaçu, no engenho Gameleira, ameaçando, inclusive, usar de violência, mandou colocar a boiada de sua propriedade, no local onde moram as famílias, na tentativa de obrigá-los a abandonar suas residências.²³⁵

Nesta mesma edição, temos outra informação sobre o movimento sindical em Itambé:

Concentração Camponesa em També – Contando com a presença do Secretário Assistente do Governo, srs. Antônio Fausto do Nascimento, do delegado do Trabalho, snr. Enock Saraiva, além de líderes sindicais e de grande massa de camponeses, sera realizada, amanhã em També, uma grande concentração popular. Na oportunidade sera feita a entrega da Carta de Reconhecimento do Sindicato Rural da localidade.²³⁶

²³⁴ *A Hora*. 11-20/12/1963. Nº 127. p. 7. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²³⁵ *A Hora*. 18-24/01/1964. Nº 132. p. 3. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²³⁶ *Idem*.

Finalmente o sindicato de trabalhadores rurais de Itambé era oficialmente reconhecido pelo Ministério do Trabalho, quando, sob intervenção, já não representava nenhum incômodo para os ocupantes do poder federal e local. A carta sindical representava um trunfo político, que era distribuída de acordo com os interesses presentes nas coligações políticas do momento.

Mas o registro de práticas violentas na região prossegue até quase às vésperas do golpe civil-militar. Em fevereiro de 1964, o *Jornal do Comércio* publicava uma pequena nota:

Ameaça de invasão em També – Por pendurar em seu pescoço um chocalho para desmoralizá-lo à frente, está um trabalhador de nome – Rui Cabral – ‘Galego’.²³⁷

Vemos aqui novamente um gesto de violência simbólica repleto de significados. Quando um latifundiário queria desmoralizar um trabalhador rural, afirmando que este era sua propriedade, tal qual uma besta de carga, mandava seus capangas colocarem à força no pescoço da vítima um chocalho, representado a condição “inferior” e “animalesca” do mesmo. As reações dos trabalhadores rurais e de suas famílias eram imprevisíveis e violentas.

O “maior agitador da Mata Norte”, Jeremias, estava sepultado numa cova rasa no pequeno cemitério de Itambé. Seu túmulo era visitado pelos moradores da região que lá depositavam flores e lágrimas.

Mas o Jeremias do povo de Itambé era também o Paulo Roberto Pinto. O “Paulinho” de sua família. Que soube de sua morte quando recebeu a visita de uma comissão do POR-T de cinco militantes. Então eles vieram de São Paulo/Mogi das Cruzes para reclamarem o seu corpo. O POR-T queria que o corpo ficasse em Itambé, servindo de referência para a luta pela reforma agrária. Assim também pensava Francisco Julião, que defendia que o túmulo de Jeremias se tornasse um centro de peregrinação dos trabalhadores rurais de todo Nordeste, reconhecendo a importância do misticismo das populações rurais. Segundo Aybirê Ferreira de Sá, os trotskistas não tiveram como se oporem aos familiares. O irmão mais velho de Paulo Roberto Pinto, Wilson, veio acompanhado pelo cunhado. Quando andava por Itambé e Serrinha, os moradores que conheceram Jeremias pediam que ficasse para continuar o trabalho político do irmão²³⁸.

Jeremias foi exumado 22 dias depois de assassinado. Seu corpo foi colocado em um caixão de chumbo comprado pelo governo estadual e lacrado, sendo enviado de avião, também disponibilizado pelo governo estadual até o Rio de Janeiro, de onde a família providenciou o traslado para Mogi das Cruzes²³⁹, onde foi sepultado no jazigo da família, estando ali os seus restos mortais lá até hoje.

²³⁷ *Jornal do Comércio*. 10/02/1964. p. 8. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²³⁸ Depoimento da irmã de Paulo Roberto Pinto/Jeremias, Lélia Maria Pinto ao autor em abril de 2010.

²³⁹ Idem.

Jeremias foi homenageado em Mogi das Cruzes pelos seus companheiros de partido e pelo PSB, além, é claro, por seus familiares, num ato público realizado na sede do sindicato dos metalúrgicos do município em 21 de agosto de 1963, que havia decretado luto de três dias. Neste evento teria discursado pelo POR-T, o já citado Sidney Fix Marques, e a mãe de Jeremias teria feito uso da palavra para defender a continuidade da luta pela qual o filho tombara ²⁴⁰

Recebeu uma outra homenagem, num contexto político bem diverso, no primeiro semestre de 1970, auge da repressão militar. Este relato, que foi feito pelo ex-militante do POR-T Franco Farinazzo ao autor, revela que um pequeno grupo de militantes do POR-T, passando por Mogi das Cruzes, resolveu visitar o túmulo de Jeremias no cemitério público. Entre os trotskistas estava o operário Olavo Hansen ²⁴¹, assassinado naquele ano nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. O reduzido cortejo ficou emocionado ao se depararem com o jazigo de Jeremias e começaram a cantar, só que bem baixo, a fim de que não fossem ouvidos por ninguém. o hino da Internacional Comunista, como uma forma de homenageá-lo ²⁴².

²⁴⁰ LEAL, Murilo. *Sidney, Olavo e Jeremias*. In: *Desarquivando a Ditadura – Memória e Justiça no Brasil – Volume 1*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, Pp. 37-38.

²⁴¹ Olavo Hansen (1937-1970) foi um dirigente do POR-T assassinado sob torturas em 09/05/1970, no DOPS-SP. Ele fora preso juntamente com mais 18 pessoas, numa comemoração de 1º de Maio, distribuindo panfletos. Preso, passou por diversos presídios até chegar à sede do DOPS-SP, onde em 5 de maio, foi retirado da cela e torturado por cerca de 6 horas. Quando retornou à cela, relatou que fora obrigado a despir-se e sofrera queimaduras com charutos e cigarros, choques elétricos, palmatória nos pés e nas mãos, espancamentos e pau-de-arara com afogamentos. Apresentando complicações renais e edemas nas pernas, sua saúde agravou-se rapidamente. Seus companheiros exigiram assistência médica, que quando o atendeu, apenas fez curativos superficiais. Quando Olavo Hansen piorou, foi levado para um hospital, onde os agentes da repressão injetaram-lhe o inseticida Paration. O laudo fornecido pelo Instituto Médico Legal – IML, afirmava que ele se matara ingerindo o veneno, que guardara sob as roupas mesmo depois de preso [!]. Seu assassinato foi denunciado na Câmara dos Deputados em Brasília. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à Verdade e à Memória – Edição Pernambuco*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2008, Pp. 128-129.

²⁴² Depoimento de Franco Farinazzo ao autor. 15/05.10.

Capítulo III - Memórias revisitadas – Justiça, Imprensa, Oralidade e Cultura Popular

O inquérito da “chacina do Oriente” – Os “Borba” - O promotor, Dr. Murilo Barbosa da Silva, vira réu

O inquérito sobre a “chacina do Oriente” foi marcado por inúmeras pressões por parte dos latifundiários de Itambé e região, particularmente os acusados de serem os mandantes do massacre: José Pereira Gouveia Borba e Pompeu Veloso Borba. Desde o primeiro momento, o discurso dos latifundiários foi o de que tanto a “tranquilidade” quanto a “segurança”, foram quebradas pela presença do perigoso “agitador” Jeremias. Dois dias após a emboscada, o filho mais velho do proprietário do engenho Oriente, Pompeu Veloso Borba, compareceu a redação do *Diário de Pernambuco*, para relatar a sua versão do sangrento episódio, e também para oferecer sua solidariedade de classe à “vítima”, José Pereira Borba:

AGRICULTORES DA ZONA NORTE APOIAM DONOS DE ORIENTE – Compareceu ontem a nossa redação, o sr. Pompeu Veloso Borba, presidente em exercício do Sindicato dos Agricultores de Timbaúba, Também, Aliança, São Vicente Ferrer e Macaparana, a fim de manifestar de público a integral solidariedade daquele órgão de classe aos proprietários do Engenho ‘Oriente’, na pessoa de seu associado, sr. José Pereira Borba, vítima da invasão à sua propriedade, ocorrida a 9 do corrente, por parte de um numeroso grupo de camponeses tendo à frente o conhecido agitador ‘Jeremias’, que por sinal tombou sem vida, depois de haver feito os primeiros disparos. ‘Tendo em vista – frisou o sr. Pompeu Veloso Borba – essa violenta agressão perpetrada contra propriedade de nosso associado, sr. José Pereira Borba, com o intuito não só de levar a intranquilidade ao engenho Oriente, mas também por em risco a própria vida desse agricultor e sua família, não poderia o nosso Sindicato se omitir de lhe proporcionar a solidariedade a que faz jus. Mesmo porque, como é sabido, o malogrado agitador, ‘Jeremias’, pela sua periculosidade e obstinado espírito subversivo, vinha se constituindo numa grave ameaça à vida rural de todo o Município, onde dois engenhos – Santo Antônio e Paraíso – se encontram paralisados há dois meses, em consequência de greves ilegais deflagadas por influência direta do mesmo Jeremias. Vale acrescentar que o clima de intranquilidade e insegurança naquela zona agrava-se dia a dia, registrando-se incêndios de canaviais já nessa fase de entre-safra e de inverno, o que faz prever não seja possível a colheita a se iniciar em setembro, num gravem prejuízo para os plantadores e para a própria economia estadual. Concluindo suas declarações, disse o entrevistado que a solidariedade do Sindicato ao seu associado José Pereira Borba é absolutamente total, pois este órgão tomou a seu cargo a responsabilidade da defesa judicial dos direitos do colega, em foco, bem como a iniciativa de comunicar às mais altas autoridades constituídas nacionais, estaduais

e municipais não só os fatos relacionados com a invasão do engenho Oriente, mas também quaisquer outros decorrentes desse evolutivo clima de agitação fomentada por elementos interessados na infelicidade do Estado.²⁴³

As declarações prestadas pelo presidente do sindicato dos “agricultores”²⁴⁴ de Itambé e região, demonstravam claramente qual seria a linha de pensamento da defesa dos Borba: a de que haviam respondido a uma tentativa de invasão armada dos trabalhadores rurais, agindo, assim, em legítima defesa. Este material, fornecido pela viúva do promotor, contém um breve comentário deste sobre a matéria do *DP*, escrito do próprio punho: “*A versão do dono do engenho Oriente – ‘O engenho foi invadido’*”, ao lado desta anotação temos entre parênteses a palavra - “*mentira*”, representando a leitura que o Dr. Murilo Barbosa da Silva tinha do inquérito a partir dos testemunhos e das evidências. Ficamos também sabendo pela fala do latifundiário, o quanto a atividade político-organizativa de Jeremias era prejudicial aos interesses dos latifundiários da região. Ora, quando Jeremias foi assassinado, lideraria uma greve em dois engenhos, que já durava dois meses²⁴⁵. E para aumentar os temores dos membros das “classes produtoras” de Itambé e região, haveria a possibilidade de que os “incêndios criminosos”²⁴⁶ nos canaviais e as greves prejudicassem a colheita da cana a ser iniciada em setembro, trazendo, assim, um profundo prejuízo para os donos de engenhos e de usinas. Chama a atenção na matéria jornalística a omissão do fato de que o presidente em exercício do sindicato dos latifundiários, Pompeu Veloso era, na verdade, filho do principal suspeito de ter comandado o massacre, o dono de Oriente, José Pereira Borba. A declaração procura construir uma afirmação de solidariedade de classe, que de antemão já oferecia os seus préstimos no que concerne à assistência jurídica para a “vítima” do incidente.

Podemos conhecer o “clima” de profunda tensão que marcou o andamento do inquérito através das matérias dos jornais locais e também pelos autos do processo movido, depois do golpe civil-militar de 1964, pelos Borba contra os investigadores oficiais: Dr. Murilo Barbosa da Silva e o tenente da Polícia Militar de Pernambuco, Francisco Santana Nunes.

No *Diário de Pernambuco* de 14/09/1963, portanto pouco mais de um mês depois do assassinato de Jeremias, numa manchete bastante elucidativa, a matéria mostra claramente quais eram os discursos produzidos pelos latifundiários, bem como as pressões exercidas pelos mesmos durante o desenvolvimento do inquérito:

²⁴³ *Diário de Pernambuco*. 11/08/1963. Cópia do jornal cedida pela sra. Maria Luiza da Silva, viúva do falecido promotor público, Dr. Murilo Barbosa da Silva. A cópia possui anotações feitas pelo mesmo.

²⁴⁴ Naquele período, os latifundiários se auto-denominavam como “agricultores”, ou ainda como sendo as “classes produtoras”, procurando, assim, camuflar o caráter espoliativo de sua atividade.

²⁴⁵ Pode ter sido uma declaração exagerada do latifundiário, a fim de caracterizar a “periculosidade” de Jeremias, bem como justificar a repressão.

²⁴⁶ Igualmente naqueles tempos pré-golpe, um dos discursos anti-comunistas mais empregados pelos latifundiários era de que os “agitadores” esquerdistas provocavam incêndios nas lavouras de cana-de-açúcar, para desse modo tanto facilitar o trabalho da colheita da mesma para os trabalhadores rurais, bem como obrigarem os donos de engenhos a aceitarem as condições dos trabalhadores, pois a cana queimada tinha que ser rapidamente recolhida senão estragava.

EM CASO DE VIOLÊNCIA CONTRA OS COLEGAS, DONOS DE TERRAS ENFRENTARIAM POLÍCIA OU CAMPONESES: TAMBÉ – A população desta cidade assistiu hoje o mais deprimente dos espetáculos, ao observar que paixões políticas estão influenciando diretamente num inquérito policial instaurado no sentido de ‘identificar’ os matadores do agitador ‘Jeremias’, abatido no dia 8 de agosto último, em terras do Engenho Oriente. Carros oficiais conduzindo soldados da P. M. armados de metralhadoras, representantes do governo do Estado e líderes das ‘Ligas Camponesas’, foram usados para a pressão psicológica contra os proprietários de engenhos chamados a depor.²⁴⁷

A declaração de guerra está bem evidente no título da matéria. O latifúndio enfrentaria a tudo o que colocasse em risco uma hegemonia secular, inclusive a polícia, que, neste caso, garantia os depoimentos das testemunhas de acusação e, principalmente, dos suspeitos de terem participado da emboscada. O *DP* classifica de “*deprimente*” a situação em que latifundiários são convocados à delegacia local para deporem sobre o caso Jeremias.

Mais adiante vemos que o *DP* critica a indicação do promotor Dr. Murilo Barbosa da Silva para integrar o inquérito:

O INQUÉRITO – Vários fatores estranhos são apontados no inquérito por pessoas que acompanham seu desenrolar. Entre uma média de 200 Promotores Públicos existentes no Estado, a escolha de um representante do Ministério Público para integrar a Comissão de Inquérito recaiu sobre o bel. Murilo Barbosa, promotor público na cidade de Salgueiro e que, ultimamente era advogado das ‘Ligas Camponesas’.²⁴⁸

Aqui vemos uma “acusação” de que, entre tantos promotores públicos “confiáveis” em Pernambuco, foi indicado para o cargo justamente um que tinha ligações com as Ligas Camponesas. Esta crítica à nomeação do Dr. Murilo Barbosa para o inquérito da “chacina do Oriente”, foi formulada juridicamente nestes termos por um dos integrantes da comissão criada em abril de 1964 para “investigar” as supostas “irregularidades” no inquérito, Dr. Rivaldo Cordeiro Pessoa:

Sintomático, é que para se apurar um processo da envergadura como o do engenho ‘Oriente’, e intensa gravidade, pelo número de vítimas, tivesse o governo de então, político reconhecidamente, quando nada de extrema esquerda, para sermos benevolentes, e principal responsável pelo clima de agitação, principalmente camponesa, e especialmente na zona canavieira do Estado, viesse a escolher para acompanhar o mesmo inquérito, um promotor dos mais novos, da mais longínqua e inexpressiva comarca do Estado...Vale ressaltar a Comarca de També, de 2ª entrância, uma das mais próximas da Capital do Estado, a possuir o Ministério Público, de Pernambuco, em

²⁴⁷ *Diário de Pernambuco*. 14/09/1963 p. 6. . Cópia do jornal cedida pela sra. Maria Luiza da Silva, viúva do falecido promotor público, Dr. Murilo Barbosa da Silva.

²⁴⁸ *Idem*.

seus quadros, nomes do mais alto gabarito, que honram qualquer Ministério Público do País.²⁴⁹

A acusação aponta, “*a posteriori*”, uma “incoerência”, do então Procurador-Geral do Estado do governo Arraes, em indicar um “desconhecido” promotor de uma “inexpressiva” Comarca para realizar as diligências de um inquérito tão importante, quando poderia ter sido nomeado um promotor da Comarca de També, que era tão próxima da capital. Provavelmente tal indicação, de um promotor em início de carreira, e que não pertencia aos quadros da Comarca da cidade onde ocorreu a emboscada, foi proposital, a fim de se evitar que um promotor local fosse mais facilmente pressionado pelos latifundiários da região.

Numa passagem posterior, a reportagem anteriormente referida, comenta o fato de latifundiários terem que ir depor na delegacia: “*Por outro lado admite-se um propósito de desmoralização aos proprietários de terras, os quais são convidados à polícia insistentemente, para depor sobre o caso.* O jornal expressa a mentalidade arcaica dos grandes proprietários de terras pernambucanos, para quem uma delegacia é um lugar só para “cassacos de eito”, ou seja, para os trabalhadores do corte de cana, que exercem seu mister no “eito”/plantação. Um latifundiário ir a delegacia para depor, mesmo depois de um massacre de trabalhadores e seus familiares em suas terras é motivo suficiente para uma “desmoralização” pública. Algo impensável para uma elite acostumada à impunidade.

Podemos também observar que este simples fato, o depoimento de um latifundiário acusado de um crime político contra lideranças sindicais, nunca aconteceu antes em Pernambuco. A chacina que aconteceu em sete de janeiro deste mesmo ano, na Usina Estreliana, no município de Ribeirão na Mata Sul, é um exemplo. Naquele latifúndio, onde cinco trabalhadores foram assassinados, sendo que quatro deles pelas costas, nenhum tipo de interrogatório policial foi realizado. Nem do proprietário José Lopes de Siqueira Santos (deputado estadual do PTB, tinha o privilégio de não ser processado pela justiça comum, mas sim pelos seus pares – obviamente o caso não teve punições para os culpados, pelo contrário, o usineiro, que só andava armado, vangloriava-se de ter mostrado como se trata “este tipo de gente”), ou do seu vigia, que metralhou os trabalhadores, o qual evadiu-se sem ser capturado. Tal fato ocorreu nos últimos dias do governo de Cid Sampaio. A constituição de uma comissão de inquérito para investigar a “chacina do Oriente” foi um avanço histórico do governo Arraes, apesar de suas muitas limitações, que foram decorrentes de uma correlação de forças desigual, principalmente no campo.

Ainda nesta matéria temos a declaração indignada de um dos genros do proprietário do engenho Oriente, Rômulo Veloso Borba. Para este, ser considerado suspeito do crime era um absurdo, pois não se encontrava lá no dia oito de agosto. Aliás, segundo seu depoimento, na casa-grande de Oriente, naquele momento em que chegou Jeremias liderando um grupo de cerca de 600 camponeses, haviam apenas

²⁴⁹ Autos do processo 58.709/1964. Memorial de Justiça de Pernambuco.

“*duas senhoras*”, sendo que uma delas estava grávida de oito meses. Dessa forma, como elas poderiam enfrentar aquele número de trabalhadores rurais ?

Logo abaixo desta parte da reportagem temos outra anotação do Dr. Murilo Barbosa:

A versão das vítimas (cerca de 20 baleados): (‘Foi uma emboscada’.) Eles foram ao engenho Oriente, pacificamente, para receber o 13º mês atrasado, a chamado dos donos do Engenho Oriente. A chegada lá, receberam balas. Jeremias, o líder, morreu com um balaço no coração.²⁵⁰

Direto e simples, o promotor desmonta a farsa da versão dos assassinos. Temos aqui uma referência ao número de feridos na emboscada que seria de vinte pessoas baleadas. Veremos à frente, como as conclusões feitas a partir dos depoimentos obtidos no inquérito provocaram uma irada reação dos acusados após o golpe de 1964.

Finalizando a reportagem do *DP*, temos a descrição de como ficou o entorno da delegacia quando do depoimento dos Borba:

Os proprietários de terras se sentem oprimidos no desenrolar do feito. Exista ou não tal estado de coisas, o certo é que os senhores de engenho, vindos de vários distritos da cidade, tomaram posição na Praça onde está localizado o Comissariado de Polícia, onde as testemunhas estavam sendo ouvidas. Segundo colhemos, estavam dispostos a não admitir que seus companheiros, chamados a depor, fossem molestados nem por camponeses, nem pela própria polícia. Enfrentariam qualquer situação, sem temer as metralhadoras empunhadas pelos soldados..²⁵¹

Tais eram as condições que cercavam as investigações oficiais da promotoria pública. A delegacia ficava cercada pelos latifundiários e seus capangas, todos armados ostensivamente, nos seus carros, prontos para agirem à mínima reação de revolta ou protesto por parte dos trabalhadores rurais.

Entretanto, apesar de toda essa pressão, foram colhidos cerca de 40 depoimentos. As conclusões a que chegaram os membros da comissão de inquérito apontaram para 21 denunciados: Severino Inácio da Silva²⁵², Pompeu Veloso Borba, Oscar de Paiva Melo, José Gouveia de Lima, Pedro Tavares Campos, Adelino Luís da Silva, Abel Jerônimo, Arcanjo de Tal, Nilton Farias Correia de Oliveira, Rômulo Veloso Borba, José Gouveia Pereira Borba, Severino Joaquim do Nascimento, Manoel Jerônimo da Silva, Severino Félix de Araújo, Manoel Félix da Silva, José Cícero dos

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Segundo diversos depoimentos, tanto nos autos do processo-crime em 1963, como nas entrevistas realizadas pelo autor em 2010, Severino Inácio foi o autor do disparo de rifle que transpassou as costas de Jeremias às portas do engenho Oriente. Segundo estes relatos, ele fazia parte de uma família de pistoleiros de aluguel da região, juntamente com os irmãos. Ainda segundo estes depoimentos, teria sido assassinado a facadas há alguns anos atrás.

Santos, Nelson Mariano Pedro da Silva, Odilon Vieira de Pontes, Manoel Jacinto do Nascimento, João Batista Campos e Antônio Paulino da Silva²⁵³.

Os denunciados tiveram como representantes legais, os advogados Fernando Tasso, Edson Moury Fernandes (então deputado federal) e Ivan Moury Fernandes. Só uma vez os denunciados da família Borba foram até a delegacia de Itambé para serem ouvidos. Nas outras duas ocasiões em que ocorreram os depoimentos dos Borba, estes aconteceram na residência do Dr. Fernando Tasso, em Recife; e, segundo o advogado de defesa do Dr. Murilo Barbosa e do Tenente Francisco Santana Nunes, o Dr. Bóris Trindade, na defesa dos seus clientes quando da queixa feita por Pompeu Veloso Borba contra os mesmos, os depoimentos também eram tomados: *“ora na própria residência dos indiciados, em També, residências que quando isto acontecia, eram cercadas por veículos e seus homens de engenho, armados e acintosamente provocando e ameaçando os condutores das diligências.”*²⁵⁴

Quando da defesa do Dr. Murilo Barbosa no julgamento da referida denúncia, ele assim se refere aos acontecimentos que ocorreram durante a tomada de depoimentos no inquérito:

... alguns foram ouvidos na casa de propriedade do indiciado José Borba, na cidade de També, em presença do advogado Dr. Edson Moury; que quando estavam sendo interrogados na cidade de També, chegaram numerosos proprietários de terras, os quais passaram a rondar a casa onde eram interrogados os indiciados em atitude pouco amistosa, sendo que alguns portavam armas; que a Comissão se sentindo constrangida, resolveu interrogar os demais acusados na própria delegacia da cidade de També; que nenhuma das testemunhas que prestou depoimento no inquérito sobre a morte do indivíduo Jeremias foi presa quer antes quer depois de prestar seu depoimento; ... que o Tenente Santana em face de considerar a Comissão ameaçada pelos indiciados e pelos demais proprietários do município de També, pediu um reforço policial à Secretaria de Segurança Pública, que foi concedido;... que quando a Comissão se deslocava da cidade para o interior era surpreendida por bandoleiros dentro de automóveis; que o Capitão Santana não efetuou a prisão a nenhum dos bandoleiros a que se referiu nesse interrogatório, pois a sua missão era apurar fatos relacionados com o assassinato do indivíduo Jeremias;...

Podemos ver então corroboradas as informações do *DP* de que os locais de depoimentos dos denunciados e das testemunhas, eram cercados pelos latifundiários da região, juntamente com seus capangas. A insegurança era tamanha, visto que os *“bandoleiros”* circulavam pelas estradas da região ostensivamente armados, que o Tenente Santana solicitou reforços policiais, a fim de dar prosseguimento aos trabalhos.

O relato das pressões que marcaram o desenvolvimento do inquérito, são como que um retrato do Brasil e de Pernambuco daquele período: aprofundamento da

²⁵³ Cópia da certidão do 3º Tabelião Público de També. Autos do processo-crime sobre a morte de Jeremias.

²⁵⁴ Autos do processo 58.709/1964. Memorial de Justiça de Pernambuco

crise política e das disputas ideológicas, fortalecimento dos setores tradicionais/conservadores da sociedade (industriais, latifundiários, Forças Armadas e a Igreja) na defesa da ordem capitalista contra as diversas propostas de reformas sociais, em oposição ao aumento da popularidade dos políticos de esquerda (Jango e Arraes), e a articulação militar da direita (visando o golpe) e dos latifundiários (visando o extermínio das lideranças sindicais do campo e a implantação de um regime de terror no meio rural).

A partir de abril de 1964, com o golpe civil-militar que impôs ao povo brasileiro a ditadura, começou a época da “caça as bruxas”. Os antigos adversários seriam sistematicamente perseguidos, tanto pelo Estado arbitrário que começava a existir, bem como pelas pessoas que tinham sido objeto de denúncias, reivindicações, etc.

Nesse contexto, os Borba partiram para a vingança que não puderam concretizar antes do golpe. O primeiro passo nesse sentido foi a tentativa de desqualificar o inquérito conduzido anteriormente sobre a “chacina do Oriente”. Para tanto cabia a algum Borba fazer uma denúncia contra os antigos investigadores. E é o que foi feito no dia 20 de julho de 1964, portanto menos de três meses depois do golpe:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – Nº 58.060 –
DENÚNCIA DA COMARCA DE SANTA MARIA DA BOA VISTA
– DENUNCIANTES: O DR. PROCURADOR GERAL DO ESTADO
– DENUNCIADOS: O BEL. MURILO BARBOSA DA SILVA, EX-
PROMOTOR PÚBLICO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA
E O CAPITÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO FRANCISCO
SANTANA NUNES. – DENÚNCIA – “Denúncia contra o Promotor
Público Murilo Barbosa, que funcionou no inquérito sobre o caso
“Jeremias”, no município de També – por ser (advogado) de Ligas
Camponesas e pregar abertamente o comunismo e agitação [no]
Estado de Pernambuco, foi escolhido pelo governador do Estado, o
então Miguel Arraes de Alencar, para acompanhar o inquérito policial
militar para apuração dos fatos do caso do engenho Oriente deste
município. Em comum acordo com o Tenente Santana coagia de
metralhadora em punho () altas horas da noite as testemunhas
intimidadas para depor sobre os referidos fatos de maneira facciosa,
envolvendo assim grande número de pessoas inocentes no caso.
També, 20 de julho de 1964, Pompeu Veloso Borba.²⁵⁵

A denúncia apresentada contra os antigos membros da comissão de inquérito, acusava-os de terem submetido as testemunhas a ameaças físicas e psicológicas, a fim de que incriminassem os Borba no caso da emboscada no Oriente. Para fundamentar essa acusação, o filho do proprietário do referido engenho, Pompeu Veloso Borba, apresentou à justiça quatro testemunhas, a fim de confirmarem sua versão.

²⁵⁵ *Processo Nº 58.060. Memorial de Justiça de Pernambuco.*

Em setembro de 1964, numa correspondência enviada ao Secretário de Segurança Pública do Estado, o presidente da Comissão Especial de Inquérito, Wilson Campos de Almeida, referindo-se às supostas arbitrariedades cometidas pelos investigadores do caso Jeremias, cita este como sendo o “*maior agitador da zona norte de Pernambuco*”.

Em 15 de dezembro de 1964, o advogado dos acusados, o Dr. Bóris Trindade, propondo uma rejeição a denúncia, assim repudiava a mesma nestes termos:

Basta que se atente para este fato: foram tomados na fase de inquérito pelos denunciados, cerca de quarenta depoimentos, de testemunhas. ESSAS QUARENTA PESSOAS ACUSAM PORVENTURA OS DENUNCIADOS DE SE TEREM HAVIDO COM ABUSO DE PODER ? Não. O que nós estamos vendo (e é incrível que o pensar-se que o Poder Judiciário recebe uma acusação dessa, embora para investigar !!! ...) é que um dos indiciados no famoso inquérito do Engenho Oriente, o sr. Pompeu Veloso Borba, parente dos matadores da vítima daquele famoso inquérito, irrompida a revolução, cuidou de se vingar dos denunciados, que cometeram o crime de, em quando dirigindo as diligências policiais, não se intimidaram com as tórpes e cavilosas ameaças dos Borba, acostumados, em governos anteriores, a prepotência e ao domínio da Polícia – daí porque representando a Comissão Central de Investigações, levando quatro testemunhas a tira-colo, exatamente quatro trabalhadores braçais, seus subordinados, os quais sujeitaram, no meio de quarenta (40) outros – veja-se bem ! Quarenta “ – à corroborar a denúncia daquele proprietário, contra os denunciados. E clama aos céus, honrado desembargador, quando se verifica que aquela denúncia unilateral, suspeita (feita por uma pessoa, o sr. Pompeu Veloso Borba, contra quem os representados haviam dirigido um inquérito policial por crime de homicídio, acusando-o de suspeito e acusando seus parentes próximos !!!...) feita por uma pessoa interessada em se vingar dos denunciados, houvesse dado guarida, como houve, no seio da comissão a ponto de levar o Governador do Estado (por sinal, parente dos Borba e do denunciante) a punir o denunciado, como punido foi, afastado da Polícia Militar. É incrível, mas houve.²⁵⁶

É patente a indignação do advogado dos denunciados perante a acusação que lhes era imputada, ainda mais partindo de parte interessada no inquérito do massacre ocorrido no Engenho Oriente. O Dr. Bóris Trindade argumenta que das mais de quarenta testemunhas ouvidas durante o inquérito, apenas quatro foram arroladas para fundamentar a acusação. E essas testemunhas eram trabalhadores rurais do Engenho Oriente. Pessoas simples, analfabetas e que dependiam dos Borbas. O espanto do defensor aumenta a medida que ele vai enumerando as características que marcam o processo de perseguição dos acusados. Confirmamos que o então governador de Pernambuco, Paulo Pessoa Guerra, que era parente dos Borba²⁵⁷, como forma de punição ao capitão Francisco Santana por ter atuado à frente das investigações sobre a

²⁵⁶ *Processos-Crime – 1964*. . Memorial de Justiça de Pernambuco.

²⁵⁷ Vide nota 114.

“chacina do Oriente”, exonerou-o da corporação militar, fazendo o ex-presidente da Comissão de Inquérito perder sua patente, e respondendo a processo penal.

Durante o período em que este processo esteve em andamento (1964-1978), existem registros testemunhais das ameaças proferidas pelos Borba aos denunciados. Eles constam na ata de uma “sessão extraordinária”, ocorrida nas “câmaras conjuntas” em 07/06/1968. O primeiro depoente, convocado pela defesa, foi Antônio Batista do Nascimento, o qual foi ouvido na Comarca de Timbaúba. Militar, então com 31 anos de idade e morador daquela comarca, afirmou que nada sabia das diligências realizadas pelos denunciados, entretanto:

Que apenas uma vez, depois da deflagração do movimento revolucionário de 1º de abril do ano passado, se encontrando ele depoente na Delegacia da Polícia local, ouviu um senhor que depois veio a saber chamar-se José Borba, proprietário do Engenho Oriente, do município de Tambémé, dizer que já havia botado na Cadeia os tenentes Daniel e Santana e que iria também ali botar o Promotor Murilo Barbosa da Silva.²⁵⁸

A fala atribuída ao latifundiário revela, em primeiro lugar, a relação íntima dos “coronéis” do interior com as polícias locais. Relação essa que certamente foi ainda mais aprofundada com a ditadura militar e a plena convicção de que a vingança contra os desafetos políticos permaneceria impune. Temos igualmente a informação de que o dono do engenho Oriente se vangloriava de ter mandado dois tenentes para a prisão, sendo que um destes, o referido “Santana”, nos permite supor que trata-se do ex-capitão Francisco Santana Nunes, que comandou as investigações sobre o assassinato de Jeremias, e como sabemos, foi destituído de sua condição de oficial da Polícia Militar, e passou um período detido no quartel da Polícia Militar no bairro do Derby, em Recife .

Em outro depoimento, relatado nesta mesma sessão, outra testemunha de defesa, Luiz de Gonzaga Albuquerque Negromonte²⁵⁹, que fora anteriormente ouvida em Recife, afirmou: “*que ele depoente ouviu comentários na feira da cidade de Timbaúba de que o Sr. Pompeu Borges havia dito que os dias do Sr. Murilo Barbosa estavam contados, depois do movimento revolucionário de 1964.*”²⁶⁰ Essas ameaças de morte são confirmadas pelo próprio Dr. Murilo Barbosa da Silva numa entrevista concedida ao jornal *Linha Direta*. Segue o registro da fala do promotor que investigou a “chacina do Oriente”, tanto pelo relato deste momento, bem como por sua vida posterior ao golpe de 1964, quando foi perseguido pela sua atuação isenta e profissional no inquérito de 1963:

²⁵⁸ Autos do processo 58.709/1964. Memorial de Justiça de Pernambuco.

²⁵⁹ Luiz de Gonzaga Albuquerque Negromonte era procurador do proprietário do engenho Perori, em Itambé, Simplício Tavares.

²⁶⁰ Autos do processo 58.709/1964. Memorial de Justiça de Pernambuco.

LINHA DIRETA – Como aconteceu o assassinato do Engenho Oriente ?

MURILO BARBOSA – Na verdade os agricultores estavam trabalhando sem receber salário e seu 13º. Havia um líder que esclarecia os direitos trabalhistas para eles. Então, os donos de engenho, armados com metralhadoras chamaram o líder, alegando que tinham obtido empréstimo com a Paraíba para fazer o pagamento do pessoal. Mas, o que aconteceu foi que eles foram recebidos a balas. O líder teve morte súbita e mais de vinte trabalhadores saíram feridos à bala.

LINHA DIRETA – Qual o argumento do dono de engenho ?

MURILO BARBOSA – Eles argumentaram que o engenho tinha sido invadido, mas as testemunhas que entrevistei foram unânimes em contar que foram vítimas de uma emboscada dos donos de engenho e que foram recebidas com violência.

LINHA DIRETA – A partir do seu relatório ao Ministério Público, o que aconteceu com sua vida profissional ?

MURILO BARBOSA – Naquela época, os senhores de engenho se tornaram muito influentes politicamente. Conseguiram que eu fosse demitido sumariamente. Acharam pouco e colocaram um processo criminal contra mim. Fui chamado à delegacia para depor e também me juraram de morte.

LINHA DIRETA – Qual o motivo alegado para estas medidas drásticas ?

MURILO BARBOSA – Eles alegaram que eu era ‘subversivo’. Mas na verdade, a única coisa que eu fiz foi cumprir com meu dever.

LINHA DIRETA – Como ocorreu o processo contra o senhor ?

MURILO BARBOSA – No 1º processo, não pude me defender, pois era sumário. Só em 1978, me defendi da denúncia e fui absolvido por unanimidade. Em 1979, com a Anistia, me aposentaram, pois eu entendia que não havia garantias para exercer minha profissão.

LINHA DIRETA – Como você encaminhou sua vida profissional ?

MURILO BARBOSA – Fiz mestrado em sociologia, fui bolsista da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) da ONU. Também atuei como professor universitário. Fui aprovado em 1º lugar num concurso da Sudene, mas por causa da revolução de 64, o segundo colocado foi nomeado no meu lugar. Depois, em 1967/68 me dediquei 10 anos a uma companhia industrial e advoguei. Em 96, recebi a Medalha do Mérito do Ministério Público devido as ações favoráveis ao Ministério e a causa da justiça. Finalmente o Ministério tinha reconhecido que eu estava certo.

LINHA DIRETA – E a sua carreira artística ?

MURILO BARBOSA – Foi a minha salvação. Eu me distraía e até cheguei a receber reconhecimento. Fui premiado algumas vezes nos concursos de artes plásticas.²⁶¹

Nesta breve entrevista, podemos lançar um “olhar” sobre a fala do promotor público que investigou o caso Jeremias e foi perseguido politicamente por isso. Ele mais uma vez reitera que a versão dos proprietários do engenho Oriente de que haviam resistido a uma invasão era falsa, pois na verdade, tratava-se de uma emboscada.

²⁶¹ *Linha Direta*. Junho de 1996. p. 6. Acervo pessoal da viúva do Dr. Murilo Barbosa.

O ódio que o seu profissionalismo à frente do inquirido despertou nos mandantes, pode ser verificado quando ele diz que estes não ficaram satisfeitos com sua demissão do Ministério Público. Promoveram contra ele um processo-crime. E também o ameaçaram de morte.

Em entrevista concedida ao autor, a viúva do promotor afirmou que o sr. Pompeu Veloso Borba compareceu até à última sessão da Justiça que absolveu por unanimidade os denunciados, em 1978. Na ocasião do seu relato, a entrevistada recordou a profunda depressão por que passou o marido, quando foi demitido do serviço público e praticamente banido de sua atividade profissional, pois com a pecha de “subversivo” não era contratado por ninguém, o que acarretou, obviamente, sérias dificuldades financeiras. Além disso, a maioria dos amigos do casal se afastou. A atividade artística (principalmente como pintor) salvou a vida do ex-promotor. Seus quadros, que alegoricamente retratam um lado sombrio da repressão ditatorial do período, e da miséria consequente, foram uma “válvula de escape” para aqueles tempos. Cardiopata, Dr. Murilo Barbosa da Silva morreu de infarto em 2002. Em sua residência, seus quadros guardam a memória de mais uma vítima da chacina do Oriente.

Os Borba até hoje moram no engenho Oriente, o qual fica situado no município de Ferreiros ²⁶². Em entrevista, o filho mais novo de José Borba (falecido em consequência de diabetes em 1970, no Recife), o sr. Vital Borba ²⁶³ relatou que a presença de sua família na região data de fins do século XIX, sendo que a casa-grande de Oriente foi construída por seu avô, Pompeu Americano Pereira Borba, em 1900. No século XIX (o sr. Vital não sabe exatamente se foi o bisavô ou o tataravô) o seu antepassado teve cinco filhos, e todas as terras, que pertenciam a um único engenho, o “Glória”, foram parceladas, originando outros cinco engenhos: Oriente, Recreio, Boa Vista, Carnaúba e Laço. Por sua vez as terras (entre Pernambuco e Paraíba) de propriedade de seu pai, José Borba, foram divididas entre seus oito filhos. Atualmente seu irmão mais velho, Pompeu Veloso mora na Paraíba.

A casa-grande do Oriente é um retrato da decadência dos engenhos de cana-de-açúcar pernambucanos. Dominados pelas usinas, estes passaram a ser meros fornecedores de matéria-prima, cujos preços são ditados pelos usineiros.

O engenho Oriente parece um retrato em preto e branco do passado, instantâneo congelado no tempo e emoldurado por uma paisagem verde, tendo ao lado um espelho d’água, onde podem repousar ossadas humanas oriundas daquele trágico oito de agosto de 1963.

²⁶² A cidade de Ferreiros era um distrito de Itambé até fins de 1963, quando então foi emancipada por decreto do governo do Estado, que indicou o seu primeiro prefeito. Atualmente a prefeita é uma “Borba” e o seu vice tem “Veloso” no sobrenome. A sua principal atividade econômica continua sendo a indústria açucareira. Segundo Vital Borba, proprietário do engenho Oriente, praticamente todos os engenhos do município e mesmo da região são fornecedores de cana para a Usina Olho D’água, em Ferreiros.

²⁶³ Entrevista concedida ao autor em 31/07/2010.

Até hoje a população de Itambé e região fala com certo receio do Oriente. Apesar das elites contemporâneas não possuírem o mesmo poder de outrora, sobrevive no imaginário local uma referência a um passado de violência e impunidade.

O caso Jeremias visto pela imprensa “engajada” e de grande circulação - (Última Hora e Diário de Pernambuco/Jornal do Comércio) e pela imprensa de esquerda (“Frente Operária” e “A Hora”)

A crescente tensão social e ideológica que marcou o início dos anos 60 no Brasil estava presente nas manchetes e matérias que circulavam nos jornais. A maioria da chamada grande imprensa se posicionava claramente no campo ideológico da Guerra Fria, ao lado do então chamado, mundo livre, representado pelos Estados Unidos, um mundo ocidental, capitalista e cristão. Esses valores se definiam em função do outro, isto é, o bloco socialista, comandado pela distante União Soviética e em menor escala pela China, e influenciado, a partir de 1959, por Cuba.

No Brasil, essa dicotomia se expressava na divisão entre dois blocos ideológicos. De um lado, os setores associados ao anti-varguismo (críticos ferrenhos de Jango e suas “reformas de base”, e também do discurso anti-imperialista de Brizola), cuja maior parte estava na tradicional UDN, os membros do clero católico (em que muitos eram fanáticos anti-comunistas), os conservadores latifundiários (a quem horrorizava qualquer forma de organização do trabalhadores rurais – principalmente a luta pela reforma agrária), e os setores da cúpula militar que formados pela ideologia da Escola Superior de Guerra - ESG (alinhados automaticamente aos interesses norte-americanos e defensores do conceito de Segurança Nacional), além, é claro de uma classe média receosa de perder seus poucos privilégios (numa de época de crise inflacionária) e apavorada com uma possível proletarização. No outro campo, definido genericamente como esquerda, a heterogeneidade é a principal característica. Desde o presidente-latifundiário e reformista João Goulart; passando pelo carismático ex-governador do Rio Grande do Sul - Leonel Brizola; passando também pela emergente figura do então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e sua nova forma de relacionamento com os movimentos sociais na defesa de reformas estruturais, principalmente no campo; o então hegemônico Partido Comunista Brasileiro – PCB, dirigido por Luís Carlos Prestes e seguindo uma política de aliança com os setores progressistas da burguesia nacional (dentro de uma concepção de Revolução Pacífica e anti-imperialista); a Ação Popular – AP (com um reformismo cristão), o Partido Comunista do Brasil – PC do B ²⁶⁴; as Ligas Camponesas que se multiplicavam (tendo

²⁶⁴ Em 25 de março de 1922 era fundado o Partido Comunista do Brasil – PCB. Integrado inicialmente por uma maioria de ex-anarquistas que influenciados pela vitória da Revolução Bolchevique de outubro de 1917, haviam se aproximado do Marxismo. Em 1930 é reconhecido oficialmente pela III Internacional Comunista como uma de suas seções. A partir de 1956 com o famoso discurso de Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, em que denunciava os crimes políticos de

uma fracassada experiência de instalação de focos guerrilheiros no interior do país e uma retórica radical que nem sempre era colocada em prática); a “Política Operária”, POLOP, criada em 1961, inicialmente como um grupo de debates teóricos, em que se posicionava contra o PCB ; e finalmente o pequeno Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), que tendo como seu eixo o Estado de São Paulo, tentava criar raízes em Pernambuco.

De uma forma geral, apenas um periódico era simpático aos chamados políticos da esquerda não revolucionária. O nome desse jornal era *Última Hora*. Fora fundado pelo jornalista Samuel Weiner, durante o segundo governo de Getúlio Vargas²⁶⁵, e sempre apoiou o “trabalhismo” e os herdeiros do “varguismo”. Aqui em Pernambuco era considerado por muitos como o órgão oficial dos governos Jango e, principalmente, de Miguel Arraes.

A linha editorial do *UH* não classificava antecipadamente qualquer movimento reivindicatório de algum segmento da classe trabalhadora, seja urbano ou rural, como “agitação” de “baderneiros”, orientados pelo comunismo internacional. Inclusive o *UH* dava um considerável espaço para as atividades sindicais no Estado. Diariamente era publicada uma coluna na sua segunda página, intitulada *Coluna Sindical*, onde eram veiculadas as mais diversas informações sobre greves de trabalhadores, negociações entre as partes envolvidas nos conflitos, violências sofridas pelos assalariados, atividades sindicais, etc. Mas isso não impedia que também fossem publicadas matérias referentes aos movimentos sociais em outras partes do jornal, e eventualmente apareciam matérias especiais sobre questões sociais. Nesse conjunto de notícias, a fala dos trabalhadores era respeitada, e os adjetivos negativos, utilizadas nos outros jornais, não existiam no *UH*. Entretanto, reproduzindo algumas vezes a mentalidade atribuída a “República Velha” (1889-1930), de que a “questão social” era uma “questão de polícia”, também no *UH* eram vistas na sua última página, ao lado de crimes comuns, notícias sobre movimentos sociais, principalmente quando se tratava de agressões físicas sofridas por trabalhadores

Stálin e pregava a coexistência pacífica com o Capitalismo, começa a crescer no interior do partido uma divisão, entre os que seguiam o revisionismo oficial de Moscou e os contrários a ele. A crise interna se aprofunda em 1961, pois a maioria da direção partidária, liderada por Luís Carlos Prestes, através de uma Conferência Nacional Extraordinária, muda o programa e o estatuto do partido, bem como altera a própria denominação partidária para Partido Comunista Brasileiro, mantendo, no entanto, a famosa sigla PCB. A justificativa para essa mudança seria a possibilidade de que um pedido de registro eleitoral poderia ser aceito, legalizando então o partido. Tal não ocorreu. Essa postura da corrente majoritária do partido fez com que um setor minoritário, em que despontavam figuras como João Amazonas, Maurício Grabois, Apolônio de Carvalho, Mário Alves e Jacob Gorender promovessem uma reunião extraordinária em 18 de fevereiro de 1962, em que afirmam que são os herdeiros e legítimos sucessores do antigo partido. Adotam o nome original de Partido Comunista do Brasil e uma nova sigla, PC do B. Desde então as duas agremiações políticas se reivindicam continuadoras da tradição iniciada em 1922.

²⁶⁵ Os setores da direita anti-varguista acusavam o presidente de ter criado um jornal de circulação nacional, tendo à frente um testa-de-ferro, que era o proprietário do periódico e amigo de Vargas, Samuel Weiner. O financiamento obtido por este junto a instituições estatais nunca foi bem explicado. Com o golpe civil-militar de 1964, o *UH* foi inicialmente proibido de circular, para depois reaparecer completamente desfigurado em relação a sua linha editorial anterior. Pouco tempo depois deixou de circular.

Em Pernambuco podemos identificar os periódicos de grande circulação diária, como sendo representantes de uma “imprensa engajada”, seja à direita (*DP*), ou seja à esquerda (*ÚH*). O *JC* situava-se mais ao centro, não deixando de ser conservador, pois era propriedade do então senador F. Pessoa de Queiroz.

No outro segmento, bem mais numeroso em nível nacional, temos os jornais de linha editorial conservadora. No cenário pernambucano, os principais periódicos eram o *Jornal do Comércio* e o *Diário de Pernambuco*. Entretanto, o tratamento que dispensavam as questões sociais não era idêntico. Enquanto o primeiro abria um espaço para criticar a violência no campo praticada pelo latifúndio, o segundo não concedia voz aos trabalhadores, privilegiando a fala das elites.

A cobertura jornalística dos eventos ocorridos em Itambé, no engenho Oriente, foram basicamente tratadas de duas formas distintas. De um lado o *UH*, dando voz aos trabalhadores rurais, e do outro o *JC* e o *DP*, ecoando a fala dos latifundiários e o discurso anti-comunista da época.

O assassinato de Jeremias ocorreu em oito de agosto de 1963. No dia seguinte, o *Última Hora* estampava a seguinte manchete: “*Chacina em També: 1 Camponês Morto e Quatro feridos !*” Na sequência, o fato era assim noticiado:

Um camponês morto e 4 em estado de coma no HPS é o resultado da chacina ocorrida ontem no engenho ‘Oriente’ em També. Os camponeses liderados por Jeremias, delegado das Ligas Camponesas, dirigiam-se a casa-grande para solicitar do proprietário José Borba acerto para pagamento do 13º mês, ainda do ano passado. Ao se aproximarem foram recebidos a bala, que partiam das frestas das janelas e portas da casa. Jeremias morreu no local e os seus quatro companheiros foram transferidos para o HPS no Recife.²⁶⁶

Nesta matéria de capa (onde aparece ao lado de uma foto de uma maca que transporta um ferido) temos um relato jornalístico bastante próximo dos testemunhos tomados no inquérito realizado pouco depois.

Bem diferente foi a cobertura do *Jornal do Comércio* sobre o mesmo fato. No dia nove de agosto, o assunto era assim apresentado na página policial:

UM MORTO E FERIDOS FOI BALANÇO DE LUTA: TAMBÉ - Cerca de quinhentos homens pertencentes às Ligas Camponesas invadiram, ontem, o engenho Oriente, em També, e travaram luta com os proprietários, resultando um morto e diversos feridos. Os invasores se dispersaram depois da luta e os donos do engenho também abandonaram a propriedade receosos de outro choque. Os camponeses estavam armados de espingardas, revólveres, cacetes e instrumentos agrícolas e cantavam hinos das Ligas. O morto é Paulo Roberto Pinto, conhecido por ‘Jeremias’ e que se achava à frente do movimento. Ele morreu no hospital regional de Timbaúba. A informação nos foi

²⁶⁶ *Última Hora*. 09/08/1963. p.1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

prestada por pessoa conhecida do snr. José Gouveia Borba, membro da família proprietária do engenho Oriente.²⁶⁷

Nesta matéria, apresentada como mais um caso de polícia, o que chama a atenção é a completa oposição à notícia veiculada pelo *UH*. Aqui temos a invasão de uma propriedade particular, por um grupo de celerados camponeses fortemente armados, que forçaram os proprietários a se defenderem. A fonte dessa versão para o fato é desconhecida. Sabe-se apenas que era pessoa do conhecimento do proprietário do engenho Oriente, José Borba. Não é reproduzida ou mesmo citada nenhuma fala das vítimas, isto é, dos trabalhadores rurais e de seus familiares.

A cobertura do *DP* sobre os eventos em Itambé, aproxima-se da do *JC*:

INVASÃO DE ENGENHO EM TAMBÉ CAUSOU CONFLITO: 1 MORTO E VÁRIOS FERIDOS. - ... À frente dos camponeses do engenho Pará ia o líder das 'Ligas Camponesas' de També, o indivíduo Jeremias de tal, comunista fichado na S. S. P., o qual se fazia acompanhar de inúmeros elementos alheios às atividades agrárias e também numerosos conhecidos comunistas, achando-se a retaguarda desses grupos diversos camponeses, todos do Engenho Pará. As reivindicações expostas por Jeremias e o pessoal do seu grupo, ao que tudo indica e de acordo com o que a reportagem apurou, foram feitas em termos incompatíveis, expostas mesmo em tom violento e autoritário do que discordaram o sr. José Borba e seus auxiliares imediatos. Daí por diante as discussões enveredaram por um terreno perigoso, com exaltação dos ânimos, até que se ouviram tiros e gritos ensurdecedores de 'mata ! mata !', por parte dos camponeses (todos armados de facões, extrovengas, enxadas, espingardas de caça, punhais, peixeiras, etc), do Engenho Pará. O conflito foi inevitável e durou quase uma hora, pois o pessoal do Engenho Oriente, indistintamente ofereceu tenaz resistência aos invasores da propriedade, sendo morto a tiros de revólver o líder vermelho Jeremias, o insuflador do movimento,²⁶⁸

A matéria publicada pelo *Diário de Pernambuco* é carregada de um viés profundamente ideológico. Em alguns trechos reproduz explicitamente o jargão policial, na sua caracterização dos considerados "elementos subversivos". Primeiramente, ecoa a versão dos latifundiários, assim como o *Jornal do Comércio*, de que a violência ocorrida no engenho Oriente teve como causa uma suposta invasão deste por parte dos trabalhadores rurais. De acordo com as conclusões do promotor Dr. Murilo Barbosa, a partir dos mais de quarenta depoimentos colhidos durante o inquérito, vimos que essa versão dos fatos não se sustenta. Igualmente é inverossímil a afirmação de que os participantes da "caminhada" até o engenho Oriente, quando chegaram a segunda porteira deste, entoaram em coro a palavra de ordem – "mata ! mata !". Diversos depoimentos colhidos tanto no inquérito realizado em 1963, como nas entrevistas atuais, referem-se ao som de um apito na casa-grande, determinando o início do massacre.

²⁶⁷ *Jornal do Comércio*. 09/08/1963. p. 4. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²⁶⁸ *Diário de Pernambuco*. 09/08/1963. p. 8. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Vemos também neste pequeno trecho, a presença de expressões típicas dos aparelhos de repressão: “*comunista fichado*”, “*conhecidos comunistas*” e “*líder vermelho*”. Tal texto carece de credibilidade jornalística, quase tornando-se um arremedo de relatório policial. Por fim, o *DP* continuou alimentando a falsa informação de que Jeremias era o líder da Liga Camponesa local, o que não corresponde a realidade, pois ele foi deslocado para o Nordeste pelo POR-T para atuar junto aos assalariados do campo, num trabalho de organização sindical dos trabalhadores rurais. Jeremias nunca possuiu um cargo no sindicato, que como vimos anteriormente, só passou a existir legalmente quando estava sob intervenção da DRT. Não havia Liga Camponesa em Itambé. Os antigos camponeses já se encontravam num adiantado estado de perda de seus antigos direitos como “moradores” dos engenhos. O fato de Jeremias ser caracterizado como dirigente das Liga Camponesa de Itambé pela imprensa conservadora, pode ser entendido como uma forma, naquele período, de ser taxado de “agitador” e radical por estes meios de comunicação.

O *Última Hora* continuava com sua linha editorial, denunciando as atrocidades cometidas contra os trabalhadores rurais e a sua principal liderança sindical assassinada em Itambé, Jeremias. Podemos perceber essa contínua denúncia de um jornalismo investigativo, apesar das preferências políticas, nas seguintes manchetes, dos dias seguintes a “chacina do Oriente”: “*FUZILADOS PELAS COSTAS CAMPONESES DO ‘ORIENTE’ – Sobreviventes da chacina querem garantias para voltar ao trabalho !*”²⁶⁹.

A matéria referente a essa manchete encontra-se na segunda página da edição do dia dez de agosto de 1963, ocupando metade do espaço da mesma, a reportagem traz depoimentos de diversas pessoas, cada qual representando um segmento envolvido na “chacina do Oriente”: o sargento da PM, José Severino de Oliveira, delegado de Itambé; o trabalhador rural, Antônio Florentino de Sousa; o feitor do engenho Oriente, Manoel Correia da Silva, que segundo seu relato, foi o portador do convite feito a Jeremias e aos trabalhadores rurais, para que fossem ao Oriente, onde seria pago o 13º mês; e o proprietário do engenho Boa Vista e amigo do dono de Oriente, José Borba, que afirmava: “*que desde a chegada de Jeremias naquela região, isto há quatro meses, ninguém dormiu mais tranquilo.*”²⁷⁰ Pela diversidade das fontes, pode-se perceber claramente que o *UH*, apesar de posicionar-se pela defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e contra a violência sofrida por estes, abre o espaço para ouvir e reproduzir outros “olhares” sobre o assunto abordado.

Nesta edição do *UH* do dia dez de agosto de 1963, em sua terceira página, temos na coluna *Ronda das Secretarias* a seguinte manchete: “*Polícia abre inquérito para apurar chacina de camponeses em També !*”²⁷¹ Vemos que o *UH* não abriu mão em nenhum momento de afirmar que ocorrera um massacre às portas do engenho Oriente.

²⁶⁹ *Última Hora*. 10/08/1963. p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²⁷⁰ *Última Hora*. 10/08/1963. p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²⁷¹ *Última Hora*. 10/08/1963. p. 3. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

No dia seguinte (11/08/1963), o *UH* continuava a noticiar os desdobramentos do “caso Jeremias”: “*Legistas comprovam massacre: ‘Jeremias’ morto pelas costas*” ²⁷². Temos então, de acordo com a matéria, a comprovação dos testemunhos colhidos até então (e depois) de que Jeremias havia sido assassinado com um tiro pelas costas. Nessa matéria existe uma referência à segunda vítima da “chacina do Oriente”, que teria morrido no Pronto-Socorro de Timbaúba.

O *Última Hora* expressava sua orientação editorial e política não só na cobertura jornalística mas também e de forma bastante clara em seus editoriais. No dia seguinte ao assassinato de Jeremias, o editorial estava estampado na capa, numa coluna lateral do jornal:

BASTA DE MATANÇA ! Outro camponês morto, ontem à tarde, desta vez em També. Os mesmos disparos que lhe roubaram a vida, feriram gravemente mais quatro. Há que parar com essa matança. O solo dos canaviais não pode continuar empapado com o sangue dos que pagam com a sua vida o preço de defendê-la contra o cerco feroz da miséria no campo. Não se pode permitir, sem dúvida, que mais camponeses continuem morrendo pelo 13º mês. Pois, este foi assim, ontem em També. Mas há que parar, também, com o farisaísmo dos que se estão utilizando desses incidentes – para fazer oposição contra Arraes. A oposição é legítima. Mas não deve se cevar nos cadáveres dos que tombam no campo, atingidos pelas balas de capangas anônimos e recrutados, quem sabe, com o dinheiro que pagaria, pacífica e normalmente, o décimo-terceiro salário determinado por lei. Ainda pouco, a bulha feita em torno da apreensão, na casa-grande de uma usina, de verdadeiro arsenal, a que não faltavam armas de uso proibido e privativo das Forças Armadas: metralhadoras, fuzis e ‘tutti quanti’. Protestou-se contra a invasão a casa-grande – mas nem uma referência ao depósito de armas...Não é assim que se encontrará uma solução para o problema. Ao governo, não interessa, por certo, este clima de intranquilidade e sobressalto que começa a envolver, sinistramente, a zona canvieira. Não acreditamos que interesse, por outro lado, aos setores responsáveis das classes produtoras, conscientes de suas responsabilidades, vivendo em clima de trabalho e dedicadas somente ao progresso do Estado. Nem interessa à população pernambucana, que repudia todos os extremismos – de direita e de esquerda. Pernambuco exige uma solução – contra a intolerância dos que desejam barrar pela violência, reivindicações pacíficas e contra a minoria extremada que age só em função de suas paixões políticas. ²⁷³

Este editorial, publicado no calor dos acontecimentos, é bastante significativo. Pois não só expõe publicamente a linha do jornal, mas também aglutina o discurso em defesa do governador Miguel Arraes. O texto começa lamentando, de forma indignada, o assassinato de outro camponês, quando lutava pelo cumprimento dos direitos trabalhistas. Entretanto omite a condição de dirigente nacional de um partido,

²⁷² *Última Hora*. 11/08/1963. p. 2. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

²⁷³ *Última Hora*. 09/08/1963. p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

que era a posição de Jeremias. Também em nenhum momento cobra a punição dos culpados pela “chacina do Oriente”, Cobra sim que a verdadeira guerra civil que mancha o campo pernambucano de sangue, não seja motivo “*para fazer oposição contra Arraes*”. Com essa afirmação percebe-se que o cerne da orientação política do *Última Hora* naquele período era defender a estabilidade do governo Arraes, tanto quanto contra os ataques que vinham da direita, que o acusavam de incentivar a “agitação” e de ser “comunista”, como contra os agrupamentos à esquerda (entre eles o POR-T), que criavam dificuldades a sua administração. O editorial defende o cumprimento da legislação trabalhista, e criticava os setores que se opuseram à apreensão de armas nas casas-grandes dos engenhos e usina. Enfatiza também, de forma elogiosa, o papel das “classes produtoras”, neste processo, pois elas “*consciêntes de suas responsabilidades,*” são dedicadas “*somente ao progresso*“. Contra a intolerância, o conjunto Povo/Pernambuco deve se unir, reagindo, também, em oposição a uma “*minoría extremada*”.

O caminho estava traçado. Num esforço político de extrema dificuldade, transitando entre interesses opostos, e desgastando uma elite acostumada à obediência absoluta, Arraes fazia o desgastante papel de mediador, como declara esse outro editorial do *UH*, de vinte e quatro de setembro de 1963, durante as negociações do “acordo do campo”:

APELO AO BOM-SENSO – Pernambuco inteiro foi testemunha do esforço até exaustivo do governador Miguel Arraes, promovendo reuniões, a fio, no sentido de que se encontrasse um denominador comum para o problema salarial na zona canavieira.... A posição do governador é prestigiar a todo custo a tabela salarial do campo já aprovada – contra a agitação irresponsável dos falsos camponeses mas, também, contra a agitação meticulosamente organizada, a agitação até requintada dos fariseus que falam em ordem para melhor atirar o Estado a desordem, contanto possam destruir Arraes. Pois, em última análise, Arraes é o alvo a ser atingido e tudo vale, neste jogo desesperado, em que se misturam interesses feridos e ambições frustradas.²⁷⁴

Observamos que a cobertura do *Última Hora* era a mais equilibrada, mas tinha evidentes compromissos políticos com o então governo do Estado. O seu discurso era centrado na figura de Arraes e rebatia a todos que pudessem, de uma forma ou de outra, prejudicá-lo.

O *Diário de Pernambuco*, no período estudado, reproduzia apenas a fala das elites agrárias, como na matéria, já analisada, do dia 11/08/1963, quando o filho do proprietário do engenho Oriente, Pompeu Veloso Borba, que também era presidente em exercício do sindicato dos latifundiários de Itambé e região, visitou a redação do jornal para contar sua versão da “chacina do Oriente”, e que foi reproduzida sem qualquer contestação pelo *DP*.

²⁷⁴ *Última Hora*. 24/09/1963. p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

O *Jornal do Comércio* apesar de reproduzir inicialmente a versão patronal da emboscada em Itambé, em alguns momentos se posicionou firmemente contra o extermínio das lideranças dos trabalhadores rurais, como por exemplo em duas matérias especiais sobre a violência no campo, que tinham um título comum: *A morte comanda o latifúndio.*”

Na primeira delas, o subtítulo era: “*Campones de usina lutam agora pelo direito de viver !*”. Nesta reportagem, que tem as armas e munições apreendidas pelo governo Arraes em duas usinas – Santo André e Caxangá – mostradas em duas fotos, o eixo principal é um apelo para que cesse a matança no campo. A seguir são relatados os casos de assassinatos de sindicalistas rurais: Usina Caxangá, Usina Santo André e També. Neste município é relatada a “Chacina do Oriente” como ela realmente ocorreu, desmontando a versão dos assassinos. Os últimos trechos desta parte são aqui reproduzidos:

Jeremias morreu na flor da idade, com o seu sonho de emancipação para uma classe secularmente espoliada. E mais treze camponeses saíram feridos a bala e quatro a arma branca. Os criminosos fugiram. E a casa-grande foi encontrada pela polícia, deserta.”²⁷⁵

A segunda parte dessa matéria-denúncia foi publicada pouco depois e trazia como sub-título: “*Apelo cristão aos usineiros: a matança não pode continuar !*”. A partir de uma grande concentração popular no Recife, que reuniu no mesmo palanque, Jango e Arraes, a reportagem assim se associa ao clamor de um verdadeiro “*mar humano*” que ocupou as avenidas Dantas Barreto e Guararapes, no centro do Recife, e exigiu o fim das mortes no campo.

A chamada “*imprensa operária*” ou “*imprensa de esquerda*”, obviamente também tratou do tema da violência no campo em Pernambuco, particularmente do assassinato de Jeremias.

O POR-T, como seria esperado, iniciou uma campanha exigindo a punição dos responsáveis pela “*chacina do Oriente*”. Entretanto, por criticar a ordem burguesa, e não acreditando na Justiça instituída, defendeu não só a auto-organização militar dos trabalhadores rurais (nas milícias camponesas), como a constituição de “*tribunais populares*” a fim julgar os assassinos das lideranças dos trabalhadores rurais. No mês de agosto de 1963, foi lançada uma edição extra do *Frente Operária* sobre o assassinato de Jeremias e a violência no campo. A sua principal manchete dizia: “*JEREMIAS TOMBOU NA LUTA POR UM GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONES*”. Repetia, assim, um antigo discurso do Marxismo-Leninismo, que defende a “*necessidade histórica*” dessa aliança de classes para a vitória da revolução socialista. Na parte inferior da capa temos a reprodução da palavra-de-ordem para o momento: “*Milícias de camponeses armados para enfrentar os capangas*”. Esta bandeira de luta, como já observamos, estava muito além das possibilidades do POR-T naquele

²⁷⁵ *Jornal do Comércio*. 26/08/1963. p. 4. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

momento, e tanto a prisão dos seus militantes em outubro de 1963, como a repressão generalizada após o golpe civil-militar de 1964, impediram qualquer avanço nesse sentido. Também há na capa desta edição extra, títulos de matérias que exaltam a breve militância de Paulo Roberto Pinto – Jeremias, no POR-T, numa evidente atitude laudatória, procurando transformá-lo num protótipo de revolucionário que só seria possível numa organização Trotskista. A matéria tem o título de: “*Paulo Roberto Pinto; dirigente trotskista*”. Ainda na capa, ao lado de uma foto de Jeremias, temos a manchete: “*Massacre de camponeses não poderá impedir o avanço da luta*”. Abaixo da foto de Jeremias, há a descrição da emboscada preparada pelos latifundiários, que termina com a seguinte frase: “*A covardia dos assassinos mostra como os latifundiários se sentem fracos e pequenos diante de um dirigente revolucionário*”²⁷⁶. Na última página, a edição é encerrada com uma bandeira de luta: “*Desapropriação do Engenho Oriente*”. Em praticamente toda edição, multiplicam-se as críticas aos governos Jango e Arraes, bem como à política de aliança com setores da burguesia nacional, implementada pelo PCB.

Este, o PCB, no seu periódico semanal, *A Hora*, de 10-16 de agosto, estampava na capa, sobre a foto do velório de Jeremias: “*Desarmamento não poderá parar – Usineiros continuam a matar camponeses*”. A nota da capa, além de relatar a emboscada, introduz algumas questões políticas que merecem ser analisadas:

Um camponês a mais tombou varado pelas balas assassinas do latifúndio: o dirigente sindical Jeremias, trucidado covardemente quinta-feira, em També, no engenho Oriente, de propriedade do sr. José Borba – que é assim o inquestionável responsável pelo assassinato. Tudo indica que desgraçadamente não será a última vítima da prepotência dos usineiros, tal a frequência (é o segundo camponês morto pela capangada das usinas e engenhos em menos de uma semana) desses monstruosos crimes, todos impunes ainda. É sabido – como ficou comprovado com a apreensão de armas privadas das forças armadas nas usinas Santo André e Caxangá – que os usineiros montaram em seus feudos verdadeiros arsenais com o fito principal de sufocar pela morte os movimentos reivindicatórios – reivindicações, frise-se, do que é justo e está inscrito nas leis do País – dos trabalhadores que eles exploram. O governo iniciou o desarmamento desses criminosos, e deverá, para continuar a merecer a confiança dos trabalhadores rurais, levá-lo as últimas consequências. Do contrário só restará aos camponeses organizarem suas próprias milícias, para a sua defesa e para a punição de seus algozes.²⁷⁷

O PCB caracteriza corretamente a Jeremias como dirigente sindical, no entanto omite sua condição de trotskista e de integrar a direção nacional do POR-T. Ao referir-se a Jeremias só como sindicalista, apaga sua filiação ideológica, que era profundamente crítica ao próprio PCB. É interessante notar que nessa matéria de capa

²⁷⁶ *Frente Operária*. Ano XI, Agosto de 1963, Nº 101. São Paulo. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, acervo do extinto DOPS.

²⁷⁷ *A Hora*. 10-16/08/1963. p. 1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

do órgão oficial do partido no Nordeste, o apoio dos trabalhadores rurais a Arraes parece estar condicionado ao comportamento do mesmo em continuar com o desarmamento dos latifundiários e de seus capangas. O não cumprimento dessa prática governamental possibilitará aos trabalhadores rurais criarem suas próprias organizações de defesa, como as milícias armadas, que inclusive poderiam levarem a efeito, uma punição aos seus “*algozes*”. A proximidade desta “ameaça” feita a Arraes, aproxima-se muito das propostas do POR-T, quando também defende a criação de milícias no campo, e a criação de “tribunais populares”, a fim de punir os assassinos dos trabalhadores rurais.

O tema “Jeremias” estava inserido, como já vimos, num contexto mais amplo de fortes tensões sociais e ideológicas que marcaram aquele ano de 1963. Estas tensões e polêmicas foram transportadas e reproduzidas para as páginas tanto da “grande imprensa”, como para o debate político-partidário das organizações de esquerda.

Em busca da “Revolução Perdida” – Jeremias hoje em Itambé – Memória e esquecimento

Uma importante dimensão da pesquisa para o historiador que lança um “olhar” para um passado recente são os depoimentos orais. Eles, entretanto, não devem se tornar uma disciplina autônoma, como nos fala o historiador, Antônio Torres Montenegro:

Os depoimentos gravados e editados como relatos orais de memória não constituem, por si próprios, referencial ou base teórica e metodológica com poder de instituir uma disciplina. Dessa forma, do ponto de vista teórico, os depoimentos orais caracterizam-se como parte dos recursos documentais a que o historiador pode recorrer, para ampliar o debate historiográfico e o recorte temático do seu objeto de estudo..... No que tange aos relatos orais de memória individual, o fato desta se apoiar na história possibilita que, ao estudá-la, se tenha também um conhecimento das formas de elaboração do passado de parcelas da população ou do grupo social em que o entrevistado se encontra inserido.²⁷⁸

A utilização da história oral como um recurso a mais na elaboração de uma produção historiográfica, não busca, nesta, uma mera reprodução de fatos passados, mas observar:

...que a característica importante da memória é que esta não é um depósito de fatos, mas um ativo processo de criação de sentido, e, sob

²⁷⁸ MONTENEGRO, Antônio T. *Combates pela história: história e memória*. In: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Volume 10, Número 1, Rio de Janeiro: editora Evangraf, 2007, p. 30.

este aspecto, revela como o narrador ao construir um relato memorialístico produz um sentido para o passado e para a sua vida.²⁷⁹

O caminho percorrido para que fosse possível a realização das entrevistas teve que levar em conta alguns pontos. O suporte de anteriores experiências antropológicas em coletar registros orais foi muito valioso, pois:

O estudo da oralidade veio sendo ensaiado a partir da antropologia, no âmbito da pesquisa de processos de transmissão das tradições orais, principalmente aquelas pertencentes a sociedades rurais, onde os modos de transmissão e conhecimento ainda transitam, de maneira relevante, pelos caminhos da oralidade.²⁸⁰

Ao lado da permanência da oralidade como um elemento fundamental para a compreensão da cultura das populações rurais, o grupo de pessoas que poderiam produzir algum relato sobre a passagem de Jeremias por Itambé e região, há quarenta e sete anos atrás, teriam que ter hoje, pelo menos, em torno de sessenta anos de idade. Uma parcela significativa dessas pessoas ainda é analfabeta, e portanto a oralidade é o seu principal modo de transmissão de conhecimento.

O registro dessas memórias deve ser encarado com rigor científico pelo historiador. Numa região marcada até hoje pela violência²⁸¹, a memória sobre os acontecimentos relativos a atuação de Jeremias e a repressão sofrida por este e por tantos trabalhadores rurais, antes e depois do golpe civil-militar, é marcada antes de tudo pelo “esquecimento” do passado em virtude do medo ainda presente, decorrente, em grande parte, da manutenção das elites agrárias no poder material e/ou simbólico, apesar da decadência dos engenhos. Dessa forma, a presença da pesquisa sobre Jeremias, propiciou uma reação (inicialmente tímida) dos que poderiam servir de fonte oral. As narrativas produzidas por estas pessoas podem ser chamadas de “arquivos provocados” :

...podemos dizer que os arquivos provocados pertencem a mesma categoria das recordações ou memórias...Ora qualquer que seja a forma do arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito ‘a posteriori’; ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para coincidir com o que é

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 15.

²⁸¹ Em janeiro de 2009, o advogado e vice-presidente estadual do Partido dos Trabalhadores (PT), Manoel Matos, foi assassinado quando estava em sua casa de praia em Pitimbu, na Paraíba. Ele fora o principal responsável pela denúncia dos grupos de extermínio de Itambé e região, o que provocou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara Federal em Brasília.

pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores.²⁸²

Certamente essa importante reflexão não desvaloriza a prática da história oral, mas antes serve para que o historiador estabeleça critérios mais rígidos para a análise do registro oral, levando em consideração as possibilidades de que sejam acrescentadas “camadas” de memórias posteriores aos fatos narrados pelos entrevistados. Um critério de verificação da veracidade desses depoimentos é a análise comparativa dos mesmos. Quando diferentes pessoas relatam um determinado fato, com a coincidência de descrições, detalhes e falas, pode-se inferir que essas narrativas possuam uma parcela significativa de confiabilidade. Também podemos comparar narrativas orais do presente com depoimentos do passado, registros escritos, oficiais ou não, que revelam concordâncias ou discordâncias entre diversas fontes orais, no tempo.

Outro elemento importante para analisarmos como se materializou a realização dos registros orais em Itambé e região, que, como bem sabemos, tem até hoje uma realidade violenta, é que foi necessário conquistar a confiança das pessoas que poderiam possibilitar o contato com prováveis entrevistados (antigos moradores que conheceram Jeremias). Fez-se necessário diversas visitas ao município a fim de que o trabalho de pesquisa sobre as lutas sociais de quase meio século atrás fosse conhecido, principalmente pelos membros do sindicato rural de Itambé, e que eles se tornassem receptivos a pesquisa. Um processo de aproximação que remete ao relato de Clifford Geertz, no seu clássico ensaio sobre as brigas de galo na Polinésia, em *A interpretação das culturas*²⁸³.

O “esquecimento” a que foi relegada a memória de Jeremias e das lutas daquele período em Itambé, foi produzido por diversos fatores históricos: a retirada do seu corpo pela família (que impossibilitou a criação de uma referência política e geográfica na luta pela reforma agrária), a repressão da ditadura militar, e a existência de outros ícones da esquerda local (Miguel Arraes, Gregório Bezerra e Francisco Julião). Diversas disputas pelo legado do passado ocorreram. Em primeiro lugar, das forças políticas conservadoras, encasteladas no poder ditatorial do regime militar, que tentaram “apagar”, da história nacional, as lutas sociais do passado e do presente. E a própria esquerda local disputava a hegemonia do seu tempo, a partir da produção de um discurso que estendesse essa importância ao passado. A memória coletiva é um trunfo político de considerável valor, como nos lembra Jacques Le Goff:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios

²⁸² BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 28.

²⁸³ GEERTZ, Cliiford. *A interpretação das Culturas*. São Paulo: Editora LTC, 1989.

da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.²⁸⁴

Em Itambé, a memória coletiva passou quase meio século obscurecida pelo medo. O engenho Oriente, para muitos, ainda hoje é um lugar “proibido”, ou como dizem algumas pessoas, “*um lugar amaldiçoado*”. A chegada de um trabalho de pesquisa acadêmica sobre um tema que marcou aquela geração do início dos anos 60, aparentemente iniciou um processo de recuperação da memória social da comunidade, que nos remete a seguinte afirmação: “ *O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.*”²⁸⁵

No estágio final da pesquisa de campo, o comportamento inicial da população de Itambé, que era de reservas em falar do assunto, foi sendo progressivamente substituído pela iniciativa de pessoas que nos procuravam espontaneamente para fazerem sua narrativa sobre Jeremias, sejam elas testemunhas oculares ou não.

Numa das visitas a Itambé, entrevistamos algumas pessoas que conheceram Jeremias. Uma delas foi a dona-de-casa Maria Félix de Ataíde, 61 anos, moradora do engenho Jardim, em Itambé:

PERGUNTA – A senhora conheceu Jeremias ? Lembra-se de como ele era ?

RESPOSTA – Alembro. Um rapaz bonito, um rapaz alto, magro, uma camisa preta, bem bonita. Ele era assim. Ele chegava, trabalhava, e já ia pra outro canto.

PERGUNTA – As pessoas que andavam com Jeremias estavam armadas ?

RESPOSTA – Não. Só que não andava com arma. Mas ele andava com a arma do corpo.

PERGUNTA – Como é a ‘arma do corpo’ ?

RESPOSTA – A arma é assim, né [abre os braços perpendicularmente ao corpo] por que a gente tá aqui e não tá com arma nenhuma. Por que é assim: - ‘Tá armado ? – Não, tá com a ‘arma do corpo’.²⁸⁶

Neste breve exercício de memória da adolescente que conheceu Jeremias nas suas “caminhadas”, temos a impressão que Jeremias causou a ela de que andava desarmado. Em toda pesquisa, não foi encontrada nenhuma referência a que Jeremias portasse armas, tanto que quando ele foi assassinado às portas do engenho Oriente, os seus algozes não encontraram nenhuma arma, pois se o tivessem feito, certamente teriam-na usado como justificativa para o discurso de “legítima defesa”.

²⁸⁴ GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 422.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Depoimento de Maria Félix de Ataíde ao autor . 15/01/2010. Engenho Jardim, Itambé..

Outro morador do engenho Jardim entrevistado foi o sr. José Gouveia da Silva, 65 anos, aposentado, e que nos tempos de Jeremias trabalhava na usina Olho D'Água:

PERGUNTA – O sr. conheceu Jeremias ?

RESPOSTA – Eu conheci. Não tinha grande conhecimento. Ele passou na Olho D'Água. Eu via ele passar por lá. Ele era um homem que anunciava a lei. Essa lei que vinha um salário mínimo, que não existia salário. Pra trabalhador rural não tinha salário. Antes de Arraes não tinha salário. Então ele dizia... A lei que ele pronunciava pra nós tá vogando. Muita gente não gostava dele, chamava ele de agitador. Era um homem que pronunciava a verdade. Vi muito Jeremias, quando morava em Olho D'Água. Até quando mataram ele, botaram ele uma bandeira na casa que ele frequentava, como se fosse um sindicato. Botaram uma bandeira como se fosse um sinal de luto.

PERGUNTA – A Usina Olho D'Água, no tempo de Jeremias, enfrentou alguma greve ?

RESPOSTA – Teve. No tempo de Jeremias mesmo. Paramos o serviço. Parou foi tudo !

PERGUNTA – E a greve foi vitoriosa ? Ganharam ?

RESPOSTA – Não ganhou o quê ?

PERGUNTA – Jeremias entrava nos engenhos ?

RESPOSTA – Ele entrou na usina. Ele entrava com muita gente. A usina assinou o que ele pediu. Foi pra pagar o décimo.

PERGUNTA – Como o senhor soube da morte de Jeremias ?

RESPOSTA – Eu tava na usina. Aí espalhou a notícia. Mataram Jeremias no Oriente.

PERGUNTA – Os trabalhadores sentiram muito quando Jeremias foi assassinado ?

RESPOSTA – Sentiram. Ele era carinhoso para o povo. Não tinha de falar de ignorância.

PERGUNTA – Para finalizar, “ seu” Gouveia, o senhor lembra de mais alguma coisa de Jeremias ?

RESPOSTA – Me lembro do nome dele... Paulo Roberto Pinto... Tomei muita cachaça, mas me lembro. [mostro a ele uma foto de Jeremias a partir de uma reprodução do jornal trotskista] / [ele pega assim e fica olhando fixamente por cerca de alguns segundos]. É, é ele mesmo. A gente dizia, esse homem deve ganha tanto dinheiro, arriscando a vida por esse povo. Ele era ‘desassombrado.’²⁸⁷

Um morador próximo da primeira entrevistada afirmava ter conhecido Jeremias quando trabalhava na Usina Olho D'Água. A imagem que ele retém na memória é a de alguém que anunciava os direitos trabalhistas, tal qual Arraes. Essa construção mental, que associa as duas figuras como defensores do mesmo direito dos trabalhadores rurais, não é incomum, apesar da oposição política existente entre ambos naquele período. Para as pessoas mais simples de Itambé, Jeremias era como se fosse um “enviado” de Arraes, na luta pelo cumprimento da nova legislação trabalhista. A fala de Jeremias não pregava a violência (como, inclusive no testemunho da 1ª

²⁸⁷ Depoimento de José Gouveia da Silva ao autor. 15/01/2010. Engenho Jardim, Itambé.

entrevistada, para quem Jeremias só usava a “arma do corpo”), mas a nova ordem que contemplava os trabalhadores rurais e que está “vogando” até hoje. A referência a uma greve vitoriosa na principal usina da região, a Olho D’Água, será referendada por outra entrevista, mais a frente. Chamou a atenção do entrevistado até hoje o fato de que Jeremias não recebia nenhuma remuneração para realizar o seu trabalho sindical. Além do que, para “Seu” Gouveia, a impressão que ficou de Jeremias era a de que esta era uma homem “desassombrado”, ou seja, sem medo, entrava com seu grupo nos engenhos e nas usinas, desafiando os poderosos.

Em Ferreiros, quando andávamos pela feira, entrevistamos um senhor chamado Severino Ramos, aposentado, 67 anos. Ele não esteve na caminhada fatal de Jeremias para o engenho Oriente, nem confirmou que conheceu Jeremias. Mas a sua fala nos possibilitará conhecermos como parte da população local ressignificou os fatos referentes aqueles acontecimentos, criando assim uma “mitologia” própria no imaginário popular:

PERGUNTA – O que o senhor sabe sobre Jeremias ? Sobre a sua morte ?

RESPOSTA – Sim, eu sei. [Ele disse -] ‘ - Eu vou entrar. Vocês entra se quisé. Mas eu vou morrer.’ O Oriente era de José Borba, que já foi pro inferno. Ele foi processado, mas não deu em nada. Ele passou por aqui com uma túia de gente [Faz um gesto com os braços abarcando toda praça em que estávamos]. Ele quando chegou e viu a porteira cruzada assim, disse: ‘ - Vou entrar. Vocês entra se quisé.’ Aí o cara apontou e pá [Faz um gesto com as duas mãos batendo, provocando um estalo, ao mesmo tempo que fala].

PERGUNTA – O que quer dizer com ‘porteira cruzada’ ?

RESPOSTA – Sei lá. Porteira cruzada é assim [faz um gesto como se desenhasse uma cruz]. Fizeram um negócio assim . Avisando a ele que não entrasse. Foi assim, cortaram e fizeram uma cruzeta. ‘ - Você entra mas não sai !’ Assim que ele entra, ele entrou, e passou uma porteira, tem duas porteiros, daqui pra lá, uma porteira, e outra que vai pro açude, tava cruzada. Todas duas. Ele disse: ‘ - Vou entra ! Vou arrisca minha vida !’ Os dono de engenho tinha raiva dele porque ele chegava e dizia: ‘ - Para o corte !’. E venceu o império de Olho D’Água. Ele não teve nada. E o diabo já levou José Borba.

PERGUNTA – O senhor não foi no Oriente, mas ouviu seus amigos contarem sobre Jeremias ?

RESPOSTA – Eu fui lá. Eu vi as duas porteiros cruzadas. ²⁸⁸

Essa breve entrevista, realizada na praça principal de Ferreiros, após voltarmos de uma visita ao engenho Oriente, foi feita com um senhor que passava e, quando inquirido se conhecia um certo Jeremias, respondeu, em frases entrecortadas, mas repletas de significados.

O entrevistado começa logo citando o que seriam as últimas palavras de Jeremias, de que iria entrar no engenho Oriente, apesar de saber que ia ser morto. Essa

²⁸⁸ Depoimento de Severino Ramos ao autor. 15/01/2010. Ferreiros.

é, inclusive, uma fala recorrente em muitos testemunhos de que Jeremias tinha plena consciência da morte ao ir até Oriente. O imaginário popular “eternizou” aquele momento da entrada e da morte de Jeremias, elaborando um discurso idealizado no qual se reproduzia a certeza secular de que quem luta contra o latifúndio, morre. Mas não foge de seu destino. Neste contexto de violência exarcebada contra os que defendem os direitos do trabalhador rural, a justiça não vem do “mundo dos homens”, pois o dono do engenho Oriente, José Borba, não foi castigado por estes: “*ele foi processado, mas não deu em nada*”. Ele foi sim, “justiçado” pelo mundo do além, que desconhece a impunidade terrena dos ricos, sendo então o latifundiário José Borba, “*levado para o inferno*”, pelo próprio proprietário deste: “*e o diabo levou José Borba*”. O detalhe das portei­ras cruzadas não pode ser comprovado, pois as mesmas não mais existem, porém refletem aquela visão fatalista de que Jeremias estava destinado a ali morrer. E numa sociedade predominantemente católica, se as cruzes realmente existiram, como o entrevistado afirmou, refletem um medo dos assassinos de “protegerem” a entrada de sua propriedade de qualquer possível “maldição”. A referência à greve vitoriosa dirigida por Jeremias contra os patrões da usina Olho D’Água também pode ser observada em outros testemunhos.

Por fim temos um exemplo de como o trabalho de pesquisa, depois de um certo tempo em Itambé, atraiu espontaneamente quem queria falar sobre a atuação política de Jeremias. Foi o caso do sr. Manoel Dias da Silva, que durante uma visita à subse­de do sindicato dos trabalhadores rurais de Itambé, em Ibiranga (antiga Serrinha), este já se encontrava presente, querendo narrar sua história:

PERGUNTA – O senhor conheceu Jeremias ?

RESPOSTA – Eu era minino e conheci ele em Olho D’Água. Eu nasci e me criei em Olho D’Água. Meu pai já tinha convivido lá em Olho D’Água. Quando foi um domingo à tarde, ele [Jeremias] chegou a casa de meu pai. Ele tava batendo uma enxada para ir pro eito no domingo. Aí ele disse: ‘ – Oxente, tá batendo a enxada por que ? ’ ‘ – Pra trabalhar !’. Ele disse: ‘ – No domingo ? ’ Meu pai disse, aqui a gente trabalha de sete a sete. Aí ele foi, perguntou a meu pai: ‘ – O senhor não tira férias ? ’ Meu pai disse: ‘ – o que é isso ? ’ Ele disse: ‘ – É um direito do trabalhador.’ Aí meu pai disse: ‘ – A gente não tem direito a isso não, a gente só tem direito mesmo ao corte que tira.’ Aí ele perguntou a meu pai: ‘ – me diga uma coisa, o senhor tem 13º mês ? ’ Meu pai disse: ‘ – Não sei nem o que é isso ! ’ Aí ele disse: ‘ – Daqui pra frente vai acontecer tudo o que é o direito do trabalhador. O trabalhador do campo tem todo esse direito.’ Aí meu pai disse; ‘ – Inté aqui eu to achando difícil ! ’ Aí ele foi e disse: ‘ – Porque o senhor tá achando difícil ? ’ Aí meu pai disse: ‘ – Porque nunca teve isso aqui ! ’ Aí ele disse: ‘ – Eu to vindo aqui, mandado pelos homens da lei, que é pra dar o direito do trabalhador do campo. Me chamo Jeremias.’ Ele andava com uma pastinha preta debaixo do braço. Muitas vezes ele dormia dentro de uma casa de farinha, lá perto da minha.. Botava um caçuá aberto no chão e dormia.

PERGUNTA – Na casa de farinha ?

RESPOSTA – Na casa de farinha. No outro dia, ele amanhecia, se levantava, chegava lá em casa, lavava o rosto, tomava um café

pequeno, e viajava. Aí foi quando aconteceu essa tragédia com ele, até hoje. Eu conheci ele minino.²⁸⁹

Este relato nos mostra que podemos inferir que uma parcela significativa da população rural da zona pernambucana, era completamente ignorante da existência dos direitos trabalhistas. Nesse contexto, Jeremias surgiu. E é lembrado até hoje como o “profeta” da “lei dos direitos”, que “vogou” após o seu “sacrifício” pela causa dos trabalhadores rurais. Nessa imagem, a própria fala de Jeremias é recriada, quando ele teria dito que fora mandado para Itambé a mando dos homens da lei. O final do relato confirma a informação de que Jeremias, nas suas caminhadas pelos engenhos, dormia às vezes, em casas de farinha, como uma estratégia de sobrevivência, pois precisava se esconder dos capangas a serviço do latifúndio.

O registro oral de alguns trabalhadores e trabalhadoras rurais de Itambé sobre Jeremias e as lutas daquele período, é significativo, apesar de não ser numeroso, pois nos ajuda não só a conhecer e comparar versões sobre determinados fatos, mas também nos leva a compreender os processos de transmissão de experiências através das gerações, num processo de ressignificação dos sentidos explícitos/implícitos contidos nos discursos criados e recriados através do tempo.

A tímida construção do mito – Tradição trotskista e a literatura de cordel

A construção de uma tradição política necessita de um mito fundante. Ela geralmente é associada a um personagem histórico que participou de um evento significativo ou a uma série de eventos mais pontuais, que no entanto propiciam uma sequência histórica representativa de um ideal.

Os exemplos na nossa história da esquerda durante a República são inúmeros: a epopéia revolucionária conhecida como a Coluna Prestes, liderada pelo “cavaleiro da esperança”, Luís Carlos Prestes; o martírio revolucionário sofrido pelo “Homem feito de ferro e de flor”, Gregório Bezerra, logo após o golpe civil-militar de 1964, nas ruas do bairro de Casa Forte, no Recife, nas mãos vis dos então vitoriosos militares; a campanha pela legalidade liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola; a resistência moral e política do governador de Pernambuco em 1964, Miguel Arraes, que não renunciou ao seu cargo, apesar de todas as ameaças dos militares; e, mais recentemente, as históricas greves operárias do ABC paulista, entre 1978 e 1979, que alçaram ao primeiro plano da vida nacional o então presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio Lula da Silva.

Esses acontecimentos para se fixarem no imaginário político de uma nação, ou de um Estado, ou ainda de uma corrente política, tiveram um

²⁸⁹ Depoimento de Manoel Dias da Silva ao autor. 31/07/2010. Ibiranga (Serrinha) – Itambé.

“*acabamento*”²⁹⁰ nas mentes daqueles que vivenciaram os eventos e transmitiram seus sentidos às futuras gerações. Esse conceito, já utilizado neste estudo e que foi elaborado pela pensadora Hannah Arendt, nos auxilia a conhecer os mecanismos de construção das tradições.

A tradição trotskista no Brasil, ainda hoje é incipiente. O processo de sua construção enfrentou não só as perseguições dos regimes ditatoriais, mas também foi eclipsado pela hegemonia do PCB, durante décadas da vida política nacional e pela extrema valorização da luta armada na resistência a ditadura militar.

Quando da morte de Jeremias em 1963, a sua repercussão, no âmbito das organizações trotskistas pertencentes à IV Internacional Posadista, foi intensa, Privilegiando as lutas revolucionárias na América Latina, o Nordeste brasileiro era, para muitos, o epicentro da revolução brasileira, que poderia ser o elemento detonador de um processo continental, ampliando a experiência cubana.

Dessa forma, a “chacina do Oriente” tornou-se um símbolo para os trotskistas de todo o mundo. E como tal foi cantada em versos que perpetuaram o heroísmo do jovem revolucionário que tombou sem vida nos campos nordestinos, lutando pela reforma agrária.

Estes versos, escritos por um militante da seção mexicana da IV Internacional, chamado Vicente Bernal, são a letra de um “corrido”, ritmo popular no México. Ele se chama “*Corrido do Trotskista Jeremias*”:

²⁹⁰ Podemos resumir o conceito de “acabamento” como o de transmissão de significados, de uma geração para outra posterior..

Vou contar um pormenor
Do que ali aconteceu
Camarada Jeremias
Que no Brasil foi assassinado

O mataram em També
Latifundiários assassinos
Quando marchava à frente
De quinhentos camponeses

Iam todos desarmados
Exigiam seus direitos
Quando soaram balaços
Que lhe deram no peito

Mais balaços nas costas
E assim o assassinaram
Ele caiu como um valente
De camponeses rodeado

Presente Jeremias
A traiçoeira emboscada
Como revolucionário
A seu dever não faltava

Camaradas, adiante
Seu exemplo será seguido

Nas greves e nas guerrilhas
Organizemos o Partido
Nos operários e camponeses
O fuzil está quente
Nas greves e nas guerrilhas
O Trotskismo está presente

Estendamos as guerrilhas
Terras há que ocupar
Operários e camponeses
Vamos a greve geral !

Nossa vingança de classe
Expropriar o capital
Fora o imperialismo !
O poder temos que tomar

Este era o programa
Pelo qual foi assassinado
Camaradas, aplicá-lo
Jeremias está vingado

Despedidas não lhes dou
Por que sigo em combate
E aqui termina o 'corrido'
Do trotskismo militante.

Este hino militante ²⁹¹ era entoado durante muito tempo ao término das reuniões do POR-T. Muitos antigos militantes ainda se recordem dele.

A descrição do assassinato de Jeremias inicia o “corrido”, para depois afirmar que o seu sacrifício servirá de exemplo para outros revolucionários, nas greves e nas guerrilhas ²⁹². O avanço do movimento levará a uma greve geral, que concretizará a vingança de classe pela morte de Jeremias, que é a expropriação do capital. O poema termina dizendo que foi por este programa que Jeremias foi assassinado, e que não há tempo para despedidas, pois a luta de classes não cessa até a vitória final !

Obviamente trata-se de um canto político visando animar os seus militantes, e se constituía também numa tentativa de perpetuar a história de Jeremias, construindo, assim, uma tradição dentro do trotskismo internacional, a partir da exaltação da figura do mártir.

A outra iniciativa de transmitir para as gerações futuras o “heroísmo” e também o “martírio” de Jeremias, foi no campo da cultura popular nordestina. Trata-se de um livro de literatura de cordel intitulado *A morte de Jeremias e as lágrimas dos camponeses*. Encontrado na pasta que contém o prontuário de Paulo Roberto Pinto no acervo do extinto DOPS, o seu autor foi Ciríaco Jorge de Matos ²⁹³:

²⁹¹ C.R. *trotskista do NE*. Pasta A-B: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE- Acervo DOPS.

²⁹² Aqui percebe-se claramente a influência da experiência cubana de conquista do poder.

²⁹³ Não encontrei maiores informações sobre o autor deste cordel.

O leitor já me conhece
Confia em meu pensamento
Eu só escrevo a verdade
Com pleno conhecimento
Ouço a história dez vezes
Para falar um momento

Segundo ouço dizer
O povo pernambucano
Que o Jeremias da historia
Era um jovem paulistano
O ente mais destemido
Que se viu no gênero humano

Como jovem conhecia
Do alto ao baixo da vida
Na escola comercial
Sempre deu lição sabida
Se condoía da miséria
Da pobreza desvalida

Conhecia o labor imenso
Do trabalhador rural
Ganhando o salário escasso
E sendo tratado mal
Tudo isso compungia
O seu coração leal

Conhecia agricultura
Desde a vazante ao roçado
Sabia o preço do foro
Que era demasiado
Dizia: o agricultor
O que planta come comprado

Convivia com os pobres
Ouvindo as queixas e remindo
Chorando alguém lhe ocupava
Ele servia sorrindo
Era tão simples e honesto
Como criança dormindo

Conhecia bem o comércio
Tinha força de vontade
Era querido de todos
Desde a roça a cidade
Naquela alma de Deus
Nunca faltou caridade

Ele ainda era criança
Em São Paulo onde vivia
Quando ganhava dinheiro
Com uma mão recebia
Para beneficiar
Com duas distribuía

Era profundo nas letras
E orador de talento
Todo mundo admirava
O seu comportamento
No seu modo de viver
Era livre como o vento

Se ele via alguém chorando
Perguntava porque chora ?
Carece alguma coisa ?
A ocasião é agora
Precisando de mim
Sempre me encontra na hora

Criou-se na opulência
De seus extremados paes
Estudou e conhecia
Todas as coisas naturais
Fala bem o portuguez
Preparado era demais

Muito se interessava
Pela vida camponesa
Admirava o valor
Que exercia pobreza
Fartando o nosso Brasil
Com a principal riqueza

Jeremias ignorava
O que se chama avareza
Desconhecia o orgulho
Por isso amava pobreza
Era de família nobre
E não apurava nobresa

Ele sabendo que a liga
Criava-se em todas zonas
Do rio grande do Sul
Até o alto amazonas
Terra do índio selvagem
Onde as feras são donas

Jeremias destinou-se
Ir ao engenho oriente

Mandou avisar que ia
Comprir a ordem somente
Pensando que assim seria
Recebido honestamente

Ele confiou talvez
Na grande educação
Do nobre proprietário
Que nem lhe deu atenção
Em vez de acordo encontrou
Uma triste reação

Apenas disse que era
Portador de uma embaixada
Quando partiu para frente
Nem bem mudou a passada
Recebeu quatro tiros
Caiu não disse mais nada

Era oito de agosto
Do ano sessenta e três
Quando o jovem Jeremias
Viu pela última vez
A luz do sol brasileiro
E seu grupo camponês

Para os pobres indefesos
Foi coisa nunca esperada
Ver essa ação em pessoa
Que se diz civilizada
Que paz se pode esperar
Numa alma endiabrada

Deixou seus entes queridos
E sua pátria paulistana
Seus paes sentiram a partida
Como quem se desengana
Assim veio Jeremias
A terra pernambucana

Chegando em Pernambuco
Não querendo estar parado
Dedicou-se a trabalhar
Como portador honrado
Do Dr. Miguel Arraes
Governador do Estado

Veio para o interior
E na campanha se fez
Proclamando o salário mínimo
E o décimo terceiro mês
Por fazenda, engenho, e usinas

Com seu grupo camponês

Fez de Juripiranga
O seu centro de partida
Era ali que descansava
E trabalhava de sua vida
Já era muito estimado
Daquela gente querida

Foi a usina Olho d'agua
Visitou pau amarelo
Em chá inga visitou
O grande oscar de melo
Esse assinou-se e achou
Que Jeremias era belo

Depois mais uma rajada
Deixando três feridos
Os autores deste crime
Fizeram-se foragidos
Pelos pobres camponeses
Nunca foram agredidos

O nome de Jeremias
Faz a histórias do norte
Mesmo morto como estava
Demonstrava que foi forte
Morreu com riso nos lábios
Como quem zomba da morte

Trouxeram para Também
O seu corpo inanimado
Passou a noite na pedra
Pela polícia guardado
De lá veio pro sindicato
E depois foi sepultado

Teve o seu cortejo fúnebre
Um grande acompanhamento
Diversos oradores
Falaram nesse momento
Tristeza, suspiro e lágrimas
Foi provas de sentimento

A história de Jeremias
Merece ser arquivada
Para os netos dos meus netos
Conservá-la decorada
E o dia oito de agosto
Ser uma data ferida
Camponeses brasileiros
Dobrai as vossas ações

E tomai outros métodos
Na pesca dos tubarões
Que o nome de Jeremias
Vai em vossos corações

Morre um e surgem muitos
Para a nossa liderança
Quem mata perde a virtude
Quem dorme no pó descansa
Jeremias inesquecível
Teu sangue pede vingança

Capitão lamenta a morte
Do seu coadjutor
Irmão de ideais
Peça do mesmo motor
Que lidera ao mesmo fim

Com ânimo, força e valor

Depois de vinte e três dias
Que ele foi sepultado
Seu corpo quase desfeito
Do pó frio foi tirado
Hoje em São Paulo o seu túmulo
Pelos paes é visitado

Morreu pela liberdade
Um brasileiro distinto
Hoje na louça se lê
Neste funéreo recinto
Jazem os restos mortais
De Paulo Roberto Pinto-Jeremias

Este poema de cordel procura eternizar a memória de Jeremias, transformando-o num herói dos camponeses de Itambé e região, e por que não, de Pernambuco. Destaca suas qualidades intelectuais e humanas, descrevendo-o como um “santo” da reforma agrária. Apesar desse caráter evidentemente laudatório do cordel, alguns pontos merecem ser destacados.

Jeremias não era natural de Itambé. Viera de longe, lá do interior de São Paulo. Era “letrado” e conhecia o trabalho no roçado. Visitara inúmeros engenhos da região. Ficava penalizado com a miséria existente na região. Para mudar isso, pregava a necessidade da luta pelo salário mínimo e o pagamento do 13º salário.

A descrição da emboscada no engenho Oriente é mais uma vez reiterada. A referência a uma “visita” à usina Olho D’Água também é citada, tal qual como em depoimentos dos entrevistados. A associação de Jeremias ao governador Miguel Arraes aparece mais uma vez, sendo que neste caso, Jeremias é um “portador” do chefe do executivo pernambucano, na luta pela implantação dos direitos dos trabalhadores rurais. No imaginário da população rural, os personagens históricos daquele período que se colocavam ao seu lado, se confundem numa representação que apaga as diferenças políticas entre eles, para criar um panteão de figuras míticas da esquerda local: Arraes, Gregório Bezerra, Francisco Julião e Jeremias (em Itambé e região).

Considerações finais

Naqueles tempos do começo dos anos 60, no Brasil, uma nova realidade social que gerou uma emergente consciência política dos trabalhadores, lutava com todas as forças contra estruturas sócio-econômicas arcaicas que, cristalizadas no tempo, se recusavam a aceitar qualquer mudança.

Esse embate, como sabemos, teve um desfecho autoritário no dia 1º de abril de 1964. Mas durante o período imediatamente anterior, teve momentos de agudos confrontos em muitos pontos do país, entre o “novo” e o “velho”. Um dos lugares onde isso ocorreu de forma intensa foi Pernambuco.

Gestava-se em terras pernambucanas um contraponto ao poder secular do latifúndio. Esse “contrapoder” estava presente nas organizações criadas pelos camponeses, as famosas Ligas Camponesas, e pelos trabalhadores rurais, os Sindicatos Rurais. Também se expressava, de forma complexa e muitas vezes contraditória, na composição de uma coligação político-eleitoral que integrava uma significativa parcela da classe trabalhadora e de seu maior partido, o PCB, numa coligação de partidos que entrou para a história do Estado, a “Frente do Recife”.

A essas experiências de maior vulto somaram-se outras pontuais e localizadas, dentre elas, o breve período da presença do POR-T no campo/zona canavieira de Pernambuco. Primeiro, os cerca de quatro meses da atuação de Jeremias em Itambé e região, na organização das lutas sindicais de seus trabalhadores rurais. Após o assassinato deste, os dois meses de militância de três membros do partido trotskista em Itambé, até a prisão destes pela polícia de Arraes.

As experiências das organizações dos trabalhadores rurais, bem como a nova forma de relação do governo do Estado com os movimentos sociais em Pernambuco, em que repressão não era a tônica da ação pública, mas, em quase todos os casos, excetuando o POR-T, era praticada uma política de conciliação e entendimento entre as partes em conflito, criava concretamente uma nova concepção de poder.

Para entendermos esse “poder” que estava sendo criado em Pernambuco, temos que nos remeter a uma discussão conceitual, em que associe as formas de organização de trabalhadores rurais/camponeses e, em parte, a administração Arraes, a uma concepção de poder elaborada pela filósofa Hannah Arendt.

O conceito tradicional de poder, definido por Max Weber como a “*a possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio*”²⁹⁴, é entendido por H. Arendt como “violência”. Essa ação que dispõe sobre meios que permitem influenciar a vontade de outras pessoas não leva em consideração as possibilidades humanas de comunicação. Trata-se, em última análise, de uma imposição de opiniões, que representa uma concepção instrumental de poder. A essa conceituação, associe as estruturas sócio-político e econômicas do Brasil de então, particularmente em Pernambuco, principalmente no que se refere às “permanências” de relações sociais presentes na estrutura agrária local.

²⁹⁴ HABERMAS, Jurgen. *Cientistas Sociais – Habermas*. Rio de Janeiro: FTD, 2000. p. 100.

Segundo H. Arendt, “*o poder resulta da capacidade humana, não somente de agir ou de fazer algo, como unir-se a outros e atuar em concordância com eles.*”²⁹⁵ Esse tipo de poder, que buscava entre seus pares um acordo para uma ação comum, livre de violência, portanto, sem a utilização de qualquer forma de coerção, esteve presente em Pernambuco em determinados momentos, naqueles anos.

Ele existiu nas assembléias dos sindicatos rurais e das Ligas Camponesas. Esse conceito de poder também estava presente na decisão de Arraes de não reprimir os movimentos sociais no seu governo, criando (ou adaptando) instituições públicas para a busca do consenso, criando assim um modelo de ação comunicativa, não-coercitiva.

E esta concepção arendtiana de poder também começou a ser colocada em prática por um jovem militante trotskista na Mata Norte de Pernambuco, quando estimulou a criação dos Conselhos de Camponeses. No entanto esse poder (construção de uma vontade comum) que crescia numa região marcada pela violência das relações sociais, não podia ser tolerado muito tempo ²⁹⁶. Esse poder, baseado no consenso, também era construído pela administração estadual de Arraes. Entretanto, nesse momento, as composições políticas do seu governo revelaram a desigual correlação de forças na conjuntura local (e nacional), presentes no estado ²⁹⁷. Também Arraes competia com outras forças da esquerda local, a fim de ser o único representante legítimo dessa nova concepção de poder. Então Jeremias foi preso e pouco depois assassinado a mando do latifúndio. Os seus companheiros, que tentaram dar prosseguimento à construção desse novo tipo de poder, também foram detidos. As forças políticas conservadoras do Estado não aceitariam qualquer forma de poder que contestasse a sua hegemonia.

E com o golpe civil-militar, o caráter explícito do poder/violência (assim caracterizado por H. Arendt) mostrava sua verdadeira face, estigmatizando e destruindo as breves experiências anteriores do poder livre de violência.

Uma parte considerável dessas tentativas de criação de uma nova sociedade já foram analisadas em estudos clássicos. Este estudo do Trotskismo no campo em Pernambuco, feito a partir das “caminhadas” revolucionárias de Jeremias pelos canaviais de Itambé, buscou, de certa forma, “frear” o fluxo do tempo, que leva ao esquecimento do passado, particularmente daqueles personagens anônimos que contribuíram, mesmo que pontualmente, a descortinar novos horizontes num tempo que passou muito rápido.

Ou como disse um dos representantes da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse:

O fluxo do tempo é o maior aliado natural da sociedade na manutenção da lei e da ordem...; o fluxo do tempo ajuda os homens a esquecer o que foi e o que pode ser: os faz esquecer o melhor do passado e o melhor do futuro...; Esquecer é também perdoar o que não seria perdoado se a justiça e a liberdade prevalecessem...; As feridas

²⁹⁵ HABERMAS, Jurgen. Op. cit. p. 101.

²⁹⁶ Embora esse discurso se referisse ao simples cumprimento da lei.

²⁹⁷ Correlação de forças que se revelaria favorável à direita e que teria o seu desfecho no golpe civil-militar de 1964.

que saram com o tempo são também as que contém o veneno. Contra essa rendição do tempo, o reinvestimento da recordação...em seus direitos é uma das mais nobres tarefas do pensamento. O tempo perde seu poder quando a recordação redime o passado.²⁹⁸

O ofício do historiador nos permite, diferentemente da alegoria benjaminiana do “Anjo da História”²⁹⁹, juntar os fragmentos aparentemente incoerentes, espalhados pela tempestade que é o próprio tempo, tentando atribuir a eles uma inteligibilidade que acrescente um novo sentido à história.

²⁹⁸ NETO, José Castilho Marques. *Solidão Revolucionária – Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995. p. 15.

²⁹⁹ BENJAMIN, Walter. Op. cit. p. 226.

BIBLIOGRAFIA

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2005.

AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife da frente ao Golpe – ideologias Políticas em Pernambuco*. Recife: Universitária/UFPE, 1993.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo. Editora Perspectiva. 2005.

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982.

BACELAR, Tânia. “Contexto do Nordeste do início dos anos 1960, a Sudene e a Escola de Engenharia da UFPE”. In: ZAIDAN, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (organizadores). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2007.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BENJAMIN, W. *Walter Benjamin – Obras escolhidas – Magia e Técnica – Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZERRA, Gregório. *Memórias – Segunda Parte: 1946-1969*. Rio de Janeiro, EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1980.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.

CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes – a revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

CAMARA, Joel. *Pernambuco – 1963 – um ano de desgoverno*. Recife: Editora Especial, 2008.

COLEÇÃO CAROS AMIGOS. *A Ditadura Militar no Brasil – a história em cima dos fatos*. São Paulo: Casa Amarela, 2007.

Comissão de de mortos e Desaparecidos Políticos Familiares, Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVE, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ e PE. *Dossiê dos Mortos e Dasaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Recife: CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

- DABAT, Christine Rufino. “Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez !” – Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica nº 22 – Dossiê 64*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006.
- DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho* Recife: Editora Universitária-UFPE, 2007.
- DEBRAY, Régis. *La révolution dans la révolution*. Paris: Gallimard, 1965.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERRAZ, Socorro. As vésperas do Golpe Militar de 1964... In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica nº 22 – Dossiê 64*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006.
- FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (organizadores). *Nacionalismo e reformismo radical – 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda, 2007.
- FILHO, João Roberto Martins. “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (organização). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FREIRE, Roberto. O golpe e a retomada da democracia: 1964-2005. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica nº 22 – Dossiê 64*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006.
- FREITAG, Barbara. *Habermas – Grandes Cientistas Sociais – Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- GALLINDO, Felipe. *Pernambuco Revolucionário – Lutas sociais em Pernambuco (1535-1964)*. Olinda: Editora LivroRápido, 2010.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GEERTZ, Cliiford. *A interpretação das Culturas*. São Paulo: Editora LTC, 1989.
- GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*”. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco 1955-1968*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1990.

KAREPOVS, Dainis. & NETO, José Castilho Marques & LOWY, Michael. “Trotsky e o Brasil”. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil – Vol. II – Os influxos teóricos*. São Paulo. Unicamp. 1995.

KAREPOVS, Dainis e NETO, José Castilho Marques. “Os Trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. In: RIDENTI, Marcelo e FILHO, Daniel Aarão Reis. *História do Marxismo no Brasil – Volume V – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEAL, Murilo. Sidney, Olavo e Jeremias. In: *Desarquivando a Ditadura – Memória e Justiça no Brasil – Volume 1*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

LOWY, Michael. *O Marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MARIE, Jean-Jacques. *Os quinze primeiros anos da Quarta Internacional*. São Paulo: PALAVRA EDITORA LTDA, 1978.

MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora Ltda, 1982.

MONTENEGRO, Antônio T. Combates pela história: história e memória. In: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Volume 10, Número 1, Rio de Janeiro: editora Evangraf, 2007.

MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil – Vol. II – Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume V – partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MORAIS, Clodomir Santos. “História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969”. In: *A Questão Agrária no Brasil – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. STÈDILE, João Pedro (org.). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

NETO, José Castilho Marques. *Solidão Revolucionária – Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SÁ, Ayberê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 2008.

SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes – Nacionalismo em crise – 1955/1964*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

TROTSKY, Leon. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo – Conceito e História*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (organização). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Notas

I – Jornais e periódicos consultados

- *Última Hora* – julho de 1962 a março de 1964.
- *Diário de Pernambuco* – agosto de 1963 a março de 1964.
- *Jornal do Comércio* – agosto de 1963 a março de 1964.
- *Frente Operária* – agosto e setembro de 1963.
- *A Hora* – agosto de 1963 a março de 1964.

II – Arquivos

- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE (hemeroteca e acervo DOPS)
- Fundação Joaquim Nabuco – Acervo de jornais microfilmados e de história oral (Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira – CEHIBRA)
- Memorial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (inquéritos/processos sobre Jeremias/ Murilo Barbosa da Silva)
- Assembléia Legislativa de Pernambuco – ALEPE – Biblioteca (atas da sessão legislativa do dia 09/08/1963)
- Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco – Genealogia das famílias Borba e Guerra.

III – Entrevistas

- Aybirê Ferreira de Sá – (31/07/2010) Ex-militante do POR-T que atuou no sindicato rural de Itambé entre agosto e outubro de 1963. Aposentado, mora em Barra de Jangada, Jaboatão, onde concedeu a entrevista.
- Cláudio Cavalcanti – (15/04/2010) Ex-militante do POR-T que atuou junto com Jeremias entre fins de 1962 e os primeiros meses de 1963 em um Comitê de Solidariedade à Cuba. Atuou também em Itambé, junto aos trabalhadores rurais após o assassinato de Jeremias. Arquiteto, mora em São Paulo. Entrevista virtual.

- Gilberto Angelo Monteiro – (09/12/2009) Falecido em maio de 2010. Trabalhador rural em agosto de 1963, esteve na “caminhada” para o engenho Oriente quando foi baleado na perna direita. Foi entrevistado na subsede do sindicato rural de Itambé, em Ferreiros, onde morava.
- José Gouveia da Silva – (15/01/2010) Trabalhador rural da Usina Olho D’Água nos anos sessenta. Conheceu Jeremias numa greve que este liderou no seu local de trabalho. Atualmente é aposentado e mora no engenho Jardim em Itambé.
- Lélia Maria Pinto – (05/05/2010) Irmã mais nova de Paulo Roberto Pinto. Único membro da família que, após meses de contatos, concedeu uma breve entrevista telefônica, pois mora em Mogi das Cruzes (SP).
- Manoel Dias da Silva – (31/07/2010) Trabalhador rural de Itambé, distrito de Ibiranga, compareceu espontaneamente na subsede do sindicato rural, quando o autor lá se encontrava, para dar o testemunho de seu pai, que conheceu Jeremias.
- Maria Félix de Ataíde – (15/01/2010) Dona de casa, conheceu Jeremias na infância, quando este passou pelo engenho Jardim.
- Martinho Leal Campos – (10/02/2010) Ex-militante do POR-T, entre os anos 60 e 70, atualmente mora em João Pessoa (PB). Economista aposentado, na época de Jeremias era uma liderança estudantil na Paraíba, onde foi presidente do D.A. do Liceu na capital.
- Severino Ramos – (15/01/2010) Morador da cidade de Ferreiros, no engenho Perouri. Foi contemporâneo das “caminhdas” de Jeremias.
- Severino Tindara – (09/12/2009) Era criança de cerca de 12 anos quando assistiu o assassinato de Jeremias. Nascido e criado no engenho Oriente, foi uma fonte valiosa para a reconstituição da memória da época. Atualmente mora em Ferreiros e é um dos catadores mais famosos da região. Nos seus “repentes” canta a “chacina do Oriente”.
- Vital Borba – (31/07/2010) Filho de José Borba e atual proprietário do engenho Oriente. Relatou brevemente a história de sua família e do engenho.

Anexos

R. 16739

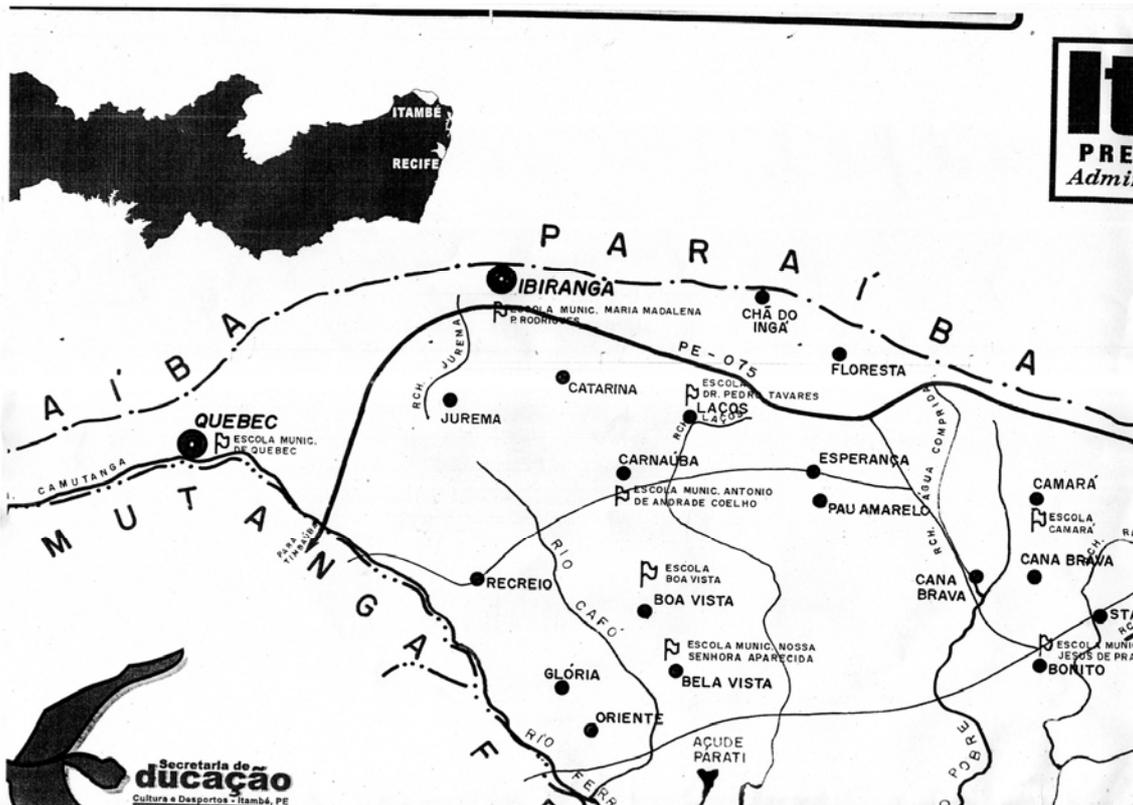
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA AUXILIAR
REGISTO DE PRESO:

Nome: Paulo Roberto Pinto
Nome de pai: Sebastião Pinto de Souto
Nome de mãe: Florência Fial Pinto
Nacionalidade: Brasileira Natural de: _____
Profissão: Tipógrafo Estado civil: Solteiro
Idade: 27 anos Instrução: Alfabetizado Cor: _____
Local onde trabalha: _____
Residência: Rua de S. Manuel N.º 698
Arrabalde de: Apipicados
Local da Prisão: Rua Conde da Boa Vista
Motivo: Pezemora 15
A disposição de: Dr. Delijudo Lucchiani
Data da prisão: 25 de setembro 1962 Solto em: 28-10-1962
Recolhido ao Presídio em: _____
Condutor: Investigador 288 e Sirqueira
Prontuário sob n.º _____ Identificado sob n.º _____
Permanente: Antônio Raimundo Siqueira
Observação: _____

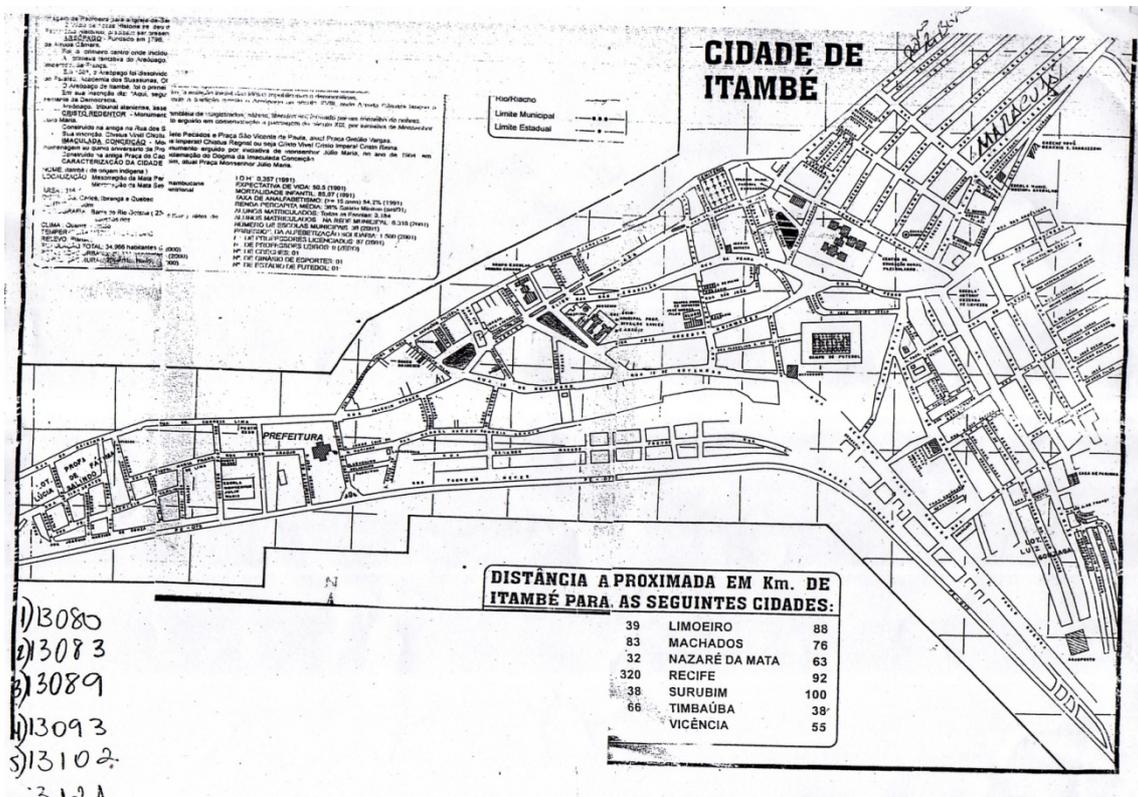
1 – Prontuário de Paulo Roberto Pinto – Acervo DOPS/PE



2 – Última Hora – Capa – 10/08/1963



3 – Mapa da Zona Rural de Ferreiros com a localização do Engenho Oriente



4 – Mapa da área urbana da cidade de Itambé

Sobreviventes da Chacina Querem Garantias Para Voltar ao Trabalho



O sr. Joaquim Pereira Campos (com o dedo em riste) afi mou à reportagem que o pagamento de 12 mil de salário, já ser pago no dia seguinte à chacina. Enquanto isso (foto) a direte trabalhadores do Engenho Oriente, ainda traumatizados com a morte do líder e ferimentos nos companheiros, se recusaram a trabalhar.

CIDADE NUA

M. Barbosa
EXPERIENCIA



Pobre, casado há muito tempo, cheio de filhos, mas ainda sem, como se arrumar uma casa...
— Vai ser muita diversão. Num tempo outra.
Depois das primeiras "laidas", a rainha da classe para depois prontinho:—
— Então um relógio pra te consertar Tu Ajeita, mas mesmo sem ter mais prática nessa história de namoro praio prontinho:—
— Manda cá, minha "ta".
No outro dia, depois de ter explodido a cara metido o "colchão" era de um amigo encontrou um relógiozinho e entregou-lhe o objeto, prezendo:—
— Dizeram que tu consertas barato, né?
— Ananias.
— Então carega na barata. Quanto tá pronto?
— Tu fartaio.
— Bem, o amarrão do relógio não foi explicado qual amarrão apó, Araújo ficou certo.
E ainda estava remendo o miserável problema, que abordado por um homemão entrocado, dessa maneira:—
— Cade meu relógio, explorador de mulheres?
— Quem sou eu, meu chapa! Qual relógio?
— O relógio que Maria te deu pra consertar? E o roubou! Já vendida a outro aproveitador!
— Não! O negócio foi ge...
Por mais que se esforçasse, Araújo não justificava a experiência amorosa o levei ao xadrez.

TRÊS MULHERES

Dirigentemente João Honoré da Conceição, residente tardinho, ao regressar para casa, depois do trabalho, lábio o seguinte: encontrava tempo para uma e nas casas da primeira e segunda amantes, tornando-se tarde e escotando na da esposa.
Na primeira, entrava, cantava, dava um cochinho lá, perguntava pelas novidades, comia um pedaço de manga, água e sãa.
Na segunda, lá tinha um cafezinho lá esperava gula eleitoral, brincava com um filhinho que tinha vindo ali a péca, desprendido-se com um abraço.
Em casa, chegava chateado, com muita fome.
— Hora logo minha generosa, relaxada!
Contou na discussão, com metidos subindo lá, no fim de tudo, com a barriga cheia, e...
— Venha cá, minha filha querida! Tu e qui...
E terminava o dia.
Meses, assim, foram vividos por João, até que no trabalho fez com que de distância de estranho primeira amante. No outro dia, suas palavras...

CAMPONESES DE "ORIENTE" FUZILADOS PELAS COSTAS

TAMBÉM 10 Dias exatíssimos especiais Waldemir Arruda e no parafuso do Engenho Oriente, quando citava de 30 camponeses assassinados e lider sindical Paulo Roberto Figueira 13 camponeses que trabalhavam no campo e prometiam trabalhadores não compareceram ao campo e prometiam pagamento aos, divididos, grupos de camponeses se distrito de Timbalá, a fim de dar apoio moral aos companheiros. Entre os mortos estavam Manoel Duarte, Severino Jesus, Severino Vieira, Antônio Martins, Gilberto Araújo, Manoel Elias, José Jerônimo e Antônio Valdes de Araújo, os sobreviventes.

A tarde, após uma reunião no Sindicato das Lavadeiras, camponeses assistiram ao sepultamento do líder Paulo Roberto Figueira no cemitério de Timbalá.

FORAGIDOS — Oviado pela reportagem de UEN, o sargento da LM, José Severino de Oliveira (Dignidade de Timbalá), declarou que as vítimas da chacina de Engenho Oriente, além disto, trabalhavam nos seguintes propriedades: Vanda, Basílio, Park e Paulo atende pelas costas. Reverte a identidade dos vivos e o nome criminoso, podendo afirmar que entre os fuzilados encontra o proprietário do Engenho Oriente, José Ferreira Pereira Barbosa.

"COVARDES" — O sargento Antônio Floriano de Sousa, que, juntamente com outros camponeses, se dirigiu ao Engenho Oriente, relata que o caso tinha caráter pacífico, pois decidiram apenas receber o 12 mil de salário marcado para aquela tarde e partir. Já haviam transportado a segunda porção, localizada próximo ao terreno do sítio, quando soldados militares entraram no sítio e começaram a matar.

Intimou como objetivo principal o líder sindical Paulo Roberto Figueira. Este, que comandava o grupo, recebeu ordens hábil no campo, tendo o projeto, antes de iniciar o ataque, a intenção de garantir a identidade que contaria no livro, quando da captura. Em seguida, apressados fugiram, principalmente pelas costas, inclusive do interior da "casa grande", a terra de camponeses quando procurava retirar-se lotizada pelas costas.

"MORREU SEM MEUS BEA-COST" — O trabalhador do Engenho Oriente, Manoel Correia da Silva informou que ficou desolado da promessa entrocada — os camponeses mantendo a distância.

REFORÇO POLICIAL — Durante o dia de ontem, fomentado de represálias por parte dos camponeses e para garantir a propriedade do Engenho Oriente, 10 soldados da F. M., se deslocaram para Timbalá. Na casa grande se aguardou um cabo e três soldados foram designados para proceder o serviço de vigilância. Equivalente João, faziam, também adotadas medidas através o Secretariado de Segurança Pública, suas palavras...

5 – Última Hora – Página 2- 10/08/1963

Desarmamento Não Poderá Parar USINEIROS CONTINUAM MATAR CAMPONESES

Presstes No Recife



Um camponês a mais tombou varado pelas balas assassinas do latrúndio: o dirigente sindical Jerônimo, trucidado covardemente quinta-feira, em Timbalá, no Engenho Oriente, de propriedade do sr. José Borba — que é assim o inquestionável responsável pelo assassinio. Tudo indica que desproporcionalmente não será a última vítima da prepotência dos usineiros, tal a frequência (é o segundo camponês morto pela capangada das usinas e engenhos em menos de uma semana) — de seus monstruosos crimes, todos impunes inda. É sabido — como ficou comprovado com a apreensão de armas, privativas das forças armadas nas usinas Serto André e Cavangá — que os usineiros montaram em seus feudos verdadeiras armas com o fito principal de sufocar pela morte os movimentos reivindicatórios — reivindicados, frise-se, do que é justo e está inscrito nas leis do País — dos trabalhadores que eles exploram. O governo iniciou o desarmamento desses criminosos, e deverá, para continuar a manter a confiança dos trabalhadores rurais, levá-los às últimas consequências. Do contrário só restará aos camponeses organizarem as suas próprias milícias, para a sua defesa e para a punição de seus algozes. Texto nas páginas 2 e 3.

Terminou

Arraes Vai Provar à CPI

Ano II — Recife, 10 a 16 de Agosto de 1963 — N.º 106

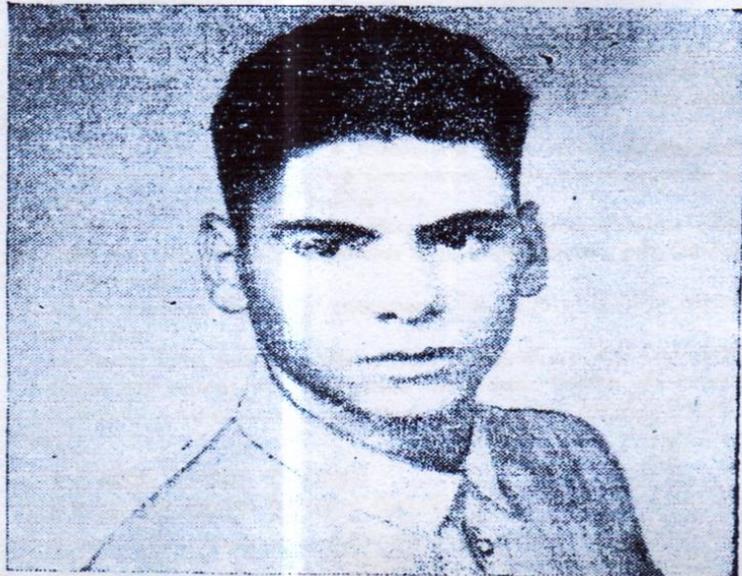
6 – A Hora – Agosto de 1963

construção da sociedade socialista.
Os trotskistas saudam emocionados a luta de seu camarada e a maior homenagem que lhe presta é levá-lo ainda mais adiante, com mais vigor, com

compones ainda não lograram dar o que poderiam dar. A direção do PC Arrais, coloca inclusive seus militantes de Pernambuco para reprimir o movimento

FRENTE OPERÁRIA

ANO XI — São Paulo, Agosto de 1963 — N.º 101



MORTO PELAS COSTAS No momento em que encerrávamos esta edição extra de FRENTE OPERÁRIA, chegou-nos o resultado do exame de necropsia realizado pelos médicos legistas no corpo de Paulo Roberto Pinto (Jeremias), confirmando que ele foi assassinado pelas costas. Sabe-se agora que Jeremias havia sido atraído a um encontro com o latifundiário José Gouveia Borba "com o fim de discutir o pagamento do 13.º salário aos camponeses, com a presença de um funcionário do Ministério do Trabalho". Jeremias suspeitou da cilada e exigiu que o portador da mensagem do latifundiário acompanhasse o grupo que ia discutir. Os capangas do Borba estavam emboscados, e o tiro partiu certeiro às costas de Jeremias. A covardia dos assassinos mostra como os latifundiários se sentem frácoes e pequenos diante de um dirigente revolucionário.

Dia 21

ATO PÚBLICO

20 hs.

DE APOIO À LUTA DOS CAMPONESES PELA POSSE DA TERRA
Em Homenagem ao dirigente Trotskista PAULO ROBERTO
PINTO (Jeremias), assassinado pelos Latifundiários em
També - Pernambuco no dia 8 de Agosto

Operários, Camponeses, Estudantes, Sargentos, Funcionários.
Massas Exploradas.

Os Trotskistas os convidam a dar mais uma demonstração do espírito de luta das massas no ato público em homenagem ao camarada Jeremias que tombou em Pernambuco quando lutava e dirigia os camponeses nas suas ações reivindicatórias e pela posse da terra.

O massacre dos camponeses, o assassinato pelas costas do camarada Jeremias não paralizará as lutas, como o demonstram as formidáveis ações de milhares e milhões de camponeses em todo o país.

Salve as ações do camarada Jeremias, que levou conseqüentemente a luta de organização dos camponeses pela reforma e revolução agrária, pelo Governo Operário e Camponês.

Salve as heróicas lutas dos camponeses de todo o Brasil e particularmente de Também!

Adiante na Luta Anti-Imperialista, Anti-Latifundiária e Anti-Capitalista!

Adiante nas tarefas de organização da classe: Comitês de Fábrica, Comitês de Bairro, Central Única, Conselhos Camponeses, Milícias Operário Camponesa!

Viva a aliança Operário - Camponesa!

Viva a luta pelo Governo Operário e Camponês!

Operários, Camponeses, Estudantes, Funcionários,
Massas Exploradas
TODOS AO ATO PÚBLICO

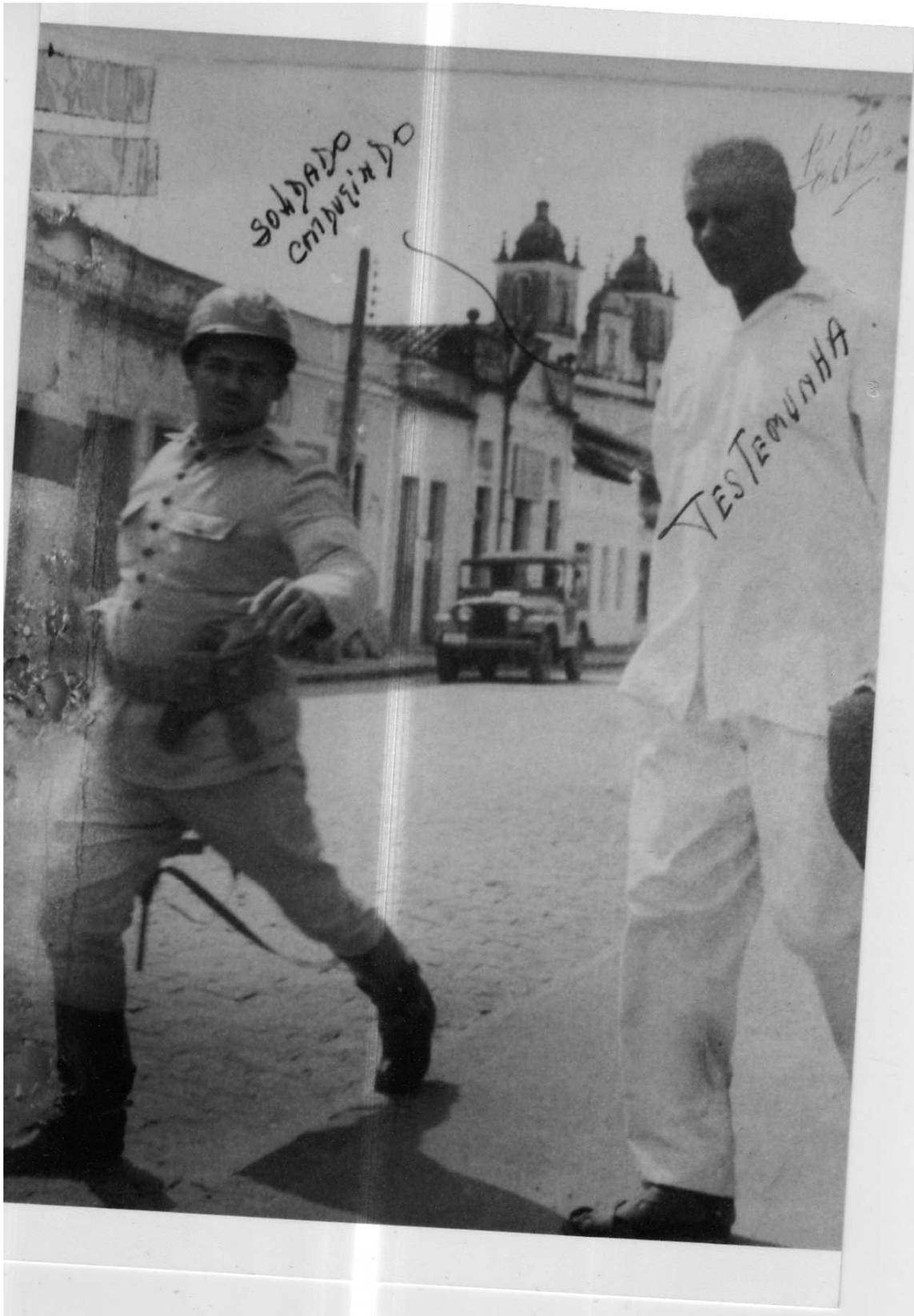
DIA 21 - QUARTA-FEIRA - ÀS 20 HS. - NA



9 – Foto dos representantes da Comissão de Inquérito sobre o assassinato de Jeremias: Promotor Murilo Barbosa da Silva e Tenente Francisco Santana Nunes. Agosto de 1963. Autos do processo-crime movido por Pompeu Veloso Borba contra Murilo Barbosa da Silva – Memorial de Justiça de Pernambuco.



10 – Foto do Promotor Publico Murilo Barbosa da Silva, numa praça em Itambé, situada em frente da sede do Sindicato Rural. Agosto de 1963. Autos do Processo.



11 – Policial militar conduzindo testemunha. Centro de Itambé. Agosto de 1963. Autos do Processo.

Personalidade

Murilo Barbosa da Silva: "Só fiz o meu dever "

Quando o então advogado Murilo Barbosa da Silva foi nomeado para o cargo de promotor público, em 1963, não sabia que sua vida iria mudar tanto. Enviado inicialmente para a comarca de Santa Maria da Boa Vista, foi designado pelo então Procurador-Geral, Luiz Arcoverde, de promotor especial na comarca de Itambé. Motivo: acompanhar o inquérito policial do assassinato de trabalhadores rurais, no Engenho Oriente. O resultado deste trabalho sério, no qual foi apurado que o crime foi cometido pelo dono do Engenho, é que Murilo foi denunciado à comissão de inquérito do golpe de 64. A partir daí foi demitido sumariamente, jurado de morte, e acusado de "subversivo". Hoje aposentado como procurador e aos 73 anos, Murilo concedeu entrevista ao Jornal Linha Direta, falou da sua paixão pelas artes e mostrou seus inúmeros prêmios (veja também a reportagem abaixo).

Linha Direta - Como aconteceu o assassinato do Engenho Oriente, em Itambé?

Murilo Barbosa - Na verdade os agricultores estavam trabalhando sem receber salário e seu 13°. Havia um líder que esclarecia os direitos trabalhistas para eles. Então, os donos de engenho, armados com metralhadoras chamaram o líder, alegando que tinham obtido empréstimo com a Paraíba para fazer o pagamento do pessoal. Mas, o que aconteceu foi que eles foram recebidos a balas. O líder teve morte súbita e mais de 20 trabalhadores saíram feridos.

LD- Qual o argumento do dono de engenho?

MB- Eles argumentaram que o engenho tinha sido invadido, mas as testemunhas que entrevistei foram unânimes em contar que foram vítimas de uma emboscada dos donos de engenho e que foram recebidos com violência.



LD- A partir do seu relatório ao Ministério Público, o que aconteceu com sua vida profissional?

MB- Naquela época, os senhores de engenho se tomaram muito influentes politicamente: Conseguiram que eu fosse demitido sumariamente. Acharam pouco e colocaram um processo criminal contra mim. Fui chamado à delegacia para depor e também me juraram de morte.

LD- Qual o motivo alegado para estas

medidas drásticas?

MB- Eles alegaram que eu era "subversivo". Mas na verdade, a única coisa que eu fiz foi cumprir com o meu dever.

LD- Como ocorreu o processo contra o senhor?

MB- No 1º processo, não pude me defender, pois era sumário. Só em 1978, me defendi da denúncia-crime e fui absolvido por unanimidade. Em 1979, com a Anistia, me aposentaram, pois eu entendia que não havia garantias para exercer a minha profissão.

LD- Como o senhor encaminhou sua vida profissional?

MB- Fiz mestrado em sociologia, fui bolsista da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) da ONU. Também atuei como professor universitário. Fui aprovado em 1º lugar num concurso da Sudene, mas por causa da revolução de 64, o segundo colocado foi nomeado no meu lugar. Depois, em 1967/68 me dediquei 10 anos a uma companhia industrial e advoguei. Em 96, recebi a Medalha do Mérito do Ministério Público devido as ações favoráveis ao Ministério e à causa da justiça. Finalmente o Ministério tinha reconhecido que eu estava certo.

LD- E a sua carreira de Artista plástico?

MB- Foi a minha salvação. Eu me distraía e até cheguei a receber reconhecimento. Fui premiado algumas vezes nos concursos de artes plásticas.

Arte Contemporânea de Morilo é reconhecida no Brasil e exterior



Murilo recebe o prêmio de 1º lugar para a capa da Lista Telefônica do Recife

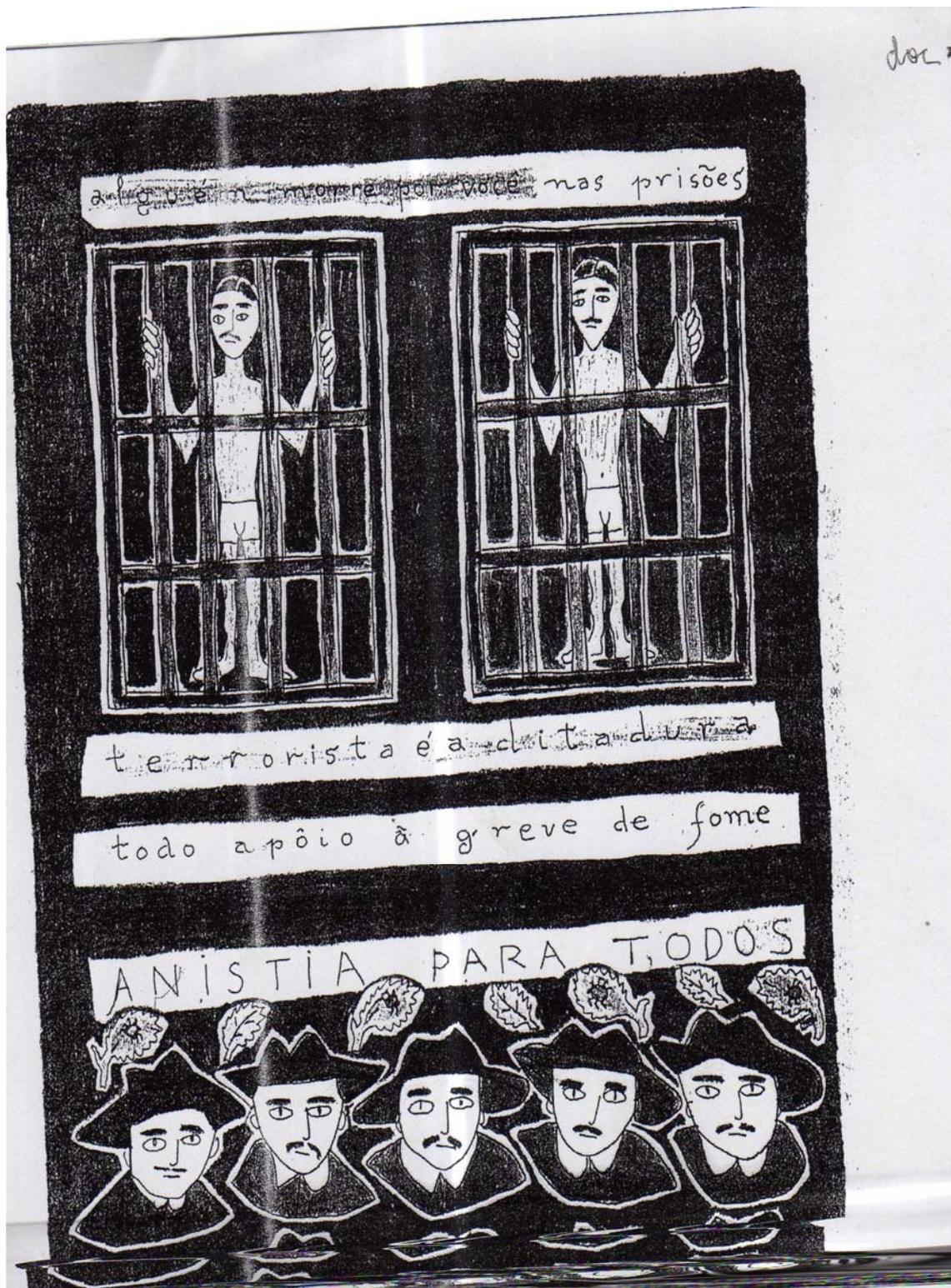
Com o nome artístico de Morilo, ele começou sua carreira artística em 1970, conquistando, em 1976, o 1º lugar no IV Salão dos Novos, do Museu de Arte Contemporânea de Olinda. Em 1981, lançou o Manifesto da Arte Autêntica e Abstração Cultural Brasileira, onde P.M. Bardi analisou como "um dos mais certos propósitos para a arte nacional". Com 10 exposições individuais e 50 coletivas, seus trabalhos são reconhecidos no Brasil e exterior. Os temas encontram motivação na problemática sócio-cultural do mundo atual, simbolizando a crise de valores, sempre levando em consideração a solidariedade humana.

Em 1984, foi premiado no 1º Concurso de Ensaios de Arte Sul América, Rio, com o ensaio "O Mercado de Arte Nacional". Em 1986, fundou o grupo tatilista e o Centro de Pesquisas de Arte Tátil (arte plástica para os cegos), onde ele mostra que o tato é capaz de apreender a beleza e, com isso, os deficientes visuais podem, também, ser apreciadores das artes plásticas.

Morilo é o criador do RVP (Ritmo dos Vazios entre as Palavras). O artista foi premiado em 1º lugar no Concurso para a capa de Lista Telefônica do Recife. Sua arte é contemporânea, conceitual, tem pesquisa e criatividade.



Os trabalhos artísticos de Morilo são contemporâneos



13 – Obra de Murilo Barbosa da Silva.



14 – Obra de Murilo Barbosa da Silva.